

ERNESTO PEREIRA BASTOS NETO

# O BRABO E A BORBOLETA

*Guerra e sociedade no  
Brasil Meridional*

AC  
ACERVUS

© 2024, Ernesto Pereira Bastos Neto

O autor é integralmente responsável pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo do trabalho aqui publicado.

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

### Capa

Alex Antônio Vanin

### Editoração

Alex Antônio Vanin

Álison Wagner Gomes da Silva

### Projeto Gráfico

Acervus Editora

### Imagem da Capa

AMÉRICO, Pedro (1843–1905).

*Passagem do Chaco*. 1871. Óleo sobre tela, 198 cm x 240 cm. Museu Histórico Nacional (MHN), Rio de Janeiro.

### Conselho Editorial

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)

Cristina Moraes (UDESC)

Diego Ferreto (UNISANTOS)

Eduardo Knack (UFCG)

Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)

Federica Bertagna (Università di Verona)

Helion Póvoa Neto (UFRJ)

Humberto da Rocha (UFFS – Erechim)

José Francisco Guelfi Campos (UFMG)

Roberto Georg Uebel (ESPM)

Vinícius Borges Fortes (ATITUS)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

---

B327b Bastos Neto, Ernesto Pereira  
O Brabo e a Borboleta [recurso eletrônico] : Guerra e sociedade no Brasil Meridional / Ernesto Pereira Bastos Neto. – Passo Fundo: Acervus, 2024.  
10 MB ; PDF.

Inclui bibliografia.  
ISBN: 978-65-81266-86-8.

1. Brasil - História - Império, 1822-1889. 2. Trajetórias militares. 3. Brabo, Antonio Joze de Mello. 4. Sociedade.  
I. Título.

CDU: 981

---

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

### ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo – 99074-360

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99676-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

ERNESTO PEREIRA BASTOS NETO

# O Brabo e a Borboleta

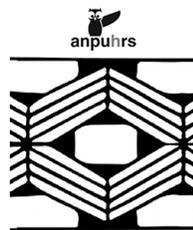
*Guerra e sociedade no  
Brasil Meridional*



O Grupo de Trabalho Povos Indígenas na História é uma iniciativa de professores (do ensino fundamental, médio e universitário) em História para reunir pesquisadores da área em atividades que visam o auxílio mútuo no fazer historiográfico e em atividades de docência envolvendo as histórias dos povos indígenas. A ideia central parte do quadro de renovação historiográfica sobre os índios surgida há cerca de 30 anos no Brasil, que considera os indígenas como sujeitos ativos na história, rompendo com a visão defasada e estereotipada do índio apenas como vítima de processos em distintos períodos.

Nos últimos anos, o campo historiográfico registrou um crescimento considerável nos estudos ligados à História Indígena. Como conseqüências do avanço no interesse por esta área de investigação desenvolveram-se, entre estes pesquisadores, demandas pelo estabelecimento de formas de organização que possibilitem o compartilhamento de informações e experiências de pesquisa sobre o tema. Por outro lado, a necessidade de construção destes espaços de diálogo torna-se ainda mais imprescindível quando se constata que, os estudos que abordam esta temática possuem desafios particulares, que raramente são contemplados em outros espaços de nossa disciplina. Paralelamente a esse processo, a lei n° 11.645/2008 estabeleceu a obrigatoriedade do estudo da cultura e da história indígena no Brasil, em nível fundamental e médio, sendo fruto das reivindicações das populações indígenas. Assim, o GT objetiva contribuir para a ampliação do espaço acadêmico dado à história indígena e também para que ela esteja presente na educação básica.

Antenado às questões trazidas pelo Movimento Indígena e diretamente ligado ao Grupo de Trabalho Povos Indígenas na História da ANPUH Nacional, o GT/RS é composto por professores (as) e pós-graduandos e tem desenvolvido atividades diversas em encontros periódicos, sobretudo para debater textos de referência a respeito do tema e também a produção dos próprios integrantes do GT, como forma de construção coletiva desse conhecimento.



## **GT INDÍGENAS NA HISTÓRIA**

*Aos amores: mãe, pai, mana e Júlia.*

O Grupo de Trabalho História Militar da ANPUH/RS teve sua formalização durante o XIV Encontro Estadual de História: Democracias, Liberdades e Utopias - ANPUH/RS, realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em julho de 2018.

Nos últimos anos, o GTHM realizou uma série de atividades, como a reunião para discussão de textos, a organização do Simpósio Nacional de História Militar e a criação de um canal de divulgação científica na plataforma digital YouTube. O GTHM vem trabalhando para atender seu principal objetivo: construir um espaço plural de discussão e divulgação para pesquisadoras e pesquisadores das temáticas militares.



## AGRADECIMENTOS

O espaço dedicado aos agradecimentos tem um lugar absolutamente especial na redação de um trabalho como este. Pensar no que escrever é rememorar bons momentos. Trata-se de um exercício profundamente satisfatório de lembrar com quem se pode contar. Deste modo, mencionarei, eventualmente, alguns motivos pelos quais agradeço, mas certamente, antes de cada nome eu poderia incluir algo como “agradeço por entre tantas outras coisas...”. Agradeço, portanto, inicialmente à minha mãe Maria Lúcia, “que possui a estranha mania de ter fé na vida”, pela luta incansável e pela maneira amorosa de educar. À Vitória, minha irmã, pela amizade incondicional, a sensibilidade cativante e pela compreensão para com as minhas ausências nesses últimos anos. Agradeço também ao meu pai, Ernesto, por oferecer de si o melhor que pode.

À Júlia Leite Gregory, minha companheira de vida e de profissão, agradeço pelo amor e companheirismo sem iguais. Além do afeto, sou grato também pela tua contribuição intelectual para o desenvolvimento desta pesquisa, já que cada ideia foi discutida e refinada durante as nossas conversas e leituras recíprocas.

Aos meus familiares consanguíneos, que não vou nomear para não ser exaustivo nem injusto, muito obrigado pelo que cada um fez em algum momento para tornar as nossas vidas mais felizes. Sou muito grato também aos meus familiares por afinidade: Ana, Mauro, Dani e Fê. Vocês são incríveis!

À Cris, minha orientadora, por ter me acolhido e oportunizado todas as melhores condições que eu poderia esperar para realizar esta pesquisa. Agradeço também pela disponibilidade, pela leitura atenta e pela liberdade cuidadosa que

sempre me dispendeu. Ainda na Unisinos, agradeço aos (às) professores Eliane Fleck, Luiz Fernando Rodrigues, Máira Vendrame, Maria Cristina e Paulo Moreira pelos excelentes seminários que pude cursar. Aos parceiros do Núcleo de Estudos Ameríndios e aos colegas de curso em geral, especialmente Marcelo A. da Silva, Octávio B. Neto e Rafaela Casagrande, pelas constantes trocas de textos, ideias e, no caso dos primeiros, também pelas cervejas compartilhadas após o fim do isolamento.

Aos membros da banca examinadora, professores (as) Luís A. E. Farinatti, Miqueias H. Mugge, Máira I. Vendrame e Paulo R. S. Moreira, minha gratidão pelas inestimáveis contribuições.

Deixo um agradecimento especial aos professores Paulo Moreira e Miqueias Mugge, que me disponibilizaram documentos e fontes fundamentais. Ao colega Alex Vanin, que me alcançou documentos que se mostraram fontes importantíssimas e também pela parceria imensa para transformar essa dissertação em livro. À prof.<sup>a</sup> Máira e ao seu grupo de pesquisa, por me convidarem para participar das discussões sobre micro-história. Aos colegas do GT Indígenas na História – ANPUH/RS, pelos encontros de leitura e descontração, especialmente a Guilherme Brandalise e Isadora Diehl pelas constantes trocas de ideias e, igualmente, aos colegas do GT História Militar – ANPUH/RS, em especial Bárbara Tikami, Ianko Bett e Paola Laux.

Na Univates, onde fiz minha graduação, agradeço ao professor Luís Fernando Laroque, pelas oportunidades que me franqueou e pela amizade que cultivamos. Agradeço também à professora Márcia Solange Volkmer, pelo auxílio na elaboração do projeto que deu origem a esta pesquisa e pela paixão contagiante com que exerce a profissão. Também preciso agradecer muito à Tuani de Cristo, colega generosa que se transformou em uma grande amiga, que me mostrou diversos caminhos na história indígena e na antropologia, sendo a grande responsável pelo “viveirismo platônico” que habita em mim.

Sou muito grato também pelas amizades atemporais: Adilson A. Leite, Álvaro B. Sulzbach, Antonio Carlos Pereira “Nico”, Gabriel Devitte, Gabriel Lisboa e Marcos Andrade.

Como não poderia deixar de ser, deixo registrada minha dívida de gratidão com o professor Luís A. Farinatti e com as professoras Maria Cristina e Máí-

ra Vendrame, pelas generosas palavras que dedicaram a este livro nos textos de apresentação.

Agradeço aos cidadãos brasileiros, que custearam esta pesquisa por meio das instituições de fomento à ciência, particularmente o CNPq, que financiou com bolsa integral o presente estudo. Agradeço também todos (as) aqueles que de alguma forma lutam por um Brasil menos desigual. Sem as lutas históricas por educação básica pública, gratuita e de qualidade, pelo alargamento das oportunidades de acesso e permanência na universidade e sem as políticas de financiamento público da pesquisa e da ciência, a minha trajetória de pesquisador não teria sido possível.

Finalmente, agradeço a todos e todas que, nestes anos de pandemia, cuidaram de si e dos outros, contribuindo de alguma forma para mitigar o sofrimento coletivo que se abateu sobre grande parte da humanidade, particularmente sobre a população mais pobre. Não posso deixar de celebrar que, enquanto preparo esta versão do trabalho para a publicação no formato livro, a maioria dos brasileiros comemoramos o fim de um governo genocida e o início de uma gestão combativa e defensora da cidadania brasileira.



## PREFÁCIO

A expansão da pesquisa em História do Brasil Oitocentista, nos últimos 50 anos, experimentou um crescimento em progressão geométrica. Multiplicaram-se tanto as pesquisas sobre temas que se tornaram clássicos como a escravidão e a construção do Estado, como também sobre grupos sociais dantes invisibilizados, agora estudados cada vez mais a partir de suas próprias ações, relações sociais e contextos culturais. Aí estão, entre outros, o avanço do estudo sobre as populações africanas e afro-descendentes, sejam elas escravizadas, libertas ou livres, sobre as populações indígenas, sobre mulheres de elite e mulheres da classe trabalhadora. Nesse contexto, uma pesquisa que propõe, à primeira vista, o estudo sobre a estruturação do poder e a capacidade de recrutamento exercidos por um chefe militar, a bem da verdade um líder da Guarda Nacional, num rincão do sul do Brasil, poderia parecer um tanto fora de lugar.

Porém, basta iniciar a leitura deste “O Brabo e a Borboleta: a trajetória de Antonio Joze de Mello Brabo, um militar paulista no planalto sul-riograndense (meados do século XIX)” de Ernesto Pereira Bastos Neto, para se perceber o quanto essa impressão não se confirma. Em primeiro lugar porque, como aponta o autor, o próprio estudo de elites locais, de mediadores de poder, ainda precisa ser em muito trabalhado para que possamos entender não apenas a constituição dessas categorias e suas formas de atuação, mas a própria complexidade da história social do Brasil Monárquico. Na verdade, Bastos Neto utiliza o estudo da trajetória de um militar paulista radicado no Rio Grande do Sul, o Tenente-Coronel Antonio Joze de Mello Brabo, liderança das regiões central e do Pla-

nalto durante a Guerra dos Farrapos (1835-1845) e a Guerra do Paraguai (1865-1870), para ir muito além.

As perguntas iniciais inquirirem a reconstrução da trajetória desse indivíduo e o desempenho do serviço ao Império a partir de sua carreira nas guerras do sul. De imediato, o autor aponta a importância que as relações sociais irão desempenhar tanto na estruturação da posição social de Mello Brabo, quanto em diversos campos nos quais aquele sujeito atuava. De fato, como têm destacado a historiografia recente, no Brasil Oitocentista as relações sociais, em especial aquelas que envolviam reciprocidades verticais e horizontais, participavam da construção de diversas esferas da vida social. Através delas se podia ter acesso a bens de produção, como se pode perceber através dos agregados que ocupavam terras “a favor” dos proprietários. Elas também ajudavam a arregimentar votantes e viabilizavam o recrutamento de homens em armas. Ou seja, participavam decisivamente da construção histórica da economia, da política e da guerra. Eram, pois, parte estruturante da hierarquização social extremamente desigual, concentradora de poder e riquezas, que tem se reiterado ao longo da história brasileira.

Através de uma escrita elegante e uma utilização rigorosa de um variado acervo documental, o autor demonstra como o estabelecimento dessas relações foram decisivos tanto para que Mello Brabo lograsse efetuar os recrutamentos militares e oferecer soldados ao Império como para consolidar sua posição e reforçar sua legitimidade social. Contudo, Bastos Neto não se vale ingenuamente de conceitos prontos. Embora faça todo o reconhecimento da importância das relações de reciprocidade vertical, ele aponta como um conceito genérico de clientelismo, se aplicado de modo indistinto a todo o território do Império, pouco tem a contribuir para uma compreensão mais ampla da estruturação de poderes intermédios e relações sociais.

Durante muito tempo, os estudos de História do Brasil monárquico estiveram centrados na Corte e nas regiões de *plantations*, que faziam conexão direta com o mercado externo. Depois, um alargamento geográfico permitiu perceber a diversidade dos contextos regionais e a complexidade dos modos de integração desses diferentes contextos. Recentemente, acompanhamos uma importante renovação do interesse pelas regiões produtoras de café, em especial pelo Vale do Paraíba e sua capacidade de articulação com o capitalismo internacional, bem

como sua capacidade de propor uma direção política ao Império. Ao lado dessa sólida e crescente produção, contudo, é importante que não esqueçamos que o Império era também muito mais.

Estudos como este nos mostram como ainda precisamos investigar os diversificados e complexos contextos que estão longe dos centros. Muitos padrões são comuns em diversas regiões brasileiras: a escravidão, o patriarcado, a estruturação de poderes locais e regionais como mediadores políticos, a concentração de riqueza e poder, a conquista muitas vezes violenta de territórios e populações indígenas, o soerguimento e a reiteração de uma estrutura de marcante desigualdade. Contudo, as formas como essas questões se apresentam são variadas e o estudo de cada uma delas traz ensinamentos imprescindíveis sobre esses fenômenos como um todo.

Este livro nos coloca de frente a estas questões porque estabelece uma sofisticada construção metodológica, tomando por base reflexões a partir da *Nova História Militar*, das reflexões mais atuais sobre estudos biográficos e sobretudo um diálogo com a melhor tradição da Micro-História italiana. Como o leitor perceberá neste livro, as possibilidades metodológicas da Micro-História vão muito além dos clichês vazios e julgamentos apressados de muitos de seus críticos. Aqui, a minuciosa reconstrução relacional e de trajetória feita a partir de uma gama variada de fontes primárias está a serviço de indagações maiores sobre as formas de estruturação do poder e da capacidade militar no Império. Mais ainda, interroga os modos de construção da desigualdade social e da própria variedade interna das categorias sociais. Utilizando conceitos como o de percursos individuais, inspirado na obra do historiador italiano Maurizio Gribaudi, Bastos Neto consegue mostrar como eram diversas e complexas as trajetórias dos “estancieiros-militares” do Rio Grande do Sul, uma categoria seguidamente vista de modo naturalizado e homogêneo. Fica demonstrado que essa categoria comportava declinações e gradações internas conforme os recursos que os indivíduos eram capazes de acessar e mobilizar.

Por fim, para além do que já foi dito, o segundo capítulo deste livro traz um mergulho na sociedade onde viveu Mello Brabo, entre o centro e o norte do Rio Grande do Sul, e aporta importantes *insights* sobre o estudo de regiões recém conquistadas e sobre a conquista de populações indígenas, bem como sobre sua

invizibilização histórica promovida pelos agentes conquistadores e muitas vezes naturalizada mesmo pelos pesquisadores atuais.

O interesse deste estudo vai além do interesse do estudo de contextos locais. Ele traz efetivas sugestões metodológicas para pensar a construção da desigualdade social no Brasil Oitocentista.

*Luís Augusto Farinatti*

Departamento de História (UFSM)

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	21
I. “À CUSTA DO MEU SANGUE, COM ESPADA EM PUNHO NOS CAMPOS DE BATALHA”: <i>senhores que fazem guerra, guerras que fazem senhores</i>	47
II. “QUE CONHECEM AS SUAS NECESSIDADES E AS NECESSIDADES DA SUA FAMÍLIA, COM OS QUAIS DE LONGA DATA HÁ ENTRETIDO AS ÍNTIMAS RELAÇÕES”: <i>a dimensão social do cabedal militar</i>	111
III. ANTONIO JOZE DE MELLO BRABO E A ELITE GUERREIRA DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO: <i>exercícios de comparação</i>	207
CONSIDERAÇÕES FINAIS	273
REFERÊNCIAS	281
SOBRE O AUTOR	307



## APRESENTAÇÃO

*O Brabo e a Borboleta* é resultado de uma competente pesquisa acadêmica<sup>1</sup> que levantou, analisou e discutiu um alentado conjunto documental, confrontando exaustivamente fontes de natureza diversa, tal como registros paroquiais e notariais, processos judiciais, correspondências, ofícios diversos e relatos de viajantes, entre outros, localizados em diversos acervos. Inspirado por alguns trabalhos clássicos da micro-história italiana, Ernesto Pereira Bastos Neto realizou um estudo de trajetória ancorado na redução da escala de observação e na investigação onomástica. Ao rigor da pesquisa e do investimento empírico, e das corretas escolhas teóricas, o autor associou um delicado exercício de escrita cujos resultados podem ser observados no livro que aqui apresentamos. Nele se observa claramente o cuidado para que “[...] o minucioso trabalho de laboratório [do historiador] não permaneça escondido e a receita não fique um segredo do cozinheiro”, como estabeleceu Giovanni Levi, uma das confessadas inspirações de Bastos Neto.

A obra discute assim, a trajetória de Antonio Joze de Mello Brabo, migrante de uma vila paulista que se converteu, algumas décadas depois de estar radicado no planalto sul-rio-grandense, em um de seus principais comandantes militares. O nome de Brabo surgiu ao autor em um trabalho anterior, em que ele havia examinado narrativas orais de integrantes de uma comunidade que reivindica a

<sup>1</sup> BASTOS NETO, Ernesto Pereira. *O Brabo e a Borboleta: A trajetória de Antonio Jozé de Mello Brabo, um militar paulista no Planalto Sul-Rio-Grandense (meados do século XIX)*. Dissertação. Programa de Pós Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2022, 267 p.

demarcação da “Fazenda das Borboletas” como terra indígena. Ele encontrou então, que, de acordo com a tradição oral de anciãos e anciãs, teria ocorrido uma união entre o tenente-coronel Mello Brabo e uma mulher indígena chamada Maria Conceição de Campos Novos, capturada pelo paulista durante uma operação de conquista do território. Segundo uma certidão examinada pelo autor, Mello Brabo reconheceu ser pai de quatro filhas havidas com Maria Conceição, o que sugeriu a possibilidade de verificar se o paulista teria podido contar com redes de parentesco e aliança indígenas na construção do prestígio e das posses que ele amealhou ao longo da vida.

Assim, a partir de uma situação cuja incidência no trabalho anterior fora, de certa forma, colateral, a Dissertação de Mestrado agora transformada em livro, estuda a trajetória de ascensão social e o processo correlato de formação do “cabedal militar” de Antonio Mello Brabo. Contudo, mais que as vicissitudes da vida do tenente-coronel, e usando a sua trajetória de vida como pretexto, a obra reflete sobre como elites militares são formadas e de que forma atuaram no recrutamento militar do Império. O percurso de Antonio Joze de Mello Brabo, notadamente a partir do momento em que ele se estabelece em “Cima da Serra de Botucaraí”, modesta povoação assentada no limite entre os municípios de Rio Pardo e Cruz Alta, é, assim, o ponto de partida para o estudo colocar em cena os caminhos passíveis de serem acessados por militares para obterem expedientes pelos quais arregimentar gente para a guerra. A isto podia se associar prestígio, reconhecimento, e, por vezes, até poder em determinadas áreas.

Agraciado por D. Pedro II em 1841, com o diploma honorífico de oficial da Ordem da Rosa ao lado de Francisco Pedro de Abreu (futuro Barão do Jacuí), João Propício Mena Barreto (futuro 2º Barão de São Gabriel), Aníbal Antunes Maciel (futuro Barão dos Três Serros), José Joaquim Andrade Neves (futuro Barão do Triunfo), Antonio Joze de Mello Brabo não alcançou a notoriedade destes homens. Ele não provinha de família bem posta socialmente, e, talvez, seu primeiro recrutamento não tenha sido voluntário, já que a vila onde nasceu situava-se em um espaço em que a conscrição forçada era então usual. Adestrado na cavalaria, tornou-se comandante de um corpo desta que foi a principal arma nas guerras praticadas no extremo-Sul naqueles anos, como a da Cisplatina (1825-1828), a Farroupilha (1835-1845) e a do Paraguai (1864-1870). Po-

rém, sua vida econômica foi apenas mediana e sua atuação política foi também discreta. É justamente esta condição que torna instigante a questão que anima a investigação conduzida por Bastos Neto sobre a capacidade de Mello Brabo arremeter mais de uma centena de homens em armas e comandar batalhões. Segundo ele sustenta, é possível que, vivendo em uma vila onde a presença indígena era constante, o militar tenha criado estratégias para interagir com essas populações, o que lhe trouxe vantagens pessoais.

Realmente, o exercício empírico revelou-lhe uma série de interações pessoais tais como vínculos de parentesco, colaboração econômica, agregação territorial, proteção, camaradagem, e do que os trabalhos de uma historiografia atenta às reflexões antropológicas denominam de “economia do dom”, a qual envolve compromissos de reciprocidade, não necessariamente simétricos. Conclui, assim, Bastos Neto, que a performance militar de Mello Brabo resulta de um capital relacional conformado por meio de uma bem-sucedida estratégia de estabelecer relações verticais com seus subalternos, e horizontais com membros de elites locais.

Desta maneira, ele se alia à profícua renovação da história militar no Brasil que se apresenta em estreita conexão com a história social. Com efeito, é especialmente através do mapeamento das redes sociais do personagem histórico que estuda, reconstruídas cuidadosamente em um intenso exercício empírico, que Ernesto Bastos Neto elabora este estudo que se apresenta como uma feliz e oportuna contribuição para nossa historiografia. Lembrar que este trabalho foi construído a partir de sua condição de aluno do Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos, em um fecundo exercício de diálogo intelectual com professores e colegas do nosso Curso, nos enche de orgulho e satisfação. Como o personagem que nos apresenta, Ernesto Pereira Bastos Neto foi feliz na constituição de redes pautadas num rico capital social que, a partir das práticas de “dar, receber e retribuir” estabeleceu sólidos laços de admiração, respeito e amizade.

São Leopoldo, 05 de janeiro de 2023.

*Maria Cristina Bohn Martins*

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. da Unisinos, Bolsista de Produtividade do CNPq

Muito raramente – e, neste caso, apenas por pouco tempo – uma classe dominante exerce, sem mediações, sua autoridade por meio da força militar e econômica direta. As pessoas vêm ao mundo em uma sociedade cujas formas e relações parecem tão fixas e imutáveis quanto o céu que nos protege. O “senso comum” de uma época se faz saturado com uma ensurdecadora propaganda do *status quo*, mas o elemento mais forte dessa propaganda é simplesmente o fato da existência do existente

(E. P. THOMPSON, 2001; [1977], p. 239).

\*\*\*

Para nós, muitos dos acontecimentos, despidos da emotividade com que eram vividos pelos seus protagonistas, ficam mais fáceis de ser classificados com base em objetivos precisos, definidos por papéis e funções, por hierarquias e por posições. Entretanto, os motivos, os modos e as consequências das ações têm, nos fatos, uma complexidade que transcende a coerência funcional das motivações que nos parece agora poderem ser lidas nas entrelinhas dos documentos tabelionais. A mistura de tensões e equilíbrios, de identificações com a própria estirpe e de adesões a facções nobiliáres em uma estrutura vertical governava os impulsos à solidariedade e à ruptura nesta realidade política

(G. LEVI, 2000, p. 244).

## INTRODUÇÃO

Aos 12 de junho de 1865, poucos meses após o decreto imperial n.º 3. 371 de 7 de janeiro daquele ano, que instituiu a criação dos corpos de Voluntários da Pátria<sup>1</sup>, o tenente-coronel honorário do Exército e da Guarda Nacional Antonio Joze de Mello Brabo escrevia ao então presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul a fim de tratar, entre outras coisas, de se oferecer para organizar um corpo de voluntários na recôndita freguesia de Nossa Senhora da Soledade, pertencente ao município sul-rio-grandense de Passo Fundo. Dizia ele que, àquela altura, era um “[...] velho soldado, que por mais de 50 anos serviu com dedicação e lealdade à Pátria e ao Monarca”<sup>2</sup>.

Após uma série de contratemplos, em abril de 1867 o tenente-coronel Mello Brabo marchou rumo ao país de Solano Lopez, à frente de 183 homens, dos quais 105 chegaram ao acampamento de Arapehy, onde passaram a integrar o 3º Corpo do Exército. Analisando o recrutamento em Passo Fundo e Soledade, o historiador Sérgio da Costa Franco afirmou não ser possível saber “[...] de que meios se terá valido Mello Brabo para conservar seus recrutas”<sup>3</sup>. Pouco depois da partida do tenente-coronel Mello Brabo, completa Franco, o tenente-coronel “João de Freitas Noronha reúne cento e poucos homens e marcha para São Borja, chega quase sozinho ao destino, tantas foram as deserções [...]”<sup>4</sup>.

O presente estudo, que consiste em uma análise circunstanciada de um recorte específico da vida de Antonio Joze de Mello Brabo, objetiva apontar alguma contribuição ao entendimento dessa questão que, aos olhos de Franco,

parecia incompreensível. Não pelo interesse que tal episódio ou que essa trajetória possa despertar em si, mas pelo que podem falar a respeito do recrutamento militar no Rio Grande do Sul oitocentista, particularmente entre as guerras Dos Farrapos e Do Paraguai.

Antonio Joze de Mello Brabo nasceu por volta de 1787, na vila de Itapeva da Faxina, então pertencente à capitania de São Paulo. Assim como a de tantos outros paulistas, sua vida foi muito influenciada pelas guerras que se travavam há mais de um século nos territórios do sul. Se confiarmos nas suas palavras, o personagem que escolhemos para guiar este estudo assentou praça em torno do ano de 1815, ao passo que temos notícias de sua presença na capitania de São Pedro em 1821. Radicado em Cima da Serra de Botucarái – uma povoação modesta, situada no limite entre os municípios de Rio Pardo e Cruz Alta –, durante os primeiros anos da guerra civil Farroupilha, Antonio Joze de Mello Brabo alcançou a patente de tenente-coronel com galões de honorário, recebeu condecorações honoríficas do Imperador e adquiriu uma sesmaria de campo naquela povoação onde vivia. Ao longo dos anos seguintes, esteve sistematicamente envolvido com as guerras que a cada década teimavam eclodir em territórios sulinos.<sup>1</sup>

A historiografia consolidou ao longo dos últimos trinta anos – mais ou menos – uma interpretação da ocupação luso-brasileira do Rio Grande do Sul que substituiu definitivamente a ideia de povoamento pela de conquista, desvelando, portanto, um claro viés militar nesse processo<sup>5</sup>. Tendo em vista que parte significativa do atual território sul-rio-grandense somente se tornou domínio luso-brasileiro durante as primeiras décadas do Oitocentos, a análise da atuação de pessoas que, ao longo do século XIX, pegaram em armas nestes pagos, certamente tem algo a contribuir para a compreensão dos processos de conquista.

Apesar da conjuntura de epidemia bélica ter afetado a vida de grande parte da população sulina naquele período<sup>6</sup>, são pouquíssimos os estudos de maior fôlego dedicados às trajetórias dos militares que fizeram suas vidas no extremo-Sul do Brasil<sup>7</sup>. Efetivamente, conseguimos mencionar apenas as dissertações de mestrado de Leandro Rosa de Oliveira, sobre a trajetória de João da Silva Tavares (Visconde do Serro Alegre)<sup>8</sup> e Matheus da Silva, a respeito da trajetória de

<sup>1</sup> Informações que serão devidamente discutidas ao longo do texto.

Antônio de Souza Netto<sup>9</sup> e um livro lançado recentemente por José I. Ribeiro a respeito da trajetória do barão de Jacuí.<sup>10</sup>

É claro que trajetórias de militares que atuaram em outros tempos-espços – mesmo que por aqui tenham passado em algum momento – existem em bom número<sup>11</sup>. Também há estudos sobre outros temas envolvendo o Rio Grande do Sul ao longo do século XIX, que incluem a análise de trajetórias militares<sup>12</sup>, assim como se observa o aparecimento de artigos em número crescente tratando de biografias e trajetórias de potentados militares radicados na província mais austral do Império<sup>13</sup>. Além do mais, nos últimos anos o surgimento de uma *nova história militar* tem contribuído decisivamente para o conhecimento a respeito destes personagens e suas vidas.

A história militar é um campo historiográfico com percurso longo e tortuoso, reportando aos gregos Heródoto e Tucídides. Na Europa, a consolidação da Escola dos *Annales* como principal vanguarda historiográfica implicou no desinteresse por esse campo de investigação, em razão de tradições historiográficas anteriores terem erigido uma história militar muito associada à história política e especialmente “[...] ligada à história dos generais e à descrição minuciosa das batalhas”<sup>14</sup>. De acordo com Luiz G. S. Moreira e Marcello J. G. Loureiro, esse quadro de negligência se acentuou sobretudo a partir da década de 1950, “[...] quando houve uma prevalência contundente dos diversos estruturalismos, dentre eles o marxismo, na produção do conhecimento histórico [...]”<sup>15</sup>, que consideravam a história militar da ordem do *événementielle*.

José Iran Ribeiro observa que, no cenário historiográfico internacional, a história militar já começou a ser revitalizada a partir dos anos sessenta e setenta do século XX. O autor assinala como exemplos disso as publicações de *Uma História da Guerra*, do historiador britânico John Keegan; também o estudo do sociólogo norte-americano Charles Tilly, *Coerção, Capital e Estados Europeus*, é apontado como uma contribuição à história militar renovada e, finalmente, um representante dos *Annales*, Georges Duby, incursionou pelas veredas da história militar em *O domingo de Bouvines*<sup>16</sup>. Na mesma esteira, Moreira e Loureiro, corroborando a afirmação de que no mundo acadêmico estrangeiro a história militar ressurgiu por volta da década de 1970, mencionam como referências principais as obras *The Army of Flanders and the Spanish road*, do historiador

britânico Geoffrey Parker, e *War and government in Habsburg Spain*, de autoria de I. A. A. Thompson.<sup>17</sup>

No Brasil, onde a historiografia acadêmica se expandiu sobretudo a partir da década de 1960, o fato desta expansão ter coincidido também com um golpe militar e subsequente ditadura (1964-1985) implicou em consideráveis afastamentos entre a historiografia profissional e o tema castrense<sup>18</sup>. Não obstante, segundo Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay, desde meados do século XIX, a história militar foi objeto de interesse de historiadores e intelectuais em geral, no Brasil.

Num primeiro momento, “[...] memórias pessoais e trabalhos de viés literários dominaram a história militar brasileira durante o século XIX”<sup>19</sup>. A partir da década de 1890, argumentam os autores, “[...] emergiu um gênero identificável de história militar brasileira, coincidindo com o crescimento e o fortalecimento institucionais do Exército”<sup>20</sup>; os autores destas publicações, por sua vez, eram majoritariamente militares ou civis simpatizantes da farda que produziram, sobretudo, “[...] histórias das campanhas, frequentemente bem-documentadas, ainda que muitas vezes abordadas de forma estreita”<sup>21</sup>.

Castro, Izecksohn e Kraay mencionam algumas publicações que consideram importantes sobre o tema, surgidas durante o regime militar, como a primeira edição da *História militar do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, “[...] representante de uma esquerda militar cujos remanescentes estavam sendo violentamente expurgados das Forças Armadas [...]”, publicada em 1965<sup>22</sup>. Também mereceram referência os resumos das teses de John Schulz sobre o papel do Exército na queda de Dom Pedro II e Jeanne Berrance de Castro a respeito da Guarda Nacional, que apareceram na sexta edição da obra *História geral da civilização brasileira*, organizada por Sérgio B. de Holanda.<sup>23</sup>

Entre outros trabalhos destacados, os autores sublinham a contribuição de diferentes brasilianistas que, ao longo das décadas de 1960 e 1970, se ocuparam da história militar brasileira, investigando temas variados do Império à Primeira República, com vistas, entretanto, a pensar sobre o golpe de 1964. Igualmente chamam atenção para estudos produzidos no âmbito de Programas de Pós-Graduação e institutos de pesquisa em ciências sociais e políticas, com destaque para a contribuição de José Murilo de Carvalho<sup>24</sup>. Finalmente, a partir do início da

década de 1990, surgem estudos específicos sobre a história e a memória da ditadura militar, em que pese o fato de que, nas palavras dos autores, “[...] a maioria dos estudiosos ainda se preocupava com a história política das Forças Armadas”.<sup>25</sup>

Com efeito, é uma abordagem distinta, que busca pensar a história militar do ponto de vista das relações entre as Forças Armadas e a sociedade de modo geral que, para Castro, Izecksohn e Kraay, caracteriza o que os autores chamam de Nova História Militar, cuja primeira publicação sistemática é justamente o livro homônimo organizado por estes três pesquisadores. A obra *Nova História Militar Brasileira* resulta, segundo palavras dos organizadores, “[...] de uma confluência frutífera de democratização e maior influência da história social, da antropologia e mesmo das perspectivas pós-modernas sobre os estudos militares”.<sup>26</sup>

Conforme José Iran Ribeiro, a partir da publicação supracitada, “[...] surgiram várias outras obras coletivas e a temática [da história militar] voltou a ocupar um espaço de destaque na produção historiográfica brasileira”<sup>27</sup>. Ribeiro sublinha que esta produção “[...] não se limita a tratar das instituições militares ou dos seus integrantes, mas relaciona esses assuntos com todos os demais aspectos das sociedades que faziam parte”<sup>28</sup>. Para fins deste estudo não consideramos necessário demarcar sistematicamente a oposição velha-nova, mas quando nos aproximamos da história militar é à essa *nova história* que estamos nos reportando.<sup>29</sup>

Algo muito semelhante podemos dizer a respeito da abordagem biográfica. A biografia, conforme Benito B. Schmidt, foi um gênero apreciado na antiguidade clássica, na idade média e durante a modernidade, entretanto, seus sentidos se transformaram significativamente ao longo destes mais de dois mil anos<sup>30</sup>. Paradoxalmente, argumenta o autor, o século XIX, triunfo do individualismo na Europa ocidental, foi marcado por um desinteresse pela biografia. O positivismo e o marxismo, as duas principais correntes filosófico-científicas do período, interessavam-se mais pela sociedade do que pelo indivíduo.<sup>31</sup>

Na França da virada do século XIX para o seguinte, o mais importante polo intelectual da Europa naquele momento, a consolidação da sociologia de matriz durkheimiana avançou uma crítica contundente ao que François Simiand chamou de “ídolos da tribo dos historiadores”<sup>32</sup>. Isto é, alguns dos “[...] objetos que o historiador escolhe estudar de maneira privilegiada” e que, conforme Simiand, “[...] não se prestam a um esforço de conhecimento científico,

pela dupla razão que acaba de ser mencionada: eles são representações do individual e não podem ser objeto de procedimento de abstração<sup>33</sup>. Quais sejam estes tais ídolos denunciados pelo sociólogo francês: “o ídolo político”, “o ídolo individual” e o “ídolo cronológico”<sup>34</sup>. Nos interessa particularmente sua crítica ao *ídolo individual*, que corresponderia a conceber a história “[...] como uma história de indivíduos e não como um estudo de fatos”<sup>35</sup>. Tal procedimento, argumentava Simiand, “[...] leva ainda comumente, a ordenar as pesquisas e trabalhos em torno de um homem e não de uma instituição, de um fenômeno social, de uma relação a ser estabelecida”<sup>36</sup>.

De acordo com Schmidt, críticas como essa elaborada por Simiand tiveram grande influência sobre os fundadores da Escola dos Annales. Não à toa, argumenta o autor, Marc Bloch definiu, “[...] em seu clássico livro *testamento Apologia da história ou o ofício do historiador*, a história como “ciência dos homens – no plural! – no tempo”<sup>37</sup>. Ainda que, como também salienta Schmidt, Lucien Febvre tenha se voltado em algumas de suas obras principais, “[...] para personagens individuais da época moderna, como Lutero, Rabelais e Margarida de Navarra, mas com o objetivo de compreender fenômenos coletivos, em especial as ‘utensílagens mentais’ próprias de determinados contextos”<sup>38</sup>.

Com efeito, diferentes historiadores sustentam que o desenvolvimento da historiografia científica, ao longo do século XX, marcou também um progressivo afastamento do interesse pela biografia<sup>39</sup>. Embora o gênero não tenha sido absolutamente abandonado, tornou-se objeto de uma historiografia pouco considerada, afeita à “[...] elaboração das grandes sínteses, ou visando à construção de referências identitárias propícias à difusão de uma pedagogia nacionalista ou, ainda, como forma de atender ao gosto de um público sempre sedento por títulos do tipo ‘*A vida secreta de...*’ [...]”<sup>40</sup>.

Os mesmos autores demonstram também que, desde a década de 1980, a biografia foi revitalizada na historiografia acadêmica ocidental. De acordo com Schmidt, um grande interesse pela biografia no universo cultural de modo geral, nesse período, pode ser entendido como efeito do que François Hartog chamou de falhas do regime de historicidade presentista: “[...] este presente, já inquieto, descobriu-se em busca de raízes e de identidade, preocupado com a memória e as genealogias [...]. Como se se desejasse preservar, e de fato reconstituir, um passado já desaparecido ou a ponto de apagar-se”<sup>41</sup>.

Nesta esteira, Schmidt atribui a reabilitação dos estudos biográficos no âmbito das ciências humanas em geral e da historiografia em particular à crise do estruturalismo enquanto paradigma dominante. Essa virada se expressou, segundo o autor, tanto entre historiadores franceses como “[...] Georges Duby, Jacques Le Goff e Michel Vovelle, antes voltados às pesquisas sobre o imaginário e as mentalidades coletivas, dedicaram obras importantes a personagens individuais”, quanto entre alguns dos principais historiadores britânicos da tradição marxista, como E. P. Thompson e Christopher Hill, que também investiram esforços no estudo de trajetórias singulares.

Para Alexandre Karsburg, a biografia “[...] renovou-se ao trazer conceitos de outras disciplinas, como a antropologia, e se basear em métodos oriundos da micro-história italiana, como a redução da escala de análise para entender processos históricos amplos”. Parafraseando Michel de Certeau e Giovanni Levi, Karsburg argumenta que

Se antes a biografia era realizada para idealizar o passado, tratando de forma coerente o destino dessa pessoa como determinado desde o nascimento (CERTEAU, 2002), agora ela procura problematizar o percurso dessa vida, inserindo-a em diferentes temporalidades, contextos e situações. A partir disso, o biografado deixa de ser pensado como um sujeito completamente racional, imune às dúvidas e incertezas da vida e passa a ser estudado em sua rede de relações, sendo visto como um sujeito condicionado, mas não petrificado pelas estruturas sociais (LEVI, 2000).<sup>42</sup>

O papel desempenhado pela micro-história italiana nesse processo de reabilitação do gênero biográfico enquanto abordagem válida na historiografia é amplamente reconhecido entre os atuais estudiosos da biografia histórica<sup>43</sup>. Conforme Simona Cerutti, o interesse pelos itinerários individuais atendia a uma série de preocupações dos historiadores italianos que criaram esta forma de pesquisa histórica que chamaram micro-história<sup>44</sup>. Segundo a autora, “[...] uma forte convicção regia essas análises [micro-históricas]”<sup>45</sup>, a saber:

[...] o fato de que as relações e os laços davam acesso não somente ao contexto de trocas mais imediatas (de bens e de informações),

mas também aos contextos normativos e culturais. Normas e modelos culturais eram produzidos por meio de redes de obrigações, de expectativas, de reciprocidade e de recursos que se apresentavam ao horizonte dos atores. O percurso biográfico era considerado um contexto “pertinente” (isto é, não anacrônico); social e cultural ao mesmo tempo. Ademais, isso constituía, para o pesquisador, um campo de teste e de controle de sua própria maneira de proceder e deveria protegê-lo de algumas tentações perigosas: sobretudo aquela de separar, em uma análise, as *ações* das *culturas* (expressas nas crenças, por exemplo); de mudar a escala de análise ou o método, efetuando essa transferência (tão frequente) do singular das ações – o contrato, o casamento etc. – ao plural indeterminado das “culturas” (a ideia de *mercado* difundida em meados do século XVIII, retirada de obras contemporâneas etc.). Havia uma desconfiança explícita em relação à reconstituição da “cultura” a partir dos conhecimentos do pesquisador e, por conseguinte, de ideias inscritas de maneira abusiva no contexto analisado para evocar uma “moda” historiográfica plausível.<sup>46</sup>

Ainda nesse sentido, Cerutti afirma que a “[...] a ideia de manter um ponto de vista egocentrado significava definir um contexto de análise apropriado, um contexto que não fosse baseado nos conhecimentos do pesquisador sobre aquilo que ele pensava haver sido o mundo da época”<sup>47</sup>. Isto é, a escolha de um personagem como fio-condutor, tal qual propõe Carlo Ginzburg<sup>48</sup>, corresponde também a um princípio metodológico preocupado com a cientificidade de um dos principais – se não o principal – objetivos de qualquer estudo histórico, a saber, a contextualização. O contexto, ao invés de deduzido conforme os pressupostos do pesquisador ou dos consensos historiográficos “[...] deveria basear-se na experiência dos próprios atores (conforme o pesquisador tivesse conseguido reconstituir)”<sup>49</sup>.

Isto é, encontramos na micro-história italiana diversos procedimentos metodológicos nos quais nos inspiramos para o desenvolvimento desta pesquisa. Conforme as sugestões de Ginzburg<sup>50</sup>, tomamos a vida Antonio Jozé de Mello Brabo como um laboratório de análise da sociedade em que viveu, e o seu nome enquanto uma bússola a nos orientar no oceano de papéis que existem nos arquivos:

Os registros civis apresentam-nos indivíduos enquanto nascidos e mortos, pais e filhos; os registros cadastrais, enquanto proprietários ou usufrutuários; os autos enquanto criminosos, enquanto autores ou testemunhas de um processo. Mas assim corre-se o risco de perder a complexidade das relações que ligam um indivíduo a uma sociedade determinada [...]. Mas se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos.<sup>51</sup>

Entre o final do século XVIII e o início do XIX, Antonio Joze de Mello Brabo migrou de Itapeva rumo ao sul e, ao longo de algumas décadas, tornou-se tenente-coronel honorário do Exército e da Guarda Nacional, Cavaleiro das Imperiais Ordens de Cristo e do Cruzeiro e proprietário de uma sesmaria no distrito de Cima da Serra do Botucaraí. Sabendo que nesse percurso Mello Brabo tornou-se capaz de arrematar mais de uma centena de homens armados ao longo de sucessivas guerras, a pergunta que orientou a presente pesquisa foi justamente *como isso foi possível?*

Com efeito, nos enfronhamos em uma discussão já bastante conhecida na historiografia sobre o Rio Grande do Sul oitocentista, que gira em torno de responder quais práticas e estratégias sociais tornavam possíveis a arrematamento de soldados para as sistemáticas guerras que tiveram lugar nesta parte do Brasil, durante o século XIX. Ao analisar a trajetória de Antonio Joze de Mello Brabo, portanto, nosso objetivo principal é compreender a atuação de lideranças militares no Rio Grande do Sul oitocentista, desde uma perspectiva ainda pouco desenvolvida, que é o estudo das trajetórias individuais desses personagens.

Conforme mencionamos anteriormente, ao longo dos últimos anos, tem havido uma renovação ampla nos estudos sobre a conquista luso-brasileira do Rio Grande do Sul. Nesta direção, diversos consensos historiográficos têm sido reconsiderados, tanto no que diz respeito à constituição das elites militares quanto a respeito de quem eram os soldados e oficiais inferiores que lutavam nestas pelejas.

José Iran Ribeiro, ao analisar o recrutamento e a mobilização das forças de segunda linha empregadas nas guerras da Cisplatina (1825-1828) e Farroupilha (1835-1845), demonstrou que “[...] os gaúchos do início do século XIX não eram indivíduos que se dispunham voluntariamente a participar de algumas das forças armadas que existiam na Província”<sup>52</sup>. Longe de se caracterizar como uma sociedade dividida em chefes militares onipotentes e peões-guerreiros sempre à disposição de seus patrões, o quadro descortinado por Ribeiro evidencia uma população heterogênea, constituída – mesmo nas camadas subalternas – por famílias com interesses econômicos e afetivos que nem sempre eram compatíveis com as demandas por soldados para as constantes refregas.

Diuturnamente, os recrutados “[...] tentavam se isentar da organização destas unidades, das arregimentações, dos serviços ou das mobilizações para as guerras, alegando doenças, se escondendo, ou utilizando-se de outras diversas formas de escusa”<sup>53</sup>. Por outro lado, observa o autor, por mais dramáticas que eventualmente pudessem ser as trajetórias dos indivíduos alistados nas forças de segunda linha (Milícias e depois Guarda Nacional), esses sujeitos estavam situados em uma posição privilegiada da hierarquia social quando comparados aos soldados da chamada Primeira Linha. No centro destas questões, tanto no que diz respeito às fugas do serviço ou ao alcance de isenções junto às autoridades encarregadas do recrutamento, quanto à possibilidade de ser recrutado como soldado do Exército (1ª Linha) ou como Miliciano/Guarda Nacional, Iran Ribeiro identificou um componente social que viria a ser objeto privilegiado de análise de diversas pesquisas subsequentes – dentre as quais esta que se segue – qual seja, a importância das redes pessoais, de parentesco, amizade e clientela, para o funcionamento daquela sociedade e de suas instituições.

Luís A. E. Farinatti deu contornos mais precisos a esse universo rural em guerra endêmica. Analisando a formação da primeira elite luso-brasileira no território onde se constituiu a vila de Alegrete, o autor salientou em primeiro lugar o importante fato de que a estruturação daquela sociedade decorria de um processo de conquista daqueles territórios aos indígenas charrua e minuano, bem como aos guarani-missioneiros e, por conseguinte, à Coroa espanhola<sup>54</sup>. Em linhas muito gerais, a expansão da fronteira meridional neste período era estimulada principalmente em razão da ampliação dos mercados para o gado bovino,

[...] que desde fins do século XVIII eram interessantes, não somente pelo couro, mas também pelo charque, incentivava a busca de novas terras e de rebanhos a arrear ou saquear. A produção pecuária era feita em bases extensivas, tendo necessidade de constante incorporação de fatores produtivos, como a terra e o próprio gado para se expandir. A conquista, os saques e a ocupação sistemática de vastas áreas de boas pastagens nas planícies disputadas com os castelhanos, significava a abertura de uma nova fronteira agrária, que vinha desafogar e ampliar as possibilidades daquele sistema extensivo e da economia sulina como um todo.<sup>55</sup>

A análise desse processo foi fundamental para que o autor pudesse demonstrar em que se sustentavam o poder e o prestígio dos comandantes militares que participaram destas expedições. Provenientes sobretudo das Milícias – tropas muito mais numerosas do que as forças de Primeira Linha –, os homens que lideraram a maior parte dos combates empenhados nas campanhas que se estenderam no extremo-Sul da fronteira meridional da América Lusa durante as três primeiras décadas do século XIX, “[...] estavam muito longe de serem ‘militares’ no sentido de funcionários de um exército moderno e profissional”<sup>56</sup>. Isto é, segundo Farinatti, a mobilização de homens em armas nesse processo – especialmente dos milicianos que não eram soldados profissionais e, em geral não ocupavam as posições mais subalternas da sociedade – demandava dos comandantes o estabelecimento de uma “[...] série de obrigações, de prestações de favores e ajuda que eram esperadas por parentes, aliados e subalternos. Prestações essas que, quando contempladas, solidificavam lealdades e ampliavam sua legitimidade”<sup>57</sup>.

Tratava-se claramente de uma sociedade com traços de Antigo Regime. Traços que, como demonstrou o autor, nesse contexto de conquista militar, mostraram-se estruturantes. A margem de atuação de homens como os comandantes de fronteira, mas não apenas deles, dos oficiais com capacidade de recrutamento em geral, era muito alargada. Afora a autorização de saques e arreadas de gado e da distribuição de butins, cabia às autoridades militares, por exemplo, “[...] afiançar as informações dadas pelos requerentes de sesmarias nas novas áreas [...]”. Além disso, em um contexto em que [...], havia [...] disputas por terras, os comandantes militares serviam de garantidores da posse legítima de um ou outro dos contendores”<sup>58</sup>.

Em outra pesquisa, José I. Ribeiro evidenciou, entre outras conclusões, que, as chamadas rebeliões regenciais contribuíram para a desarticulação de redes locais de recrutamento militar, em favor de um processo mais regulado pelas instituições do Império. Nas províncias onde as elites rebeldes não perderam o controle das revoltas, entretanto, esse processo de centralização foi bem menos acentuado. No caso do Rio Grande do Sul em particular, a centralização foi ainda mais relativa, tendo em vista a posição estratégica da província de São Pedro em relação às repúblicas platinas e o risco que representaria aos interesses geopolíticos do Império uma desarticulação das estruturas sociais que possibilitavam o recrutamento nesta província.<sup>59</sup>

Em direção semelhante, mas analisando a Guarda Nacional na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, entre 1845 e 1873, Miqueias H. Mugge explorou as dinâmicas de negociação entre os chefes militares sul-rio-grandenses e as autoridades do Império, durante um período extremamente delicado do ponto de vista geopolítico na fronteira meridional do Império brasileiro<sup>60</sup>. Com efeito, o autor demonstrou que a Guarda Nacional nesta província – diferente de outras onde as guerras não eram constantes – não funcionava como uma instituição para isentar pessoas do serviço do Exército.<sup>61</sup>

Buscando discutir as relações entretidas entre comandantes e comandados, Mugge explorou atentamente o papel dos comandantes superiores, autoridades máximas das instituições ao nível das localidades<sup>62</sup>. Analisando a intrínseca relação entre a Guarda Nacional e a política eleitoral, Mugge evita usos reducionistas de conceitos como o de clientelismo, demonstrando que as lealdades entre comandantes e comandados eram baseadas em interações e arranjos cotidianos multidimensionais, irredutíveis ao economicismo da oposição patrão-cliente.<sup>63</sup>

Foi desse universo básico de referências que partimos para pensar sobre quem foi Antonio Joze de Mello Brabo e quem poderiam ser os sujeitos que esse indivíduo conseguia arregimentar para as sucessivas guerras em que tomou partido na causa da Monarquia. Atentando, todavia, à nossa orientação metodológica, os contextos específicos em que essa trajetória se inscreveu não foram deduzidos da historiografia. São contextos que emergem das fontes, nos levando a crer que não apenas influíram na vida de Antonio Joze de Mello Brabo, como foram minimamente influenciados pelas ações desse sujeito.

Trata-se de uma postura metodológica consonante com a escolha pela micro-história. Isto é, considerando a discussão de José M. Imízcoz<sup>64</sup>, é possível dizer que a construção do contexto a partir das fontes compulsadas observa um procedimento cognoscitivo elementar para historiadores como Giovanni Levi: a investigação indutiva.

El análisis inductivo no necesita reducir la complejidad de los datos empíricos, sino al contrario: lejos de rechazar la diversidad de los comportamientos observados, asume la variación y la dispersión, elaborando sus categorías a partir de ellas. Las categorías se constituyen en el curso del análisis, a partir de la variabilidad misma de los datos empíricos, pero da cuenta de los valores y de los contenidos que recubren en momentos y contextos diferentes.<sup>65</sup>

Nesse sentido, a noção de contexto pressupõe a identificação de uma configuração social, ou seja, um emaranhado de relações pessoais e de interdependências entre sujeitos que participam ao mesmo tempo de diferentes grupos. Estudos de trajetória, como demonstrou Maurizio Gribaudi<sup>66</sup>, podem permitir a superação da oposição indivíduo-sociedade, pela demonstração de que as ações individuais não são monocausais e, quando vistas no tempo, não expressam senão

[...] uma série de determinações cruzadas em que se misturam o acaso e o peso da configuração de relações e de referências específicas, na qual [...] [um sujeito qualquer] se inscreve e se transforma gradualmente. É uma configuração ao mesmo tempo individual e social.<sup>67</sup>

Assim, os contextos que emergem do estudo de trajetória são justamente rastros deixados na documentação a respeito de um emaranhado de experiências e projetos ao mesmo tempo sociais e individuais que dão forma ao que se entende como História. Desta análise empírica, foram surgindo indícios de interações pessoais que se mostraram significativas, uma vez que reiteradas no tempo; vínculos de parentesco, amizade, colaboração econômica, agregação territorial, proteção, camaradagem entre outros que, no entanto, constantemente se sobrepunham.

Recorremos para a análise de tais interações e vínculos, ao diálogo estabelecido entre historiadores e cientistas sociais interessados na noção de rede social. Em um plano metodológico, tomamos a noção de rede enquanto metáfora, atentando-nos, como sugere Carlo Ginzburg, para “[...] as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”<sup>68</sup>. Ou seja, empreendemos uma análise egocentrada, dando ênfase justamente para as relações sociais em que Antonio Joze de Mello Brabo esteve enredado.<sup>69</sup>

No plano analítico, entendemos a noção de rede como pressuposto da ação social, retomando o debate central em ciências humanas sobre o par indivíduo-sociedade. Neste sentido, nos inspiramos nos estudos de José M. Imízcoz, que discute a aproximação entre *network analysis* e a micro-história italiana:

[...] el análisis de red social no acepta la predeterminación, anterior a la observación, que supone explicar las conductas y la dinámica social a partir de los atributos de los actores – y las clasificaciones, categorías e “grupos” correspondientes – y a partir de las normas que imperam supuestamente en esos “grupos”. En esto, su apuesta metodológica es semejante a la que hemos observado en el análisis microhistórico inductivo y es común a un movimiento de fondo que se abre paso actualmente en todas las ciencias sociales: partir de los actores sociales y de sus configuraciones reales para observar cómo se articulan realmente y explicar mejor sus conductas y dinámicas.<sup>70</sup>

Em termos epistemológicos, Imízcoz insere suas pesquisas na esteira de outras propostas alternativas tanto ao determinismo da estrutura sobre os sujeitos (também chamado de holismo), quanto à resposta maniqueísta, que conflui para um individualismo metodológico, cujo pressuposto é que a ação individual é absolutamente livre de condicionantes externos. Em outras palavras, a proposição de Imízcoz se funda na busca indutiva das categorias de agregação social pertinentes aos contextos empíricos estudados. Assim, a pesquisa consiste tanto em identificar as configurações sociais formadas a partir das relações entre indivíduos, quanto analisar os padrões de coerção exercidos pelas redes sobre os

sujeitos que nelas se inserem, considerando, do mesmo modo, as margens abertas pelas contradições existentes em cada configuração social, à ação individual.

Analisando as relações pessoais entretidas por Antonio Joze de Mello Brabo, sustentamos a hipótese de que boa parte delas ajudava a constituir o que Luís A. Farinatti chamou de “cabedal militar”<sup>71</sup>. Isto é, uma forma de capital social intrinsecamente associada ao contexto de endemia bélica vivenciado no extremo-Sul do Brasil entre meados dos séculos XVIII e XIX<sup>72</sup>. Argumentamos, portanto, que Antonio Joze de Mello Brabo foi um dos tantos sujeitos que em uma conjuntura de movimentações armadas constantes, enveredou-se no que Farinatti chamou de “carreira na guerra”<sup>73</sup>, constituindo-se como um daqueles indivíduos que, ao longo de praticamente toda a vida, se dedicou às armas.

Dialogando com a bibliografia que mencionamos anteriormente, buscamos iluminar também as relações e ações sociais a partir de algumas expressões que identificamos na documentação e que argumentamos se tratarem de categorias êmicas. Isto é, de noções próprias de um universo cultural específico e que nos fornecem indícios sobre os “sistemas de sentido” – usando a expressão de Simona Cerutti – aos quais pertencem; e que apresentam alguma alteridade em relação às visões de mundo contemporâneas.<sup>74</sup>

Daí nosso interesse pela noção de dádiva, discutida originalmente pelo antropólogo Marcel Mauss em *O Ensaio sobre a Dádiva*, uma análise comparativa da literatura histórica e antropológica sobre sistemas de trocas praticados por diversos povos indígenas e sociedades antigas<sup>75</sup>. Sistemas de trocas esses baseados em lógicas que, segundo António M. Hespanha, [...] poderiam ser aplicadas quase directamente às sociedades europeias tradicionais, desde as sociedades da Antiguidade Clássica até as sociedades do Antigo Regime, inclusive às comunidades camponesas contemporâneas<sup>76</sup>. No centro desta discussão está uma lógica de interação social baseada em compromissos de reciprocidade – não necessariamente simétricos –, o que Xavier e Hespanha chamaram de “economia do dom”<sup>77</sup>, isto é:

Mauss fixa sua atenção no carácter dito “*voluntário, aparentemente livre e gratuito, e, no entanto, cogente e interessado da doação*” [...]. Cogente porque a atividade doadora era regida por uma

“tríplice obrigação”: a de doar, a de receber e a de devolver [...]. Interessado porque, sendo a doação uma manifestação do poder, o prestígio individual estava estreitamente ligado a “*transformar os bens aceites em bens cedidos a troco de contrapartida, de modo a transformar, por sua vez, os destinatários da doação em obrigados*”.<sup>78</sup>

Levando em conta uma série de indícios documentais nessa direção, e considerando que “[...] muitos têm sido os trabalhos que apontam a vigência dessas práticas e valores não apenas no Reino, mas nos mais diferentes confins do Império Português e, assim, também na América Lusa”<sup>79</sup>, buscamos discutir noções êmicas como *dádiva*, *amigo* e *cliente* tendo em vista esse referencial. Nesse sentido, concordamos com Alexandre M. Cunha, para quem, se as formas de interação social no Brasil oitocentista já não eram informadas exclusivamente por visões de mundo de Antigo Regime, também não eram da ordem da relação clientelista “[...] que marcaria o contexto da República Velha [...], no qual o “Estado” assume a dimensão impessoal de ator político na barganha clientelística com o grupo dos coronéis”.<sup>80</sup>

Finalmente, antes de tratar de maneira sintética dos capítulos em que se estrutura este estudo, é preciso esclarecer as razões que me levaram a escolher este personagem, bem como apresentar as fontes utilizadas nesta pesquisa. Quero dizer, meu interesse na trajetória de Antonio Joze de Mello Brabo não surgiu da sua atividade militar<sup>11</sup>. Efetivamente, me deparei com esse sujeito em razão de estudos que desenvolvi durante a graduação, no campo da história indígena<sup>81</sup>. Na ocasião, acabei lendo os estudos de diversos antropólogos que haviam entrevistado, desde o final da década de 1980, integrantes de uma comunidade que até o presente reivindica a demarcação da Fazenda das Borboletas como terra indígena. Segundo a tradição oral indígena, uma união de casamento entre o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo e uma mulher indígena chamada Maria Conceição de Campos Novos, não apenas constituiu naquele lugar uma parentela mestiça, como diferentes famílias indígenas teriam encontrado na Fazenda das Borboletas refúgio contra as investidas de outros conquistadores.<sup>82</sup>

<sup>11</sup> Optou-se, neste parágrafo, pelo uso da primeira pessoa do singular, por se tratar de um relato pessoal do autor.

Perseguindo algumas pistas levantadas por esses cientistas sociais a respeito de Antonio Joze de Mello Brabo, passamos a buscar documentação em arquivos e então elaboramos um projeto com vistas a pesquisar a relação desse sujeito com pessoas indígenas. Conforme a disponibilidade de documentação, no entanto, fomos redesenhando nosso projeto, de modo que o resultado deste redirecionamento é o que segue.

Em relação às fontes, orientamos nossa prospecção – nos limites que a pandemia impôs – pela proposta de Alexandre Karsburg, para quem, independente de se estudar biografia ou trajetória – toda ou parte da vida do sujeito – alguns procedimentos metodológicos devem ser seguidos: “[...] o principal deles é a reconstrução detalhada dos passos do biografado, com o máximo possível de fontes (de preferência fontes de natureza diferente), que devem ser sistematicamente confrontadas”<sup>83</sup>. Quando não foi possível localizar especificamente o personagem estudado, recorremos a estratégias como as sugeridas por Natalie Z. Davis:

Mi estrategia es comanzar con las personas, los lugares y los textos sobre los que hay pruebas fiables que afirmen o sugieran que [...], los conocía y llegar a descubrir, a partir de fuentes adicionales sobre ellos, lo que es probable que hubiese visto, o oído, o leído, o hecho. Por toda la obra he tenido usar el condicional “hubiese”, “puede que hubiese”, “es probable que hubiese” y el especulativo “talvez”. Éstos son mi invitación al lector a seguir una historia de vida plausible a partir de materiales de la época.<sup>84</sup>

Nos servimos, portanto, de todas as fontes que conseguimos localizar. Mas a documentação que utilizamos mais sistematicamente foram correspondências da Coleção Varela e dos fundos Autoridades Militares e Guarda Nacional, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Da Coleção Varela, analisamos todas as correspondências emitidas por Antonio Joze de Mello Brabo, bem como outras em que seu nome foi mencionado ou que nos auxiliaram a compreender alguma situação com mais densidade. Do fundo Autoridades Militares, analisamos as correspondências emitidas por Antonio Joze de Mello Brabo. Do fundo Guarda Nacional, analisamos as correspondências emitidas

pelo Comandante Superior de Passo Fundo entre 1860 e 1867, isto é, desde o ano de criação do referido Comando, até o momento em que Antonio Joze de Mello Brabo marchou com destino ao Paraguai. Além destas correspondências, também analisamos alguns ofícios avulsos e as listas do conselho de qualificação realizado na paróquia de Soledade no ano de 1860.

Do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, consultamos alguns inventários, processos judiciais e escrituras públicas. Dentre as escrituras públicas, analisamos mais detidamente os livros de transmissões e notas nº 1 do 5º e do 7º distritos do município de Passo Fundo, cobrindo – ainda que não de maneira serial – o período entre 1857 e 1873<sup>III</sup>.

Consultamos também o livro nº 5 de registros paróquias de batismo de pessoas livres da freguesia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta. Desse livro, que cobre o recorte temporal entre o mês de maio de 1855 e fevereiro de 1857, analisamos diversos registros de forma qualitativa e um recorte de seis meses, entre o período de 1º de junho a 1º de dezembro de 1855 e totalizando 222 assentos, que analisamos em termos quali-quantitativos, procedendo a transcrição total desse recorte menor.<sup>IV</sup>

Como dissemos, ao longo do texto, compulsamos relatos de viajantes, com maior atenção para a memória publicada por Hemetério José Velloso da Silveira na obra intitulada *As missões orientais e seus antigos domínios*<sup>85</sup>, e documentos avulsos localizados em diversos acervos – principalmente *online* –, dentre os quais consideramos necessário mencionar o acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional<sup>86</sup>. Assim como os Relatórios de Presidentes de Província, consultados na plataforma *online Center for Research Libraries*.<sup>87</sup>

Por fim, o recorte tempo-espacial do trabalho foi delimitado pelas fontes. Deste modo, não se tratam de marcadores estanques, mas de balizas flexíveis entre as quais há alguns epicentros de atividade observada e que fica circunscrito ao planalto sul-rio-grandense entre 1841 e 1867. Aqui é significativo fazer um esclarecimento, em função das fontes que conseguimos consultar, nossa pesquisa não permite explorar a vida de Antonio Joze de Mello Brabo desde o nascimento até o momento de sua morte, o que caracterizaria mais claramente uma

<sup>III</sup> A escrituras foram consultadas através do site <https://www.familysearch.org/pt/>.

<sup>IV</sup> Acervo do autor, consultado no Arquivo da Cúria Diocesana de Cruz Alta/RS.

biografia ou *bios-grafia*. Neste sentido, nos unimos à interpretação de Alexandre Karsburg, que sustenta a existência desta distinção entre estudos de biografia e trajetória: enquanto o primeiro trata de todo período da vida de um indivíduo, “[...] a trajetória, por seu turno, não tem por obrigatoriedade abordar toda a vida do sujeito; antes, procura centrar as análises num período determinado”<sup>88</sup>

Com efeito, a documentação que compulsamos nos fornece apenas indícios muito vagos sobre o período que se estende entre o nascimento de Antonio Joze de Mello Brabo e o final do ano de 1840, quando este sujeito é promovido à comandante do 10º Corpo de Cavalaria de Cruz Alta em destacamento à serviço do Exército Imperial. Deste momento em diante, conseguimos observar também sua residência na região de Cima da Serra do Botucaraí, onde viveu até 1882 – ano de sua morte –, justificando assim o recorte espacial. Do mesmo modo, após sua partida para a guerra contra o Paraguai, as referências voltam a ficar rarefeitas, de maneira que optamos por estabelecer como principais marcadores cronológicos, portanto, estas duas datas: 1841 e 1867, ainda que, ao longo do texto, praticamente não as respeitamos.

O primeiro capítulo consiste em uma discussão sobre quem foi Antonio Joze de Mello Brabo, com vistas a responder aquelas questões que, segundo Benito Schmidt, são as primeiras que devem ser colocadas aos estudos de biografia histórica, isto é: “[...] por que vale à pena biografar esse indivíduo? Ou, melhor ainda: que dimensões do passado são possíveis de se conhecer pesquisando a trajetória de determinado personagem?”<sup>89</sup>. Neste capítulo, empreendemos uma discussão sobre as referências iniciais que localizamos a respeito deste sujeito, realizando também uma discussão sobre o método onomástico.

Além da justificativa da pesquisa, neste capítulo investigamos detidamente a atuação de Antonio Joze de Mello Brabo na guerra civil Farrroupilha (1835-1845), com ênfase na capacidade de recrutamento deste oficial, analisando uma série de indícios a respeito das interações cotidianas que matinha com seus comandados, mas também com oficiais da sua mesma patente e com seus superiores, interações que consideramos serem da ordem de uma “política da vida cotidiana”<sup>90</sup> específica do contexto de guerra<sup>91</sup>. Finalmente, ainda neste capítulo tratamos de analisar estas interações tendo em vista a constituição e reprodução de um cabedal militar.<sup>92</sup>

No segundo capítulo, cruzamos praticamente todas as fontes que encontramos, com vistas a identificar e analisar vínculos pessoais mantidos por Antonio Joze de Mello Brabo e reiterados no tempo. Buscou-se, com isso, responder o que tais vínculos e relações dizem a respeito da atuação militar do personagem fio-condutor da investigação. A partir da especificidade da trajetória deste sujeito, conseguimos adentrar contextos ainda pouco explorados pela historiografia, como o processo efetivo de conquista do território do planalto sul-rio-grandense aos povos indígenas. Acenamos na direção que vêm sendo apontada por uma historiografia recente, sobre a necessidade de se investir na investigação empírica dos processos de formação das vilas luso-brasileiras em territórios sul-rio-grandenses, desnaturalizando a figura do militar-estancieiro e interrogando-se “[...] sobre as formas concretas dessa combinação e sobre os significados sociais específicos dos postos ligados à atividade guerreira”<sup>93</sup>.

Analisando uma multiplicidade de indícios sobre o estabelecimento e a manutenção de relações de reciprocidade simétrica e assimétrica entre Antonio Joze de Mello Brabo e populações como imigrantes alemães, agregados, indígenas e outros militares – inclusive desertores, argumentamos que tais relações estavam informadas por uma linguagem característica de sociedades de Antigo Regime. Buscamos em noções como *amizade, dádiva e cliente*<sup>94</sup>, explicar a existência de uma ética política mesmo nas relações entre indivíduos posicionados desigualmente na hierarquia social. Com efeito, ainda que a partir de inferências indiretas e indícios, defendemos – na esteira de um amplo debate historiográfico – a hipótese de que os compromissos e as lealdades que sustentavam tais relações são a chave para a compreensão da capacidade de recrutamento militar da qual gozava este indivíduo.

Por fim, ainda no segundo capítulo, discutimos a noção de *china* presente na documentação, enquanto uma categoria “mestiça”<sup>95</sup>. Problematizamos a atuação de mediadores no processo de conquista, argumentando que, em alguma medida, Antonio Joze de Mello Brabo performou este papel, possivelmente se valendo da aliança com parentelas indígenas para engrossar suas tropas. No caminho inverso, sugerimos que a condição ambígua da *qualidade*<sup>96</sup> de “china/chino”, pode ter implicado na invisibilização<sup>97</sup> de uma dimensão significativa da historicidade indígena no planalto sul-rio-grandense.

No último capítulo deste estudo, nos esforçamos para situar a trajetória de Antonio Joze de Mello Brabo em relação às de outros personagens que também fizeram a carreira da guerra no Rio Grande do Sul oitocentista. Recorrendo basicamente à bibliografia, realizamos exercícios comparativos, a fim mensurar o significado efetivo das posições sociais ocupadas por Antonio Joze de Mello Brabo em distintos momentos de sua vida, bem como acerca da correlação entre ascensão militar e mobilidade socioeconômica.

Inspirando-nos na discussão proposta por Maíra I. Vendrame e Alexandre Karsburg a respeito das noções de norma e exceção nos estudos biográficos<sup>98</sup>, investimos em uma análise de elementos que aproximam Antonio Joze de Mello Brabo de outros milicianos que fizeram suas vidas nas guerras do sul, assim como de outros aspectos que singularizam a sua biografia. Finalmente, nos amparamos na abordagem proposta por Maurizio Gribaudi, para pensar sobre a relação entre processo social e experiência individual, no âmbito dos estudos de trajetórias.<sup>99</sup>

A partir deste itinerário, consideramos ter sido possível aportar algumas contribuições para a compreensão das lógicas cotidianas que informavam o recrutamento militar no Rio Grande do Sul oitocentista. Particularmente, analisando a constituição de uma liderança militar e sua atuação em uma região periférica (planalto sul-rio-grandense) de uma província periférica – mas militarmente estratégica – do Brasil Imperial (Província de São Pedro), consideramos que este estudo contribui para a já clássica discussão a respeito da guerra na fronteira meridional do Império brasileiro.

## NOTAS DE FIM

- <sup>1</sup> BRASIL, *Decreto n.º 3.371, de 7 de janeiro de 1865*. Cria Corpos para o serviço de guerra em circunstâncias extraordinárias com a denominação de “Voluntários da Pátria”. Coleção de Leis do Império do Brasil - 7/1/1865, parte I, p. 5, vol. 1. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html> >. Acesso em: 28 jan. 2022.
- <sup>2</sup> AHRS. FGN. Comando Superior de Passo Fundo. Maço 15. Ofício do tenente-coronel honorário Antonio Joze de Mello Brabo ao presidente da província. Soledade, 12 jun. 1865.
- <sup>3</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na História*. Porto Alegre: CORAG, 1975, p. 67.
- <sup>4</sup> FRANCO, *Loc. cit.*
- <sup>5</sup> Cf. OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. 248f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 1990; HAMEISTER; Martha Daisson; GIL, Tiago Luís. Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente de São Pedro do Rio Grande do Sul (século XVIII). In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (Orgs.). *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 265-310; FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010; KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: Família e Poder no Continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720-1800)*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2014.
- <sup>6</sup> FARINATTI, *Op. Cit.*
- <sup>7</sup> RIBEIRO, José Iran. Apresentar armas! Considerações historiográficas, metodológicas e empíricas sobre a redução de escala na pesquisa em História Militar. In: MARTINS, Maria C. Bohn; MOREIRA, Paulo R. Staudt. (Orgs.). *Uma história em escalas: a microanálise e a historiografia latino-americana*. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 151-180.
- <sup>8</sup> OLIVEIRA, Leandro Rosa de. *Nas veredas do Império: guerra, política e mobilidades através da trajetória do Visconde do Serro Alegre (Rio Grande do Sul, c. 1790-c. 1870)*. 156f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 2016.
- <sup>9</sup> SILVA, Matheus da. *Trajatória e atuação política de Antônio de Souza Netto (1835-1866)*. 111f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2012.
- <sup>10</sup> RIBEIRO, José Iran. *As “Surpresas” de Chico Pedro, as astúcias de Moringue*: Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí. São Leopoldo: Oikos Editora. [2ª ed. Ebook], 2021.
- <sup>11</sup> Cf. SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Já para um estudo que utiliza como estratégia a exploração de trajetórias diversas: Cf. RIBEIRO, José Iran. *O Império e as revoltas: Estado e nação nas trajetórias dos militares do exército imperial no contexto da Guerra do Farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.
- <sup>12</sup> Cf. FARINATTI, *Confins Meridionais...*, 2010, p. 165-288; MUGGE, Miqueias Henrique. *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873)*. 315f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2016, p. 184-291.
- <sup>13</sup> Cf. SOUZA, Adriana B. de. Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório. *Topoi*. V. 10, n.º 19, jul-dez, 2009, p. 90-111; FARINATTI, Luís A. E.; VARGAS, Jonas Moreira. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c. 1816- c. 1844). *Topoi*. V. 15, n. 29, jul-dez, 2014, p. 389-413; VARGAS, Jonas M. “Nos caminhos de São Gregório”: As hierarquias sociais na Fronteira do Brasil com o Uruguai e o comando regional do Brigadeiro David Canabarro (c. 1831-1865). *Almanack, [S. l.]*, n. 27, p. 1-50, 2021.
- <sup>14</sup> LUFT, Marcos Vinícios. *Essa guerra desgraçada*: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828). 238f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal

do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.

<sup>15</sup> MOREIRA, Luiz G. S.; LOUREIRO, Marcelo J. G. *A Nova História militar e a América Portuguesa: balanço historiográfico*. In: POSSAMAI, Paulo. (Org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 105-118.

<sup>16</sup> RIBEIRO, *Apresentar armas! Considerações historiográficas, metodológicas e empíricas sobre a redução de escala na pesquisa em História Militar...*, 2012, p. 153-154.

<sup>17</sup> MOREIRA; LOUREIRO, *A Nova História militar e a América Portuguesa...*, 2012, p. 16.

<sup>18</sup> CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. De história militar à “nova” história militar. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 10-47.

<sup>19</sup> CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, *De história militar à “nova” história militar...*, 2004, p. 12.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 13.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 13.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 16.

<sup>23</sup> *Loc. cit.*

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 16-20.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 22.

<sup>26</sup> *Ibid.* p. 22.

<sup>27</sup> RIBEIRO, *Op. cit.*, p. 154.

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 155.

<sup>29</sup> Para o caso do Rio Grande do Sul, são exemplos de algumas obras coletivas organizadas recentemente no campo da nova história militar: POSSAMAI, Paulo César. (Org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPel, 2010; POSSAMAI, Paulo. *Op. cit.*; MUGGE, Miqueias H.; COMISSOLI, Adriano. (Orgs.). *Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil. Século XIX*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2ª ed. 2013.

<sup>30</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. “História e biografia”. In: CARDOSO, Ciro F; VANIFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 187-205.

<sup>31</sup> “[...] ao contrário do que prega certo senso comum historiográfico, o positivismo, enquanto teoria da história, não valoriza os chamados “grandes homens”; foi, sim, uma determinada apropriação de tal teoria pelos historiadores que motivou essa ênfase, afinal, são sobretudo as ações individuais dos grandes líderes políticos, militares e religiosos que emergem com mais clareza nos documentos oficiais, matéria-prima dos historiadores ditos “positivistas”, que aspiravam a estabelecer uma relação neutra e objetiva com o passado. *Ibid.*, p. 190.

<sup>32</sup> SIMIAND *apud* REVEL, Jacques. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009, p. 22.

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. 22.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>35</sup> *Loc. cit.*

<sup>36</sup> *Loc. cit.*

<sup>37</sup> SCHMIDT, *Op. cit.*, p. 191.

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 192.

<sup>39</sup> SCHMIDT, *Op. cit.*; KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARI-NATTI, Luís Augusto. (Orgs.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo, Oikos, 2015, p. 32-52; DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2015, p. 16.

<sup>40</sup> SCHMIDT, *Op. cit.*, p. 192.

<sup>41</sup> HARTOG *apud* SCHMIDT, *Op. cit.*, p. 192.

<sup>42</sup> KARSBURG, *A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias...*, 2015, p. 33

<sup>43</sup> Cf. SCHMIDT, *Op. cit.*; DOSSE, *Op. cit.*; KARSBURG, *Op. cit.*

<sup>44</sup> CERUTTI, Simona. Microstoria: relações sociais versus modelos culturais? Algumas reflexões sobre

estereótipos e práticas históricas. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Maíra Ines. (Orgs.). *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021, p. 40.

<sup>45</sup> *Loc. cit.*

<sup>46</sup> CERUTTI, *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana...*, p. 40-41.

<sup>47</sup> *Ibid.*, p. 41.

<sup>48</sup> GINZBURG, Carlo. O nome e o Como: Troca desigual e mercado Historiográfico. In: \_\_\_\_\_; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, p. 169-178.

<sup>49</sup> CERUTTI, *Op. cit.*, p. 41.

<sup>50</sup> GINZBURG, *Op. cit.*

<sup>51</sup> GINZBURG, *Op. cit.*, p. 173-174.

<sup>52</sup> RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: Os Milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845)*. 288f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2001, p. 278.

<sup>53</sup> *Loc. cit.*

<sup>54</sup> FARINATTI, *Confins Meridionais...*, 2010, p. 68-84.

<sup>55</sup> *Ibid.*, p. 72.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 205.

<sup>57</sup> *Ibid.*, p. 205.

<sup>58</sup> *Ibid.*, p. 215.

<sup>59</sup> RIBEIRO, *O Império e as revoltas...*, 2013, p. 281-283; RIBEIRO, José Iran. O fortalecimento do Estado Imperial através do recrutamento militar no contexto da Guerra dos Farrapos. *Revista Brasileira de História*. V. 31, n.º 62, 2011, p. 251-271.

<sup>60</sup> MUGGE, *Senhores da Guerra...*, 2016, p. 35-97.

<sup>61</sup> *Ibid.*, p. 95.

<sup>62</sup> *Ibid.*, p. 98-141.

<sup>63</sup> *Ibid.*, p. 102.

<sup>64</sup> IMÍZCOZ, José María Beunza. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. *Revista da Faculdade de Letras: História*. S. 3. V. 5, 2004, p. 115-140.

<sup>65</sup> *Ibid.*, p. 119-120.

<sup>66</sup> GRIBAUDI, Maurizio. "Percurso individuais e evolução histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX". In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Maíra Ines. (Orgs.). *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021, p. 164.

<sup>67</sup> *Ibid.*

<sup>68</sup> GINZBURG, *Op. cit.*, 1989, p. 175.

<sup>69</sup> IMIZCOZ, José M. Beunza. Redes sociales y correspondencia epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas. *REDES*. V. 21. Dez, 2011, s.p.

<sup>70</sup> IMÍZCOZ, *Actores, redes, procesos...*, 2004, p. 121.

<sup>71</sup> FARINATTI, Luís A. Ebling. Cabedais militares: os recursos sociais dos potentados da fronteira meridional (1801-1845). In: POSSAMAI, Paulo César. (Org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPel, 2010, p. 81-98.

<sup>72</sup> FARINATTI, *Cabedais militares...*, 2010, p. 86-90.

<sup>73</sup> *Ibid.*, p. 84.

<sup>74</sup> CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 179.

<sup>75</sup> MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003; [1925], p. 183-314.

- <sup>76</sup> HESPANHA, António M. *A política perdida: Ordem e Governo antes da Modernidade*. Curitiba: Juruá Editora, 2010, p. 88.
- <sup>77</sup> XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. As Redes Clientelares. In: António Manuel HESPANHA (coord.), *História de Portugal* – vol.4, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 340.
- <sup>78</sup> MAUSS *apud* HESPANHA, *Op. cit.*, p. 88.
- <sup>79</sup> FARINATTI, *Cabedais militares...*, 2010, p. 87.
- <sup>80</sup> CUNHA, Alexandre Mendes. Patronagem, Clientelismo e Redes Clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira. *História*. V. 25, n.1. 2006, p. 234.
- <sup>81</sup> Cf. BASTOS NETO, Ernesto Pereira. *A mãe é Guarani, o pai é Kaingang*: História, Cultura e Identidade a partir da Terra Indígena Kaingang *Jamã Tÿ Tãnh*. 134f. Monografia (Graduação), Curso de Licenciatura em História, Universidade do Vale do Taquari – Univates, Lajeado/RS, 2019; BASTOS NETO, E. P.; LA-ROQUE, L. F. da S. “Eles dizem que nós não somos mais índios”: reflexões sobre as trajetórias históricas das comunidades kaingang Jamã Tÿ Tãnh e Borboleta, Rio Grande do Sul. *Faces da História*, v. 7, p. 116-140, 2020.
- <sup>82</sup> SIMONIAN, Lígia Teresinha de F. A descendência dos índios da Borboleta e problemas de Terras Indígenas. *Informação Técnica n.171*. Brasília: Ministério da Agricultura (MIRAD), 1986; \_\_\_\_\_. Sobre a extensão e sítios da área indígena Borboleta/RS. *Informação Técnica n. 185*. Coord. De Terras Indígenas/MIRAD, 1986; VENZON, Rodrigo. Borboleta: Sobrevivência indígena frente ao latifúndio. In: *Expropriação e lutas*. As Terras Indígenas no Rio Grande do Sul. PET/ANAÍ – RS, 1993. p. 155-162; SOUZA, José Otávio Catafesto de. *Aos Fantasmas das Brenbas*: etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias no sul do Brasil (Rio Grande do Sul). 1998. 492 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - PPGAS, UFRGS, Porto Alegre, RS, 1998; SOARES, Mariana de Andrade. *A Lição da Borboleta*: o processo de (re) construção da etnicidade indígena na região de Alto Jacuí/RS. 120f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2001; ALMEIDA, Ledson Kurtz de. Direito e Antropologia nas Definições de Territórios e Grupos Indígenas no Brasil: da Comunidade Indígena da Borboleta. *Cadernos LEPAARQ*. V.4, N. 7/8. Ago-Dez, 2007, p. 61-79.
- <sup>83</sup> KARSBURG, *A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias...*, 2012, p. 34.
- <sup>84</sup> DAVIS, Natalie Zemon. *León el Africano: un viajero entre dos mundos*. Espanha: Publicaciones de la Universitat de València, 2008, p. 31.
- <sup>85</sup> SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As missões orientais e seus antigos domínios*. 2 Ed. Porto Alegre: ERUS, 1979.
- <sup>86</sup> Cf. <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.
- <sup>87</sup> Cf: <http://ddsnxt.crl.edu/>.
- <sup>88</sup> KARSBURG, *A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias...*, 2015, p. 34.
- <sup>89</sup> SCHMIDT, *“História e Biografia...”*, 2012, p. 195.
- <sup>90</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 45.
- <sup>91</sup> RIBEIRO, *O Império e as Revoltas...*, 2013, p. 21.
- <sup>92</sup> FARINATTI, *Op. cit.*, 2010.
- <sup>93</sup> FARINATTI, Luís Augusto Ebling. A espada e a capela: relações de compadrio dos oficiais de milícia na fronteira meridional do Brasil (1816-1835). *História Unisinos*. V. 16, n.º 3, set-dez, 2012, p. 295.
- <sup>94</sup> CARDIM, Pedro. Amor e Amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII. *Lusitania Sacra*. Série 2, v. 11, 2009, p. 21-57.
- <sup>95</sup> WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires/ARG: Sb Editorial, 2009, p. 291.
- <sup>96</sup> PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. 286f. Tese (Livro docência). Programa de Pós-Graduação em História (PPGH). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo horizonte, 2012, p. 21.

<sup>97</sup> Sobre a noção de invisibilização das populações indígenas no Rio Grande do Sul oitocentista, Cf: DIEHL, Isadora Talita. *Criando fronteiras: Guaranis e Kaingangos diante dos processos de invisibilização pelo Estado (Rio Grande do Sul, Século XIX)*. 411f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2023.

<sup>98</sup> VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre. Investigação e formalização na perspectiva da Micro-História. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. (Orgs.). *Ensaio de Micro-História, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 86-113.

<sup>99</sup> GRIBAUDI, *Percursos individuais e evolução histórica...*, 2021, p. 122-159.

## CAPÍTULO I

“À custa do meu sangue, com espada  
em punho nos campos de batalha”:

*senhores que fazem guerra, guerras que  
fazem senhores<sup>1</sup>*





Construção social, a guerra é o produto de uma multiplicidade de racionalidades. Pode-se trazê-las à luz [...] a fim de que a guerra apareça não como um ato submetido às invariantes da natureza humana, mas deliberadamente escolhido em função de critérios que, uma vez estabelecidos, têm chance de se revelarem modificáveis no porvir. Em certo sentido, a história efetiva da guerra abre ao porvir um campo de reflexão<sup>2</sup>

Um estudo de trajetória ou biografia histórica se justifica na medida em que permite ao pesquisador e ao leitor conhecerem uma determinada dimensão do passado<sup>3</sup>. Reconstituindo detalhadamente a trajetória de Antonio Joze de Mello Brabo, inferimos que as coisas atinentes à guerra são o aspecto mais constante de sua vida. Esta biografia nos parece um canal privilegiado para o estudo dos constantes movimentos de tropas no Rio Grande do Sul oitocentista. O primeiro capítulo deste estudo consiste em uma apreciação panorâmica das diversas situações em que localizamos o sujeito envolvido com mobilizações de homens para a guerra, particularmente durante as guerras civil Farroupilha (1835-1845), contra Oribe e Rosas (1850-1852) e contra o Paraguai (1864-1870).

Considerando o fato de que Mello Brabo nasceu em uma vila paulista, buscamos compreender minimamente sua migração para o sul a partir do esforço de microanálise, confrontando intensamente os indícios localizados, questionando nomes, datas e lugares, a fim de situar estes fragmentos em um horizonte de possibilidades e inferir com alguma segurança sobre certos episódios. Nos esforçamos também para demonstrar a constante reelaboração de hipóteses ao longo da pesquisa, bem como as potencialidades e os limites da abordagem escolhida. Atentamos, deste modo, ao alerta feito por Giovanni Levi, para que “[...] o mi-

nucioso trabalho de laboratório [do historiador] não permaneça escondido e a receita não fique um segredo do cozinheiro”<sup>4</sup>, ou seja, para que os leitores não sejam “[...] esmagados pelas pesadas interpretações gerais, opiniões discutidas em condições desiguais entre quem escreve e quem lê, mecanismos causais simplificados e estabelecidos *a posteriori*”<sup>5</sup>.

Analisando detidamente diferentes correspondências e outros documentos que nos possibilitaram perceber indícios sobre as interações entre Antonio Joze de Mello Brabo e os homens que comandou, especialmente durante a guerra civil Farroupilha – para a qual localizamos mais documentação nesta direção –, nos aproximamos do conceito de *cabedal militar*, proposto por Luís A. E. Farinatti<sup>6</sup>. Assim como o referido autor, entendemos que uma combinação entre a lógica cultural das sociedades luso-brasileiras e a conjuntura de epidemia bélica vivida na fronteira meridional da América, durante boa parte do século XIX, possibilitava o surgimento de uma forma de capital social muito específica daquele contexto, a saber, um *cabedal militar*.

Demonstrando o grau de pessoalidade envolvido nas relações entre comandantes e comandados naqueles batalhões, analisamos interações cotidianas como pedidos de perdão por deserções, pedidos de dispensa, propostas de promoção, etc., enquanto atos inscritos em uma política da vida cotidiana<sup>7</sup>, informada, por sua vez, por uma “economia do dom”<sup>8</sup>. Não obstante, examinando as disputas envolvendo outros chefes militares estabelecidos em Cruz Alta, buscamos inferir sobre a importância social das patentes militares naquele contexto específico.

### 1.1. *Uma vida em armas*

No dia 2 de dezembro de 1841, por mercê de Sua Majestade, o Imperador do Brasil, em “[...] consideração aos serviços prestados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”<sup>9</sup>, alguns indivíduos foram nomeados Oficiais da Ordem da Rosa. A lista, composta por 13 nomes, dentre os quais dois coronéis honorários chefes de legião, um major e outros 10 tenentes-coronéis da Guarda Nacional, incluía, no rol destes últimos, Francisco Pedro de Abreu (futuro Barão do Jacuí), João Propício Mena Barreto (futuro 2º Barão de São Gabriel), Aníbal

Antunes Maciel (futuro Barão dos Três Serros), José Joaquim Andrade Neves (futuro Barão do Triunfo), Vidal José do Pillar, Antonio Joze de Mello Brabo e mais alguns homens sobre quem não sabemos praticamente nada.

Naquele momento, estes sujeitos passavam a integrar um grupo relativamente seleto de pessoas agraciadas por d. Pedro II com diplomas honoríficos. Ainda que em meados do século XIX o valor tradicional que estas ordens traziam do Antigo Regime português – quando eram concedidas como sinal da nobreza de sangue – já estivesse esvaziado, tratava-se de uma distinção importante. No contexto da guerra civil Farrroupilha, foram agraciados com diploma da Ordem da Rosa os oficiais que se destacaram na defesa da causa Imperial.<sup>10</sup>

Por um lado, tratava-se de referendar a aliança destes indivíduos com o Imperador, por outro, significava um índice de prestígio e distinção social de grande expressão nas interações locais. Para Miqueias Mugge, “[...] está claro que a obtenção de hábitos e comendas honoríficas não foi suficiente para se firmar como elite. Entretanto, deixar de ostentar tais distinções era temerário e, certamente, estabelecia o indivíduo um degrau abaixo da expectativa social que ele almejava”.<sup>11</sup>

Obter estes títulos não era tão simples. De acordo com Mugge, que analisou alguns dossiês de requerimento de diplomas feitos por oficiais militares, os requerentes juntavam evidências não apenas de sua bravura em combate, mas também de despesas que faziam com a causa Imperial para o provimento das tropas que comandavam, entre outros dispêndios que ao longo da guerra iam acumulando: “[...] a lógica de funcionamento das ordens honoríficas apontava para um tipo de relação, estabelecida no seio do Estado, que se calcava em favores, no conhecimento pessoal e no serviço”.<sup>12</sup>

A presença de Antonio Joze de Mello Brabo nesta lista, portanto, indica o grau de envolvimento deste sujeito no conflito que, entre 1835 e 1845, cindiu a província mais austral do Império. Durante o conflito, ele foi promovido à tenente-coronel da Guarda Nacional e tenente-coronel honorário do Exército<sup>1</sup>. As correspondências da Coleção Varela permitem inferir que, entre janeiro de 1841

<sup>1</sup> Ao longo do estudo trataremos do que foi a Guarda Nacional, bem como das diferenças entre esta instituição militar e outras como o Exército brasileiro. Por ora, é relevante destacar que as patentes honorárias implicavam aos titulares recebimento de soldo e a possibilidade de inserir os seus filhos na carreira militar já com a patente de cadete. MUGGE, *Senhores da Guerra...*, 2016, p. 89.

e meados de 1842, Antonio Joze de Mello Brabo foi comandante do 10º corpo de cavalaria de Guardas Nacionais, sediado no município de Cruz Alta. Seu engajamento na causa do Império, todavia, provavelmente se deu desde a primeira hora, como se verá mais adiante.

Embora tenha se licenciado algumas vezes por moléstias ou por outras razões menos conhecidas, em março de 1844 noticiou-se que: “[...] o Batalhão destacado na Cruz Alta se sublevara com grande mortandade escapando-se apenas 3 Oficiais, e saqueando algumas casas, se debandaram, *foi para ali o Mello Brabo*”<sup>13</sup>. Isto é, do primeiro ao último instante da guerra, este sujeito esteve nela empregado.

À frente do 10º corpo de cavalaria, Mello Brabo comandava um batalhão que parece ter variado entre 200 e 500 homens, constituindo, em determinadas ocasiões, a principal força bélica existente naquele município. Nos últimos anos do conflito, este corpo de cavalaria passou por algumas reorganizações, de modo que sua força parece ter sido reduzida. No entanto, em 1846, quando informava o destino dos corpos de cavalaria da Guarda Nacional após a pacificação da província, o então presidente da província de São Pedro e comandante do Exército, Conde de Caxias, afirma o seguinte:

[...] logo que no ano passado próximo terminou a guerra civil, licenciarei os Corpos de Cavalaria nº 5, 8, 10, 11 e 12, conservando do 10º um destacamento na Cruz Alta e outro do 12º na Cachoeira; e dos sete que ficaram a servir, a saber, o 1º, 2º, 3º, 4º, 6º, 7º e 9º, licenciarei também a terça parte da sua força, principiando pelos indivíduos casados, estancieiros, capatazes e outros cujas circunstâncias e interesses de lavoura mais reclamavam dispensa de serviço, para que fossem tratar de suas casas.<sup>14</sup>

Um ano depois, o novo presidente da província, Manoel Antonio Galvão, reiterou que, embora fosse do maior interesse o licenciamento total dos cidadãos guardas nacionais há tantos anos envolvidos com as lides da guerra, “[...] a necessidade de proteger as fronteiras e de fazer respeitar o território aconselham a conservação de alguns corpos em destacamento”<sup>15</sup>. Isto é, as tensões envolvendo as repúblicas vizinhas não permitiam a deposição de armas.

Os relatórios, em geral, eram apresentados pelos presidentes de província à

Assembleia Legislativa Provincial por dois motivos, a saber, “[...] quando precisavam fazer uma espécie de “prestação de contas” [...], em circunstâncias especiais, como, por exemplo, quando deixavam a Presidência, ou em virtude da reunião anual de abertura da Assembleia”<sup>16</sup>. Os relatórios apresentados pelo presidente da província de São Pedro tratam de assuntos importantes na administração provincial, como segurança individual, tranquilidade pública, eleições, obras públicas, administração da justiça, catequese indígena, instrução pública, culto público, colonização, estatísticas, rendas e impostos, bem como orçamentos e despesas, entre outros temas sazonais. Em tópicos como *segurança pública, segurança individual, polícia, Guarda Nacional, Exército e Fronteiras*, é possível localizar diferentes informações sobre a organização das forças militares da província.

Me parece que, inicialmente, o Presidente Galvão encontrou a Guarda Nacional organizada conforme instruções excepcionais do período de guerra. No ano de 1847, portanto, propôs uma organização por comarcas. Pelo que é possível deprender da explicação das instruções que realizou, Galvão propôs a nomeação de um comandante superior por comarca. Abaixo das comarcas, o Presidente sugeriu que fossem criadas uma ou mais legiões por municípios, sob o comando de um coronel-comandante<sup>17</sup>. O relatório não nos permite inferir qual foi o critério de escolha dos comandantes de legião. Nos anos subsequentes percebe-se que, em Cruz Alta, pertencente à comarca de Missões (também citada como Missões e Alegrete), foi organizado o 6º corpo de cavalaria, vinculado à legião de São Borja.<sup>18</sup>

A impressão que se tem pela leitura dos relatórios entre 1846 e 1849 é que, embora a organização da Guarda Nacional estivesse confusa, obstada por oficiais com patentes vitalícias que, segundo alguns presidentes da Província, não as utilizavam senão para evadir-se ao serviço e isentar seus chegados, empreendia-se um movimento de organização com vistas a manter corpos destacados na fronteira; ou seja, em serviço ativo, como se tempo de guerra fosse. Ficavam, assim, os corpos e legiões destacados respondendo à presidência da Província e ao Exército, como determinava a legislação que instituiu a Guarda Nacional em 1831.

De fato, a partir de 1850, os movimentos do Barão do Jacuí na fronteira recebem grande atenção nos relatórios, explicitando-se que, cada vez mais, corpos de Guardas Nacionais estavam sendo destacados para se somar às forças de

primeira linha na fronteira. Esta fronteira vivia processos muito complexos, cuja análise extrapola completamente nossos objetivos. Cabe apenas mencionar que, em linhas gerais, a presença de brasileiros proprietários de campos e gados no Uruguai, que já datava dos anos que antecedem a guerra da Cisplatina (1825-1825), intensificou-se muito durante a guerra civil Farrroupilha, uma vez que a produção pecuária da Província de São Pedro não era suficiente para atender as necessidades da indústria charqueadora.<sup>19</sup>

Ocorreu, todavia, que os arranjos da política nas repúblicas do Uruguai e da Argentina, envoltas há mais de uma década na chamada Guerra Grande (1838-1851), implicaram na aliança entre os líderes político-militares Manuel Oribe e Juan Manuel Rosas, no Uruguai e Argentina, respectivamente:

[...] a aliança entre Oribe e Rosas pôs em funcionamento várias estratégias para desestabilizar as autoridades e os interesses dos brasileiros no Uruguai e no Rio Grande do Sul. Estimulavam deserções nas tropas do Exército Imperial estacionadas na fronteira, incentivavam rebeliões escravas e confiscavam terras, animais, cativos e outros bens de proprietários brasileiros, especialmente no norte uruguaio [...]. O governo blanco também proibiu a passagem de gado para o Rio Grande do Sul, fazendo com que as reses fossem beneficiar a produção dos saladeiros de Montevideú, e decretou a liberdade dos cativos que trabalhavam nas propriedades de brasileiros.<sup>20</sup>

Eram estas as tensões que povoavam o horizonte de preocupações dos presidentes da província, impondo-lhes a necessidade de manter engajados os cidadãos armados que perfilavam na Guarda Nacional. De acordo com Ribeiro, quando as hostilidades praticadas contra os brasileiros começaram a atingir as propriedades de famílias da elite sul-rio-grandense, alguns dos proprietários que se sentiam prejudicados passaram a organizar bandos armados para combater as tropas uruguaias. Um dos principais líderes destas retaliações contra o governo uruguaio foi o coronel Francisco Pedro de Abreu, que havia ascendido vertiginosamente na carreira militar por sua atuação contra os Farrapos.<sup>21</sup>

Tratava-se, contudo, de incursões militares tidas pelo governo brasileiro e provincial como ilegais<sup>22</sup>, de modo que parte dos movimentos de tropas para a fronteira que mencionamos anteriormente, tinha por objetivo justamente evitar

as incursões brasileiras no Uruguai. Ainda assim, essas ações, que ficaram conhecidas como *califórnicas* devido à “[...] facilidade com que participantes enriqueceram retirando gado do Uruguai para o Rio Grande do Sul, algo semelhante aos lucros obtidos pela corrida do ouro ocorrida na região da Califórnia nos Estados Unidos da América”<sup>23</sup>, contavam com o apoio de diversos setores da opinião pública sul-rio-grandense, assim como de vários sul-rio-grandenses habitantes da fronteira, muitos dos quais comandantes militares.<sup>24</sup>

Há indícios, inclusive, de que o tenente-coronel Mello Brabo tenha auxiliado o coronel Abreu em suas reuniões. No início do ano de 1850, quando este último endereçava proclames públicos em busca de aliados daquela que julgava ser uma justa causa brasileira, dois periódicos fluminenses noticiaram o seguinte:

Uma carta que vimos de São Gabriel, datada de 23 do mês passado [fevereiro], diz o seguinte: *O barão de Jacuí no dia 18 achava-se ainda deste lado da fronteira, e para passar à outra banda só esperava o tenente-coronel Fernandes com a reunião de cima da Serra que fora fazer junção com a de Mello Brabo.* A campanha tem se pronunciado com entusiasmo a favor do movimento; e nem era de esperar outra coisa, quando a maioria dela é verdadeiramente interessada nesse desesperado recurso que os prejudicados intentam a bem de tantos capitais extorquidos pela tirania de um governo que não garante os bens dos estrangeiros nem permite que estes salvem as suas propriedades.<sup>25</sup>

A lógica que informava as alianças mobilizadas pelo coronel Francisco Pedro para a formação do seu *bando* encontra paralelo com fenômenos coetâneos comuns nos territórios hispano-americanos da região do rio da Prata, descritos como “caudilhismo” e “montoneras”. Recorrendo a estudos recentes sobre estes fenômenos, Ribeiro sublinha que, por muito tempo, a historiografia os destituiu de densidade política, reduzindo-os a expressões de barbárie associadas à deformação da legitimidade político-militar. Todavia, atualmente se tem superado tais visões, explicitando-se a complexidade destes movimentos e a heterogeneidade de suas composições: “[...] podendo reunir indivíduos de múltiplas origens, seus integrantes eram tanto homens originários dos segmentos mais pobres como indivíduos que faziam parte de organizações militares formais.”<sup>26</sup>

Se de fato o tenente-coronel Mello Brabo tomou partido das ações do barão do Jacuí, certamente não o fez por desconhecimento das possíveis implicações destas iniciativas. É provável que, caso o tenha feito, agira em razão de acordos e expectativas entabuladas com este chefe militar que, ao final da Farrroupilha, gozava de enorme prestígio entre os oficiais legalistas, em função do desempenho que teve durante a guerra civil.

A partir de 1851, o Brasil abriu mão da política de não-intervenção: “[...] foram enviadas instruções para o conde de Caxias, presidente do Rio Grande do Sul, obrigar Oribe a retirar o cerco a Montevideú e enfrentar apenas as tropas argentinas que estivessem no Uruguai”<sup>27</sup>. Neste contexto, reencontramos o tenente-coronel Antonio Joze Mello Brabo através de uma correspondência datada de dezembro de 1851, endereçada por este oficial ao vice-presidente da província, informando sobre despesas que vinha fazendo *por conta da Nação*, com ordens expressas do conde de Caxias:

Dei parte no citado meu ofício de haver eu comprado por conta da Nação 200 e tantos cavalos dos quais havia passado documento em 14 do mesmo mês de 52 cavalos a José Marques Italiano com 520\$000; e agora tomo licença de acrescentar que em 20 do mesmo passei documento a Francisco Falkembach de 70 cavalos com a quantia de 840\$000; em 21 do mesmo a Frederico Hellmann de 108 cavalos com a quantia de 1:296\$000; e na mesma data ao mesmo F. Hellmann de víveres e vestiários que forneceu a 286 praças sob o meu comando com a quantia de 1:292\$700.<sup>28</sup>

Mais tarde, em ofício de maio de 1853, Mello Brabo chega a dizer que, durante o recrutamento referido no ofício supracitado, realizado com vistas a marchar para a fronteira, chegara a reunir um total de 344 homens, incluídos desertores da Primeira Linha capturados nas cercanias de Cima da Serra<sup>29</sup>. Adiante retomaremos essas correspondências, mas, de imediato, adiantamos tratarem principalmente da aquisição de cavalos, do provisionamento das tropas e da captura de desertores. A última correspondência relativa a estas reuniões data de meados de 1854, ao que parece já em vias de licenciamento dos guardas nacionais ainda destacados.

Esta não foi, no entanto, a última vez que o tenente-coronel Antonio Joze

de Mello Brabo participou ativamente do recrutamento de homens para a guerra. Em 16 de abril de 1867, marcharam do município de Passo Fundo 183 recrutas com destino ao assim chamado *Teatro da Guerra*. Aquela parece ter sido uma das últimas partidas de soldados e oficiais saída daquele município com destino ao Paraguai. Segundo o comandante superior da Guarda Nacional de Passo Fundo, antes da saída daquele contingente já haviam marchado mais de 1600 guardas nacionais para engrossar as fileiras Aliadas.<sup>30</sup>

A Província de São Pedro foi a que mais entregou filhos seus ao Exército brasileiro para o dito conflito. Àquela altura, a guerra se encontrava em uma fase crucial e o comando superior de Passo Fundo parecia recalitrante em insistir na extração de recrutas. É provável que estivessem desgastadas as lealdades que fundamentavam a base local de legitimidade do grupo que, naquele momento, ocupava o comando superior da Guarda Nacional. Em atenção a um questionamento do Presidente da província, tendo em vista a acusação feita por um chefe militar local de que, em Passo Fundo, o recrutamento estaria sendo embaraçado pelo próprio comando superior da Guarda Nacional, o comandante respectivo replicou entre outras coisas que:

A contar do dia 8 de novembro de 1864, tem saído deste município para o Teatro da Guerra mil e seiscentas praças da Guarda Nacional, mais ou menos. Grande parte desta gente tem sido vítima da peste, e não pequeno número do ferro inimigo nos campos de batalha. Por isso, ainda assim a mais grande deserção, o número dos servidores da Pátria constantes nos 1º e 2º Corpos do Exército Imperial não é tão limitado quanto parece [...]<sup>31</sup>

Trocando em miúdos, este episódio se situa no quadro analisado por Muggge, sobre a formação do Terceiro Corpo do Exército<sup>32</sup>. Não é possível eufemizar a convulsão social que aqueles anos deveriam estar provocando. Os números do recrutamento falam por si: “[...] Paulo de Queiroz Duarte afirma que, durante toda a Guerra do Paraguai, do Rio Grande do Sul marcharam 33.802 indivíduos, incluindo guardas nacionais, voluntários, recrutas e libertos”<sup>33</sup>. Muggge ainda destacou que este número perfazia “[...] cerca de 27% dos homens livres adultos (17-70 anos) do Rio Grande do Sul [...]”<sup>34</sup>

Para que se perceba com mais detalhe o que o recrutamento poderia representar em 1867, é possível pensar tendo em vista que “15,5% de *toda a força* extraída do Rio Grande do Sul pertenceu ao Terceiro Corpo do Exército, último grande esforço de recrutamento em território sulino, realizado em cerca de seis meses (outubro de 1866 a abril de 1867)”<sup>35</sup>. Ainda de acordo com Mugge, “[...] parte considerável da capacidade de extração de recrutas já se esgotara antes do início da mobilização do Terceiro Corpo”<sup>36</sup>.

A derrota da Aliança nas trincheiras de Curupaiti, em 22 de setembro de 1866, custou às suas tropas cerca de quatro mil baixas. Além disso, paralisou toda a campanha para a tomada da fortaleza de Humaitá – posto avançado da defesa paraguaia. Somou-se a isso, ainda, a retirada de cinco mil soldados do exército argentino, que marcharam de volta ao interior da república [...]. Tal conjuntura resultou na necessidade de novas tropas de homens em armas, que deveriam ser reunidas nas províncias brasileiras.<sup>37</sup>

Foi neste momento que as medidas para a formação do Terceiro Corpo se impuseram. A partir daí a demanda por novos recrutas tornou-se prioridade irrevogável na Província de São Pedro. Exatamente neste contexto que aqueles 183 homens marcharam de Passo Fundo, sob o comando – é bom frisar – do oficial que havia denunciado as supostas manobras do comando superior. O tal oficial era o tenente-coronel honorário da Guarda Nacional e do Exército, Antonio Joze de Mello Brabo.

O número de 183 recrutas parece irrisório diante do total global de indivíduos que marcharam ao *teatro da guerra*, mas dado o quadro em que esse recrutamento aconteceu, não era uma força insignificante. O que nos interessa mais, entretanto, são as tramas subjacentes a estas arregimentações. Isto é, em 10 de fevereiro de 1867, o tenente-coronel Mello Brabo escrevia ao recém-empossado Presidente da província Francisco I. M. Homem de Mello dizendo, para começo de conversa, o seguinte:

A convite e pedido do Tenente Coronel Feliciano Jacintho Dias aceitei aos 16 do mês próximo passado o encargo de reunir no 5º, 6º e 7º distrito do termo da vila de Passo Fundo todos os cidadãos

e G. N. aptos para o serviço da guerra; aceitei esta espinhosa tarefa, porque de uma vez *o meu patriotismo me obrigou, a aproveitar-me a prol da Pátria, que nas atuais circunstâncias reclama os braços de todos os seus filhos, da popularidade de que, graças a Deus, gozo nestas paragens*, e além disso aceitei o encargo porque o convite foi feito em nome do Ex.mo Barão do Herval.<sup>38</sup>

O objetivo da missiva, porém, era denunciar o procedimento do comandante superior interino da GN de Passo Fundo, tenente-coronel Francisco de Barros Miranda, que, segundo Mello Brabo, foi até a freguesia de Soledade, onde se localizam os distritos mencionados, “[...] dar ordem aos oficiais da G.N. subordinados ao Comando Superior de Passo Fundo [...], para não auxiliarem de modo algum, mas sim estorvarem a reunião a que estou procedendo”<sup>39</sup>.

Entre outros argumentos, o autor da correspondência informou que o tenente-coronel Barros Miranda estaria “[...] procedendo desde novembro próximo passado a reunião forçada de toda a G.N. cuja reunião [...] alcançou o cômputo de três praças”. Destacava, por seu turno, que “[...] depois de haver se divulgado a notícia do encargo, que aceitei, 40 e tantos voluntários [apresentaram-se a ele tenente-coronel Mello Brabo]”<sup>40</sup>.

A região da Serra era vista como pouco dada ao serviço militar, marcada por altos índices de deserção<sup>41</sup>. O tenente-coronel Mello Brabo chamava atenção para esse fenômeno, sustentando que se por um lado apenas de Passo Fundo teriam seguido 3 corpos, compostos por 6 companhias cada um, e mais 2 esquadrões à 4 companhias cada; por outro, “[...] nos 2 Exércitos em operações contra República do Paraguai talvez não exista mais nem a terça parte das praças que daqui tem marchado e mais da metade tem desertado”<sup>42</sup>. Por fim, o autor da denúncia pondera:

Creia V. Ex.<sup>a</sup> que as imoralidades, o escandaloso patronato e o sanguinolento rigor que até o presente se tem posto em prática em todas as reuniões quantas há 2 anos tem havido neste Município tem sido o verdadeiro motivo de tanta e tão desonrosa e prejudicial deserção [...]. Não posso aspirar comandos, não posso almejar glória militar, me bastam o renome a graduação e as condecorações que ganhei, e o digo de cerviz erguido, à custa do meu sangue,

com espada em punho nos campos de batalha! O que aspiro, o que almejo é ser útil à minha Pátria, contribuir para que os ardentes desejos do Ex.mo Barão do Herval com respeito a urgente organização do 3º Exército, cujo comando ao mesmo Ex.mo Sr. foi confiado, se realizem.<sup>43</sup>

Em 2 de abril daquele mesmo ano, o então comandante superior interino da GN de Passo Fundo, tenente-coronel João de Freitas Noronha, respondia ao Presidente da província, negando boa parte das acusações levantadas pelo tenente-coronel Mello Brabo. Não tivemos acesso às correspondências recebidas pelo comando superior de Passo Fundo; não sabemos, portanto, exatamente como se deu o diálogo com o Presidente Homem de Mello. O fato é que, em 30 de abril daquele ano o comando superior do referido município escrevia à presidência da Província:

Levo ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> que no dia 16 do corrente fiz marchar o contingente composto de 183 praças à cuja frente me achei até as divisas desse município e de conformidade com as instruções recebidas por este Superior Comando interino passei a entregar o dito contingente ao tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo a fim de seguir o seu destino.<sup>44</sup>

Pelo menos desde fevereiro de 1865, Mello Brabo já se oferecia para organizar o recrutamento na freguesia de Soledade<sup>45</sup>. As tensões deste oficial com o comando superior da GN de Passo Fundo, todavia, inviabilizavam uma articulação local neste sentido. Sérgio da Costa Franco chega a dizer que Mello Brabo era “[...] desafeto político dos principais comandantes da Guarda Nacional”<sup>46</sup> daquele município, ao qual eram subordinados os distritos da freguesia de Soledade, onde ele vivia há décadas.

Atentando-nos para os nomes envolvidos na trama, especialmente do Barão do Herval e do Presidente Homem de Mello, nos parece que, à despeito de quem estivesse falando a verdade – o comando superior ou o tenente-coronel Mello Brabo –, o que determinou o desfecho desta pequena contenda foi o fato de que Mello Brabo afirmava ter condições de recrutar e fazer marcharem algumas praças daquele município. Este oficial, por sua vez, em que pese enfatizasse

na correspondência sua lealdade à pátria e ao Barão do Herval em detrimento de qualquer louro pessoal que pudesse pretender, era veterano da Farroupilha e de outras guerras que tiveram lugar na Província durante o século XIX. Era um “guasca”<sup>11</sup> e conhecia o sistema: “sacrificar agora para retribuir depois”.<sup>47</sup>

O ponto central da argumentação é que o fato de a maior parte dos recrutados que formaram o Terceiro Corpo do Exército ter sido oriunda da Província de São Pedro não foi uma coincidência<sup>48</sup>. Como também não foi por acaso que Mello Brabo enfatizou sua lealdade ao Barão do Herval e obteve uma resposta célere e positiva do Presidente Homem de Mello, ao passo que anteriormente não parece ter tido êxito. Osório e Homem de Mello, juntamente com o Visconde de Paranaguá, nomeado Ministro da Guerra, e o então Marquês de Caxias, comandante em chefe das tropas Aliadas, foram os principais responsáveis pela formação do Terceiro Corpo do Exército:

A partir das articulações entre essas quatro autoridades e suas redes de aliados baseados nas localidades dos confins meridionais um contingente de homens em armas foi formado e acabou por levar o Brasil à vitória de uma guerra que consumia os cofres públicos e que, aos olhos do povo miúdo e das elites regionais, parecia não ter fim.<sup>49</sup>

Diante do exposto, nos parece evidente o quanto o estudo da trajetória de um personagem como este permite mergulhar em diferentes contextos marcados pela endemia bélica que caracterizou a província mais ao sul do Brasil, durante o século XIX. Neste sentido, uma primeira questão que importa esclarecer é: quem, afinal de contas, era o tal Mello Brabo? Antes de seguir, no entanto, considerou-se pertinente apresentar uma representação cartográfica compilada pelo Visconde de São Leopoldo em 1841, a partir de um original produzido em 1810, pelo coronel de milícias José Pedro César. Primeiro apresentamos um re-

<sup>11</sup> Guasca, segundo o *Dicionário Gaúcho Brasileiro*, de Batista Bossle, é uma expressão proveniente da palavra kwask'a, que na língua Quéchua significa corda ou laço. No Rio Grande do Sul a palavra era utilizada tanto para referir-se à tiras de couro, quanto aos habitantes da região que trabalhavam lidando com couro. Também era utilizada, como no caso do texto, em referência ao “[...] habitante do campo, pessoa do interior” ou “homem rústico, valente, forte, guapo, grosseiro e rude”. BOSSLE, Batista. *Dicionário Gaúcho Brasileiro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2003, p. 277-278.

corte do mapa, enfatizando a localização aproximada do espaço por onde Mello Brabo transitava e onde passou também a residir, conforme será visto adiante (Figura 1). O mapa imediatamente seguinte (Figura 2) consiste na mesma representação cartográfica localizando o recorte da Figura 1.

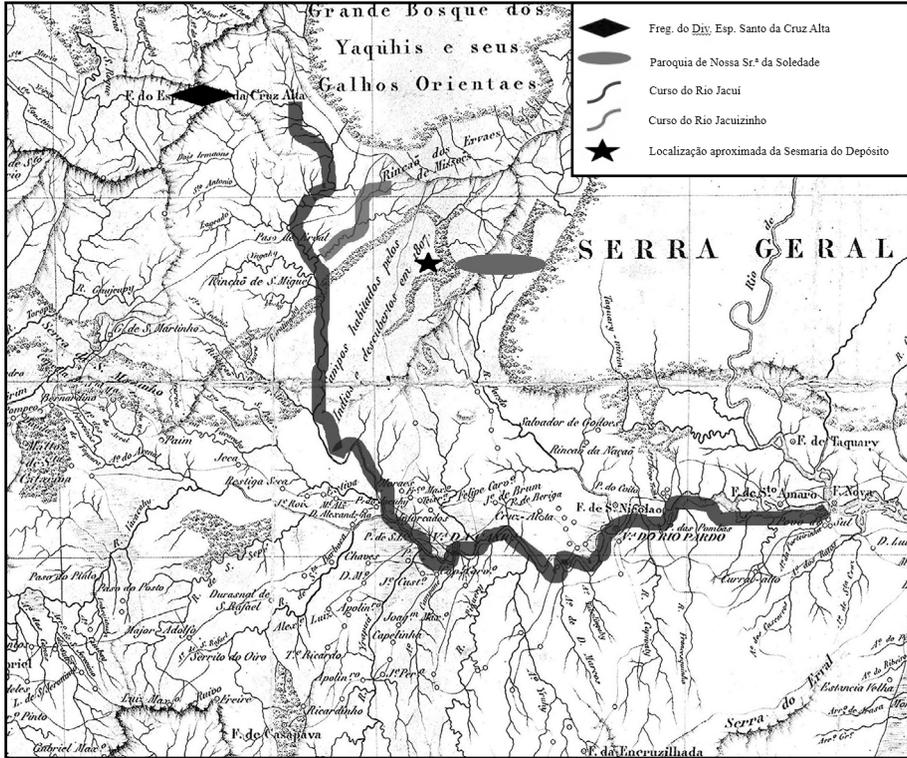


Figura 1 e 2. Recorte e localização do recorte do Mapa da Província de San Pedro redigido segundo uma Carta Manuscrita levantada debaixo da direção do Ilmo. Visconde de São Leopoldo (1841). Fonte: Mapoteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS). Destaques e legenda elaborados pelo autor. Disponível em: [https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd\\_mapas\\_rs/CD/Indice.htm](https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd_mapas_rs/CD/Indice.htm). Acesso em: 31 jan. 2022.



## 1.2. De Itapeva à Serra do Botucarai: nadando entre nomes

A investigação onomástica, tal como proposta por Ginzburg e Poni<sup>50</sup>, consiste, grosso modo, na perseguição do nome de um ou mais personagens em diferentes fundos documentais, com vistas a superar na pesquisa histórica a fragmentação característica da produção e armazenamento de documentos em instituições de memória. O sucesso desta estratégia depende, por sua vez, dentre outras condicionantes, da possibilidade de se ter certeza de que o nome tantas vezes grafado em distintos documentos corresponda, de fato, ao indivíduo que se está perseguindo.

Os desafios impostos a nós pesquisadores que tentamos fazê-lo são inúmeros, haja vista tanto a aridez própria dos arquivos<sup>III</sup>, quanto a heterodoxia das práticas nominativas levadas a efeito pelas diversas sociedades, inclusive no caso das povoações luso-brasileiras<sup>51</sup>. Dito de outro modo e, brincando com as palavras de Fragoso<sup>52</sup>, para um bom uso da investigação onomástica, parece elementar que se consiga *nadar entre nomes*<sup>IV</sup>.

O personagem fio-condutor do presente estudo certamente não está entre as pessoas de mais difícil individuação. Escravizados, indígenas, entre outros grupos que não deixaram tantos rastros de sua presença na documentação, são personagens ainda mais fugidios aos instrumentos de pesquisa dos quais dispomos. Todavia, mesmo um nome singular como Antonio Joze de Mello Brabo pode suscitar dúvidas e ambiguidades.

Na documentação acessada para a realização deste estudo, Antonio Joze de Mello Brabo começa a aparecer sistematicamente a partir do ano de 1841, já

<sup>III</sup> Fazendo coro às questões levantadas por Fragoso, a respeito da dificuldade de se praticar o método da micro-história italiana no Brasil, em função da diferença de suporte e arquivo, é preciso destacar que há dentro do Brasil diversas realidades. No Rio Grande do Sul os arquivos Histórico (AHRs) e Público (APERs), são instituições com acervos excelentes. Ademais, há diferenças gritantes entre temas e recortes espaço-temporais, no que diz respeito ao acervo preservado. Cf. FRAGOSO, *Afogando em nomes...*, 2002, p. 62-64.

<sup>IV</sup> Por exemplo, nos assentos de batismo, raros são os párocos que registraram o sobrenome de um neófito. Paralelamente, as disposições das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia – legislação eclesiástica que passou a instruir a atuação da Igreja no Brasil a partir de 1707 – facultavam também a troca do prenome, pelo menos até o momento da crisma; além do fato de que, muitas vezes, os casamentos ou o passamento dos cônjuges alteravam o sobrenome das pessoas, principalmente das mulheres. Ou seja, mesmo quando os sistemas de busca das instituições arquivísticas permitem a pesquisa nominal de documentos, a possibilidade de uma reconstituição fiel da vida das pessoas do passado é invariavelmente precária.

como tenente-coronel da Guarda Nacional, comandante do 10º Corpo de Cavalaria desta mesma Guarda. Sabemos que, neste momento, Mello Brabo já devia contar com aproximadamente 50 anos de idade. Diante disso, a pergunta que guia o presente tópico é: o que é possível saber a respeito da primeira metade da vida deste sujeito?

Segundo o reverendo que, no ano de 1840, sacramentou sua união com Anna Joaquina Soares,<sup>53</sup> Antonio Joze de Mello Brabo era natural da vila da Faxina, doravante Itapeva. Na falta de um registro de batismo, a data do seu nascimento é mais difícil de estabelecer. De acordo com Hemetério José Velloso da Silveira<sup>V</sup>, que diz tê-lo conhecido pessoalmente no ano de 1855, Mello Brabo, então já “ultra octogenário”, seria “[...] veterano da conquista de Missões e de todas as guerras subsequentes, até a civil, em que, por atos de bravura subiu até o posto de tenente-coronel”<sup>54</sup>.

Mais de uma década depois do encontro entre Hemetério e Mello Brabo, em 1867 o tenente-coronel se apresentava para outra peleja. Segundo biógrafos do Marquês do Herval, no dia 5 de junho de 1867, em meio ao conflito com o Paraguai, Manuel Luís Osório escrevia à esposa uma carta na qual relata, entre outras coisas, que “A 31 do [mês] passado ainda me chegaram com o Mello Brabo 105 [soldados]; este Mello tem 83 anos de idade”<sup>55</sup>.

Finalmente, em um processo judicial no qual serviu de testemunha, ao comparecer diante do juiz em 2 de setembro de 1855, o tenente-coronel Mello Brabo afirmou ter “[...] idade de sessenta e oito anos, [ser] estancieiro, morador no termo desta vila [Cruz Alta], natural da Província de São Paulo”. Ou seja, conforme informou ao juiz, teria Mello Brabo nascido por volta de 1787<sup>56</sup>. Precisar o tempo e as razões de sua migração para o Continente de São Pedro, no entanto, é tarefa mais difícil.

Silveira afirma que Mello Brabo teria participado do processo que ficou conhecido na historiografia como Conquista das Missões<sup>VI</sup>, questão que discuti-

<sup>V</sup> Segundo Karsburg, “Hemetério José Velloso da Silveira era magistrado pernambucano que veio para o Rio Grande do Sul na metade da década de 1850 para ocupar cargo de juiz municipal na cidade de Cruz Alta, onde permaneceu por muitos anos. Foi político e advogado de certo renome”. KARSBURG, *O Eremita do Novo Mundo...*, 2012, p. 315.

<sup>VI</sup> “Em 1801, no breve intervalo de duração da Guerra das Laranjas, travada entre os Impérios ibéricos, a região dos Sete Povos Orientais do Rio Uruguai passou à jurisdição portuguesa na região platina. Estima-se

remos mais detidamente em outro momento. Com efeito, é provável que Mello Brabo já estivesse no Continente de São Pedro no começo do século XIX, como sugere a existência do registro de óbito de uma filha sua lançado em 7 de abril de 1841, na Igreja Matriz de Porto Alegre. Segundo o pároco, Joaquina de Mello, “natural desta província”, faleceu repentinamente aos 19 anos de idade. Ou seja, a se confiar nestas informações, Mello Brabo já circulava pelo Rio Grande do Sul desde 1821, pelo menos<sup>57</sup>.

No que diz respeito ao recrutamento de Antonio Joze de Mello Brabo, localizou-se apenas referências indiretas. Em um Livro de Registros Diversos do 2º Tabelionato de Rio Pardo, existe uma série de documentos referentes a tentativa do capitão Manoel Antonio de Camargo de juntar atestados entre seus comandantes a fim de receber mais de um ano de soldos atrasados para si e para o seu filho, também militar. Um dos oficiais que lhe concedeu essa *mercê* foi Mello Brabo que, naquele ano de 1841, se apresentava na condição de “Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro *Condecorado com as distinções pela guerra feita contra Buenos Aires* Tenente Coronel Honorário e Comandante do décimo Corpo de Cavalaria de Guardas Nacionais em destacamento”.<sup>58</sup>

A menos que ele estivesse se referindo à Guerra Civil Farroupilha como sendo contra Buenos Aires, a única outra explicação que conseguimos encontrar para tal afirmação seria de que este oficial fazia parte das hostes luso-brasileiras que combateram na chamada Guerra da Cisplatina (1825-1828). Seja como for, o fato é que quando eclodiu a Farroupilha, Mello Brabo já gozava alguma capacidade de recrutamento nas paragens de Cima da Serra de Botucaraí. Indícios na documentação sugerem que este sujeito tenha se engajado na causa legalista desde a primeira hora.

Em uma correspondência na qual tentava reverter a demissão de um soldado seu, Mello Brabo argumentou: “O mesmo serviu pronta e fielmente desde o princípio da presente luta, ora me ajudando nas minhas reuniões, feitas por or-

que naquele momento cerca de 14.000 guaranis residiam nas sete missões, momento em que a população do Rio Grande de São Pedro girava em torno de 50.000 habitantes” FONTELLA, *Isto fê-los tomar a resolução...*, 2021, p. 1-26. Há várias interpretações deste processo. O próprio Velloso da Silveira ensaiou uma das mais conhecidas em *As Missões Orientais e seus antigos domínios...*, 1979. Para interpretações mais recentes, inspiradas na Nova História Indígena: Cf. GARCIA, *As diversas formas de ser índio...*, 2007; FONTELLA, *As Missões Guaraníticas...*, 2017.

dens superiores no distrito de Botucaraí, ora servindo em destacamentos [...]”<sup>59</sup>. Já no atestado de prestação de serviços que forneceu ao capitão Manoel Antonio de Camargo, narrou uma série de episódios anteriores e posteriores a 1837:

[...] quando marchou a divisão ao mando do Ilmo. e Exmo. Sr. Marechal Elizario para o forte de Porto Alegre, e dali para a vila do Rio Pardo marchou adido ao corpo de cavalaria de G. N. ao mando do Sr. Coronel Honorário Ant<sup>o</sup> de Mello e Albuquerque, em primeiro de fevereiro de 1837, sendo depois encarregado da polícia do distrito do Coito [...].<sup>60</sup>

Velloso da Silveira afirma que, em 1839, por ocasião da formação da Imperial Brigada cruz-altense<sup>VII</sup>, o então tenente-coronel Mello e Albuquerque passou pelo distrito de Botucaraí e “[...] apelando para o Tenente Mello Bravo (de quem já falamos), conseguiu incorporá-lo com mais de cem voluntários reunidos em poucos dias [...]”<sup>61</sup>. Na mesma direção, aos 23 de julho do ano 1839, o Diário do Rio de Janeiro noticiou que “[...] nos afirmam mais que na Cruz Alta tem triunfado a legalidade e que o capitão Mello Bravo tem sempre acossado o rebelde Agostinho”<sup>62</sup>. Mais tarde, em 19 de setembro de 1841, o Jornal do Commercio noticiava que “[...] de Lajes se anuncia que ultimamente subira pelas picadas o vantajosamente conhecido coronel Mello Bravo com alguma força [...], e que se acha para as partes de Cruz Alta, onde goza de muito prestígio, fazendo reuniões”<sup>63</sup>.

A partir de janeiro de 1841 passamos a encontrá-lo com mais frequência na documentação, desta feita enquanto tenente-coronel comandante do 10º corpo de cavalaria de Guardas Nacionais, que atuava no município de Cruz Alta. Retomaremos essa questão em breve. Antes, contudo, voltamos a alguns pontos mencionados anteriormente, mirando-os agora sob outra perspectiva.

<sup>VII</sup> Tratava-se de uma força da Guarda Nacional leal ao Império que protagonizou a batalha de Curitibaanos (1840) enfrentando a força comandada pelo tenente-coronel Teixeira Nunes.

### 1.2.1. O desafio onomástico

Referimos anteriormente a possibilidade de Antonio José de Mello Brabo ter participado da Guerra da Cisplatina, mas não conseguimos avançar nessa hipótese. Existe, todavia, na plataforma digital do Arquivo Nacional Brasileiro, no Fundo Marquês de Barbacena, uma relação nominal das praças do Exército Imperial da 1ª e 2ª Linha, elaborada em 1827, muito provavelmente em função do grande movimento bélico que se estendia há décadas ininterruptas na Bacia do Rio da Prata. Note-se que a maioria – se não todas – as companhias arroladas na relação estavam, na data de emissão da lista, estacionadas em algum lugar ao sul do rio Pelotas.<sup>64</sup>

Esta relação nominal é enorme, de modo que não foi possível transcrevê-la na íntegra. Não obstante, realizou-se a leitura escrupulosa de todos os nomes nela presentes. Não consta ninguém chamado Antonio Joze de Mello Brabo. Entretanto, o 2º Sargento da 6ª Companhia do Regimento nº 24 de Cavalaria Ligeira da 2ª Linha do Exército se chamava Antonio José de Mello. No restante da lista não foi localizado nenhum homônimo.<sup>65</sup>

Não é possível descartar de pronto que este sujeito seja o mesmo Antonio Joze de Mello Brabo, sobretudo considerando a existência de uma tradição oral na região de Cruz Alta/RS que argumenta que “Brabo” não seria um sobrenome, mas um adjetivo que o nosso personagem teria incorporado ao nome. A alcunha “Brabo” teria relação com outra liderança militar radicada em Cruz Alta/RS, o cel. Antonio de Mello e Albuquerque, vulgo “Mello Manso”.<sup>VIII</sup>

Identificamos alguns indícios na documentação que podem reforçar essa hipótese. Além do fato de Mello Brabo muitas vezes ser referido por outros militares apenas como Antonio José de Mello, ou simplesmente “Mello”, há pelo menos um sinal mais concreto. A saber, os carimbos com que este sujeito costu-

<sup>VIII</sup> Uma versão um tanto vaga desta tradição aparece na cronologia da obra *O Continente* vol. 1, da trilogia *O Tempo e o Vento*: “De acordo com a tradição familiar evocada por Erico em *Solo de Clarineta*, um de seus bisavós, apelidado de Melo Manso, combateu os farrapos no planalto de Santa Catarina e aprisionou Anita Garibaldi. O fato é verídico; deu-se junto ao rio Marombas, e ali foi derrotada a coluna sob o comando do cel. Teixeira Nunes. Alguns dias depois Anita conseguiu fugir, juntando-se novamente aos farroupilhas. *Do lado destes lutava um irmão de Melo Manso, apelidado de Melo Bravo*”. A documentação que manuseamos, por exemplo, não oferece qualquer indicativo de parentesco (a não ser o sobrenome Mello, evidentemente) entre os dois oficiais, muito menos que fossem irmãos. VERÍSSIMO, Érico. *O tempo e o vento...*, 2004 [1949], p. 394.

mava assinar seus documentos. Ao longo dos quase quarenta anos de documentação que analisamos relativamente a ele, notou-se o uso de dois carimbos com assinaturas distintas<sup>IX</sup>. Chama a atenção que ambos os carimbos grafam *Antonio José de Mello-Brabo*, o que pode sugerir – pelo uso do hífen – tratar-se, de fato, de um sufixo.

Perseguir esta hipótese seria um desvio muito drástico no curso da pesquisa, sobretudo porque se o nome Antonio Joze de Mello Brabo favorece a individualização do sujeito na prospecção de fontes, Antonio José de Mello se torna um nome bem mais comum. Ainda assim, encontramos pelo menos um personagem cujas coincidências, à primeira vista, são embaraçosas. Na lista sobre os registros de concessão de sesmarias do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul existe uma sesmaria concedida a um sujeito registrado como Antônio Jose de Melo<sup>66</sup>, mas, quando olhamos o documento, seu nome era, na verdade, Antonio José de *Mello*.

Segundo consta no referido pedido, no ano de 1808, Antonio José de Mello pediu mercê de um campo “do outro lado de Santa Maria”, confrontado por afluentes do rio Bicuy Xico [sic]. Segundo sua narrativa, “[...] o suplicante existia com sua família, cultivando e fazendo criar grandes números de animais vacuns e cavalares, sendo o primeiro povoador daqueles campos, foi despejado por ordem do governador daquela Capitania por não ter títulos régios”<sup>67</sup>.

Conforme as testemunhas que o dito Antonio apresentou para atestar seus predicados, o requerente era morador de Caçapava, termo da Vila de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. Uma das testemunhas foi o capitão do Regimento de Milícias e comandante do distrito de Pequiri e capela de Caçapava, Antonio dos Santos Menezes, que declarou ser Antonio José de Mello soldado miliciano, que “[...] na passada guerra, marchou comigo para a fronteira, fazendo o serviço de Sua Alteza Real até o tempo em que foi atacado de uma grande enfermidade, em janeiro de 1802”<sup>68</sup>. Disse mais a testemunha que Antonio José de Mello era casado e não havia recebido mercê. Do restante do trâmite salientamos apenas que, passados cinco anos, pouco mais ou menos, o requerente acabou agraciado com dádiva pretendida.

<sup>IX</sup> Após anos utilizando um mesmo carimbo, observou-se a mudança, que Mello Brabo justificou por extravio ou roubo do sinete antigo. AHRs. FAM. Correspondência encaminhada pelo tenente-coronel Antonio J. de Mello Brabo ao Presidente da província Dr. Luís A. Leite de Oliveira Bello. Porto Alegre, 21 mai. 1853.

A situação nos causou algum embaraço, sobretudo tendo em vista a declaração do comandante do distrito de Pequiri, que atesta a atuação militar deste Antonio José de Mello, bem como a menção feita à “passada guerra”. Isto é, considerando que a narrativa reportava aos primeiros anos do século XIX, possivelmente aludisse ao processo que ficou conhecido como *conquista definitiva das Missões*, cujos principais movimentos se deram justamente desde a fronteira do Rio Pardo. Em outras palavras, confirmaria mais uma das afirmações de Hemetério José Velloso da Silveira sobre Mello Brabo, desta vez a de que seria este último “veterano da conquista das Missões”.

Todavia, conforme mencionamos inicialmente, Antonio Joze de Mello Brabo assinava seus documentos com um carimbo. Jamais encontramos algum documento em que a estrutura gráfica da assinatura variasse significativamente de dois padrões<sup>X</sup>, ao passo que tanto o próprio Mello Brabo se refere ao carimbo com o qual costumava assinar<sup>69</sup> quanto no mencionado processo judicial em que foi testemunha e acabou por revelar a sua idade, há a seguinte afirmação do juiz do processo: “[...] a testemunha assina com carimbo de chancela”<sup>70</sup>. Hemetério J. V. da Silveira<sup>71</sup> chega a dizer que Mello Brabo era analfabeto<sup>XI</sup>.

O fato é que nos Autos de Sesmaria<sup>72</sup> existe um procedimento chamado juramento de justificante, no qual, ao final da página, consta a assinatura do requerente, que reproduzimos na Figura 3, enquanto as Figuras 4 e 5 são da assinatura por carimbo de Antonio Joze de Mello Brabo.

<sup>X</sup> É verdade que, nos documentos que compulsamos, a assinatura tal qual o modelo da Figura 5 aparece com algumas variações que podem abrir margem para questionamento, como a assinatura da CV – 2737, na qual o hífen não é utilizado para separar as palavras Mello e Brabo. Supomos que algumas assinaturas, portanto, possam ter sido desenhadas, seja pelo próprio Mello Brabo ou por secretário/amanuense. O que não invalida o fato de que entre as assinaturas de Antonio José de Mello (Figura 3) e as demais há uma diferença clara. AHRS. *Coleção Varela*. Caixa 4. Maço 13. CV-2737. Ofício encaminhado pelo tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo ao comandante-em-chefe do Exército, Sr. Conde de Rio Pardo. Acampamento junto à Cruz Alta, 4 set. 1841.

<sup>XI</sup> Tendo em vista, entretanto, a definição do dicionário de Moraes Silva, que considera analfabeto o “[...] ignorante até das letras A, B, C”, é pouco provável que Mello Brabo o tenha sido, pois há indícios – dos quais trataremos em outro momento – de que soubesse ler. SILVA, Antonio Moraes. *Dicionario da lingua portugueza* - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: < <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

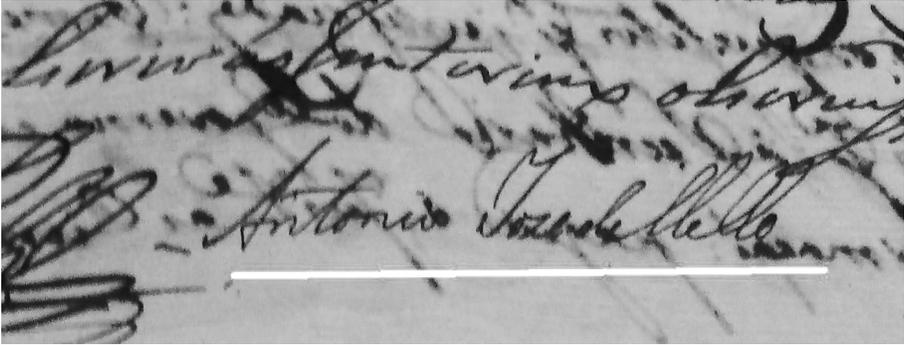
A close-up photograph of a handwritten signature in cursive script. The signature is written in dark ink on a light-colored, slightly textured paper. The name "Antonio Joze de Mello" is clearly legible, though the surrounding text is mostly obscured by the signature's flourishes and the angle of the shot.

Figura 3. Assinatura de Antonio Joze de Mello. Fonte: AHRS. *Fundo Sesmarias*. Caixa 10. Auto de justificação de Sesmaria. N.º 444. Ano 1814. Antônio José de Melo, p. 17.

A photograph of a handwritten signature in cursive script. The signature reads "Antonio Joze de Mello Brabo" and is followed by a large, decorative flourish that loops back under the name. The ink is dark and the paper is light-colored.

Figura 4. Chancela utilizada pelo tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo. Fonte: AHRS. *FAM*. Ofício do tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo ao vice-presidente da província, Luís A. Leite de Oliveira Bello. Porto Alegre, 30 abr. 1852.

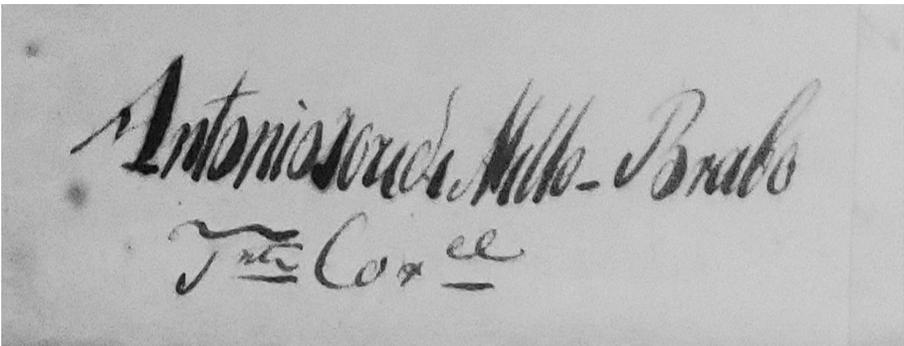
A photograph of a handwritten signature in cursive script. The signature reads "Antonio Joze de Mello Brabo" and is followed by a decorative flourish. The ink is dark and the paper is light-colored.

Figura 5. Chancela utilizada pelo tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo. Fonte: AHRS. *Fundo Coleção Varella*. Caixa 4. Maço 13. CV – 2732. Ofício do tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo ao Conde de Rio Pardo, comandante-em-chefe do Exército. Acampamento volante na Serra de São Xavier, 14 jul. 1841.

Finalmente, se Antônio José de Mello, morador em Caçapava, com serviços militares prestados à Coroa, não era o mesmo Antonio Joze de Mello Brabo, cuja trajetória nos interessa particularmente, é mais difícil asseverar qual dos dois – se é que algum deles – era o 2º Sargento da 6ª Companhia do Regimento nº 24 de Cavalaria Ligeira da 2ª Linha do Exército quando, em 20 de março de 1827, foi remetida a relação desde o Passo de São Lourenço.

Recorremos novamente aos escritos de Silveira<sup>73</sup>. Diz o autor que, em 1826, “[...] quando São Borja e todos os povos das Missões Orientais foram invadidos e saqueados pelas tropas de Frutuoso Riveira, o Coronel José Palmeiro, comandante da guarnição de São Borja veio com 600 homens do seu comando, refugiar-se no Rincão de Botucarái [...]”<sup>74</sup>. Segue o magistrado pernambucano:

Não iria aquele chefe ali acantonar-se, se não tivesse certeza de encontrar o Rincão de Botucarái, povoado com alguns estabelecimentos pastoris e destes obter as reses precisas para a alimentação de tamanho pessoal. Com efeito, aí já existiam Antônio Rodrigues Chaves (o pai), Antonio José Landim, Anastácio Bernardes [...], o já mencionado Mello Bravo, entre outros.<sup>75</sup>

Este relato nos parece muito impreciso, mas ajuda a pensar. Tomando ao pé da letra a narrativa, poderíamos simplesmente descartar que Mello Brabo fosse o já mencionado 2º Sargento da 6ª Companhia do Regimento nº 24, pois a Relação de Praças data de 20 de março de 1827. Há, entretanto, ao menos dois aspectos que poderíamos mencionar para complexificar a questão.

O primeiro é que, nas observações anotadas pelo sargento Francisco Pires de Campos, que redigiu a lista da 6ª Cia. na qual consta o 2º Sargento Antonio José de Mello, é dito que este último se encontrava “[...] em diligência em Missões quando o Regimento marchou”. Embora arrolado na lista, encontrava-se ausente, portanto. Em segundo lugar, o coronel João José Palmeiro, que Velloso da Silveira afirma ter ido acantonar-se no Rincão de Botucarái, era justamente o comandante do 24º Regimento de Cavalaria. Deste modo, caso este episódio de fato tenha sido desta maneira, Mello Brabo poderia não estar previamente ali, mas ter marchado para ali junto com o referido Regimento.

Em resumo, todo este exercício que demonstramos até aqui visa esclarecer

ao leitor o que sabemos a respeito deste personagem que, durante a Farrroupilha, destacou-se como chefe militar legalista no planalto sul-rio-grandense. Fosse ou não aquele mesmo Antonio José de Mello, 2º sargento de uma companhia de cavalaria ligeira, o fato é que para aparecer na Farrroupilha comandando um corpo de cavalaria, Mello Brabo precisava ser destro nesta arma, portanto já experimentado.<sup>76</sup>

Há ainda outra dimensão do desafio que existe para se pesquisar amiúde a vida de um indivíduo. Quero dizer, não é apenas o fato de boa parte das coisas que se faz não gerarem evidências escritas ou, para além disso, que haja extravios, destruições acidentais ou propositais de documentos, entre outros problemas desta ordem, que coloca obstáculos ao entendimento da documentação localizada. É possível também que, às vezes, as pessoas manipulassem os documentos a fim de ludibriarem-se umas às outras.

Localizou-se, em um artigo publicado no dia 31 de julho de 1863, pelo Diário do Rio de Janeiro, uma crônica sobre alguns episódios que envolvem o “Mello Manso” ou “Mello Falso” como vociferava o autor do dito artigo. A publicação, que apareceu no caderno de “Publicações a Pedido” do referido periódico, foi assinada por um tal advogado José Joaquim Francioni e sob a chamada “Para os brasileiros lerem e apreciarem”, o texto se intitulava: “Memorial dirigido a Sua Magestade e Imperador”.<sup>77</sup>

A proposta do artigo era denunciar uma série de situações que, para o autor, caracterizam-se como abusos e desmandos que afirmara ter presenciado “[...] no decurso de cinco anos na vasta e monárquica província de S. Pedro”. Entre os episódios lastimados por Francioni, cuja narrativa sempre acaba por denunciar alguns mandões locais – e absolver outros – destaca-se o assassinato no comendador Antonio Vicente da Fontoura<sup>XII</sup>. Em protesto ao fato, Francioni, que

<sup>XII</sup> O Comendador Antonio Vicente da Fontoura morreu em decorrência dos ferimentos que sofreu em atentado praticado em 8 de setembro de 1860, na cidade sul-rio-grandense de Cachoeira, durante o processo eleitoral. Paulo R. S. Moreira, José I. Ribeiro e Miqueias H. Mugge, publicaram uma obra em que analisam o episódio desde diferentes perspectivas, tendo como eixo comum a peça processual resultante do inquérito judicial que este crime recebeu. Conforme os autores, “[...] podemos conceber aquele acontecimento como um desdobramento extemporâneo da Guerra Civil Farrroupilha (1835-1845)”. Isto é, o processo permitiu aos autores perceberem, a partir do episódio trágico, uma complexa disputa opondo as principais lideranças políticas locais que, por sua vez, haviam estado também em frentes opostas durante a guerra civil. O assassinato do Comendador Fontoura, argumenta José I. Ribeiro, foi “[...] talvez um dos mais marcantes desfechos políticos das eleições municipais na província do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX.

informava estar “[...] unido pelos laços de parentesco com os Menna-Barretos, e ao próprio comendador Fontoura”<sup>78</sup>, alegava ter feito um discurso na frente da Matriz de Cachoeira, em alusão ao aniversário do crime.

Outro tema abordado em seu artigo são os cofres da Província. “Um tesouro inesgotável de meia dúzia de especuladores, que, protegidos por certos pais da pátria, partilham entre si o suor da Nação”<sup>79</sup>. Dentre as despesas que considera vulgares, o advogado menciona a construção de uma casa de pólvora supostamente inutilizada, a construção de uma ponte sobre o rio Jacuí, cuja estrutura foi considerada inadequada por uma comissão de especialistas, não obstante a suposta despesa de 300 contos de réis que representou para os cofres públicos. Também, a abertura de uma estrada entre Cruz Alta e o Uruguai é objeto das críticas de Franccioni, sempre argumentando que são obras instrumentalizadas por grupos pessoais a fim de enriquecerem às custas do tesouro da Nação.

Embora esse tipo de discussão apareça em vários documentos, inclusive nos relatórios de presidentes da Província, sugerindo que algumas das acusações devessem proceder, é evidente que a tentativa de Franccioni em arrogar-se defensor das coisas justas estava atravessada por interesses das famílias e facções políticas às quais pertencia. É possível observar, por exemplo, que, em Cruz Alta, Franccioni era partidário do grupo do Dr. Pinheiro Machado.<sup>XIII</sup>

Ao relatar uma das celeumas em que se envolveu nesta supracitada vila do planalto gaúcho, Franccioni descreve os desdobramentos do atentado cometido por um escravizado contra o escrivão do juiz de paz local. O escravizado,

Fontoura era um político importante, alguém com extensa e notória participação no governo farroupilha, inclusive no acordo que pôs fim à guerra, e que ocupou proeminente liderança política depois do conflito. RIBEIRO, *Traziam vozes de mandos...*, 2016, p. 33.

<sup>XIII</sup> Antonio Gomes Pinheiro Machado tornou-se, ao longo da segunda metade do século XIX, uma das principais figuras políticas da região do planalto sul-rio-grandense. Bacharel em direito, o paulista de Sorocaba, após ter participado da chamada Revolução Liberal de 1842, em São Paulo, assumiu em 1846 o cargo de Juiz de Direito da comarca de Cruz Alta. Segundo Deomar V. Neto, o Doutor Pinheiro Machado afastou-se do cargo de Juiz em função de sua atuação política: “A sua grande atividade partidária fez estender em pouco tempo o seu prestígio por todo o Rio Grande do Sul, principalmente na região da fronteira, logrando eleger-se deputado provincial em 1856 e deputado à Assembleia Geral em 1863, juntamente com Felipe Nery e o Barão de Porto Alegre. Engajou-se na luta brasileira contra o Paraguai de Solano López. Organizou uma força de 4000 homens e com ela lutou em Corrientes, invadindo o Paraguai pelo Alto Paraná (com o título de Coronel). VILLAGRA NETO, *A atuação política de Pinheiro Machado...*, 2012, p. 33. De acordo com Mugge, a partir de sua inserção na sociedade cruz-altense, Pinheiro Machado tornou-se peça-chave para surgimento de uma frente de oposição à elite tradicional de Cruz Alta, que não havia investido na formação de quadros nas universidades de Coimbra, tampouco de São Paulo. MUGGE, *Senhores da Guerra...*, 2016, p. 236-240.

segundo argumenta, esbofeteou o escrivão em pleno dia, “[...] clamando que assim procedia a mando do seu senhor”<sup>80</sup>. O autor da ofensa foi condenado com açoites, porém, o proprietário e suposto mandante “foi processado a par de seu escravo”:<sup>81</sup>

Esse processo fez abalar a comarca da Cruz Alta, e parte da província, porquanto José Pereira da Motta é célebre pela sua fortuna colossal, e como é raro, Imperial Senhor, processar-se no centro do Império um criminoso repleto de milhões, admira o suplicante resistir a toda sorte de seduções e ameaças, marchando impassível na vereda da honra e do dever.<sup>82</sup>

Ao longo de todo o artigo, Franccioni – que ao assinar alerta Sua Majestade de que “espera mercê” – refere-se a si mesmo como *suplicante*. Tratando do desfecho do processo movido contra Pereira da Motta, no qual parece ter sido o advogado da parte ofendida, bem como vitorioso na contenda contra o dito ricação, afirma que o réu condenado “[...] desde logo pôs em prática todo gênero de perseguições contra o suplicante, coadjuvado por seu dependente, o coronel Antonio de Mello e Albuquerque”<sup>83</sup>:

Do qual a triste celebridade é proverbial em S. Pedro do Sul, *por ele ter tido a habilidade de subtrair os documentos do corajoso Mello Bravo, e, chegado à Corte, apresentar-se em lugar dele, e obter a gradação de coronel honorário*, como poderão atestar o coronel Res-sen e outros oficiais superiores destacados na província, sendo por tal mistificado o governo de Vossa Magestade.<sup>84</sup>

Ao longo do estudo, retomaremos algumas das questões respeitantes ao conteúdo das discussões apresentadas neste tópico. Contudo, o que gostaríamos de sublinhar até aqui é justamente o quanto a estratégia de pesquisa que adotamos impele o investigador a deslindar uma diversidade de situações que apenas vão se dando a conhecer na medida em que a necessidade de compreender a atuação de um sujeito no mundo vai sendo levada a efeito. Trata-se de uma combinação de estratégias inspiradas tanto no método onomástico, quanto no que Vendrame e Karsburg chamam de “recorte horizontal”, cuja finalidade, não obstante, é fitar um fragmento do passado, sem incorrer em anacronismos:

[...] o que se pretende com tais métodos é a imersão total em um passado e em uma cultura diversa da nossa, para que se possa recuperar, o máximo possível, os dilemas de personagens que viveram num período específico, percebendo como eles participavam, interagiam e respondiam a certos movimentos gerais da história.<sup>85</sup>

### *1.3. Uma região em guerra endêmica: notas sobre a organização das instituições militares no sul do Império*

Antonio Joze de Mello Brabo fez uma carreira na guerra. Na medida em que sabemos pouco a respeito da sua origem, torna-se difícil inferir sobre como se deu sua ascensão. Se de fato tinha 68 anos em 1855 como afirmou ao juiz de paz da comarca de Cruz Alta, quando se tornou comandante do 10º corpo de cavalaria de Cruz Alta, no ano de 1841, Mello Brabo deveria ter aproximadamente 54 anos. Embora o presidente da província tenha informado que Mello Brabo estava no Exército quando fez a reação da Cruz Alta e da Vacaria<sup>86</sup>, isso não significa que fosse um militar do Exército, isto é, das forças de Primeira Linha. Compreender essas lógicas nos parece algo bem truncado. Neste tópico discutiremos aspectos da organização das instituições militares brasileiras a partir do que a trajetória de Antonio Joze de Mello Brabo nos possibilita e compele.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar o caráter especialmente turbulento da primeira metade do século XIX na América meridional. Trata-se do período das revoluções de independência nos territórios coloniais hispano-americanos, mas também de uma época marcada por transformações profundas em seus espaços lusos, inauguradas pela presença da Família Real nos trópicos. É possível ter uma noção das transformações que ocorreram neste espaço considerando-se a alteração dos limites territoriais reconhecidos. Se observarmos o mapa do território luso-brasileiro na fronteira meridional entre os anos de 1800 e 1828 (Figura 6), por exemplo, tem-se alguma ideia do caráter militar e expansionista da atuação da Coroa portuguesa e dos seus súditos nesta conjuntura.

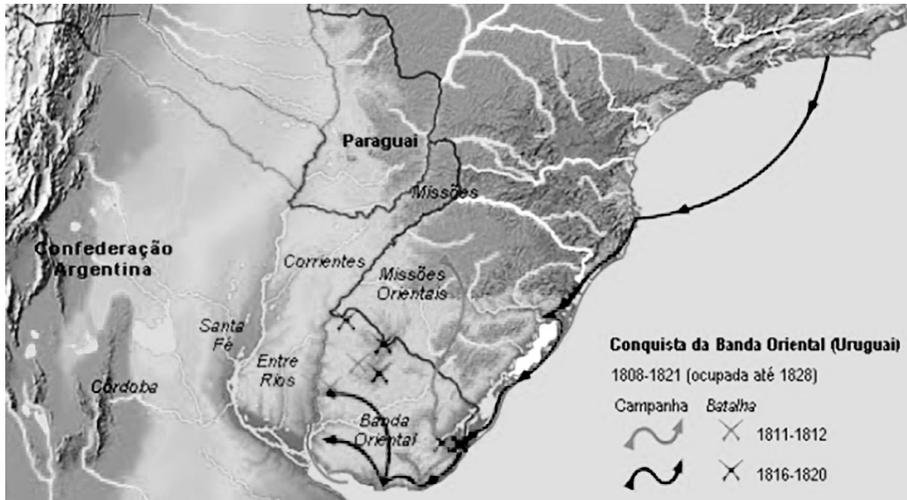


Figura 6. Representação cartográfica do Brasil Meridional, assinalando alguns deslocamentos militares que partiram do Brasil para atuar na Banda Oriental (1811-1828). Fonte: Atlas Histórico do Brasil – Da colônia ao Reino (1008-1822): Guerras de Expansão Portuguesa. Disponível em: < <https://atlas.fgv.br/marcos/de-colonia-reino-unido/mapas/guerras-de-expansao-portuguesas>>. Acesso em: 29 nov. 2021.

Para acompanhar a dinâmica territorial na fronteira meridional, do ponto de vista luso-brasileiro, deve-se ter em conta que até 1800 seu território de ocupação não incluía a porção assinalada no mapa como “Missões Orientais”. Entre 1801 e 1811, diferentes campanhas em direção a oeste e ao sul expandiram a presença luso-brasileira ao longo do curso do rio Uruguai, até Montevidéu. Em 1828, com o tratado que pôs fim à chamada guerra da Cisplatina (1825-1828), o Império do Brasil e os seus vassallos tiveram de abrir mão da porção assinalada no mapa como “Banda Oriental”, que se tornou o Estado do Uruguai. Todavia, continuou fazendo parte das possessões luso-brasileiras o território das chamadas Missões Orientais, conquistado no ano de 1801<sup>XIV</sup>. Nos interessa principalmente sublinhar a dimensão militar destes processos e, com isso, chamar atenção para o que queremos dizer quando falamos em ocupação militar.

De modo geral, as tropas luso-brasileiras que atuaram nestes conflitos correspondiam a uma configuração institucional tripartite que existiu em Portugal

<sup>XIV</sup> Não entraremos no mérito da configuração socioeconômica dos espaços conquistados. Sobre isso: Cf. FARINATTI, *Confins Meridionais...*, 2010, p. 61-70.

e no Brasil durante praticamente todo o período colonial. Segundo Marcos Vinícios Luft, no período da guerra da Cisplatina as tropas brasileiras eram formadas por três linhas:

[...] o Exército, primeira linha, com militares pagos; as Milícias, segunda linha, que entravam em serviço gratuito quando as tropas pagas eram deslocadas para alguma lide, fazendo serviços nas localidades, como as guardas; e as Ordenanças, uma terceira linha que incluía todos os que não estavam compreendidos nas duas forças anteriores, e que servia de repositório de homens, convocada quando fosse necessária. Essa configuração, contudo, foi resultado de quase três séculos de mudanças, tanto em Portugal como no Brasil, enquanto colônia e país independente.<sup>87</sup>

A respeito das forças de primeira linha, a literatura especializada permite entrever uma dicotomia muito clara entre oficiais e soldados, que refletia a própria hierarquia vigente naquela sociedade. Sabe-se que era possível alguma mobilidade para os nascidos em grupos sociais estigmatizados pela escravidão e por outros *defeitos* de sangue ou manuais. Contudo, de acordo com Comissoli, no extremo-Sul, “[...] o comando da guerra era um assunto dos homens de elite. Na altura do início do oitocentos, essa elite contava com filhos dos primeiros povoadores do território do Rio Grande de São Pedro”<sup>88</sup>:

Os homens bem nascidos que se dirigiam à vida militar não ingressavam como praças e soldados, a qualidade social atribuída a seu nascimento lhes garantia a inserção em postos de comando, fazendo com que as forças regulares reprisassem a hierarquia da sociedade. Era virtualmente impossível que um praça humilde galgasse posições até o oficialato.<sup>89</sup>

Se o oficialato superior era reservado aos bem-nascidos, o recrutamento dos soldados para o serviço na 1ª linha é comumente referido pela bibliografia especializada como uma verdadeira caçada humana, sobretudo em contextos de guerra. Em tempos de maior tranquilidade, o recrutamento para a 1ª linha cumpria principalmente uma função de controle social no interior das comunidades.<sup>90</sup>

As fileiras do Exército eram um dos destinos possíveis daqueles que não se

adequassem às normas socialmente reconhecidas, que não participassem das redes clientelares, enfim, dos vistos como desajustados em geral: “[...] ébrios, mendigos, vadios, arruadores, turbulentos, jogadores de profissão, órfãos desvalidos, filhos sem pai, moços sem ofício [...]”<sup>91</sup>, entre outros grupos que perfaziam a camada social também chamada pela historiografia de “pobres livres”, isto é, uma parcela estimada em 30% da população total do país por volta de 1830. “Aos pobres livres e honrados, o recrutamento servia para diferenciá-los dos que não se comportavam dentro dos padrões esperados e ameaçavam a tranquilidade dos povoados”.<sup>XV</sup>

Entre as características da administração colonial herdadas pelo Brasil Independente, mantinha-se a delegação de poderes aos indivíduos que representavam o Estado onde ele próprio não alcançava. Uma das tarefas delegadas aos representantes locais do Estado era reunir os novos recrutas para o Exército. Esta situação, se de um lado fortalecia o Estado, também fortalecia as autoridades locais, que, como seus representantes legítimos, tinham liberdade para recrutar ou isentar segundo orientações não formais e variáveis.<sup>92</sup>

As forças de segunda linha eram as chamadas Milícias, criadas em 1796 em substituição aos Terços de Auxiliares. As Milícias foram instituídas, segundo Ribeiro, para serem em tudo semelhantes à tropa de 1ª linha. Em tese, “[...] após ter sido realizado o recrutamento para o Exército, iniciava o alistamento daqueles que poderiam ser incorporados nas Milícias e nas Ordenanças, justamente por serem isentos do serviço de 1ª linha”<sup>93</sup>. Entretanto, o fato das legislações que instruíam o recrutamento determinarem as condições de isenção do serviço sem, todavia, asseverar critérios para determinar quem deveria ser recrutado, abria a possibilidade para diversas formas de favorecimento pessoal, tanto no que concerne ao alistamento nas Milícias – como forma de isenção do serviço no Exército – quanto na própria isenção do serviço nas Milícias<sup>XVI</sup>.

<sup>XV</sup> KRAAY *apud* RIBEIRO, *O império e as revoltas...*, 2013, p. 33. Evidentemente que nem nós nem os autores citados corroboram o juízo de valor explícito nestas noções de honra ou qualidade. Tratam-se de noções não apenas carregadas de valor ideológico, como também expressões da visão de mundo corrente inclusive senso comum, no Brasil oitocentista.

<sup>XVI</sup> Não apenas as autoridades militares tinham capacidade de negociação nestas redes clientelares. Depreende-se no estudo de Ribeiro que as câmaras municipais, por exemplo, costumavam intervir no recrutamento concedendo a determinados sujeitos cargos que legalmente implicassem na isenção do alistamento para a

Se o recrutamento para a primeira linha atingia sobretudo as camadas sociais mais subalternizadas, as milícias eram compostas por grupos minimamente ativos economicamente e com capitais relacionais maiores, capazes, muitas vezes, de evitar o recrutamento. Mesmo assim, em situações extremas como a guerra da Cisplatina, quando a demanda por soldados aumentava vertiginosamente, o recrutamento dos milicianos também poderia assumir a forma de caçada humana.<sup>94</sup>

Por outro lado, para além de práticas coercitivas, houve no Rio Grande do Sul uma série de outros arranjos e negociações que motivaram o engajamento das forças de segunda linha nas guerras. Inicialmente é preciso notar que, mesmo tendo em vista a condição de fronteira viva com os vassalos de Espanha desta região, as forças do Exército português e/ou brasileiro (1ª linha) no extremo-Sul da América jamais foram numericamente expressivas durante a primeira metade do século XIX.

De acordo com Comissoli, por volta de 1806 o total das forças de primeira linha na Capitania de São Pedro era de 914 homens, entre oficiais e praças, podendo chegar a 1088, se todas as vagas disponíveis fossem preenchidas. As milícias, neste mesmo período, representavam um contingente três vezes superior, atingindo a marca de 2.913 homens. As autoridades luso-brasileiras incentivavam que as milícias fossem consideradas tropas da maior respeitabilidade, uma vez que, como destacou o Marquês de Lavradio: “[...] servem de graça, e largando as suas casas, e interesses vêm, quando é preciso, servir tanto como os outros”.<sup>95</sup>

Note-se, portanto, que na fronteira meridional do Brasil, dado o contexto de conquista militar vivido durante as primeiras décadas do século XIX, o alistamento nas milícias não correspondia necessariamente à isenção do serviço militar. Pelo contrário, boa parte dos corpos de milicianos passaram este período engajados em atividades bélicas<sup>XVII</sup>.

Primeira Linha. Cf: RIBEIRO, *Quando o serviço os chama...*, 2001.

<sup>XVII</sup> Quando destacadas para o serviço, as forças de segunda linha passavam a integrar o Exército, ficando as autoridades milicianas subordinadas aos oficiais superiores da 1ª linha. O intercuro entre essas forças foi constante, inclusive tendo em vista que oficiais do Exército poderiam ser nomeados pelas autoridades competentes para oficiais comandantes das milícias. De acordo com José I. Ribeiro: “[...] a partir de 1802, os Coronéis, Tenentes-coronéis e Sargentos-mores das Milícias poderiam ser escolhidos dentre os oficiais de 1ª linha que houvessem prestado serviço com distinção. Entretanto, quando não existissem militares do

Merece alusão também que, embora alguns oficiais do Exército pudessem passar para as milícias a fim de gozar maior disponibilidade de tempo para cuidar dos seus negócios particulares<sup>96</sup>, não é possível simplesmente transpor para a cultura política daquela sociedade dicotomias como as noções de público e privado<sup>XVIII</sup> ou mesmo entre universo militar e civil. Nem no Exército, tampouco nas Milícias estes comandantes eram “[...] militares no sentido de funcionários de um exército moderno e profissional. Tais senhores da guerra levavam para o exercício desses postos toda uma série de obrigações, de prestação de favores e ajuda que eram esperadas por parentes, aliados e subalternos”.<sup>XIX</sup>

Gil<sup>97</sup>, Farinatti<sup>98</sup>, Comissoli<sup>99</sup>, entre outros, têm demonstrado que obrigações assumidas pelos senhores da guerra, às quais se refere Farinatti, faziam parte das lógicas de atuação dos comandantes militares no extremo-Sul da América luso-brasileira. Desde os comandantes de fronteira – autoridades que durante a primeira metade do século XIX gozaram enorme autonomia de atuação no Rio Grande do Sul –, aos oficiais comandantes de companhias locais, não era apenas a cadeia escalar institucional que informava as lealdades destes homens com seus comandados. Uma infinidade de acordos pessoais, baseados em expectativas

Exército disponíveis para os postos de comando das Milícias, poderiam ser indicados Capitães milicianos para suprirem as faltas. Os escolhidos para os postos de comando das Milícias eram aqueles que demonstrassem fidelidade absoluta à Coroa e tivessem certo número de posses. Em 1825, os Comandantes Militares determinavam tudo que se referisse à disciplina e à organização da tropa de 1ª e 2ª linhas, devendo fazer as propostas e promoções segundo as normativas em vigor. Da mesma forma, os comandantes de unidades poderiam nomear os oficiais inferiores, sem que os Presidentes de Província e o Comandantes das Armas tivessem qualquer ingerência”. RIBEIRO, *Quando o serviço nos chama...*, 2001, p. 37.

<sup>XVIII</sup> Conforme Adriano Comissoli: “A indistinção entre esfera pública e privada acompanha-se da manutenção da proximidade entre Estado e sociedade civil. Em Portugal este afastamento não começa a se efetuar antes de finais do século XVIII, notadamente a partir das reformas promovidas no reinado de Dom José I por meio do Marquês de Pombal. Por consequência, ao tratarmos do período 1808-1831 temos de ter em mente que este processo encontra-se em curso, sequer se completando ao final de nosso recorte”. COMISSOLI, *A serviço de Sua Majestade...*, 2011, p. 16.

<sup>XIX</sup> FARINATTI, *Confins Meridionais...*, 2010, p. 205; Complementarmente, argumenta Comissoli: “Embora os oficiais da primeira linha fossem profissionais no sentido de que esta era sua carreira, não o eram no sentido weberiano, em que o Estado se constitui detentor legítimo do monopólio da força, delegada às instituições militares sob ordens expressas do Estado. Conforme Comissoli: “Certamente não é verificável um Estado nos moldes atuais ou, como quer Max Weber, que monopolize a força legítima. Segundo a teoria escolástica corporativa [muito presente na organização social do Brasil pelo menos durante a primeira metade do século XIX] os corpos sociais possuem considerável autonomia e auto-governo, gozando, portanto, de legitimidade, em alguns casos até mesmo para o uso da força. Na América portuguesa é observável a necessidade do poder régio, poder central, apoiar-se nos poderes dos demais corpos sociais (poderes periféricos), especialmente para a coerção em nível local”. COMISSOLI, *A serviço de Sua Majestade...*, 2011, p. 16.

mútuas e não claramente estabelecidas de colaboração em situações de incerteza constante – como era a vida em uma região assolada pela endemia bélica – regimentava informalmente essas relações sociais.

A partir de 1831, com o decreto de instituição da Guarda Nacional, esta deveria substituir as Milícias, que ficavam extintas<sup>xx</sup>. Não se trata, contudo, de uma simples troca de nomenclatura. A criação da Guarda Nacional se deu em um movimento que visava subordinar as forças militares às autoridades civis.

O Primeiro Reinado foi marcado pela crescente desconfiança de diversos setores da população em relação às tropas de primeira linha, também por conta de tumultos e insubordinações constantemente protagonizadas por estes militares. Outro fator que jogava para essa desconfiança foi a clivagem entre militares brasileiros e reinóis, que se aprofundou muito com a Independência do Brasil (1822), dividindo as forças de primeira linha entre leais à Portugal ou partidários da Independência. “O receio em relação à tropa de primeira linha devia-se à incerteza de poderem ou não confiar numa instituição armada comandada por oficiais, em boa parte, portugueses de nascimento”<sup>100</sup>.

A lei de criação da Guarda Nacional criou uma instituição bastante diferente. Inspirada no modelo francês e norte-americano, a hegemônica orientação liberal dos que governavam o Império na década de 1830 propiciou sua criação para sustentar a ordem vigente e manter a integridade do Império sob o comando das autoridades civis, como os juízes de paz, os presidentes de província, o ministro da justiça. Somente os cidadãos brasileiros que tivessem o mínimo de renda necessário para o exercício dos direitos políticos poderiam ser qualificados guardas nacionais. O restante dos indivíduos deveria continuar sentando praça no Exército. Somente em casos excepcionais, como guerras externas ou grandes conflitos internos, os guardas nacionais poderiam ser subordinados às autoridades militares.<sup>101</sup>

Com a criação da Guarda Nacional, o Exército “[...] ficava somente com as funções de guarnecer fronteiras. O controle social, a ordem e a paz interna

<sup>xx</sup> De acordo com Ribeiro e Farinatti, neste mesmo processo as unidades de Ordenanças também foram paulatinamente extintas à medida em que eram criadas unidades de Guarda Nacional. RIBEIRO; FARINATTI, *Interesses em disputa...*, 2013, p. 100.

ficavam a cargo da Guarda, e logo de seus partícipes: os proprietários de terras, os artesãos urbanos, os homens livres e pobres”<sup>102</sup>. Isto é, dissemos anteriormente que parte destes *homens livres pobres* ia para o Exército, mas especialmente aquela parte *desajustada*. Como demonstrou Miqueias Mugge, o critério censitário para qualificação como Guarda Nacional – isenção, portanto, do serviço na 1ª linha – não excluía fração tão expressiva da população livre pobre. De acordo com o autor, a renda de 200 mil réis anuais necessária para integrar a milícia cidadã – como também era chamada a Guarda Nacional – não era muito difícil de ser auferida pelos trabalhadores pobres livres.

Por outro lado, o fato de o comando desta instituição recair sobre as elites locais levava para o interior da Guarda uma série de disputas existentes entre membros destas elites. “[...] O poder sobre o recrutamento de homens para o serviço da guerra foi disputado e apropriado pelas facções locais e regionais, consistindo em um espaço de conflito e de hierarquização social”<sup>103</sup>. O que não quer dizer, como alertam Ribeiro e Farinati, que “[...] o interesse dos grupos locais por esses cargos fizesse com que sempre houvesse notáveis locais prontos a desempenhar essas funções, e a fazê-lo com verdadeiro empenho”<sup>104</sup>.

A partir desta necessidade do poder central, muitos veteranos das várias guerras às quais já nos referimos, encontraram caminho para reforçar sua posição social ou mesmo para, em alguns casos, ascender socialmente. De acordo com Ribeiro e Farinati, “[...] grande parte da documentação de autoridades militares e judiciais expõe a dificuldade de fazer ‘reuniões de gente’ para o serviço no Exército, das Milícias ou na Guarda Nacional, bem como mostra autoridades queixando-se de outras, que não desempenham com zelo suas funções”<sup>105</sup>. Neste sentido,

[...] os sujeitos que se dispunham a servir à nação no desempenho daquelas funções alcançavam importante posição política não apenas no âmbito local, como também no papel de mediação da vida da região com o Império. Muitas vezes, tratava-se de chefes militares e políticos, que tinham um histórico bem-sucedido nas lutas que sacudiram o sul do Império e o espaço platino nas primeiras décadas do século XIX. Esse sucesso havia lhes proporcionado uma gama de recursos e relações sociais que seriam úteis no desempenho daquelas funções, ao mesmo tempo em que condicionariam a atuação que teriam ali. As relações de reciprocidade estabelecidas por esses sujeitos possibilitavam que conseguissem

homens e recursos para o serviço. Porém, quando possível, deviam praticar a retribuição, na forma de isenções e promoções.<sup>106</sup>

Nunca é demais sublinhar, entretanto, que estamos compondo aqui uma paisagem de referências que consideramos pertinente para amparar nossa reflexão sobre a trajetória de Antonio Joze de Mello Brabo, personagem cuja vida foi sistematicamente marcada pelas coisas da guerra. De forma alguma pretendemos passar a impressão de que os caminhos percorridos por este indivíduo foram lineares, coerentes e determinados por alguma característica intrínseca ao sujeito.

Dito de outro modo, um dos grandes pilares de sustentação da obra *A herança imaterial*, de Giovanni Levi, é a busca deste autor por uma interpretação do “sistema decisório dos indivíduos”<sup>107</sup> que superasse os quadros teóricos funcionalista e neoclássico<sup>XXI</sup>. Em resposta a este paradigma analítico, Levi propõe a noção de *racionalidade limitada*:

[...] a ambigüidade [sic] das regras, a necessidade de tomar decisões em situações de incerteza, a quantidade limitada de informações que, todavia, não impede a ação, a tendência psicológica a simplificar os mecanismos causais considerados relevantes para a determinação de comportamentos e, enfim, a utilização consciente das incoerências entre os sistemas de normas e de sanções. Uma racionalidade seletiva e limitada explica os comportamentos individuais como fruto do compromisso entre um comportamento subjetivamente desejado e aquele socialmente exigido, entre liberdade e constrição.<sup>108</sup>

Evidentemente, Giovanni Levi estava pensando em uma comunidade agrária da Itália seiscentista. O que não significa que o paradigma teórico e epistemológico delineado pelo autor não possa inspirar nossa reflexão. Se é verdade que os conteúdos das relações sociais pouco assemelham o contexto estudado por Levi deste que estamos perscrutando, os aspectos considerados pelo autor como estru-

<sup>XXI</sup> De acordo com Levi, os pressupostos interpretativos das análises inspiradas neste referencial do qual o autor pretende se desvencilhar são principalmente: “Maximização dos resultados prefixados e minimização dos custos, disponibilidade total ao esforço com direção a uma determinada meta, ausência de inércia, irrelevância na determinação dos objetivos da interação entre as pessoas e do contexto específico, coerência dos interesses e dos mecanismos psicológicos de todos os grupos sociais, total disponibilidade das informações são todas simplificações da realidade que tornam mecânicas as relações entre indivíduos e normas e entre decisões e ações”. LEVI, *A herança Imaterial...*, p. 46.

turais da ação dos sujeitos que estudou – conforme o trecho supracitado – certamente não se restringem aos habitantes do Piemonte italiano do século XVII.

*1.4. “De me haver custado a reunião das mesmas praças não poucos trabalhos e sacrifícios pessoais e pecuniários”: o cabedal militar de Mello Brabo*

Já sublinhamos mais de uma vez que, a partir de 1841, encontramos Antonio Joze de Mello Brabo com mais frequência na documentação. Trata-se de um momento em que este sujeito alcança notabilidade regional pela atuação que vinha tendo na defesa da causa legalista, durante a Farroupilha. Foi neste momento que Mello Brabo fora agraciado com o título de Oficial da Ordem da Rosa em 1841, mesmo ano de sua promoção à tenente-coronel honorário do Exército, além de ter se tornado comandante do 10º corpo de cavalaria da Guarda Nacional.

A documentação que melhor nos situa em relação à atuação de Mello Brabo na Farroupilha são as correspondências da Coleção Varela. Trata-se de um acervo documental custodiado pelo AHRS, proveniente do trabalho de recolha de documentos referentes à guerra civil Farroupilha, iniciado em 1859, por Domingos José de Almeida – importante liderança farroupilha – e continuado posteriormente por outras pessoas, com destaque para o historiador Alfredo Varela. Na década de 1930, este acervo foi doado por Varela ao Museu Júlio de Castilhos e mais tarde, com a criação do AHRS, passou a ser abrigado no acervo desta instituição, onde se encontra até os dias de hoje.<sup>XXII</sup>

É preciso mencionar, como vem sendo reiteradamente lembrado por historiadores que nos precederam – ao menos desde a primeira geração dos Annales – que o documento não informa apenas sobre aquilo que é o seu conteúdo puro e simples, mas está envolto em inúmeros processos que os fizeram surgir e se conservar, em detrimento de outros tantos, perdidos ou eliminados. Os arqui-

<sup>XXII</sup> “[...] a Coleção Varela foi reorganizada naquela instituição, sendo os documentos numerados de 1 a 10.884, dispostos em nove grupos: correspondência; abaixo-assinados; atos oficiais; contadoria e coletorias; iconografia; impressos e jornais; diversos; anônimos e não identificados; incompletos [...]. A coleção de jornais, com onze títulos, foi transferida, nos anos de 1970, ao Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, sem que hoje seja possível localizar nesse acervo as unidades provenientes daquela coleção”. MIRANDA, *A Revolução Farroupilha...*, 2016, p. 169.

vos também não são depósitos aleatórios dos vestígios que restaram do passado. Melhor se lhes compreende enquanto instituições que, imbuídas, geralmente, de funções sociais da ordem da gestão de memórias oficiais, são atravessadas tanto pelas impressões dos sujeitos que lhes operam em cada tempo-espço quanto pelas intenções que informam os órgãos mantenedores de tais instituições.

A Coleção Varela tem a sua própria trajetória, repleta de movimentos de seleção, provocados também pelo acaso, mas principalmente por obra dos seus idealizadores e curadores. O acervo que a compõe não consiste, portanto, num retrato – mesmo que parcial – das coisas como foram entre 1835 e 1845, mas está invariavelmente marcado pelas intencionalidades dos sujeitos e das instituições que deram vida e forma ao acervo<sup>109</sup>. Além do mais, é necessário lembrar que a documentação ali custodiada já havia sido resultado de muitos processos de seleção realizados durante a própria guerra.<sup>XXIII</sup>

Atualmente uma fração significativa deste acervo encontra-se publicada em 24 volumes intitulados Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, todos disponíveis em formato digital na *web*<sup>XXIV</sup>. As correspondências que existem nesta Coleção foram organizadas por nome do emitente e data de emissão. Localizamos 39 documentos em que Antonio Joze de Mello Brabo é mencionado, entre os anos de 1839 e 1844. Destes, 17 são correspondências remetidas pelo próprio Mello Brabo ao comandante-em-chefe do Exército, cobrindo o período de janeiro de 1841 até setembro do ano seguinte. Estas últimas são um fragmento preservado da correspondência ativa de um oficial legalista comandante de um corpo de cavalaria da Guarda Nacional destacado em serviço de guerra, portanto, respondendo ao comandante do Exército. As demais fazem parte da correspondência ativa de outros militares que foram sendo mencionados na documentação compulsada, sendo, a maior parte, correspondências de outros oficiais legalistas que atuaram em Cruz Alta ou imediações, mormente os já mencionados Antonio de Mello e Albuquerque, Vidal José do Pillar e João Gonçalves Padilha.

<sup>XXIII</sup> Sobre a destruição de documentos praticada tanto pelos próprios autores como por forças adversárias, durante a guerra civil Farroupilha: Cf. MIRANDA, *A Revolução Farroupilha e a República Rio-grandense...*, 2016.

<sup>XXIV</sup> Disponível em: < <https://cultura.rs.gov.br/publicacoes-online>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

As correspondências ativas destes quatro oficiais tinham basicamente as mesmas funções. Eram a via de comunicação direta entre o comandante-em-chefe das operações e os oficiais superiores existentes nas diferentes localidades envolvidas no conflito. Em um nível mais estrito de análise, os atores destas missivas podem ser entendidos como agentes na cadeia de comando do Exército, em que os oficiais superiores de cada localidade informam as condições de operação nos lugares onde atuam, para que o comandante-em-chefe avalie a situação em termos macrorregionais e possa deliberar os movimentos que deveriam ser realizados. Esses oficiais superiores comandantes de batalhões – como os corpos de cavalaria – também se comunicavam, por sua vez, com oficiais subordinados através de correspondências. Evidentemente, tal prática não substituíra as trocas de informação realizadas oralmente.<sup>XXV</sup>

Tais cartas, entretanto, nunca tratam apenas das operações bélicas. Através delas são levadas à mais alta autoridade militar solicitações dos oficiais inferiores e dos soldados, especialmente pedidos de baixa e promoções, mas também são comunicadas deserções ou outras condutas inadequadas, assim como podem ser justificadas estas mesmas condutas se denunciadas por outro oficial, por exemplo. Outro ângulo de mirada permite perceber nestas missivas elementos de uma comunicação política<sup>XXVI</sup>, particularmente uma comunicação militar inscrita em uma cultura administrativa que tinha como um dos seus pontos nodais a prática de produzir registros escritos de diversas naturezas e para fins variados. Um terceiro nível de questões que se pode inferir a partir desta documentação diz respeito à dinâmica das relações sociais nos contextos de produção da documentação. Ou seja, as lealdades e conflitos, nem sempre

<sup>XXV</sup> Nem todas as correspondências que localizamos na Coleção Varela atribuídas a estes quatro sujeitos são com o comandante-em-chefe, algumas são de comandantes entre si ou com subordinados. Percebemos, todavia, que boa parte da comunicação destes comandantes entre si não foi minimamente prospectada pelos responsáveis pela constituição do acervo da Coleção Varela, ou ocorriam majoritariamente por via oral. Acreditamos que ambas as hipóteses não se excluem entre si.

<sup>XXVI</sup> Conforme Adriano Comissoli: “Comunicação política é um tema bastante amplo, ainda mais em se tratando do “império de papel” português, como o apelidou António Manuel Hespanha (1994). A alcunha se deve não à fragilidade do construto político, mas ao fato de que, em considerável medida, o mesmo era governado pelo fluxo constante de cartas que se dirigiam de Lisboa para as possessões em diversas ilhas e continentes e destes para a Corte. A correspondência e, por meio dela, a escrita eram atividades cruciais na administração de espaços tão distantes, mas que se mostravam interligados”. COMISSOLI, Adriano. Espadas e penas: o papel dos comandantes de fronteira nos circuitos de comunicação política da capitania do Rio Grande de São Pedro (século XIX). *Revista Postais*. N.º, jul-dez, 2014, p. 12-13.

explícitos, mas que subjazem às informações transmitidas, às decisões tomadas ou não, àquilo que é dito ou omitido.

A fim de melhor situar esta documentação analisamos as correspondências cruzando-as com outros documentos que localizamos a respeito dos mesmos episódios nelas descritos. Além das correspondências da Coleção Varela, portanto, utilizamos algumas correspondências emitidas pela câmara municipal de Cruz Alta e trechos de periódicos que narraram, contemporaneamente, acontecimentos referentes ao período da Farroupilha.

#### *1.4.1. Vidal José do Pillar e o seu “circulozinho de compadres e amigos”*

Quando da eclosão da guerra civil Farroupilha, Cruz Alta era um município recém-nascido. Na primeira legislatura, em 1834, foi eleito presidente da câmara municipal Vidal José do Pillar, “[...] personagem mais emblemática da vida política da vila [...], até falecer, no ano de 1847, “[...] deixando à sua esposa e herdeiros nada menos que 54 escravos”<sup>110</sup>, segundo Tiago L. de Araújo.

Rossano Cavalari, que transcreveu alguns documentos a respeito de Vidal José do Pillar, informa que este sujeito foi batizado na vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, então pertencente à capitania de São Paulo, no dia 26 de agosto de 1780<sup>111</sup> e, em setembro de 1796 assentou praça de soldado no Regimento de Dragões, apresentando-se como voluntário<sup>xxvii</sup>. Após desertar, Vidal teria se reapresentado para o serviço em 1801, no contexto das campanhas de conquista das Missões Orientais.<sup>xxviii</sup>

“Vidal José do Pillar se casaria em 16 de junho de 1810 na cidade de Triunfo<sup>xxix</sup>, vizinha de Santo Amaro [onde, segundo o autor, Pillar residia até então],

<sup>xxvii</sup> Neste caso, Cavalari cita Domingues como referência original, contudo, transcreve trecho da documentação utilizada por este último, qual seja, uma portaria expedida pelo Governador Sebastião X. da Veiga Cabral. DOMINGUES *apud* CAVALARI, *A gênese de Cruz Alta...*, 2004, p. 59.

<sup>xxviii</sup> Novamente o autor cita a transcrição feita por Moacyr Domingues de uma “Lista de soldados desertores que se me apresentaram e estão servindo na Companhia novamente...”, assinada pelo Capitão Comandante da Companhia de Forasteiros, Joaquim Inácio de Sá, remetida ao Governador desde Vacaria, em 20 de outubro de 1801. DOMINGUES *apud* CAVALARI, *Op. Cit.*, p. 60.

<sup>xxix</sup> Localizamos o registro de casamento que também confirma a cidade natal de Vidal. Entretanto, a nupente chamava-se, no momento do casamento, Gertrudes Baptista de Almeida, filha de João Baptista de Almeida e Rachel Fonsina de Menezes. Gertrudes era natural de Triunfo. TRIUNFO, Paróquia de. Registro

com a senhora Gertrudes Magna de Almeida [sic] e três anos depois, pede baixa do Exército sob a alegação de sofrer de asma”<sup>112</sup>. Cavalari localiza ainda Vidal, 10 anos mais tarde, residindo com sua família na chamada Serra de São Xavier, como informa um ofício do então Sargento-mor João José Palmeiro ao Conde da Figueira, datado de 2 de junho de 1820.

Nestes primeiros anos do século XIX, as trajetórias de Vidal José do Pillar e da família Mello e Albuquerque já haviam se cruzado. Tanto Vidal como Ricardo Antonio de Mello, Furriel do Regimento de Dragões do Rio Pardo e quem viria a ser pai de Antonio de Mello e Albuquerque (o Mello “Manso”), adquiriram partes dos campos de São Miguel, pertencentes ao Cabildo do Povo de São João Batista. Anos mais tarde, Vidal vendera grande fração destes campos à Salvador Martins França, em uma operação que incluiu “[...] uma área equivalente a 7 sesmarias de campo”<sup>113</sup>, no distrito de Santo Angelo, município de Cruz Alta.

“Junto dos Pillar, dos Martins, dos Barros e dos Anes, os Mello formaram o grupo das primeiras famílias que residiam na célula pioneira de ocupação da fronteira noroeste”<sup>114</sup>. Estas famílias promoveram a criação do município de Cruz Alta, tornando-se também a primeira elite daquele município:

Em 1832, uma lei provincial criou a *freguesia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta*. Dois anos depois, o povoado foi elevado à categoria de Vila, e ocorreu a primeira eleição para a Câmara de Vereadores, que levou os chefes das famílias pioneiras aos cargos do governo dos homens daquela fronteira. Boa parte do grupo provinha da região de São Paulo (mormente de São José dos Pinhais) e vinha sistematicamente ao sul, guiando e negociando tropas cavалares, muares e vacuns. Suas biografias se confundiam também com as campanhas militares de defesa dos domínios portugueses na América e das campanhas imperiais na região da Cisplatina. Essa elite local em formação — apesar de parecer isolada naquelas terras distantes — mantinha relações recíprocas com as elites militares fronteiriças, já que foram comandadas por elas. Vidal do Pillar, por exemplo, era compadre de Bento Manoel Ribeiro (patriarca dos Ribeiro de Alegrete) e do Conselheiro Antônio Correia da Câmara (filho do Visconde de Pelotas). Não foi à toa

de casamento entre Vidal José do Pillar e Gertrudes Baptista de Almeida. Casamentos (1805-1835/1841-1865). Microfilme nº 004637171. Imagem 43/924. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-HL95-3H?mode=g&cat=402786>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

que, em 1834, ele foi eleito o primeiro presidente da Câmara de Vereadores.<sup>115</sup>

Durante o ano de 1834, as correspondências enviadas pela câmara municipal da recém-emancipada Cruz Alta à Presidência da Província deram conta de poucos assuntos. Tratou-se principalmente de informar a divisão distrital e respectiva delimitação das confrontações do município, do provimento de alguns cargos e da solicitação de autorizações para fazer despesas com um socorro médico, uma cadeia e alguma força policial.<sup>116</sup>

A primeira menção à organização da Guarda Nacional naquele município ocorreu em fevereiro do ano seguinte, respondendo ao questionamento endereçado à câmara pela Presidência da Província, a respeito de “[...] quais as autoridades que teriam sido omissas sobre a organização das Guardas Nacionais”<sup>117</sup>. Os vereadores responderam não ter aquela câmara recebido ordem alguma sobre a criação da mesma Guarda. Já a 25 de junho do mesmo ano, a câmara escreve novamente à Presidência informando que “[...] se acham organizados no 1º distrito deste Município cento e doze Guardas Nacionais de serviço ativo e de reserva vinte e um guardas; e se acham organizando ainda no 2º, 3º, 4º, 5º e 6º distritos [...]”<sup>118</sup>. Depois disso, nas poucas correspondências emitidas por aquela câmara durante a década da guerra civil que foram preservadas, a organização militar do município não volta a ser mencionada antes de 1844. Neste ínterim, em 3 de abril de 1837, o presidente da câmara de vereadores de Cruz Alta, Vidal José do Pillar, realizou uma inflamada proclamação aos cidadãos cruz-altenses:

[...] corramos pois às armas, marchemos a debelar esses infames facciosos, que tendo-se inculcado Amigos da Pátria, jamais amaram a Pátria, jamais desejaram ver feliz esta Província, e só sim empolgarem riquezas e autoridade. Não nos faltam, nem nos faltarão recursos; temos valentes e decididos militares para guiarem nossas operações; tempos por timbre – LEGALIDADE OU MORTE – e tanto basta. Vigilância, valor e constância, e o Deus dos Exércitos abençoará nossos legítimos esforços. Juramos a integridade do Império, há de ser sustentada: Juramos a Constituição e o Senhor D. Pedro Segundo [...].<sup>119</sup>

Havíamos mencionado anteriormente que, pelo atestado que concedeu ao capitão Manuel Antonio de Camargo, é possível depreender que Mello Brabo marchou com a “[...] divisão ao mando do Ilmo. e Exmo. Sr. Marechal Elzeario para o forte de Porto Alegre, e dali para a vila do Rio Pardo [...]”<sup>120</sup>. Muito provavelmente, Mello Brabo tenha realizado esta marcha em fevereiro de 1837, adido ao corpo de cavalaria de guardas nacionais ao mando do então tenente-coronel Antonio de Mello e Albuquerque, que fazia parte da dita Divisão. Certamente tratava-se de um daqueles corpos de guardas nacionais que vinham sendo organizados desde meados de 1835.

Anos depois, em janeiro de 1840, Antonio de Mello e Albuquerque, já feito coronel, escreve desde os Campos de Curitiba ao Ministro e Secretário do Estado e Negócios da Guerra do Império, narrando um episódio protagonizado naquele lugar. Episódio que acabou entrando para a mitografia da Farrroupilha, em função da captura de Anita Garibaldi.

Antes de tratar do mérito da batalha de Curitiba, Mello Manso – como ficou conhecido – afirma ter caído prisioneiro ainda em Rio Pardo, provavelmente por volta de 1838, sem, no entanto, detalhar o episódio, nem tampouco como libertou-se. Diz ainda que, já em liberdade, conservou-se no município de Cruz Alta com as forças de seu comando, até vislumbrar a oportunidade de regressar às armas. Esta oportunidade parece ter se apresentado por ocasião de uma manobra de maior vulto a ser empreendida pelo brigadeiro Francisco Xavier da Cunha, animado pela qual Mello Manso afirma: “[...] com o aparato da marcha da divisão ao mando do brigadeiro Cunha fizemos a reação do dito município a 2 de dezembro [de 1839] [...]; e em muito poucos dias me achei à testa de seiscentos homens para a defesa do trono constitucional [...]”<sup>121</sup>.

Por ocasião de uma derrota imposta à divisão do brigadeiro Cunha pelos republicanos comandados pelos tenentes-coronéis Teixeira Nunes e Joaquim Mariano Aranha, Mello Manso afirma ter se lançado com sua força na direção destes últimos, narrando uma pequena epopeia realizada até a chegada em Curitiba, à frente de 400 daqueles 600 homens recrutados<sup>xxx</sup>. A partir daí, Mello

<sup>xxx</sup> “Pintar, Exmo. Sr., os trabalhos e privações que afrontamos seria tentar um impossível. Serras escabrosas e quase intransitáveis, caudalosos rios, fome, nudez, tudo arriscamos e conseguimos chegar a este ponto dos Curitiba com quatrocentos homens”. O DESPERTADOR comercial e político. Rio de Janeiro, n.º 558,

Manso passa a descrever aquele que acredita ter sido um grande feito militar ao derrotar a força de Teixeira Nunes, alegadamente superior em número e em posição vantajosa para o combate.<sup>XXXI</sup>

Foi nestas circunstâncias que todos os bravos da imperial brigada da Cruz Alta a meu mando, tendo à frente dos dois corpos de que se compõe os bravos coronéis Mello e Padilha e seus valerosos oficiais, carregaram corajosamente o inimigo e o puseram em completa derrota [...]. Nunca tivemos nestas províncias uma ação tão disputada. Da nossa parte (com mágoa digo) perdemos cinco homens mortos, feridos entre os quais se encontram o tenente-coronel Mello Bravo e o capitão Borges. V. Ex. em atenção às nossas atuais circunstâncias [...] digne-se melhorar a nossa sorte filha do nosso amor ao Imperador e à ordem legal, por quem estamos dispostos a derramar todo o sangue que nas veias circula. Para a organização desta força, vi-me obrigado a sacar letras contra a Província do Rio Grande, e o nosso encarregado de negócios em Montevidéu. Para melhor arranjo e disciplina da força do meu comando, organizei dois corpos e nomeei interinamente oficiais.<sup>122</sup>

Ainda que seja difícil compreender por que, em poucas linhas, o autor da correspondência teria se referido ao mesmo sujeito primeiro como coronel Mello e em seguida como tenente-coronel Mello Bravo, acreditamos que ambas as referências tenham sido à mesma pessoa<sup>XXXII</sup>. Seja como for, o fato é que, ao longo do ano de 1840, algo na correlação de forças da elite militar cruz-altense se alterou, como veremos.

Pela correspondência ativa do general Pierre Labatut, pode-se supor que a brigada cruz-altense se manteve nas imediações de Santa Catarina, possivelmente adida à Divisão de São Paulo, comandada pelo dito general francês. É o que su-

5 fev. 1840, p. 1.

<sup>XXXI</sup> Não hesitei, Exmo. Sr.; carreguei sobre as forças, apesar da desigualdade, [...] fui rechaçado com a perda de um morto e quatro feridos; e depois de um longo tiroteio, que durou mais de quatro horas, fingindo uma retirada precipitada, consegui enganar o inimigo [...]. *Ibid.*

<sup>XXXII</sup> Suspeitamos que isto não seja casual, tendo em vista a suspeita levantada pelo advogado Francioni (ao que nos referimos no item 1.2.1). É possível que menções nominais vagas contribuissem para alargar a margem de falseabilidade de certas informações.

gere uma correspondência remetida por este ao então comandante-em-chefe do Exército, Francisco J. de S. Soares de Andréa, datada de 6 de dezembro de 1840:

A Brigada Cruz-altense tem desertado quase toda, entrando neste crime vários oficiais com as suas companhias a ponto de não ter cem homens, sendo esta deserção promovida pela maior parte dos próprios oficiais, máxime pelo insubordinado, orgulhoso e covarde Coronel honorário Antônio de Melo e Albuquerque, que, depois de haver assim dissolvido a brigada, pediu-me licença para ir tratar-se de suas enfermidades, licença esta que prontamente lhe concedi, e vou dissolver a brigada visto que já o está por si mesma, e tenciono, logo que me chegue a gente que se está reunindo, organizar outra dando-lhe uma nova denominação, visto que a atual é geralmente odiada por todos os povos em atenção aos roubos e assassínios que cometeu por todos os lugares por onde passou, e mesmo para dar o comando a um oficial probo e de confiança e afastar daqui aquele insubordinado e relaxado coronel honorário.<sup>123</sup>

Poucos dias depois, aos 9 de janeiro do ano seguinte, o general Labatut informa ao então presidente da província, Francisco Álvares Machado, que, após dissolver a brigada cruz-altense, organizou com seus oficiais remanescentes o 1º Corpo de Cavalaria de Missões e arrola nesta correspondência uma lista propondo promoções aos oficiais para constituição do dito corpo. Para tenente-coronel comandante foi recomendado Antonio José de Melo. Comparando os demais nomes, como do major João Batista de Oliveira (Mello), do alferes Manoel Machado de Albuquerque, capitães Fidélis Militão de Moura, Lúcio Alves de Castro e Francisco Correia Taborda, fica evidente que se trata do mesmo corpo de cavalaria que, pelo menos a partir de 17 de janeiro daquele ano, passou a se chamar 10º Corpo de Cavalaria de Cruz Alta.<sup>124</sup>

A partir daquele momento, com a licença do coronel Mello e Albuquerque, Mello Brabo alcançou uma posição de grande destaque no município de Cruz Alta, sendo um dos poucos tenentes-coronéis da força legal atuantes na região. Conforme sugere uma correspondência encaminhada pelo tenente-coronel Vidal José do Pillar, então comandante militar de Cruz Alta, ao comandan-

te-em-chefe do Exército, naquele momento, Mello Brabo comandava da principal força de cavalaria existente no município:

[...] é de meu dever participar a V. Exa. que neste Município se acha o Décimo Corpo de Cavalaria de Guardas Nacionais, pertencente a este Município, além de quase outro Corpo reunido pelo Tenente Coronel João Gonçalves Padilha, e outros Beneméritos Oficiais. Estes homens foram por duas vezes derrotados pelo inimigo neste município e por isso ganharam os matos e presentemente se acham inteiramente nus, o que me obriga a suplicar a beneficência de V. Ex. a favor deles com fardamento e armamento de que tanto necessitam. E, quando no pronto não seja possível a V. Ex. socorre-los, sendo do agrado de V. Ex. por sua ordem eu supriria as Forças Legais com grossas somas.<sup>125</sup>

A análise das correspondências da Coleção Varela explicita que este rearranjo nos postos de comando da Guarda Nacional em Cruz Alta desencadeou uma disputa de poder entre Vidal José do Pillar, cujo cabedal socioeconômico tentamos fazer notar anteriormente e Antonio Joze de Mello Brabo, que não fazia parte do núcleo da elite dirigente daquele município. Inclusive, do ponto de vista militar, como vimos, Mello Brabo até pouco tempo estava subordinado ao comando do genro de Vidal, Mello Manso.

Em outro capítulo deter-nos-emos mais atentamente ao patrimônio de alguns destes sujeitos, como Mello Brabo e Vidal Pillar. Por ora parece importante destacar que, ao ser alçado a esta posição de comandante de uma expressiva força bélica, Mello Brabo arvorava-se em questionar a posição das peças no tabuleiro que configurava aquela elite local. Quando foi obstado por Vidal, Mello Brabo escreveu ao comandante-chefe dizendo, entre outras coisas, que “[...] eu, por ora, de V.Ex.<sup>a</sup> não recebi aviso algum de reconhece-lo [a Vidal] a respeito do meu Corpo de Cavalaria o meu superior”.<sup>126</sup>

As tensões entre estes oficiais somente se agravaram durante os anos de 1841 e 1842, dando indícios claros do quanto implicavam no desempenho das operações das forças legais. Em janeiro de 1842, Mello Brabo escreve ao então comandante-em-chefe relatando vários procedimentos do tenente-coronel Vidal que,

do seu ponto de vista, “[...] não é de companheiro de armas, e só almas saídas ao avesso o podem fazer”<sup>127</sup>. Assim como descreve uma série de acontecimentos que, em suas palavras, “[...] só podiam promover no meu interior uma certa aversão contra o Sr. Vidal; esta aversão, porém, transformou-se em completo ódio contra o mesmo [...]”<sup>128</sup>. Ao longo da extensa missiva o autor escreve ainda que:

[...] todas as demonstrações e mapas de forças reunidos, apresentados por quem quer que seja ao Governo, para dele alcançar com aprovação de V.Excia o poder de formar um Corpo são inteiramente falsos, porque apenas acham-se reunidos trinta homens que não sejam pertencente a este 10º Corpo. Por que será, Exll Senhor, que o circulozinho de amigos e compadres do Sr. Vidal ilude e engana a V.Exll ?? Esta demora de meus desertores passarem para este 10º Corpo, foi causa, que grande número destes mesmos, vendo que não passavam a este Corpo a que pertencião, desconfiassem e de novo desertassem, e que até esse momento desertados se conservão, enranhados em os vastissimos sertões deste Município. Eu afirmo positivamente e o futuro patenteará que deste Município só podem sair quatrocentos homens, pouco mais ou menos, capazes do serviço ativo de campanha.<sup>129</sup>

Devemos sublinhar que o que nos interessa não é saber quem estava falando a verdade. Como nos ensina Carlo Ginzburg, no entanto, superar a noção de verdade positivista não significa abandonar a ideia da existência da verdade. A questão reside em perceber qual dimensão da verdade é acessível através da análise de uma determinada documentação<sup>xxxiii</sup>. Neste caso, o trecho nos permite inferir que as relações pessoais (parentesco, amizade, etc.) influenciavam as decisões tomadas também no âmbito da guerra.

<sup>xxxiii</sup> Na obra *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*, Ginzburg aborda esse tema a partir de diferentes ângulos. Note-se, por exemplo, a subscrição do autor à posição de Marc Bloch a respeito do papel do historiador: “[...] ‘até mesmo nos testemunhos mais resolutamente voluntários’, escrevia Bloch, ‘aquilo que o texto nos diz já não constitui o objeto preferido de nossa atenção’ [...], ‘não nos interessam tanto suas referências aos dados concretos, volta e meia inventados, mas pela luz que lançam sobre a mentalidade de quem escreveu esses textos’”. GINZBURG, *O fio e os rastros...*, 2007, p. 10.

### 1.4.2. *A noção de cabedal militar*

A leitura destas correspondências também permite perceber que o comando de um batalhão, tal qual um corpo de cavalaria, estava longe de ser uma atividade baseada em automatismos. Por um lado, a disputa entre estes oficiais dá a conhecer que a mobilização de guardas nacionais não era um processo alheio aos interesses dos comandados, indo além, portanto, do simples fato de ser qualificado na força da ativa e destacado para a guerra. Por exemplo, ao longo de sua contenda com o comandante militar do município, Mello Brabo protestava contra o propósito que alegadamente aquele nutria de tirar praças do 10º corpo de cavalaria e passar para a companhia que vinha sendo reunida pelo tenente-coronel João Gonçalves Padilha.

Ao final de 1842, percebe-se que isso acabou acontecendo. Não sem que Mello Brabo intensificasse seus protestos, sustentando que “[...] o descontentamento geral das praças cresce de momento em momento, e temo que grande número desertará se, com efeito, V. Exa. determinar que se execute as ordens [...]”<sup>130</sup> de tirar praças do 10º Corpo para criar outro sob o mando do dito tenente-coronel João Gonçalves Padilha. Mesmo após a reorganização dos corpos, Mello Brabo insistia:

Este 10º Corpo tem sofrido um não pequeno desfalque pela Organização do Esquadrão de Cavalaria de Cruz Alta, ao mando do Tenente Coronel Padilha, pois entreguei ao mesmo senhor Tenente Coronel, por ordem expressa do Exmo. Sr. General Conde de Rio Pardo 95 praças; acontecimento este, que causou bastante desmoralização e deserção por haverem muitas praças que não queriam servir no dito Esquadrão, e não posso deixar de contemplar esta Ordem do mesmo Exmo. Senhor General em Chefe um tanto injusta, cada vez que me lembro, de haver-me custado a reunião das mesmas praças não poucos trabalhos e sacrifícios pessoais, e pecuniários [...].<sup>131</sup>

Por outro lado, percebe-se mesmo que estas relações entre comandantes e comandados eram relações pessoais, marcadas por “[...] laços cotidianos desenvolvidos em pequenos auxílios ou por bons [que] serviços geravam a confiança

necessária para seguir um comandante na época da guerra”<sup>132</sup>. Os comandantes poderiam oferecer uma série de prestações aos seus comandados, na forma de promoções à alguma patente, pedidos de baixa acatados, empréstimos financeiros, fornecimento de fardamentos, alimentação, montaria, além de divertimentos e prazeres, como lembrou Farinatti, a respeito dos constantes provimentos de erva-mate e fumo como pagamentos aos serviços dos peões nas estâncias da campanha sul-rio-grandense, sem esquecer também da possibilidade de franquear ou vedar acesso às mulheres que acompanhavam as tropas.<sup>133</sup>

Ao interceder junto ao comandante-em-chefe por um soldado seu, Mello Brabo nos permite inferir sobre o grau de pessoalidade que estas relações podiam encerrar. Em janeiro de 1841, o comandante do 10º corpo de cavalaria escrevia ao seu superior em nome do Alferes José Xavier, que havia sido destituído de sua patente por deserção, mas que, segundo Mello Brabo, “[...] o mesmo serviu pronta e fielmente desde o princípio da presente luta”<sup>134</sup>:

[...] ele oficiou-me que ele se retirava à sua casa e retirou-se, é verdade, sem esperar a minha resposta. Comprometeu-se desta sorte contra a boa ordem e polícia da Brigada; *porém isto foi, estou certo, mas por ignorância do que por maldade*, e foi em consequência deste se proceder abaixado do seu posto de Alferes [...]. Portanto, Exmo. Sr., peço e rogo, que se aliás não é inteiramente contrário à lei e retidão que V.Exª., se digne mandar entrar por uma Ordem do dia outra vez no seu antigo posto de Alferes ao José Xavier, *podendo eu asseverar que o mesmo fará tudo para ser merecedor de tão esplêndida graça* de V. Exª.<sup>135</sup>

Tais relações eram da ordem de uma “política da vida cotidiana”<sup>136</sup>. Ainda que atos corriqueiros, não eram destituídos de significação social, assim como também não nos parecem entendidos pelos sujeitos envolvidos como algo pessoal. Pelo contrário, se tratava de relações ancoradas na pessoalidade. Caso contrário, ficaria difícil que Mello Brabo pudesse “asseverar” sobre o comportamento futuro de José Xavier. Em boa medida, o próprio recrutamento dos guardas nacionais neste contexto era marcado pela ação dos comandantes. Frases como: “a gente do Padilha”; ou “um corpo reunido pelo tenente-coronel Padilha e outros beneméritos oficiais” apontam neste sentido. O que não significa que todos os soldados fossem aliados dos seus comandantes.

Os batalhões comandados por Mello Brabo e João Gonçalves Padilha eram formados tanto por aliados seus, quanto por aliados de bandos rivais. Por exemplo, os desertores aos quais Mello Brabo se referiu, que faziam parte do seu corpo de cavalaria, desertaram – possivelmente durante alguma refrega – e, posteriormente, foram recrutados pelo tenente-coronel Padilha, como se vê no trecho a seguir:

Todas estas praças estão registradas e arquivadas neste Corpo que comando, pertencem portanto a ele, e acho por isso ser muito injusto de se não querer deixa-las comigo, *como elas mesmas desejam*, mas sim querer-se substitui-las em um outro Corpo, a fim de organizar-se com este uma brigada como disse o ten-cel. Padilha. Eu da minha parte porem protesto e sempre protestarei contra um tal proceder, salvo se for por ordem superior de V.Exia, a mim mesmo comunicada, pois o relojoeiro perdendo uma roda da sua obra, concerta-a no instante em que achou a roda perdida.<sup>137</sup>

Situação inversamente proporcional foi informada por Mello Brabo ao relatar que o comandante militar de Cruz Alta, Vidal Pillar, “[...] principiou umas vezes a mandar praças deste 10º corpo para todos os lados, umas com licença sua sem eu ser sabedor, soldados, inferiores e até um Alferes e outras em comissões, também sem eu saber”<sup>138</sup>:

[...] e outras vezes ele mandava as suas requisições com um “ordeno” tão imperial e altivo como razoavelmente só e unicamente o senhor poderá falar com o seu escravo. Ainda mais – “ordeno que V. S.<sup>a</sup> me mande para uma diligência o Alferes, Sargento ou Soldado de tal” – devendo ele na realidade nas suas requisições pedir-me a um Alferes, Sargento ou Soldado para uma diligência [...], e eis a causa porquê aconteceu de ele muitas vezes ordenar que se lhe apresentasse para o serviço um homem que, ou estava doente ou empregado em qualquer comissão fora do acampamento.<sup>139</sup>

De um ponto de vista institucional e impessoal, qual seria a diferença dos desertores do batalhão “a” serem incorporados no “b”? Por que prefeririam um ao outro? Ou, no segundo caso, qual motivo teria Vidal para requisitar um oficial ou praça específico e não algum qualquer? Entendemos que tais episódios expressem acordos pessoais. Assim como sob o seu comando Mello Brabo tinha

homens da sua confiança, como o então Major João Baptista de Oliveira Mello, que viria a ser seu compadre e amigo e também se tornaria coronel e comandante superior da Guarda Nacional, é provável que também houvesse no 10º corpo homens em quem não confiava, visto que, lá pelas tantas, informou ao comandante-em-chefe:

A disciplina militar que unicamente deve imperar em todos os Corpos militares e que só deve presidir as operações acha-se, bem contra minha vontade eu confesso, principalmente da oficialidade [...], bem descaída e é por isso totalmente necessário que V. Ex.<sup>a</sup> no seu alto conhecimento se digne conceder-me brevemente licença para que por mim sejam demitidos alguns oficiais e que sejam nomeados outros, dependendo naturalmente tal proceder da alta aprovação de V. Ex.<sup>a</sup>.<sup>140</sup>

Parece provável que, para os oficiais comandantes de uma força em destacamento, mesmo de guardas nacionais, fosse interessante ter sob ordens tanto alguns soldados aliados quanto outros apaniguados de um potentado rival. O cotidiano da guerra demandava situações múltiplas, como transporte de correspondências, a reunião de gados e até mesmo a aplicação de punições, atividades para as quais seria necessário alguém de confiança. Por outro lado, havia também circunstâncias de perigo, das quais poderia ser oportuno isentar os aliados.

Os desertores que foram recrutados fora do corpo de cavalaria em que haviam sido registrados e arquivados possivelmente estivessem sujeitos aos desmandes de um comandante que talvez não lhes fosse simpático. Do mesmo modo, entendemos que realmente não era por acaso que Vidal Pillar solicitava o soldado “tal”, mas porque talvez estivesse tentando evitar que o sujeito sofresse as consequências de estar no lugar errado, na hora errada; leia-se, de estar sob o comando de um inimigo do seu aliado. Visto pelo ângulo dos comandados, isto também depõe a favor do argumento de Ribeiro, para quem a disputa entre os notáveis locais ampliava o espaço de movimentação das populações subalternizadas, que podiam transitar entre uma rede e outra de lealdades e circulação de recursos materiais, simbólicos e relacionais.<sup>141</sup>

Como foi dito, uma das razões da insatisfação do tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo com a transferência de 95 praças do 10º corpo para o

recém-criado Esquadrão de Cavalaria de Cruz Alta dizia respeito aos “não poucos trabalhos e sacrifícios pessoais, e pecuniários” que a reunião daquelas praças haviam lhe custado. Mas, afinal, que trabalhos e sacrifícios eram esses? Ao longo deste estudo, tentaremos explorar possíveis respostas a estas questões. De imediato apontamos para um indício fornecido pelo já mencionado coronel Mello e Albuquerque. Em representação que enviou ao Conde do Rio Pardo, em maio de 1842, Mello Manso solicitava mercês pelos serviços que vinha prestando à Sua Majestade por ocasião da Guerra Civil, com ênfase no período que esteve desligado do Exército. “Mas parece de justiça, Exmo. Sr.”<sup>142</sup>, dizia um trecho de uma das recomendações que Mello Manso angariou para provar suas alegações:

Que se mandem abonar ao Suplicante os mesmos vencimentos que percebiam todos os oficiais desempregados, isto é soldo, gratificação, adicional, 3ª parte, e etapas; porque a nação, Exmo. Sr., está para com o Suplicante e com outros (enquanto merecerem) na rigorosa obrigação de dar-lhe subsistência enquanto durar a luta (pelo menos), *porque o Suplicante por ela sacrificou, não só sua vida, como abandonou sua esposa, tenros filhos e quanto possuía, como é constante e prova com documentos, dos quais não apresenta os originais por se acharem na Corte.*<sup>143</sup>

Dedicar-se às armas certamente não era uma atividade de baixo risco. Inúmeras vezes Antonio Joze de Mello Brabo foi acometido por alguma moléstia física ou pelo ferro inimigo<sup>xxxiv</sup>. Teve ao menos um filho concebido durante a Farrroupilha, além de ter perdido uma filha e a esposa antes do fim do conflito<sup>144</sup>. Outras tantas vezes aprovisionou com recursos próprios os homens de seu comando em montarias, alimentação, fardamento, entre outros víveres.

Por um lado, percebe-se que este sujeito – assim como vários outros – não media esforços para defender os interesses do Império. Por outro lado, no entanto, tornava-se cioso dos investimentos que fazia nesta causa. Nos parece que este

<sup>xxxiv</sup> Para citar dois episódios mais bem documentados: durante a mencionada Batalha de Curitiba (1840), Mello Brabo teve o braço fraturado. Dois anos e meio mais tarde, Mello Brabo escreveu ao comandante-em-chefe pedindo licença para “[...] poder retirar-me por algum tempo em lugar onde metodicamente possa tratar de minha saúde arruinada”. Ver, respectivamente: CV – 7757. 26 jan. 1840. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. Os segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farrroupilha. *Anais*. Vol. 18. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 53-54; CV – 2741. 25 jun. 1842. AHRs. *Anais*. Vol. 4. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980, p. 457.

sentimento de pertencimento e de obrigação mútua se fundamenta em traços que aquela sociedade trazia do Antigo Regime, particularmente na “[...] centralidade das relações de dom e contra-dom na própria estruturação do Antigo Regime português.”<sup>145</sup>

Genericamente, podemos dizer que elas assumiriam, entre outros aspectos, a forma de prestação de serviços pelos súditos, que colocariam suas fazendas, carreiras, malhas de dependentes, por vezes mesmo o risco de suas vidas, em atividades que trariam proveito para a Coroa. Essa lealdade era recompensada com a concessão de mercês, que podiam envolver desde cargos, favores e honrarias até recursos materiais, como a doação de terras em sesmarias, por exemplo.<sup>146</sup>

Segundo Farinatti, “[...] muitos têm sido os trabalhos que apontam a vigência dessas práticas e valores não apenas no Reino, mas nos mais diferentes confins do Império Português e, assim, também na América Lusa”<sup>147</sup>. Assim como Hameister e Gil demonstraram a forte presença desta lógica social na formação da primeira elite luso-brasileira no sul do Brasil, em meados do século XVIII<sup>148</sup>, Farinatti o fez em relação ao extremo-Sul da fronteira, já nas primeiras décadas do século XIX.<sup>XXXV</sup>

Não entraremos no mérito de qual seria o fundamento ontológico destas relações, ou seja, quão eram utilitaristas e usurárias ou revestidas de éticas e moralidades elaboradas por teólogos e difundidas em prédicas paroquiais, doutrinas jurídicas, relações costumeiras, entre outras matrizes pedagógicas. Vendo apenas do ponto de vista material, o compromisso do Rei com os seus vassalos, especificamente no caso da guerra, por exemplo, viabilizava as empresas bélicas em si, tendo em vista a impossibilidade do Monarca em arcar com boa parte das despesas militares. “Nesse cenário, os potentados locais encontraram um espaço privilegiado de atuação, uma vez que se colocaram em condição de fornecer os

<sup>XXXV</sup> Nas palavras do autor: “No período tratado aqui, as primeiras décadas do Oitocentos, no contexto da conquista e apropriação das áreas extremas das Fronteiras de Rio Pardo e Rio Grande, havia elementos daquela cultura política e econômica que seguiam sendo reiterados. É certo que novos conceitos começavam a enraizar-se na gramática ideológica dos tempos das independências, mas eles não se estenderam sobre o vazio, nem tiveram a capacidade de substituir de modo rápido, completo e mecânico as formas tradicionais de organizar a sociedade, a economia e o poder”. FARINATTI, *Cabedais militares...*, 2010, p. 87.

meios pelo qual se viabilizou muito do empreendimento bélico luso-brasileiro, entre 1801 e 1828”<sup>149</sup>.

Dito de outro modo, se uma economia de dons e contra-dons informava a relação dos súditos com o Rei, sendo uma forma de relacionamento que compatibiliza reciprocidade e assimetria, ela também funcionava no nível dos súditos entre si. Um dos casos estudados por Farinatti, do general Bento Manoel Ribeiro, explicita que o recrutamento militar dependia de uma série de negociações entre comandantes e comandados que, muitas vezes, fundavam-se também nesta lógica de reciprocidade assimétrica:

A capacidade de negociar para baixo com os subalternos e para os lados, com aliados, tornava os potentados locais importantes para o Império, e dotava-os de mais recursos para negociar para cima. De sua parte, no fluxo inverso, mas dentro do mesmo processo, a capacidade de negociar com o Império podia viabilizar o atendimento de demandas dos subalternos e aliados, reforçando os pactos firmados com estes. Essas relações influenciavam nas possibilidades de conseguir soldados, cavalos e armamentos [...]. Podemos chamar cabedal militar a esse conjunto de recursos, juntamente com o prestígio que o comandante ia angariando por sua atuação em uma carreira de combates na fronteira. Um sólido cabedal militar possibilitava uma relativa autonomia para os potentados locais posicionarem-se nas diversas guerras do sul.<sup>150</sup>

Notadamente, nem todos os comandantes militares tiveram o vulto de homens como Bento Manoel Ribeiro. Assim como, ao longo das décadas intermediárias do século XIX, a autonomia dos potentados locais em geral e dos chefes militares em particular foi limitada por novos dispositivos legais e agentes da burocracia imperial. Não obstante, como acreditamos ter ficado claro, uma dinâmica social costumeira continuava informando as interações cotidianas mais aparentemente insignificantes e, certamente, no concerto das disputas entre potentados locais, possibilitava a reprodução de cabedais militares.

### 1.5. *À guisa de arremate*

Ao longo deste capítulo, demonstramos que tal qual outros tantos sujeitos, Antonio Joze de Mello Brabo fez uma carreira na guerra. Migrando para o sul, adestrou-se naquela arma que mais prestígio conferia aos chefes militares daquele lugar: a cavalaria. Como o período entre o final da década de 1820 e meados da década seguinte foi marcado por diversas formas de intercuro entre as forças de primeira e segunda linha no Rio Grande do Sul<sup>151</sup>, na ausência de uma Carta Patente ou de uma Fé de Ofício, não é possível asseverar se este sujeito assentou praça no Exército ou nas Milícias. Mas é certo que, durante os primeiros anos da guerra civil, enquanto o Império enfrentava rebeliões em várias outras províncias e mais dependia, portanto, da iniciativa dos homens com cabedal militar<sup>152</sup>, foi quando Mello Brabo mais ascendeu nesta carreira, atuando como comandante de uma força da Guarda Nacional em destacamento a serviço do Exército.

Conforme Hemetério J. V. da Silveira, nosso biografado estava na patente de tenente quando foi incorporado à brigada Cruz-altense, por volta de 1839<sup>153</sup>. Ainda no ano de 1839, é referido como capitão por um periódico fluminense<sup>154</sup>. Na relação encaminhada pelo então presidente da província ao ministro da Justiça em 1841, recomendou-se que Mello Brabo fosse promovido a major honorário por ser muito valente, muito subordinado e ter colaborado decisivamente nas reações das forças Imperiais em Vacaria e Cruz Alta<sup>155</sup>. Entretanto, como reconheceu o próprio presidente da província quando da elaboração da lista de recomendações, suas informações estavam um pouco desatualizadas.

De fato, por volta de 1840 Mello Brabo já havia sido promovido à tenente-coronel da Guarda Nacional. Mas as recomendações feitas pelo presidente da província não foram sem efeito: por decreto comemorativo de 7 de setembro de 1841, “[...] em remuneração de serviços relevantes prestados na província de São Pedro do Rio Grande do Sul”<sup>156</sup> Mello Brabo foi promovido à tenente-coronel honorário do Exército e, em outro decreto de mesma data, divulgado através da secretaria de estado dos negócios do Império, foi agraciado com hábito de cavaleiro da Ordem do Cruzeiro. Pouco mais de um mês depois, aos dois dias de dezembro daquele mesmo ano – no dia do aniversário do Imperador D. Pedro II – também em consideração aos serviços prestados na província de São Pedro,

tornou-se cavaleiro da Ordem da Rosa. Como tais informações não são exatas, podemos considerar que todas estas promoções ocorreram no intervalo entre 1836 e 1842. Trata-se, ainda assim, de um desempenho muito significativo.

Certamente, o fato de estar no lugar certo, na hora certa, quando as tensões entre o general Labatut e o coronel Mello e Albuquerque chegaram ao limite, contribuiu para a sua ascensão à tenente-coronel comandante do 10º corpo de cavalaria de Cruz Alta. Entretanto, naquele momento durante o qual mobilizar guardas nacionais para a guerra não era missão simples, as correspondências que analisamos indicam também a constante atividade de mediação exercida por Mello Brabo entre os interesses dos homens que comandava e aqueles do alto escalão da província. Não foram apenas a sua competência na arma e as contingências do destino que moldaram essa trajetória ascendente: era preciso saber falar a linguagem dos guascas, para usar a expressão do Barão do Herval mencionada por Mugge<sup>157</sup>.

Promovido a tenente-coronel comandante da principal força de cavalaria presente em Cruz Alta, Mello Brabo alcançou grande expressão regional enquanto chefe militar, afrontando inclusive a autoridade de Vidal José do Pillar, homem mais influente do lugar naquele momento. Durante a guerra civil, Mello Brabo investiu muitos esforços na defesa da causa Imperial, talvez mais do que o próprio Vidal Pillar, que precisava mediar também os interesses dos seus muitos aliados. Ainda assim, o cabedal de Pillar era sólido e diversificado, ancorava-se em uma trajetória de protagonismo político e econômico, bem como em uma teia de relações familiares antiga e influente.

Pelo menos até o final de 1842, quando o Império conseguiu debelar as demais rebeliões regenciais e concentrar atenção e recursos materiais e humanos na resolução do conflito na província de São Pedro, o recrutamento militar nesta província, especialmente para a Guarda Nacional, parece ter dependido sobremaneira da atuação individual de lideranças engajadas na causa do Imperador; ao longo do capítulo, demonstrou-se que Antonio Joze de Mello Brabo foi um destes homens. No capítulo seguinte, buscaremos analisar as relações pessoais entretidas por este sujeito, com vistas a tentar compreender melhor sobre quais bases sociais se sustentava e como se desdobrou este cabedal militar ao longo da segunda metade do século XIX.

## NOTAS DE FIM

- <sup>1</sup> Uma versão resumida deste capítulo foi apresentada e discutida no Simpósio Temático: A história militar em perspectiva: abordagens sobre instituições e sujeitos, durante o 31º Simpósio Nacional de História – História, Verdade e Tecnologia, promovido pela Associação Nacional de História – ANPUH. Agradeço, portanto, nas pessoas dos coordenadores professores drs. Ianko Bett e Jose Miguel Arias Neto, as contribuições resultantes da discussão.
- <sup>2</sup> FARGE, Arlette. *Lugares para a História*. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 46.
- <sup>3</sup> SCHMIDT, *História e Biografia...*, 2012.
- <sup>4</sup> LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a micro-história. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. (Orgs.). *Ensaio de Micro-História, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 22. Interpolação do autor.
- <sup>5</sup> LEVI, *Op. cit.*, p. 22-23.
- <sup>6</sup> FARINATTI, *Cabedais militares...*, 2010.
- <sup>7</sup> LEVI, *A herança imaterial...*, 2000, p. 45.
- <sup>8</sup> XAVIER E HESPANHA, *As redes clientelares...*, 1993, p. 341.
- <sup>9</sup> ANRJ. Fundo: *Ordens Honoríficas*. Decreto agradecendo com o grau de hábito a Antonio Joze de Mello Brabo entre outros. Rio de Janeiro, 2 dez. 1841. ANRJ. BR RJANRIO 69.CAIORO.7890049.
- <sup>10</sup> COMISSOLI *apud* MUGGE, *Senhores da guerra...*, 2016, p. 85-89.
- <sup>11</sup> MUGGE, *Op. cit.*, p. 89.
- <sup>12</sup> SILVA *apud* MUGGE, *Op. cit.*, p. 89.
- <sup>13</sup> CV – 7897. Ofício enviado por Francisco Jozé da Rocha a Bernardo Pires. 21 mar. 1844, acampamento volante no Moreira. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. *Os segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farrroupilha. Anais*. Vol. 18. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 153.
- <sup>14</sup> RPPRS, 1846, p. 16-17.
- <sup>15</sup> RPPRS, 1847, p. 7.
- <sup>16</sup> RESENDE, Fernanda Mendes; FARIA FILHO, Luciano Mendes. História da política educacional em Minas Gerais no século XIX: os relatórios de presidente de província. *Revista Brasileira de História da Educação*. N.º 2, jul-dez, 2001, p. 79-115.
- <sup>17</sup> RPPRS, 1847, p. 7.
- <sup>18</sup> RPPRS, 1849, p. 48.
- <sup>19</sup> VARGAS *apud* RIBEIRO, *As surpresas de Chico Pedro...*, 2021, p. 65.
- <sup>20</sup> RIBEIRO, *Op. cit.*, loc. cit.
- <sup>21</sup> *Ibid.*
- <sup>22</sup> “Apesar de saber dos acontecimentos e das violências ocorridas a partir das sucessivas representações das autoridades da província à corte, o governo imperial esquivava-se de agir decisivamente. Do paço imperial partiam respostas justificadas pela orientação de não ferir o princípio de neutralidade, de não desejar influir, ao menos tão claramente, nos assuntos internos da jovem república uruguaia. Isso se fundava na disposição de não intervenção que orientava a política de relações exteriores do Brasil desde a década de 1830 e, fundamentalmente, no cuidado em não dar motivos para reações de Juan Manoel Rosas. Então, formalmente, para o Império eram acontecimentos isolados, devidos às vinganças pessoais entre riograndenses e orientais e ao envolvimento daqueles nas questões políticas além-fronteira”. *Ibid.*, p. 67.
- <sup>23</sup> *Ibid.*, p. 66.
- <sup>24</sup> Como demonstrou Jônatas M. Caratti, membros dos bandos que participavam das chamadas califórnias, também se valiam destas expedições para sequestrar e escravizar no Brasil, pessoas pretas que viviam no Uruguai, onde a escravidão havia sido abolida em meados da década de 1840. CARATTI, Jônatas Marques. *O solo da liberdade: As trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos de processo abolicionista uruguaio (1842-1862)*. 313f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2010.

- <sup>25</sup> CORREIO MERCANTIL e instrutivo político universal (RJ). Ano VII. Rio de Janeiro, segunda-feira, 25 mar. 1850. Nº. 82, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20185&pagfis=3219>. Acesso em: 01 fev. 2022.
- <sup>26</sup> RIBEIRO, *As surpresas de Chico Pedro...*, 2021, p. 71-72.
- <sup>27</sup> *Ibid.*, p. 76.
- <sup>28</sup> AHRS. FAM. Ofício do tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo ao vice-presidente da província, Luís A. Leite de Oliveira Bello. Capela de Soledade, 20 dez. 1851.
- <sup>29</sup> AHRS. FAM. Ofício do tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo ao Exmo. Sr. Dr. Luís A. Leite de Oliveira Bello. Porto Alegre, 21 mai. 1853.
- <sup>30</sup> AHRS, FGN. Caixa 7. Maço 15. Ofício do Ten. Cel. Antonio José de Mello Brabo ao Presidente da província. Passo Fundo/RS, 10 fev. de 1867.
- <sup>31</sup> AHRS. FGN. Caixa 7. Maço 15. Ofício do Comandante Superior Interino da Guarda Nacional de Passo Fundo ao Presidente da província. 2 de abril de 1867.
- <sup>32</sup> MUGGE, *Senhores da guerra...*, 2016.
- <sup>33</sup> *Ibid.*, p. 172.
- <sup>34</sup> *Loc. cit.*
- <sup>35</sup> *Loc. cit.*
- <sup>36</sup> *Ibid.*, p. 173.
- <sup>37</sup> *Ibid.*, p. 171.
- <sup>38</sup> AHRS, FGN. Caixa 7. Maço 15. Ofício do Ten. Cel. Antonio José de Mello Brabo ao Presidente da província. Passo Fundo/RS, 10 fev. de 1867.
- <sup>39</sup> AHRS, FGN. Caixa 7. Maço 15. Ofício do Ten. Cel. Antonio José de Mello Brabo ao Presidente da província. Passo Fundo/RS, 10 fev. de 1867.
- <sup>40</sup> AHRS, FGN. Caixa 7. Maço 15. Ofício do Ten. Cel. Antonio José de Mello Brabo ao Presidente da província. Passo Fundo/RS, 10 fev. de 1867.
- <sup>41</sup> MUGGE, *Senhores da guerra...*, 2016, p. 178.
- <sup>42</sup> AHRS, FGN. Caixa 7. Maço 15. Ofício do Ten. Cel. Antonio José de Mello Brabo ao Presidente da província. Passo Fundo/RS, 10 fev. de 1867.
- <sup>43</sup> AHRS, FGN. Caixa 7. Maço 15. Ofício do Ten. Cel. Antonio José de Mello Brabo ao Presidente da província. Passo Fundo/RS, 10 fev. de 1867.
- <sup>44</sup> AHRS, FGN. Caixa 7. Maço 15. Ofício do Comandante Superior Interino da Guarda Nacional de Passo Fundo ao Presidente da província. Passo Fundo/RS, 30 de abril de 1867.
- <sup>45</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. Fundo: *Coleção Mário Barreto*. Carta do tenente-coronel honorário Antonio José de Melo Bravo ao presidente da província do Rio Grande do Sul solicitando ordens e instruções, em vista da instabilidade que ameaça a província. Vila do Passo Fundo: [s.n.], 25/02/1865. 2 p., Cópia.
- <sup>46</sup> FRANCO, *Soledade na história...*, 1975, p. 66.
- <sup>47</sup> MUGGE, *Op. cit.*, p. 181.
- <sup>48</sup> *Ibid.*
- <sup>49</sup> *Ibid.*, p. 174.
- <sup>50</sup> GINZBURG; PONI, *O nome e o Como...*, 1989.
- <sup>51</sup> HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação*: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763). 2006. 474p. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- <sup>52</sup> FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi*. v. 3, n. 5. Jul-Dez, 2012, p. 41-70.
- <sup>53</sup> Registro de casamento entre o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo e Anna Joaquina Soares. Arquivo Arquidiocesano de Curitiba. Vila do Príncipe (Balsa Nova/Lapa). Livro de casamentos nº 2, p. 179. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XNGX-Q6K>. Acesso em: 31 jan. 2022.
- <sup>54</sup> SILVEIRA, *As missões orientais e seus antigos domínios...*, 1979.

- <sup>55</sup> OSÓRIO, Joaquim Luis; OSÓRIO, Fernando Luis. *História do General Osório*. Volume II. Pelotas: Typografia do Diário Popular. 1915, p. 360.
- <sup>56</sup> Ação de Libelo. APERS. Cível e Crime. Cruz Alta. N.º 699, 1855, p. 24-25v.
- <sup>57</sup> PORTO ALEGRE, Arquivo da Cúria Metropolitana de. Livro IV de Óbitos (1821-1858) da Freguesia de Nossa Senhor Madre de Deus (Porto Alegre). Registro de óbito de Joaquina. Acesso por meio da plataforma online <familysearch.org>. Filme n.º 004635555. Microfilme 472.
- <sup>58</sup> APERS. 2.º Tabelionato de Rio Pardo. Registros Diversos. Livro n.º 12 (1834-1843). Registro de um documento do Capitão Manoel Antonio de Camargo, Rio Pardo, 1841, p. 67-67v (grifo do autor).
- <sup>59</sup> CV-2729. Ofício do tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo ao Brig. João Paulo do Santos Barreto, comandante-em-chefe do Exército em operações na província de São Pedro. Acampamento no Jacuí, 17 jan. 1841. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. Anais. Vol. 4, Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980, p. 445.
- <sup>60</sup> APERS. 2.º Tabelionato de Rio Pardo. Registros Diversos. Livro n.º 12 (1834-1843). Registro de um documento do Capitão Manoel Antonio de Camargo, Rio Pardo, 1841, p. 67-67v
- <sup>61</sup> SILVEIRA, *As Missões Orientais e seus antigos domínios...*, 1979, p. 312.
- <sup>62</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. N. 162. Rio de Janeiro, terça feira 23 de jul. 1839, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_01&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20183&pagfis=21917](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20183&pagfis=21917). Acesso em: 01 fev. 2022.
- <sup>63</sup> JORNAL DO COMMERCIO. N.º 239, Rio de Janeiro, domingo de 19 set. 1841, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_03&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20184&pagfis=2331](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_03&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20184&pagfis=2331)>. Acesso em: 01 fev. 2022.
- <sup>64</sup> ANJR. *Fundo Marquês de Barbacena*. Relação nominal das praças da 6ª Companhia do Regimento n.º 26 de Cavalaria Ligeira da 2ª Linha do Exército com as alterações desde 15 de janeiro até 20 de março de 1827. Relações nominais das praças do Estado Maior e Menor do Exército Nacional Imperial.
- <sup>65</sup> ANJR. *Fundo Marquês de Barbacena*. Relação nominal das praças da 6ª Companhia do Regimento n.º 26 de Cavalaria Ligeira da 2ª Linha do Exército com as alterações desde 15 de janeiro até 20 de março de 1827. Relações nominais das praças do Estado Maior e Menor do Exército Nacional Imperial.
- <sup>66</sup> AHRS. *Fundo Sesmarias*. Caixa 10. Auto de justificação de Sesmária. N.º 444. Ano 1814. Antônio José de Melo.
- <sup>67</sup> AHRS. *Fundo Sesmarias*. Caixa 10. Auto de justificação de Sesmária. N.º 444. Ano 1814. Antônio José de Melo.
- <sup>68</sup> AHRS. *Fundo Sesmarias*. Caixa 10. Auto de justificação de Sesmária. N.º 444. Ano 1814. Antônio José de Melo.
- <sup>69</sup> AHRS. *FAM*. Correspondência encaminhada pelo tenente-coronel Antonio J. de Mello Brabo ao Presidente da província Luiz A. L. de Oliveira Bello. Porto Alegre, 21 mai. 1853.
- <sup>70</sup> Ação de Libelo. APERS. Cível e Crime. Cruz Alta. N.º 699, 1855, p. 24-25v.
- <sup>71</sup> SILVEIRA, *As Missões Orientais...*, 1979, p. 309.
- <sup>72</sup> AHRS. *Fundo Sesmarias*. Caixa 10. Auto de justificação de Sesmária. N.º 444. Ano 1814. Antônio José de Melo.
- <sup>73</sup> SILVEIRA, *Op. cit.*
- <sup>74</sup> *Ibid.*, p. 311.
- <sup>75</sup> *Ibid.*, p. 309.
- <sup>76</sup> RIBEIRO, José Iran. “Tudo isto é indiada coronilha (...) não é como essa cuscada lá da Corte”: o serviço militar na cavalaria e a afirmação da identidade rio-grandense durante a Guerra dos Farrapos. In: POSSAMAÍ, Paulo César. (Org.). *Gente de guerra e fronteira*: estudos de história militar do Rio Grande do Sul. Pelotas: Editora da UFPel, 2010, p. 111-128.
- <sup>77</sup> PUBLICAÇÕES a pedido. Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ano 43. Edição 208. Sexta-feira, 31 de julho de 1862, p. 2. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_02&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20186&pagfis=17402](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20186&pagfis=17402)>. Acesso em: 01 fev. de 2022.

- <sup>78</sup> PUBLICAÇÕES a pedido. Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ano 43. Edição 208. Sexta-feira, 31 de julho de 1862, p. 2. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_02&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20186&pagfis=17402](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20186&pagfis=17402). Acesso em: 09 mar. 2022.
- <sup>79</sup> PUBLICAÇÕES a pedido. Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ano 43. Edição 208. Sexta-feira, 31 de julho de 1862, p. 2. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_02&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20186&pagfis=17402](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20186&pagfis=17402). Acesso em: 09 mar. 2022.
- <sup>80</sup> PUBLICAÇÕES a pedido. Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ano 43. Edição 208. Sexta-feira, 31 de julho de 1862, p. 2. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_02&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20186&pagfis=17402](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20186&pagfis=17402). Acesso em: 09 mar. 2022.
- <sup>81</sup> PUBLICAÇÕES a pedido. Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ano 43. Edição 208. Sexta-feira, 31 de julho de 1862, p. 2. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_02&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20186&pagfis=17402](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20186&pagfis=17402). Acesso em: 09 mar. 2022.
- <sup>82</sup> PUBLICAÇÕES a pedido. Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ano 43. Edição 208. Sexta-feira, 31 de julho de 1862, p. 2. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_02&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20186&pagfis=17402](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20186&pagfis=17402). Acesso em: 09 mar. 2022.
- <sup>83</sup> PUBLICAÇÕES a pedido. Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ano 43. Edição 208. Sexta-feira, 31 de julho de 1862, p. 2. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_02&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20186&pagfis=17402](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20186&pagfis=17402). Acesso em: 09 mar. 2022.
- <sup>84</sup> PUBLICAÇÕES a pedido. Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ano 43. Edição 208. Sexta-feira, 31 de julho de 1862, p. 2. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_02&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20186&pagfis=17402](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20186&pagfis=17402). Acesso em: 09 mar. 2022.
- <sup>85</sup> WACHTEL apud VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre. Investigação e formalização na perspectiva da Micro-História. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. (Orgs.). *Ensaios de Micro-História, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 94.
- <sup>86</sup> Relação dos Oficiais da Guarda Nacional merecedores de prêmios e distinções/ Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1841). In: OSÓRIO; OSÓRIO, *História do General Osório...*, 1915, p.382-383.
- <sup>87</sup> LUFT, “Essa guerra desgraçada...”, 2013, p. 50.
- <sup>88</sup> COMISSOLI, Adriano. Ajudado por homens que lhe obedecem de boa vontade: considerações sobre laços de confiança entre comandantes e comandados nas forças militares luso-brasileiras no início do oitocentos. In: MUGGE, Miqueias H.; COMISSOLI, Adriano. *Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil. Século XIX*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2ª ed. 2013, p. 33.
- <sup>89</sup> COMISSOLI, Adriano. Espadas e penas: o papel dos comandantes de fronteira nos circuitos de comunicação política da capitania do Rio Grande de São Pedro (século XIX). *Revista Postais*. N.º, jul-dez, 2014, p. 15.
- <sup>90</sup> RIBEIRO, *O Império e as revoltas...*, 2013, p. 33-50.
- <sup>91</sup> MENDONÇA apud RIBEIRO, *Op. cit.*, p. 31-32.
- <sup>92</sup> RIBEIRO, *Op. cit.*, p. 29.
- <sup>93</sup> RIBEIRO, *Quando o serviço nos chama...*, 2001, p. 75.
- <sup>94</sup> LUFT, “Essa guerra desgraçada” ..., 2013, p. 72-140.
- <sup>95</sup> LAVRADIO apud COMISSOLI, “Ajudado por homens que lhe obedecem de boa vontade” ..., 2013, p. 24
- <sup>96</sup> RIBEIRO, *Op. cit.*, p. 37.
- <sup>97</sup> GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. 224f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro

(UFRJ), Rio de Janeiro, 2002.

<sup>98</sup> FARINATTI, Confins Meridionais..., 2010; FARINATTI, Luís A. Ebling. Cabedais militares: os cursos sociais dos potentados da fronteira meridional (1801-1845). In: POSSAMAL, Paulo César. (Org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPel, 2010, p. 81-98.

<sup>99</sup> COMISSOLI, “*Ajudado por homens que lhe obedecem de boa vontade*” ..., 2013.

<sup>100</sup> RIBEIRO, *O Império e as revoltas*, 2013, p. 52.

<sup>101</sup> RIBEIRO; FARINATTI, *Interesses em disputa...*, 2013, p. 101.

<sup>102</sup> MUGGE, *Senhores da guerra...*, 2016, p. 20.

<sup>103</sup> RIBEIRO; FARINATTI, *Op. cit.*, p. 98.

<sup>104</sup> *Ibid.*, p. 98.

<sup>105</sup> *Ibid.*, p. 99.

<sup>106</sup> *Ibid.*, p. 99-100.

<sup>107</sup> LEVI, *A herança imaterial...*, 2000, p. 46.

<sup>108</sup> *Ibid.*, p. 46.

<sup>109</sup> SILVA, Camila. *Arquivo, História e Memória: O processo de constituição e patrimonialização de um acervo privado (A Coleção Varela – AHRS, 1858/1936)*. 264f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2019.

<sup>110</sup> ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade...*, 2008, p. 129.

<sup>111</sup> DOMINGUES *apud* CAVALARI, Rossano. V. *A gênese de Cruz Alta*. Cruz Alta/RS: Unicruz, 2004, p. 59.

<sup>112</sup> CAVALARI, *Op. cit.*, p. 61.

<sup>113</sup> CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. 353 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2010, p. 127.

<sup>114</sup> MUGGE, *Senhores da guerra...*, 2016, p. 230.

<sup>115</sup> *Ibid.*, p. 231.

<sup>116</sup> AHRS. *Fundo Autoridades Municipais*, maço 59, caixa 27. Correspondências da Câmara Municipal de Cruz Alta, expedidas entre 1835-1847

<sup>117</sup> AHRS, *Fundo Autoridades Municipais*, maço 59, caixa 27. Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 17 fev. 1835.

<sup>118</sup> AHRS, *Fundo Autoridades Municipais*, maço 59, caixa 27. Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 25 jun. 1835.

<sup>119</sup> CV-7302. Proclamação dirigida pelo presidente da câmara municipal de Cruz Alta, Vidal José do Pillar, aos cidadãos da vila. Cruz Alta, 3 abr. 1837. RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. Uma República contra o Império (1835/1845). *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS)*. Vol. 16. Porto Alegre: AHRS; EDIPUCRS, 2009, p. 222-223.

<sup>120</sup> APERS. 2º Tabelionato de Rio Pardo. Registros Diversos. Livro nº 12 (1834-1843). Registro de um documento do Capitão Manoel Antonio de Camargo, Rio Pardo, 1841, p. 67-67v.

<sup>121</sup> O DESPERTADOR comercial e político. Rio de Janeiro, n.º 558, 5 fev. 1840, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706701x&Pesq=%22mello%20bravo%22&pagfis=2315>. Acesso em: 01 fev. 2022.

<sup>122</sup> O DESPERTADOR comercial e político. Rio de Janeiro, n.º 558, 5 fev. 1840, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706701x&Pesq=%22mello%20bravo%22&pagfis=2315>. Acesso em: 01 fev. 2022.

<sup>123</sup> CV-5359. Ofício do general Pierre Labatut ao general João Paulo dos Santos Barreto, comandante-em-chefe do Exército em operação na Província de São Pedro. Quartel-general do comando da Divisão Paulista, no Ouro Fino. 27 dez. 1840. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. *Anais*. Vol. 10. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1991, p. 26-27.

<sup>124</sup> CV – 5624. Cópia de ofício encaminhado pelo general Pierre Labatut ao presidente da província Sr.

Francisco Álvares Machado. Por Alegre, 9 jan. 1841. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. Anais. Vol. 10. Porto Alegre: AHRs, 1991, p. 184-185.

<sup>125</sup> CV-7305. Ofício do tenente-coronel Vidal José do Pillar marechal Conde de Rio Pardo, comandante-em-chefe do Exército em operações na província de São Pedro. Fazenda do Bahú no município da vila de Cruz Alta. 2 ago. 1841. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. Uma República contra o Império (1835/1845). *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs)*. Vol. 16. Porto Alegre: AHRs; EDIPUCRS, 2009., p. 225-226.

<sup>126</sup> CV-2734. Ofício do tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo ao brig. João Paulo dos Santos Barreto, comandante-em-chefe do Exército em operações na província de São Pedro. Acampamento volante em Batu, 2 ago. 1841. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. *Anais*. Vol. 4. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980, p. 448-449.

<sup>127</sup> CV-2738. Ofício do tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo ao Conde de Rio Pardo, comandante-em-chefe do Exército em operações na província de São Pedro. Acampamento no Vaí, 7 jan. 1842. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. *Anais*. Vol. 4. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980, p. 454.

<sup>128</sup> CV-2738, Ofício do tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo..., 7 jan. 1842. In: AHRs. *Anais*. Vol. 4, 1980, p. 454.

<sup>129</sup> CV-2738, Ofício do tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo..., 7 jan. 1842. In: AHRs. *Anais*. Vol. 4, 1980, p. 452.

<sup>130</sup> CV-2744. Ofício do tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo ao brig. José Maria da Silva Bittencourt, comandante-em-chefe do Exército em operações na província de São Pedro. Acampamento no Depósito de Botucaraí, 24 ago. 1842. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. *Anais*. Vol. 4. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980, p. 460.

<sup>131</sup> CV- 10.217. 18 jul. 1842. RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do; FERNANDES; Ananda Simões; MOREIRA, Paulo R. Staudt; CARDOSO, Raul R. Schefer. (Orgs.). “Sua Majestade o Imperador, ordenou o esquecimento do passado”: Coleção Varela – documentos sobre a Guerra Civil Farrroupilha (1835-1845). *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs)*. Vol. 24. São Leopoldo: Oikos, 2020, p.191.

<sup>132</sup> GUAZZELLI *apud* COMISSOLI, *Ajudado por homens que lhe obedecem de boa vontade...*, 2013, p. 32.

<sup>133</sup> FARINATTI, Luís A. E. Panos, moedas e prazeres. Notas sobre os meios de pagamento dos peões da pecuária na fronteira meridional do Brasil (1840-1860). *História: Debates e tendências*. V. 9, n. 1, jan-jun, 2010, p. 98-110.

<sup>134</sup> CV – 2729, Ofício do tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo..., 17 jan. 1841. In: AHRs. *Anais*, vol. 4., 1980, p. 445.

<sup>135</sup> CV – 2729, Ofício do tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo..., 17 jan. 1841. In: AHRs. *Anais*, vol. 4., 1980, p. 445-446.

<sup>136</sup> LEVI, A herança imaterial..., 2000, p. 45.

<sup>137</sup> CV – 2734. Ofício do tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo..., 2 ago. 1841. In: AHRs. *Anais*, vol. 4., 1980, p. 447.

<sup>138</sup> CV – 2738. Ofício do tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo...,7 jan. 1842. In: AHRs. *Anais*, vol. 4., 1980, p. 453.

<sup>139</sup> CV – 2738. Ofício do tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo...,7 jan. 1842. In: AHRs. *Anais*, vol. 4., 1980, p. 453.

<sup>140</sup> CV – 2737. Ofício do tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo ao Conde de Rio Pardo, comandante-em-chefe do Exército em operações na província de São Pedro. Acampamento junto a Cruz Alta, 4 set. 1841. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. *Anais*. Vol. 4. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980, p. 451.

<sup>141</sup> RIBEIRO, *O Império e as revoltas...*, 2013, p. 30.

<sup>142</sup> CV – 106. Ofício avulso. RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. *Anais*, vol. 2. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978, p. 95.

- <sup>143</sup> CV – 106. Ofício avulso. RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. *Anais*, vol. 2. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978, p. 95., p. 96.
- <sup>144</sup> Temas a respeito dos quais trataremos em outro capítulo.
- <sup>145</sup> FARINATTI, *Cabedais militares...*, 2010, p. 86.
- <sup>146</sup> *Ibid.*, p. 86.
- <sup>147</sup> *Ibid.*, p. 87.
- <sup>148</sup> HAMEISTER e GIL, *Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil...*, 2007, p. 265-310.
- <sup>149</sup> FARINATTI, *Op. cit.*, p. 87.
- <sup>150</sup> *Ibid.*, p. 89.
- <sup>151</sup> RIBEIRO, *Quando o serviço nos chama...*, 2001.
- <sup>152</sup> RIBEIRO, *O fortalecimento do Estado Imperial através do recrutamento militar no contexto da Guerra dos Farrapos...*, 2011.
- <sup>153</sup> SILVEIRA, *As Missões Orientais e seus Antigos domínios...*, 1979, p. 311.
- <sup>154</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. N. 162. Rio de Janeiro, terça feira 23 de jul. 1839, p. 1.
- <sup>155</sup> Relação dos Oficiais da Guarda Nacional mercedores de prêmios e distinções/ Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1841). In: OSÓRIO; OSÓRIO, *História do General Osório...*, 1915, p.382-383.
- <sup>156</sup> ANRJ. Fundo: *Ordens Honoríficas*. Decreto agraciando com o grau de hábito a Antonio Joze de Mello Brabo entre outros. Rio de Janeiro, 2 dez. 1841. ANRJ. BR RJANRIO 69.CALORO.7890049.
- <sup>157</sup> MUGGE, *Senhores da guerra...*, 2016, p. 171-182.



## CAPÍTULO II

“Que conhecem as suas necessidades e as necessidades da sua família, com os quais de longa data há entretido as íntimas relações:

*a dimensão social do cabedal militar*





“A dádiva entre iguais reproduz igualdade, a dádiva entre desiguais reproduz desigualdade”.<sup>1</sup>

“O princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados”.<sup>2</sup>

Antonio Joze de Mello Brabo foi um dos tantos homens que, durante o século XIX, dedicaram parte significativa de suas vidas às campanhas militares que tiveram lugar na fronteira meridional da América. Naquela conjuntura, a ascensão na carreira militar em domínios luso-brasileiros dependia de uma combinação de variáveis, algumas determinadas pelo nascimento e outras pelo desempenho durante a vida. Finalizamos a sessão anterior inserindo a ideia que agora buscaremos desenvolver, qual seja, de que em boa medida é possível compreender a trajetória de homens como o tenente-coronel Mello Brabo colocando luz sobre as relações sociais que mantinham. A exposição de dois episódios ocorridos na região de Passo Fundo/RS durante o recrutamento para a Guerra contra o Paraguai nos ajuda a consubstanciar essa hipótese.

No dia 9 de abril de 1865, em comunicação ao presidente da província, o então comandante superior da Guarda Nacional de Passo Fundo, cel. Antonio de Mascarenhas Camello Jr., informou sobre sua ida à freguesia de Soledade, para passar revista aos corpos de cavalaria ali existentes. Ato contínuo, Camello Jr. narra que, em sua chegada à referida freguesia, foi surpreendido pelos integrantes do 42º corpo de cavalaria que “[...] galhardamente se apresentaram em massa para marchar voluntariamente [...]. Solene oferecimento partindo espontaneamente dos oficiais e soldados logo que seu digno chefe, o tenente-coronel Irineo José Topásio, terminava uma turma [para marchar]”.<sup>3</sup>

Tal elogio tinha entre outros objetivos explicar o motivo pelo qual o comandante superior resolveu não destacar praças deste 42º corpo para agregar ao 5º corpo de cavalaria, cujos preparativos para a marcha já estavam mais adiantados. Por um lado, pode-se supor que tal postura acene para uma aliança entre o coronel Camello Júnior e o tenente-coronel Topásio, mas o que nos chamou mais atenção foi a justificativa utilizada pelo comandante superior para adotar tal postura:

A própria experiência, Exmo. Sr., tem mostrado a todas as luzes o quanto importa fazer destacar o soldado sob as ordens imediatas dos oficiais a que já estão habituados a obedecer, que conhecem as suas necessidades e as necessidades da sua família com os quais de longa data há entretido as intimas relações da camaradagem; é este ponto, sem dúvida nenhuma, aquele que encerra em si o segredo das deserções, infelizmente tão numerosas nos corpos organizados por contingentes.<sup>4</sup>

Pouco mais de um mês depois, o mesmo cel. Camello Jr. levou ao conhecimento do presidente da província outro ocorrido em Soledade, desta vez um episódio que, ao seu juízo, era demasiadamente grave para passar despercebido. Dizia o comandante superior de Passo Fundo ter sido oficiado por um subordinado seu, o capitão Fidellis, comandante interino do 42º corpo de cavalaria, a respeito de que o tenente-coronel honorário Antonio Joze de Mello Brabo “e companhia”, teriam baleado numa das pernas o cabo Manoel Joaquim Eduardo e levado preso outro praça daquele 42º corpo, enquanto ambos estavam “[...] no pleno exercício de suas funções legais, desempenhando ordens de seu comandante”<sup>5</sup>. Ainda nesta denúncia, o cel. Camello Júnior disse o seguinte:

A forma pública tem [ilegível] ao tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo como pessoa a quem provê dar seguro asilo aos desertores que vão implorar sua proteção e deste modo se tem rodeado o mesmo tenente-coronel de uma cáfila de malfeitores aos quais não é temeridade supor que continuem a perturbar o sossego público, pondo demais entraves a reunião pacífica da G.N. deste município.<sup>6</sup>

No mesmo dia 12 de junho, o tenente-coronel Mello Brabo também oficiou o presidente da província, relatando a sua versão dos fatos. Em uma extensa missiva, que discutiremos mais atentamente no capítulo seguinte, Mello Brabo relata que o episódio girou em torno da tentativa de recrutamento forçado da qual alega ter sido vítima um peão menor de idade, que conduzia a égua madrinha de uma tropa sua com destino a Rio Pardo<sup>1</sup>. O relato se mostra na prática como mais um desdobramento do desentendimento de Mello Brabo com o comandante superior e outros oficiais da Guarda de Passo Fundo. O que gostaríamos de frisar são trechos da correspondência concernentes à acusação de que Mello Brabo estaria acolhendo desertores em sua propriedade. Dizia o tenente-coronel Mello Brabo ao presidente da província:

Já nos acima mencionados meus officios, elevei ao alto conhecimento de V. Ex. a desairosa e deplorável deserção de grande número de praças do Corpo provisório n.º 9, bem como do Esquadrão provisório n.º 8, não ocultei que muitos dos desertores tenham procurado entender-se direta e indiretamente comigo, pedindo conselhos e pareceres – digo indiretamente, porque uns tantos officiais quer companheiros velhos meus, quer modernos, vieram comunicar-me que grande parte dos desertores os tinha procurado, para os informarem a respeito da existência e das intenções dos mesmos [...]. Desde a primeira reunião da G.N. desta Freguesia, no mês de outubro próximo passado, afastei do meu serviço todos os peões pertencentes a um ou outro Corpo de G.N. do superior comando de Passo Fundo para da minha parte evitar todas as colisões com os respectivos comandantes officiais e cuidei ao depois em não encontrar-me com os numerosos desertores que vivem por aqui escondidos nos matos, apesar de os por muitas vezes me terem procurado [...].<sup>7</sup>

De nosso ponto de vista, estes trechos evidenciam dimensões da mesma questão, qual seja, a densidade das lealdades e vínculos pessoais que sustentavam o recrutamento militar no Rio Grande do Sul oitocentista. No elogio que fez ao comandante Topázio, o coronel Camello Jr. descortina o quanto efetivamente as relações entre comandantes militares e seus comandados estavam muito para

<sup>1</sup> Tropa no sentido de pequena caravana de comércio e não tropa militar. Égua madrinha era como se costumava chamar a égua que servia de guia à tropa, em geral por já ser adestrada no caminho.

além do universo estrito das armas, algo que também fica patente se nos atentarmos para o fato de que se Mello Brabo demitiu seus peões que era guardas nacionais qualificados. De imediato, isto revela, portanto – com o perdão da redundância –, que alguns guardas nacionais eram peões seus. Por outro lado, a contenda envolvendo o recrutamento de um dos seus peões explicita outros elementos relevantes na análise, como o alcance que estas lealdades poderiam ter. Isto é, o tenente-coronel Mello Brabo chegou ao ponto de enfrentar uma partida de guardas nacionais em serviço, para garantir a sua autoridade e o prestígio do qual gozava entre os seus apaniguados.

Neste capítulo, repetindo o procedimento metodológico da investigação onomástica, mapeamos as relações mantidas por Mello Brabo mais sistematicamente. Com efeito, a partir de uma abordagem inspirada nas discussões sobre análise de redes sociais, analisamos tais interações a fim de refletir sobre o que dizem a respeito do cabedal militar de Antonio Joze de Mello Brabo, entendendo, portanto, uma rede social como

[...] un conjunto de conexiones entre actores relacionados de un modo u otro a través de interacciones efectivas que se producen en un momento dado. En el fondo, se trata de observar, de la manera más completa posible, el conjunto de interacciones entre individuos para detectar las formas de articulación que estas revelan, desde los grupos o “cliques” de personas más vinculadas entre sí hasta las relaciones más ocasionales o alejadas de esos entornos densos.<sup>8</sup>

Pretendemos, assim, fornecer subsídios para uma compreensão complexa dos processos de recrutamento militar expostos no capítulo anterior. Dito de outro modo, não faremos um estudo sobre o recrutamento militar em si. Analisaremos, ao invés disso, os diferentes vínculos pessoais mantidos por Antonio Joze de Mello Brabo entre 1840 e 1870, aproximadamente. Pois, como argumentamos no capítulo anterior, entendemos o recrutamento menos como um processo automático e impessoal e muito mais como resultado de uma organização social na qual esta prática estava inscrita em um lugar de destaque e era conduzida por alguns sujeitos para isso habilitados. Com efeito, acreditamos ter demonstrado que Antonio Joze de Mello Brabo foi um destes sujeitos.

## 2.1. *Notas sobre a presença luso-brasileira no planalto sul-rio-grandense*

[...] conservo-me com a Força deste 10º corpo de cavalaria no Depósito de Botocarahy, lugar bastante seguro, quase no meio da longitude da Serra do Botocarahy para o Mato-castelhano e conservo igualmente guardas assaz fortes em diferentes pontos do Jacuí.<sup>9</sup>

Foi assim que, durante a Farroupilha, o tenente-coronel Mello Brabo caracterizou o lugar onde ficava o quartel de comando do 10º corpo de cavalaria e também a sua residência, neste lugar chamado Depósito, na dita Serra do Botocaraí. Em linhas muito gerais, é possível pensar na ocupação luso-brasileira deste espaço tendo em vista a produção historiográfica sobre o assim chamado planalto sul-rio-grandense, cujo polo político-econômico, durante o século XIX, concentrou-se no município de Cruz Alta<sup>10</sup>. De acordo com Paulo A. Zarth, o planalto foi onde a presença luso-brasileira mais tardou a se generalizar na Província, tanto em função do obstáculo ambiental colocado pela Serra Geral, que dificultava a comunicação da região com as áreas de ocupação mais antiga, à leste e ao sul do rio Jacuí, quanto pela defesa territorial praticada pelos indígenas kaingang que, à época, habitavam boa parte do planalto meridional brasileiro<sup>11</sup>. Não obstante, o surgimento de Cruz Alta também está diretamente relacionado ao processo de incorporação dos territórios das Missões Orientais aos domínios luso-brasileiros.

Até o momento, todavia, não há nenhum estudo acadêmico sobre bases empíricas solidas a respeito do processo de ocupação luso-brasileira da região de Cruz Alta. Os primeiros anos deste processo são conhecidos apenas em linhas gerais. A bibliografia de referência sobre o tema acentua o protagonismo militar, atestado por pesquisas como as do próprio Zarth<sup>12</sup> e também de Helen Osório<sup>13</sup> que, ao tratar do processo de apropriação territorial no Rio Grande do Sul de modo geral, argumenta que a incorporação do Espaço Oriental Missioneiro conheceu as mesmas formas de conquista e de reprodução social que o restante do território luso-brasileiro no Continente de São Pedro.

Conforme a autora, após os conflitos decorrentes do Tratado de Badajoz (1801), “[...] logo iniciou-se a ocupação das terras conquistadas, mas sesmarias somente seriam concedidas a partir de 1810, no governo de D. Diogo de Sou-

za”<sup>14</sup>. A autora entende que os militares mais proeminentes que participaram do processo alcançaram cargos de comandância na administração do território, valendo-se desta posição para privilegiar a distribuição de terras aos seus aliados.

Essas foram as práticas que possibilitaram a monopolização de terras pelos estancieiros-militares, que de forma contraditória, eram apoiados pelo poder metropolitano. Ao ter que lançar mão destes militares locais para aumentar seus domínios coloniais, a Coroa realiza seu objetivo de expansão, mas reforça o poder dos mesmos, que cada vez mais restringem a possibilidade de uma atuação autônoma do poder metropolitano<sup>15</sup>.

De acordo com Fortes e Wagner, os municípios de Cruz Alta e São Borja “[...] nunca foram propriamente criados, como aconteceu aos demais [da província]”. O ato administrativo equivalente à criação do município de Cruz Alta ter-se-ia dado em 11 de março de 1833, quando o então Presidente da Província em Conselho – valendo-se da prerrogativa que lhe atribuía o Código do Processo Criminal, constante da Lei Regencial de 29 de novembro de 1832 – dividiu a Província em cinco comarcas, dentre as quais a de Missões, que ficou constituída pelos termos de São Borja, Espírito Santo da Cruz Alta e Alegrete<sup>16</sup>.

Quando da instalação do município de Cruz Alta, em 1834, este era formado por seis distritos “[...] Cruz Alta, São Martinho, Botucaraí, Passo Fundo, Palmeira e São Miguel”<sup>17</sup>. No mapa a seguir (Figura 7, na próxima página) é possível ter uma noção aproximada da localização destes distritos e de suas distâncias em relação a outras vilas situadas no centro da província.

Uma das singularidades do planalto na comparação com outras regiões da província como a campanha, o litoral e a depressão central, é a sua configuração ambiental, composta tanto por campos adequados à pecuária extensiva, quanto por uma espessa cobertura florestal que possibilitava a agricultura, mas sobretudo o extrativismo de erva-mate. De acordo com Araújo:

[...] principalmente depois de 1810, os deslocamentos populacionais tornaram-se massivos e constantes para a região, tanto de estancieiros/militares quanto de uma imensa população pobre que ocupou as zonas de floresta para dedicarem-se à extração de

erva-mate e à agricultura nas regiões ainda não ocupadas, além de outros trabalhadores que se dedicavam a serviços diversos [...]. O contingente populacional da vila, como veremos, era muito superior aos demais municípios da província de São Pedro e parte considerável da população não dispunha de recursos suficientes para adquirir um trabalhador escravo. Dessa forma, embora a vila contasse com uma população escrava significativa em números absolutos quando comparada a outros municípios da província, a participação dos escravos no total da população permaneceu sempre abaixo da média das outras regiões [...].<sup>11</sup>

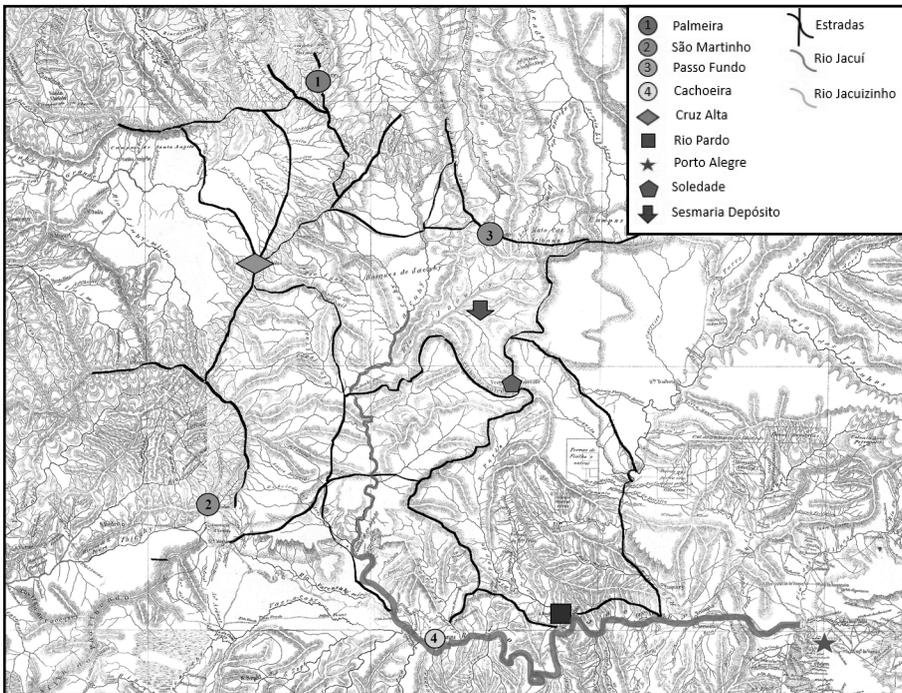


Figura 7. Recorte da Carta Topographica da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, concluída por ordem do Exmo. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello sob a direção do bacharel Antonio Eleutherio de Camargo (1868). Fonte. Mapoteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Legenda e marcações do autor. Disponível em: < [https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd\\_mapas\\_rs/CD/CapIII.htm](https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd_mapas_rs/CD/CapIII.htm)>. Acesso em: 03 fev. 2022.

<sup>11</sup> Importante salientar que o autor argumenta que o fato da proporção média da densidade demográfica de escravizados em Cruz Alta ter sido menor do que dos principais municípios da Província “[...] não supõe uma importância menor da escravidão na região, significa apenas que os escravos estavam concentrados nas pequenas unidades produtivas e nas estâncias e que o acesso dos extrativistas-agricultores a esse tipo de trabalhador era um investimento oneroso e relativamente restrito”. ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade...*, 2008, p. 33.

Os principais fluxos populacionais que confluíram neste período para a conformação demográfica de Cruz Alta partiam das vilas mais antigas existentes na Província, em particular Rio Pardo, mas também foi significativa a migração de pessoas naturais de vilas dispostas ao longo do chamado caminho das tropas, que conectava o extremo-Sul à Província de São Paulo<sup>18</sup>. Devemos acrescentar que, ao contrário do que tem ocorrido com relação a outros municípios criados no território conquistado após 1801 – mormente na região da campanha, como Alegrete e São Borja –, até o momento, a participação demográfica da população guarani-missioneira na composição da vila de Cruz Alta ainda não foi estudada. Como deixaremos mais claro a seguir, pela sondagem que fizemos é provável que, assim como nos outros dois municípios – e não apenas neles evidentemente –, a presença desta população indígena tenha sido significativa durante boa parte do século XIX.

Os primeiros batismos registrados na Capela do Divino Espírito Santo da Cruz Alta, por exemplo, datam de 1827. Segundo o *Comentário Eclesiástico do Rio Grande de São Pedro do Sul* (1891)<sup>19</sup>, escrito pelo Arcediago Vicente Zeferrino Dias Lopes, no entanto, esta capela foi provisionada em 28 de janeiro de 1824, fundada sobre as ruínas de outra mais antiga:

No território que o antigo povo jesuíta chamado São João abrangia, havia uma capela dedicada a São Roque, qual foi reedificada por provisão [...] de 6 de julho de 1821 sob a invocação de Exaltação da Santa Cruz, e pela mesma provisão elevada a curato [...]. Arruinada esta capela, a pedido do Sargento-Mór Joaquim Fernandes da Fonseca com provisão [...] de 28 de janeiro de 1824 fundou-se uma com a invocação do Espírito Santo da Cruz Alta.<sup>20</sup>

Arlindo Rubert sublinha esta versão do Arcediago e acrescenta ainda que “[...] o primeiro cura de Cruz Alta era filho legítimo de Antônio Pompeu Paes de Campos e Maria Alves de Menezes, abastados fazendeiros de Sorocaba/SP”<sup>21</sup>. Hemetério José Velloso da Silveira, por sua vez, que faz um elogio de Vidal José do Pillar no capítulo que dedica à Cruz Alta em seu livro, argumenta ter consultado documentação onde consta que “[...] entre 890 posses tomadas, em diversas datas, ou por ocupação primária, ou por concessão provisória do comandante

geral das Missões, figuram desde 1810 a 1826”<sup>22</sup>, entre outros nomes o de Vidal José do Pillar.

Na mesma direção, Silveira afirma – citando trechos de documentação – que em 18 de agosto de 1821, o coronel Antonio da Silva Paulete, então comandante geral das Missões Orientais, encaminhava um ofício ao administrador do povo de São João, autorizando a concessão de um terreno para a criação “[...] duma povoação no lugar denominado Cruz Alta”<sup>23</sup>. Conforme o autor, Pillar e outros dos que se tornaram a primeira elite cruz-altense, foram os autores da solicitação.

Também é preciso deixar ao menos assinalado que, ao longo dos últimos anos, com o surgimento de uma nova história indígena no Brasil, processos históricos como a *conquista das missões orientais* em geral e a formação da sociedade luso-brasileira no planalto especificamente, têm sido relidos sob este prisma. Efetivamente, sabe-se cada vez mais sobre as estratégias dos guarani-missioneiros para lidar com este processo<sup>24</sup>, assim como a respeito das interações estabelecidas entre luso-brasileiros e indígenas kaingang no Brasil Meridional. Não obstante, sobre o planalto, a bibliografia versa quase unicamente a respeito deste segundo tema.

Conforme Luís F. Laroque<sup>25</sup>, à medida em que o trânsito de luso-brasileiros entre São Paulo e os campos do sul se intensificou, durante a segunda metade do século XVIII, as interações com os kaingang<sup>III</sup> passam a ser mais frequentes e, em geral, violentas. De acordo com Lúcio Tadeu Mota<sup>26</sup>, este acirramento esteve diretamente relacionado com as expedições militares lideradas pelo tenente-coronel Afonso Botelho aos chamados “sertões do Tibagi” onde, naquele momento, existiam muitos kaingang sem qualquer relação de vassalagem com a coroa portuguesa.

Os sertões do “Tibagi” são as imediações da vila de Castro, (antigo Pouso do Iapó), Pirai ao norte e a vila do Príncipe (hoje Lapa), ao sul. A ocupação da área tem início com os pousos de tropeiros estabelecidos ao longo da estrada e, em seguida, com o surgimento

<sup>III</sup> Este povo falante de língua jê habita o território que chamamos de planalto meridional brasileiro há mais de um milênio, segundo dados arqueológicos e linguísticos. Nas crônicas e registros coloniais, os kaingang, assim como outros tantos povos não-tupi, não foram descritos com muita riqueza de detalhes, de modo que em geral foram chamados de guaianás, gualachos e já no final do século XVIII mais comumente designados como coroados.

das grandes fazendas de engorda de gado e muares que vinham do Rio Grande do Sul.<sup>27</sup>

Mota historia estas expedições militares que, entre o final de 1760 e meados de 1770, partiram em direção aos ditos sertões, travando sistemáticos encontros com os kaingang, adentrando os até então *desconhecidos* campos de Guarapuava. Segundo o autor, os kaingang responderam com diferentes estratégias militares, que redundaram no abandono desta primeira entrada: “[...] empurrando de volta os invasores, a resistência Kaingang retardou a ocupação dos Coran-bang-rê [Campos de Guarapuava] por quase quarenta anos. Somente em 1810 é que novas tentativas de ocupação serão feitas nesses territórios”<sup>28</sup>.

Ampliando essa discussão, Cristiano Durat<sup>29</sup> demonstra a relação deste processo com o projeto reformador da coroa portuguesa na época pombalina, sobretudo no que concerne à geopolítica da fronteira meridional. Isto é, Afonso Botelho era sobrinho de Dom Luiz Antônio de Souza Botelho, o Morgado de Mateus<sup>IV</sup>. Conforme Durat, estas expedições comandadas por Botelho tinham como objetivo o reconhecimento e a conquista dos sertões, bem como o convencimento (e/ou subjugação) dos kaingang a tornarem-se vassallos do monarca português, visto sua posição territorial intermediária em relação aos súditos espanhóis:

As expedições comandadas por Afonso Botelho seguiam rigorosamente as orientações de seu tio Morgado de Mateus, o qual, por sua vez, recebia ordens diretas do primeiro ministro de Portugal, Marquês de Pombal. Assim, os camaradas de Afonso Botelho tinham ordens para reconhecer e tomar posse de territórios, viabilizando estratégias de amizade com os indígenas sem o uso de violência. O uso de armas era apenas para defesa, caso fossem necessários. A brandura permeou os primeiros contatos com os nativos da região “[...] *ainda que os índios, como bárbaros, lancem alguma surriada de frechas, deve o Capitão ter instruído a sua gente, não atirem, nem façam mal, antes que lhes batam as palmas, e pro-*

<sup>IV</sup> “Nomeado governador da capitania de São Paulo, Dom Luiz Antônio de Souza Botelho, o Morgado de Mateus, ao desembarcar no porto de Santos, no dia 23 de julho de 1765, trouxe em sua bagagem, além da confiança do primeiro-ministro de Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, a responsabilidade de reestruturar as bases econômicas, administrativas, políticas [da capitania] e, com grande ímpeto, buscar a consolidação da presença portuguesa em lugares distantes da sede administrativa”. *Ibid.* p. 50.

*curem fazer aqueles sinais, que for possível, para mostrar-lhes quere-rem paz [...]*<sup>30</sup>

Notadamente, a expedição de Afonso Botelho foi rechaçada pelos kaingang. Conforme o autor, os luso-brasileiros demoraram a retornar aos sertões de Tibagi, também em função dos problemas que tiveram com os hispano-americanos no extremo-Sul da fronteira. Nos anos subsequentes, o estabelecimento de invernadas luso-brasileiras no trecho que ficaria conhecido como caminho das tropas, por onde circulava o comércio pecuário com a capitania austral, foi constantemente combatido pelos kaingang, arvorados de suas vitórias militares nos campos de Guarapuava e informados também por demandas próprias<sup>31</sup>. Esta relação tensa que se configurou no final do século XVIII, implicou na produção de representações muito negativas sobre estes indígenas, que “[...] começaram a ser referenciados como um obstáculo para a expansão campeira pelo interior dos Campos Gerais, por estarem habitando territórios com potencial para as prósperas propriedades de invernagem e porque matavam os animais para se alimentar”<sup>32</sup>.

A análise de Durat sobre a chegada da Família Real ao Brasil ajuda a compreender outras razões para que as interações entre luso-brasileiros e indígenas kaingang e xokleng nesta região tenham se tornado tão violentas. A crise de abastecimento anunciada pelas autoridades quando do incremento demográfico representado pela chegada da Corte, bem como os “[...] movimentos políticos em diferentes regiões das províncias hispânicas: no Paraguai, Corrientes e Entre Rios – próximos aos sertões de Guarapuava”<sup>33</sup>, demandaram iniciativas da administração luso-brasileira que incidiram diretamente sobre os territórios kaingang.

Neste contexto, são editadas por D. João VI cartas régias que decretavam *guerra justa* aos indígenas então chamados *botocudos* e outros *índios bárbaros*<sup>V</sup>,

<sup>V</sup> “[...] Durante os três séculos de colônia, a guerra justa aos índios sempre foi algo muito presente no cotidiano dos colonizadores, com o objetivo de justificar a defesa dos povoadores e para cumprir os princípios cristãos, pois a sua sujeição traria benefícios para os portugueses e para o catolicismo. No século XIX, Dom João VI se destaca como a figura mais contundente dessa proposta, logo nos primeiros meses de sua chegada aqui no Brasil, decretando novamente a *guerra justa*” (DURAT, *Terras de aldeamento em disputa...*, 2019, p. 74). Como fica evidente no trecho da Carta Régia transcrito por Cristiano Durat, estas instruções com força de decreto autorizavam o extermínio e a escravização indígena: “[...] *não há meio algum de civilizar povos bárbaros, senão ligando-os a uma escola severa, que por alguns annos os force a deixar e esquecer-se de sua natural*

que impediam a expansão do povoamento luso-brasileiro<sup>VI</sup>. Inicialmente dirigida à região de Minas Gerais, a política de guerras justas foi logo estendida aos *sertões* existentes desde Guarapuava, no atual Paraná, até as Missões, no Rio Grande de São Pedro. Segundo Durat,

A carta régia de 1809, além das orientações já analisadas, tinha um forte apelo para promover a abertura de caminhos que ligassem a capitania paulista às paragens do Rio Grande, possibilitando novas rotas para os tropeiros. Em consequência disso, a abertura de um novo caminho para a passagem de animais e para o aumento do comércio resultaria na fundação de novos povoados e sua ocupação por meio de sesmarias.<sup>34</sup>

Aline R. Francisco<sup>35</sup>, investigando as interações entre indígenas kaingang e luso-brasileiros no planalto sul-rio-grandense, argumenta que “[...] o povoamento da região de Cruz Alta foi impulsionado pela conquista de Guarapuava e Palmas, no Paraná”<sup>36</sup>. A autora considera ilustrativa deste contexto uma expedição militar comandada pelo então major Athanagildo Pinto Martins, enviada de Guarapuava em 1815, com o objetivo de “[...] encontrar um caminho intermediário entre as Missões e o norte rio-grandense”<sup>VII</sup>, ou seja, conectando efetivamente as Missões ao caminho das tropas.

*rudeza e lbes faça conhecer os bens da sociedade [...] que todo o Miliciano, ou qualquer morador que segurar algum destes Índios, poderá consideral-os ao serviço que mais lbe convier, tendo porém vós todos o cuidado em fazer declarar e conhecer entre os mesmos índios, que aquelles que se quizerem aldear e viver debaixo do suave jugo das minhas leis [...]”.* CARTA RÉGIA *apud* DURAT, *Terras de aldeamento em disputa...*, 2019, p. 74. Não obstante, a Carta Régia de 1809, a respeito dos campos de Guarapuava, também previa a possibilidade de criação de aldeamentos, como de fato ocorreu em alguns casos.

<sup>VI</sup> Existem discussões no campo da história indígena a respeito do significado das Cartas Régias editadas por D. João VI. Não é nosso objetivo entrar nesta discussão. À guisa de registro, Isadora T. L. Diehl, sublinhando a interpretação Vania M. L. Moreira, argumenta que: “[...] costuma-se interpretar estas ordens régias como reflexo dos interesses econômicos do período, voltados para expansão das fronteiras agrícolas, no entanto, ressalta, as bandeiras contra os indígenas de Minas Gerais já eram comuns desde a segunda metade do século XVIII, e a política joanina só fez [aumentar] a violência no campo. A autora destaca que muito mais importante é compreender as dimensões ideológicas e políticas de tais guerras, que tinham como objetivo mitigar os medos da corte transmigrada, combatendo os “bárbaros” em um projeto de conquista dos trópicos. DIEHL, *Criando fronteiras...*, 2023.

<sup>VII</sup> Note-se que, segundo Araújo, “[...] Athanagildo Pinto Martins, vereador na primeira eleição ocorrida em Cruz Alta, em 1834, nasceu em 1762, também em Curitiba, província de São Paulo, município da vila de Castro. Quando faleceu era Sargento-Mor e possuía 15 escravizados”. ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade...*, 2008, p. 29. Como já dissemos, não há estudos sobre a formação desta primeira elite, estamos aqui apenas esboçando algumas inferências que nos parecem significativas. É importante também perceber que

## 2.2. De “campos habitados pelos índios” à distrito de Cima da Serra do Botucarai

A presença luso-brasileira no Serra do Botucarai, como dissemos, deve ser entendida no contexto supracitado<sup>VIII</sup>. Todavia, o contexto não subsume as singularidades do processo. Na abordagem que adotamos nesta pesquisa, não nos interessa inserir a trajetória do personagem fio-condutor do estudo em uma moldura. Ao invés disso, reconstituir seus passos em detalhe nos é absolutamente caro, não por um interesse em si mesmo – reitera-se – mas em virtude da convicção de que as generalizações tendem a ocultar aspectos – quando não dimensões inteiras – dos processos sociais. Talvez realmente o ponto seja ainda mais radicalmente situado, como propõe Giovanni Levi:

Não podemos imaginar uma generalização em História que seja válida. Ou seja, podemos perguntar o que é o fascismo, mas há fascismos diferentes na Itália, na Espanha ou em Portugal. Por isso, devemos preservar, nos trabalhos dos historiadores, as particularidades, preservar o local — aqui entendido como uma situação específica. Esse é o grande problema da História. Trabalhar sobre o geral, mas um geral que sempre se configura como perguntas, não como respostas.<sup>37</sup>

Dada sua ficha de serviços militares e, tendo em vista a observação de Helen S. Ortiz, para quem a declaração paroquial de terra feita Mello Brabo em 1855,

estes luso-brasileiros que participaram da conquista e povoação do planalto não estavam desconectados das complexas redes migratórias que, desde meados do século XVIII, tramavam tecidos sociais entre São Paulo e o extremo-Sul do Rio Grande do Sul, passando pelos campos de Viamão e, posteriormente, avançando em direção a Rio Pardo. Como dissemos no capítulo anterior, Vidal José do Pilar, natural de Curitiba, muito cedo passou a residir com seus familiares em Santo Amaro, entreposto militar criado às margens do baixo rio Jacuí, em 1751. Outro caso semelhante é dos irmãos João da Silva Machado e Francisco de Paula e Silva, respectivamente titulados durante a vida barões de Antonina e Ibicuí. Ambos nasceram na freguesia de São José de Taquari, vizinha à Santo Amaro, e logo inseriram-se nas rotas da pecuária que conectavam estes lugares à São Paulo. Não obstante, ambos participaram ativamente do processo de conquista do planalto.

<sup>VIII</sup> Conforme Sérgio da Costa Franco, até 1834, a serra de Botucarai era um distrito do município de Rio Pardo chamado distrito de Cima da Serra de Botucaray. Em 1834, com a emancipação de Cruz Alta, este distrito passa a pertencer ao município recém-criado, assim permanecendo até 1857, quando da criação do município de Passo Fundo, que incorpora este território sob sua jurisdição. Ainda de acordo com o autor, em 1875 foi criado o município de Soledade, cujo território era praticamente o mesmo que perfazia o distrito de Botucarai em 1834. Ou seja, em geral, o território de Soledade é praticamente correspondente ao distrito de Cima da Serra de Botucaray.

indicava que a sua propriedade estava entre as maiores do distrito de Botucaraí<sup>38</sup>, de um *ponto de vista geral*, este sujeito poderia facilmente ser tomado enquanto um *militar-estancieiro*, uma destas figuras paradigmáticas na historiografia sobre o Rio Grande do Sul que, ao longo dos últimos anos, vêm sendo restituídas em sua complexidade, heterogeneidade e historicidade. Como observa Farinatti, “[...] grandes fazendeiros, importantes oficiais milicianos, sesmeiros. A constatação de que os grupos dominantes locais portavam essas características é um lugar-comum historiográfico”<sup>39</sup>.

No caso da fronteira meridional do Brasil, ganha destaque a associação entre latifundiários e oficiais militares ou milicianos, na figura do “estancieiro-militar”, mas é menos frequente que se interrogue sobre as formas concretas dessa combinação e sobre os significados sociais específicos dos postos ligados à atividade guerreira.<sup>40</sup>

Ocorre, entretanto, que segundo nos apontam todos os indícios que localizamos sobre a presença de Antonio Joze de Mello Brabo neste lugar, entre a ocupação luso-brasileira deste espaço e sua consolidação como potentado na região, muitos processos complexos se desenrolaram. Quero dizer, na vila do Espírito Santo da Cruz Alta, em 1846, foi aberto o inventário de Anna Joaquina de Mello, esposa do tenente-coronel Mello Brabo, falecida em novembro de 1844, vítima de uma inflamação. O único bem imóvel – ou de raiz – arrolado foi um campo “[...] denominado Depósito, contendo uma sesmaria<sup>IX</sup>, sito no Distrito de Botucaraí, que foi avaliado com todas as benfeitorias pela quantia de três contos de réis”<sup>41</sup>.

Conforme é possível notar pelas correspondências que emitiu durante a Farroupilha, Mello Brabo residia neste lugar chamado Depósito pelo menos desde meados da guerra civil. A aquisição formal desta propriedade, todavia, ocorreu poucos dias antes da morte da sua esposa, de acordo com uma escritura de transmissão firmada entre Mello Brabo – representado por seu procurador – e a vendedora, dona Úrsula Correia da Câmara, com procuração do seu falecido marido, o capitão João Marcos Vieira de Souza Pereira.<sup>42</sup>

<sup>IX</sup> A medida indicada na documentação são três léguas de comprimento por uma légua de largura.

Este casal também não foi concessionário da sesmaria do Depósito. Segundo declarou dona Úrsula, “[...] a carta de sesmaria que vende é a que seu marido comprou de João Maria Xavier de Brito, em sete de dezembro de mil oitocentos e dezoito”<sup>x</sup>. Efetivamente, conseguimos localizar a concessão desta carta de sesmaria. No requerimento, a localização exata da terra não é referida, o pedido é por “[...] terreno devoluto nos Campos do Erval, onde ultimamente se abriu uma estrada nova, junto à província de Missões”<sup>43</sup>. Embora vaga, essa descrição encontra eco no estudo de Sérgio da Costa Franco sobre o município de Soledade/RS<sup>44</sup>. De acordo com o autor, as primeiras sesmarias neste lugar foram concedidas durante a segunda década do século XIX, após a reabertura de uma estrada que partia da vila de Rio Pardo varando a serra geral em direção às Missões.<sup>45</sup>

Este episódio de abertura da chamada Picada Botucaraí explicita a articulação do processo de conquista dos campos de cima da serra do Botucaraí com os movimentos de expansão luso-brasileira em geral. Quero dizer, este caminho – ou picada – cuja antiguidade é imemorial, mas que com certeza reporta aos trajetos percorridos pelos guarani-missionários quando do auge da produção de erva-mate durante a experiência reducional, foi visitado no mínimo duas vezes no final do século XVIII pelo engenheiro e astrônomo – doravante capitão-engenheiro do Regimento de Dragões – José de Saldanha<sup>46</sup>. Primeiro em janeiro de 1788, durante a expedição demarcadora do Tratado de Santo Ildefonso (1777), e depois em 1798, já com claro objetivo de conquista territorial, sob as ordens do então governador da capitania, tenente-general Sebastião Xavier V. Cabral da Câmara<sup>47</sup>. Em ambas expedições, Saldanha encontrou indígenas guarani colhendo e processando erva-mate, com quem buscou tratar diplomaticamente.

Poucos anos depois, em 1810, uma triangulação de correspondências envolvendo o comandante do distrito de Rincão del Rei, em Rio Pardo, capitão João Machado da Silveira, o comandante daquela fronteira, coronel Patrício Correia da Câmara, e o capitão-general governador da capitania, Dom Diogo de Souza, explicita o processo de conquista dos campos de cima da serra de Botucaraí, através da reabertura do caminho “descoberto” por José de Saldanha<sup>48</sup>. Conforme Sérgio da Costa Franco, a argumentação para reabertura desta estrada

<sup>x</sup> Escritura pública de venda de uma sesmaria que faz D. Úrsula Correia da Camara ao Ten. Cel. Antonio Joze de Mello Brabo..., p. 182.

da partindo de Rio Pardo em direção aos campos de cima da serra do Botucaraí centrava-se nos seguintes objetivos:

Buscava-se, portanto, uma comunicação direta entre Rio Pardo e o Planalto, procurando-se, com isso, um tríptico objetivo: a) afugentar os bugres da encosta da serra; b) encurtar o caminho para os tropeiros que se destinavam às ‘capitanias do Norte’, ou seja a São Paulo; c) estabelecer a possibilidade de um comércio direto entre Rio Pardo e as Missões.<sup>49</sup>

Note-se que estes episódios vão ao encontro do argumento de Helen Osório, segundo o qual as comissões de demarcação do Tratado de Santo Ildefonso (1777) serviram muito mais como “[...] momento privilegiado de conhecimento do território, de apropriação física e intelectual do mesmo, enfim, de construção do espaço”<sup>50</sup>. As correspondências trocadas durante a reabertura da dita estrada evidenciam a articulação deste processo à conjuntura mais ampla de expansão da fronteira agropastoril, sob a égide do estatuto de guerra justa contra os *bárbaros, infieis*.<sup>51</sup>

Conforme observado por Franco, esta empreitada tinha entre os seus objetivos principais, declarados pelo próprio capitão João Machado da Silveira, afugentar “[...] as incursões que os Bárbaros praticam alternativamente há coisa de 13 anos a esta parte desde as margens do Rio Pardo até a Capela de Santa Maria”<sup>52</sup>. Pela descrição, é provável que os ditos bárbaros fossem os indígenas kaingang, sobretudo tendo em vista que Silveira afirma que a “antiga habitação” destes índios “infieis” era a “serra geral da costa do rio Uruguai”, território milenarmente habitados pelos kaingang e que assim permanecia entre os séculos XVIII e XIX e até o presente em boa medida.

Iniciada em maio de 1810, a expedição já se deparou com resistência indígena na entrada da serra. De acordo com Franco, “[...] ali pelas cabeceiras do rio Botucaraí, onde os expedicionários conquistaram e destruíram um toldo indígena, aprisionando sete crianças ‘de idade de 11 anos para baixo’<sup>XI</sup> vieram a manter violentos combates com os índios”<sup>XII</sup>. Segue Franco:

<sup>XI</sup> É muito provável que estas crianças tenham sido repartidas como escravizadas entre os integrantes da expedição, reforçando a relação entre este movimento e a restituição das guerras justas através das Cartas Régias supracitadas.

<sup>XII</sup> Localizamos diversos indícios que atestam a veracidade documental desta narrativa de Sérgio da Costa

Como nessas refregas houvesse sofrido algumas baixas e esgotado a munição, o capitão João Machado da Silveira mandou buscar reforços em Rio Pardo [...]. Enquanto esperava socorro enviou uma partida de 13 homens, sob o mando do cabo Vicente Nunes para descobrir as cabeceiras dos afluentes do [rio] Jacuí. Presumivelmente, do arroio Lagoão e do Jacuizinho. O cabo Nunes continuou travando repetidos encontros com os bugres [...], sentindo-se inferiorizado, porque muito abundantes os sinais da presença indígena, o cabo Nunes resolveu regressar.<sup>53</sup>

Há outros indicativos da disputa territorial entre conquistadores e indígenas neste mesmo espaço-tempo. Durante sua excursão pela província de São Pedro, o naturalista francês Arsène Isabelle passou pelas vilas de Cachoeira e Rio Pardo, por volta de 1834, antes de seguir viagem para Porto Alegre. Neste percurso, atravessou os passos dos rios Jacuí e Botucaraí, isto é, locais onde era preciso tomar uma balsa para cruzar o curso dos rios que cortavam o caminho. O passo do rio Botucaraí situava-se quase na confluência deste com o rio Jacuí. Segundo Isabelle, “[...] a passagem do Botucaraí é ainda mais frequentada que a do Jacuí, porque todas as caravanas que partem de Rio Pardo para o interior da província são obrigadas a passar por esse rio”<sup>54</sup>. Em sua passagem pela região, o viajante francês também mencionou o cerro do Botucaraí<sup>XIII</sup>, dizia ele que a formação rochosa que em sua hipótese trata-se de uma montanha vulcânica:

[...] contém muito ouro e pedras preciosas. Não faz muito tempo, era explorada com algum resultado e já havia algumas moradias nas imediações, mas os mineiros foram obrigados a abandoná-la, devido aos desmoronamentos de que muitos foram vítimas. A gente do campo acredita, firmemente, que ela é encantada (*enfetizada*), porque, segundo afirma, quando se começa a trabalhar ouve-se um barulho espantoso e as terras começam a desabar arrastando pedaços enormes da rocha mais alta. Desgraçado daquele que não se afastar rapidamente! Parece, também, que os

Franco. Optamos por utilizar os trechos da bibliografia ao invés da documentação original, pois o autor teve acesso ao corpo documental de forma mais completa do que nós conseguimos manusear.

<sup>XIII</sup> Nesta edição que consultamos, Isabelle estabelece uma distinção entre a Serra de Botucaraí e a Serra Grande. Isto é, a primeira corresponde ao Morro Botucaraí ou Cerro Botucaraí, situado no atual município de Candelária. Já o que o autor chama de Serra Grande nada mais é do que a escarpa da serra geral.

bugres, índios antropófagos que vivem ainda nas florestas da serra Grande, não toleram que se trabalhe ali, e assustaram, com suas frequentes incursões, os que eram a isso atraídos pela avidez do ouro.<sup>55</sup>

Não entraremos no mérito da discussão a respeito da visão de mundo destes viajantes e naturalistas que visitaram o Rio Grande do Sul durante o século XIX. Uma consideração importante, no entanto, é sobre a ocorrência de discursos como este em torno do canibalismo. O estudo de Hal Langfur, sobre a mineração na região do Brasil central, entre meados do século XVIII e o início do XIX, aporta significativas contribuições a esse respeito. Segundo o autor, é possível identificar – especialmente durante o século XVIII – situações em que as autoridades coloniais difundiam discursos a respeito da presença de indígenas antropófagos nas áreas de mineração, com vistas a afugentar aventureiros que pretendessem explorar os recursos auríferos. Por outro lado, a partir do século XIX, essa referência ao canibalismo no discurso de autoridades locais era acionada para legitimar as guerras justas contra os *botocudos*, principalmente a partir da Carta Régia de 1808.<sup>56</sup>

Talvez não seja casualidade que Arsène Isabelle tenha ouvido dos moradores das imediações da Serra do Botucaraí estas narrativas associando iniciativas mineradoras fracassadas a histórias sobre maldições e ataques de indígenas antropófagos<sup>XIV</sup>. Mas, quem efetivamente registrou relatos sobre os confrontos entre luso-brasileiros e indígenas nesta região foi Aimé Bonpland, outro conhecido viajante francês que, em 1849, iniciou uma expedição pela Serra, nas imediações da recém-fundada colônia de Santa Cruz. Bonpland registrou em seu diário de viagem ter compreendido, aos 9 de abril daquele ano, uma excursão em direção à

<sup>XIV</sup> Sem aprofundar essa complexa discussão que envolve contribuições da Arqueologia, da História da Antropologia e de outras disciplinas, é importante esclarecer que não existe nenhum indício de que os povos Jê Meridionais (kaingang e xokleng) praticassem antropofagia. Por outro lado, entre os Tupi-guarani essa prática é amplamente conhecida. Segundo um estudo arqueológico recente, é provável que um reduto populacional Guarani avesso às alianças com missionários jesuítas tenha persistido na região da Serra, nas imediações do rio Taquari, durante boa parte do século XVIII. Conforme a autora do estudo, a incidência de muitos adornos labiais *tembetá* neste sítio arqueológico, acena para um espaço onde se realizavam grandes festas conhecidas como cauinagens e não é impossível que nestas festas se praticasse antropofagia. Cf. SCHNEIDER, Fernanda. *Poder, Transformação e Permanência: a dinâmica de ocupação Guarani na bacia do Taquari-Antas, Rio Grande do Sul, Brasil*. 385f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), Lajeado, 2019.

serra, “[...] a duas léguas de Santa Cruz, cujo objetivo principal foi a visita a um cemitério dos antigos habitantes deste lugar (índios, ditos Bugres, diferentes e inimigos mortais dos Botocudos)”<sup>57</sup>. Segundo o francês, o cemitério dos ditos indígenas situava-se em terras então pertencentes ao general Patrício José Corrêa da Câmara. Disse mais Bonpland que:

Há aproximadamente 30 anos, a serra e todas as terras compreendidas entre a mesma e a margem oriental do [rio] Jacuí Grande eram ocupadas por estes índios chamados bugres, sobretudo na parte desta grande extensão de terras mais próxima a Rio Pardo. Esses nativos eram cruéis, devastadores e causavam de tempos em tempos grande mal e grandes perdas aos brasileiros [...]. O comandante de Rio Pardo (o general Patrício Corrêa da Câmara), com o intuito de declarar guerra aos bugres mandou abrir uma picada de 7 a 8 léguas de extensão, criando assim uma via de fácil comunicação entre a cidade de Rio Pardo e as terras ocupadas pelos bugres. Terminada a picada, viu-se logo que estas terras eram bastante povoadas [...]. O general Corrêa mandou atear fogo nos grandes campos cobertos de uma espessa vegetação [...]. Quando o fogo terminou, uma multidão deles [indígenas] veio então do campo queimado e chegou até a picada [...]. A partir dali seriam para sempre despossados de seus domínios [...]. O comandante ou governador Corrêa usou todas as forças que pôde reunir para expulsar os índios das margens do Jacuí e obrigou-os a abandonar a picada. O governo brasileiro a par do que acontecera ajudou o general Corrêa fornecendo-lhe todos os meios para combater todos os bugres com superioridade de forças [...]. Estas tornaram-se possessões livres do governo, que logo realizou concessões a estes cidadãos.<sup>58</sup>

Evidentemente que o povoamento indígena em contextos pré-coloniais se estendia por praticamente todo território da América, com uma enorme diversidade de povos e culturas. O que nos importa sublinhar é que a conquista luso-brasileira desta porção territorial que estamos enfocando tem uma historicidade. Mais do que isso, como veremos a seguir, ainda há muito por ser investigado a respeito da continuidade da presença indígena nestes espaços onde as guerras de conquista tiveram lugar. A carta corográfica compilada pelo Visconde de São Leopoldo, datada de 1841, assinala claramente o lugar ao qual estamos nos referindo.

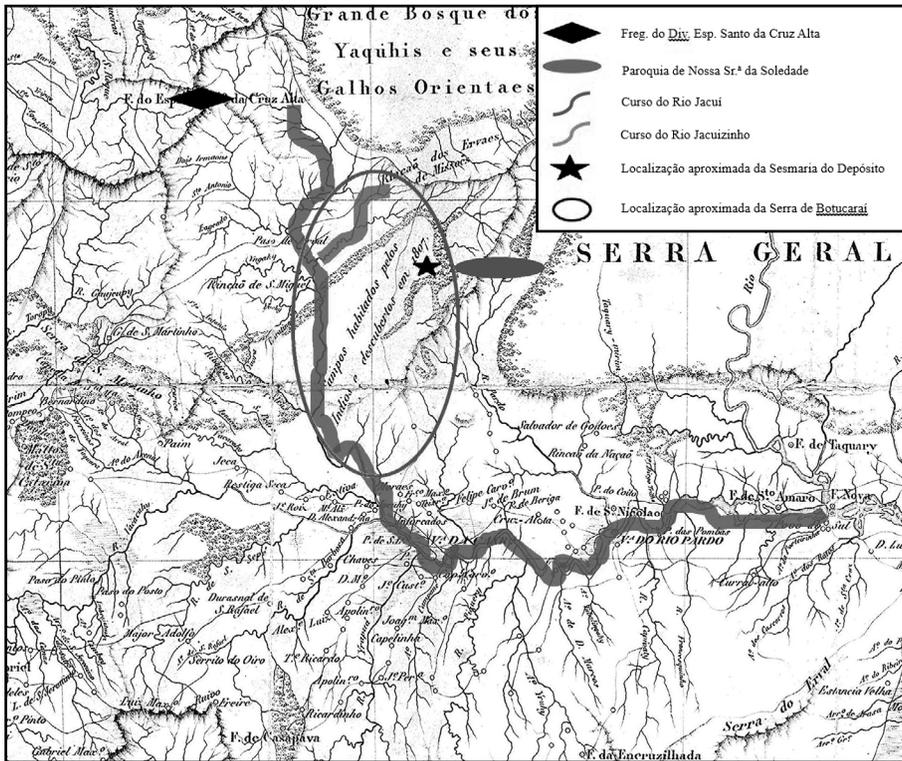


Figura 8. Recorte do Mappa da Província de San Pedro redigido segundo uma Carta Manuscrita levantada debaixo da direção do Ilmo. Visconde de São Leopoldo (1841). Com ênfase na localização aproximada da Serra de Botucarai e da Sesmária do Depósito. Fonte: Mapoteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS). Destaques e legenda elaborados pelo autor.

Ao longo do capítulo pretendemos esclarecer as razões pelas quais investimos nesta digressão mais extensa sobre a presença indígena. Todavia, não temos condições de fazê-lo com o mesmo fôlego a respeito dos vários anos que separam a consolidação da ocupação luso-brasileira neste espaço, da eclosão da guerra civil, quando efetivamente localizamos Antonio Joze de Mello Brabo na serra do Botucarai. Vale fazer alguns apontamentos, contudo, que fornecem indícios – ainda que inconclusivos – sobre o momento em que Mello Brabo adquire a sesmária do Depósito formalmente, inclusive no que diz respeito às características ambientais e socioeconômicas da propriedade e da região.

Como visto anteriormente, Mello Brabo adquiriu essa sesmária de um casal cuja família era claramente bem-situada na sociedade rio-pardense. Úrsula Cor-

reia da Câmara era filha do Visconde de Pelotas, o já muitas vezes referido coronel Patrício José Correia da Câmara e de dona Joaquina Leocadia da Fontoura. No ano de 1818, em Rio Pardo, sua cidade natal, Úrsula contraiu matrimônio com João Marcos Vieira de Souza Pereira. Este, por sua vez, natural do Rio de Janeiro, filho de João Marcos Vieira de Araújo Pereira e neto de do capitão-mor João Marcos Vieira<sup>59</sup>. O pai aparece em diferentes documentos como comerciante na praça do Porto<sup>60</sup>, já o avô, natural do Reino, envolveu-se em inúmeras atividades, mormente a pesca de baleias no litoral brasileiro, de modo que “[...] conseguiu alcançar no decurso da sua trajetória pessoal, o posto de Capitão mor de Ordenanças da Ilha de Santa Catarina juntamente com o cargo de Administrador geral do contrato [de pesca de baleia] na cidade fluminense.”<sup>XV</sup>

Durante as décadas de 1820 e 1840, estes sujeitos acumularam diversas propriedades na cidade de Rio Pardo, muitas nos campos de cima da serra do Botucaraí.<sup>61</sup> Não temos condições de estimar a extensão destas terras, mas com certeza mais do que seis sesmarias foram compradas seja por João Marcos Viera de Araújo Pereira ou pelo seu filho. Ambos são referidos na documentação como *capitães*, não sabemos, todavia, de qual instituição.

Em 3 de julho de 1838, João Marcos Vieira de Araújo Pereira escreveu ao cunhado de seu filho, Bento Correia da Câmara, irmão de dona Úrsula, uma missiva na qual fica evidente que, naquele momento, ambos eram favoráveis à causa Farroupilha. O objetivo da correspondência era pedir ao amigo Bento da Câmara, uma “[...] portaria do Exmo. Presidente Bento Gonçalves da Silva a favor das minhas fazendas de cima da Serra do Botucaraí [...] a fim de cessarem os prejuízos nas mesmas motivados pelos partidários fanáticos”<sup>62</sup>. Dizia João Marcos que, em razão ter se absterido da luta, tanto por sua idade de 70 anos qua-

<sup>XV</sup> De acordo com Marcelo de O. Paz, o capitão-mor João Marcos Vieira destacou-se como negociante na praça de Santa Catarina, artífice de “[...] uma ampla e ambiciosa rede comercial entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata com incidência inclusive sobre toda a ilimitada franja territorial ao sul da colônia, cuja base estratégica era a ilha sede do governo catarinense”. Não obstante, em função de suas atividades acabou preso no ano de 1774, no Rio de Janeiro, acusado de *traficar* escravizados para Montevideo. Por ocasião do processo, seus bens foram sequestrados, dentre os quais já constava uma “estância” em Rio Pardo, adquirida em parceria com um tal Manoel José Machado. Ainda conforme o autor, este imóvel funcionava como produtor de gêneros, com a presença de trabalhadores escravizados. PAZ, Marcelo de Oliveira. *Companhia da Pescaria de Baleias nas Costas do Brasil (1765-1801): a caça ao Leviatã dos mares*. 297f. Dissertação (Mestrado em estudos brasileiros). Universidade de Lisboa (Faculdade de Letras/Instituto de Ciências Sociais). Lisboa, 2015, p. 5 e 228, respectivamente.

se completos, quanto por estar praticamente parálítico, suas fazendas estavam sendo pilhadas por legalistas, e por “fanáticos” que alega também existirem no “partido da República”<sup>63</sup>. Não podemos mais do que especular neste sentido, mas não é impossível que a aquisição da sesmaria do Depósito por Mello Brabo tenha resultado de algum acordo entre os dois, a fim de resolver os infortúnios.

No que diz respeito às características da propriedade, conseguimos depreender algumas informações a partir do cruzamento de várias fontes. Por exemplo, em atenção ao dispositivo da Lei de Terras (1850) que instruía a necessidade dos proprietários informarem ao vigário da freguesia algumas características destas propriedades, o tenente-coronel Mello Brabo declarou ao reverendo de Cruz Alta uma série de pedaços de terra que, como dissemos, segundo Ortiz perfazem uma das mais extensas declarações da região.<sup>64</sup>

Ainda que, conforme Ortiz<sup>65</sup> e Christillino<sup>66</sup>, tenham sido muito comuns uma série de incongruências nas informações prestadas pelos declarantes, chama atenção que, embora ao longo dos anos seguintes Mello Brabo venda frações da sesmaria do Depósito, conforme menciona nas escrituras de transmissão<sup>67</sup>, no registro paroquial ele não informa que tenha adquirido esta propriedade por compra. Em sua primeira declaração, que foi a de nº 6, registrada no livro de Cruz Alta, o tenente-coronel declarou possuir *por posse*, terras situadas do distrito de Botucaraí, localizadas a oeste da estrada de Santa Cruz, nas imediações das cabeceiras do Rio Pardo<sup>68</sup>, muito provavelmente tratando da propriedade adquirida à Úrsula Correia da Câmara e João M. V. de S. Pereira.

Em primeiro de julho de 1856, Mello Brabo aproveitou a passagem do vigário pela sua residência no Depósito, para declarar outras propriedades em nome de seus filhos. Em nome de Antonio Joze de Mello Brabo Filho declarou que “[...] este possui uma posse de terras lavradas em atual cultura comprada a Fellipa Maria de Jesus em 1846, tendo de frente um quarto de légua e meia de fundo, mais ou menos”<sup>69</sup>. Como tutor de sua filha Firmina Joaquina de Mello, Mello Brabo declarou que “[...] esta possui uma data de terras lavradas por doação que fez seu padrinho João Nunes de Souza em 1848, contendo um quarto de légua de frente e meia de fundo, mais ou menos”<sup>70</sup>. Finalmente, declarou ainda em seu próprio nome mais uma posse, alegadamente feita em 1848, na “serra do Jacuí”, com medidas idênticas às terras de seus filhos e também “em atual cultura feita”<sup>71</sup>

Buscando ter uma noção mais concreta do que existia nestas propriedades, consultamos o livro de transmissão e notas do tabelionato da Freguesia de Soledade, entre 1857 e 1873 – conforme detalharemos a seguir – e, analisando as transações em que Mello Brabo participou, fica evidente que as propriedades negociadas eram compostas tanto por campos quanto por matos, algumas mencionadas como invernadas, outras como terreno de agricultura – muitos dos quais já cultivados. Outra característica significativa é a presença sistemática de ervais.<sup>72</sup>

Em agosto de 1846, quando foi aberto o inventário da viúva do tenente-coronel Mello Brabo, foram arrolados entre os bens semoventes – isto é, animais e cativos – 4 escravizados, apenas. Joaquim, João, José e Benedita, avaliados por 580\$000, 550\$000, 500\$000 e 500\$000 mil réis, respectivamente. Infelizmente, o inventário não informa nenhuma outra característica destes cativos que forneçam indícios nem sobre suas vidas, tampouco sobre as atividades que desempenhavam prioritariamente.<sup>73</sup>

Os animais que pertenciam ao casal, segundo o inventário, eram 100 éguas (3 mil réis cada), 2 burros (10 mil réis cada), 12 potros (5 mil réis cada), 36 cavalos mansos (10 mil réis cada), 150 ovelhas (640 réis cada), 6 bestas mansas (10 mil réis cada)<sup>74</sup>. Embora no inventário não conste gado vacum, é sabido que em suas propriedades Mello Brabo os criava, pois como vimos, entre 1842 e 1854 este forneceu, apenas ao pequeno comerciante Bernardo José de Araújo, 38 animais vacuns, entre vacas gordas, vacas de corte, bois mansos, touros e novilhos<sup>75</sup>. Além do mais, em 1852, em decorrência das reuniões que haviam sido realizadas para a guerra contra Oribe e Rosas (1850-1852), Mello Brabo informou ao presidente da província que “[...] de meus campos alguns gados também saíram”<sup>76</sup> para o fornecimento das tropas, referindo-se, neste caso, muito provavelmente à alimentação e não à montaria.

Ao analisar o trabalho de africanos e afro-brasileiros escravizados no município de Cruz Alta, entre os anos de 1834 e 1884, Araújo nos aporta uma série de elementos para pensar sobre o que significavam esses números supracitados. De acordo com o autor, nesta vila, o percentual de escravizados no conjunto da população era o menor entre todas as principais vilas da província. Conforme o censo de 1858 “[...] a vila da Cruz Alta possuía uma população de 26.504 habitantes, sendo 22.093 livres, 392 libertos e 4.019 escravos. Os escravos represen-

tavam 15,16% da população”<sup>77</sup>. Comparando este lugar com outros núcleos de economia agropecuária da província, como Alegrete, Bagé e Pelotas, o que o autor percebeu foi que o número absoluto de escravizados existentes em Cruz Alta era tão significativo quanto de qualquer outra região, entretanto, a população geral de Cruz Alta era bastante superior às demais vilas.<sup>xvi</sup>

No planalto em geral, incluindo as vilas de Passo Fundo e Soledade, existia um grande número de moradores *livres pobres*, especialmente dedicados ao extrativismo de erva-mate e à pequena lavoura, que “[...] não tinham, na maioria das vezes, condições e recursos suficientes para adquirir um trabalhador escravo”<sup>78</sup>. Ou seja, o grupo formado por senhores que possuíam poucos escravos estava bastante acima na hierarquia econômica e provavelmente social – uma vez que ser senhor de escravos também era um índice de prestígio para aquela sociedade – destes trabalhadores livres pobres.

Analisando 219 processos de inventário realizados em Cruz Alta entre 1834 e 1879, e cruzando informações variadas como a “[...] descrição das terras possuídas, equipamentos e instrumentos agrícolas, designação da ocupação dos escravos, número e qualidade dos animais descritos e avaliados nos inventários”<sup>79</sup>, Araújo conseguiu reconstituir o perfil de 118 unidades produtivas. Entre as considerações iniciais desta análise, o autor destacou que 78,8% das propriedades eram dedicadas à criação de animais, mas em 62,4% destas mesmas também se praticava agricultura. Ou seja, apenas 16,4% dos proprietários dedicavam-se apenas à criação, enquanto somente 12,7% praticava exclusivamente a agricultura.

No que tange à criação, “[...] a maioria das regiões na província tinha sua produção concentrada em vacuns, enquanto em Cruz Alta estes animais nunca representaram muito mais que 50%, pelo menos até o final da década de 1870”<sup>80</sup>. Em Cruz Alta, a produção muar e cavalar era tão importante quanto a pecuária bovina, ao contrário das demais vilas pecuaristas, onde, durante o período imperial brasileiro, a criação bovina sempre foi a mais expressiva.

<sup>xvi</sup> “Alegrete apresentava neste mesmo ano uma população total de 10699 habitantes, sendo 7965 livres, 209 libertos e 2525 escravos (23,6%). A vila de Bagé, também um dos centros mais importantes de produção pecuária, possuía uma população total de 12342 habitantes, sendo 7982 livres, 344 libertos e 4016 escravos (32,5%). Neste mesmo ano Pelotas possuía 12893 habitantes, sendo 7763 livres, 342 libertos e 4788” escravos (37,13%)”. ARAÚJO, *Op. cit.*, p. 37.

Este dado merece atenção, especialmente tendo em vista que “[...] geralmente, quando um proprietário falecia estes animais [mulas] não entravam na partilha dos bens sendo colocados o quanto antes no mercado para a venda”<sup>81</sup>. A pecuária muar deixava poucas evidências objetivas nos inventários. Entretanto, “[...] essa produção estava estreitamente ligada à criação de fêmeas cavaleiras, as éguas. Estas, em cruzamento com os burros, dão origem às mulas (um animal híbrido)”<sup>82</sup>. Deste modo, se as mulas não costumam ser arroladas nos inventários, a presença de burros e éguas entre os bens semoventes sinaliza para esta atividade.

É muito provável, portanto, que na sesmaria do Depósito se estivesse criando mulas. Nem toda produção cavalara da propriedade, contudo, seria direcionada à pecuária muar. Na conta corrente de Bernardo José de Araújo encontramos também a venda de 1 cavalo baio, 1 dito escuro, 3 cavalos tordilhos para quadrilha e mais 36 éguas que Mello Brabo lhe emprestou “[...] para pagamento ao senhor Frederico Hellmann”<sup>83</sup>. Ou seja, a criação de éguas e cavalos também se voltava ao comércio. Possivelmente Mello Brabo ainda vendesse cavalos para montaria das forças da Nação, como faziam seus amigos Frederico Hellmann e Francisco Falkembach; o brigadeiro Olivério José Ortiz, fazendeiro de Alegrete, estudado por Farinatti<sup>84</sup>, e outros tantos sujeitos.

A produção de erva-mate em suas terras também não era inexpressiva. A partir da conta corrente apresentada por ocasião de uma ação de cobrança que moveu contra a casa do falecido Bernardo José de Araújo, percebe-se que Mello Brabo fornecia quantidades significativas de erva-mate a este sujeito. Segundo a anotação, em 22 de novembro de 1842, Mello Brabo forneceu ao mesmo 400 arrobas de erva, no valor de 1\$600 a arroba e, quase oito anos mais tarde, em maio de 1850, mais 14 arrobas<sup>85</sup>. No tabelionato, percebemos que outros sujeitos deviam erva-mate ao tenente-coronel Mello Brabo, como João Borges da Silva, que em abril de 1844<sup>XVII</sup> entregou ao mesmo Bernardo J. de Araújo trinta e uma arrobas de erva-mate que devia ao dito tenente-coronel.<sup>86</sup>

Apenas à guisa de ilustração, pinçamos 13 escrituras em que Antonio Joze de Mello Brabo aparece como vendedor de um bem de raiz na freguesia de Soledade entre 1857 e 1873, e sinalizamos a diversidade de características ambien-

<sup>XVII</sup> O documento só foi registrado no tabelionato em 3 de fevereiro de 1871.

tais assinaladas nas escrituras. Destas, 7 faziam referência a matos, agricultura e ervais, enquanto 6 diziam respeito a campos e poteiros<sup>87</sup>. Chamar atenção para essas informações nos ajuda a reconstituir de maneira mais complexa a situação econômica de Antonio Joze de Mello Brabo, por volta de 1844. Por um lado, o perfil desta propriedade é bastante característico da economia desenvolvida no planalto sul-rio-grandense, onde, por diversas razões, a agricultura<sup>XVIII</sup> e o extrativismo<sup>XIX</sup> tiveram peso tão significativo quanto a pecuária.

Esta documentação indica que Mello Brabo estava participando de algumas das atividades produtivas que, ao longo da segunda metade do século XIX, mostraram-se entre as mais rentáveis no planalto sul-rio-grandense, isto é, a extração de erva-mate e a pecuária. Trataremos no capítulo seguinte de discutir o vigor desta produção e seu impacto no patrimônio do personagem que estamos estudando, por ora nos interessa investigar que tipo de relação esta organização socioeconômica guarda com aquela atividade que de fato caracteriza a trajetória do tenente-coronel Mello Brabo, a saber, a guerra.

### 2.3. *“Servindo-me para este fim de alguns amigos que prontamente me serviram até aqui”: imigrantes, agregados e indígenas*

Como demonstrou Miqueias H. Mugge, em seu estudo sobre a Guarda Nacional na Província de São Pedro, “[...] os modos de construção de laços de solidariedade [entre comandantes e comandados] eram diferentes de lugar para lugar e variavam de acordo com as características econômicas e políticas de cada localidade”<sup>88</sup>. Neste tópico, adentraremos os vínculos pessoais mais densos que

<sup>XVIII</sup> De acordo com Christillino, “[...] os agricultores do Planalto e da Serra encontraram espaço no comércio local e, até mesmo, no Platino. Se a venda de erva-mate crescia nos mercados do Prata, essa atividade era indissociável da negociação de outros produtos. Seria pouco provável que a rota de “comércio da erva”, via rio Uruguai, estivesse restrita a um único produto. Dessa forma, acreditamos que uma parte da produção agrícola do Planalto e Missões tenha sido escoada para a República Oriental e Argentina. Em relação ao mercado interno da Província, os cereais da região tinham dois destinos. O primeiro era a Vila de Rio Pardo, especialmente, aqueles produtos do Distrito do Botucarái, que era o mais próximo desse centro comercial do baixo Jacuí, e existia uma estrada que ligava os dois locais, era a “descida dos cargueiros”. De Rio Pardo, os cereais eram enviados a Porto Alegre e a Pelotas. CHRISTILLINO, *Litígios ao sul do Império...*, 2010, p. 87

<sup>XIX</sup> Segundo Christillino, “A elite rural da região serrana e do Planalto, cujos rebanhos não propiciavam um retorno rápido aos recursos investidos [...], se encontrava diante de uma fronteira interna de expansão econômica: a erva-mate”. *Ibid.*, p. 84.

conseguimos perceber na investigação das relações sociais de Antonio Joze de Mello Brabo, explicitando tanto ligações mais simétricas, quanto outras com evidente disparidade de condições. Não obstante, investimos em uma abordagem que não pretende reduzir os vínculos assimétricos à “[...] simples artimanha senhorial”<sup>89</sup>. Ao invés disso, parte-se da premissa de que “[...] as negociações entre os diferentes segmentos da sociedade pressupunham que eles tinham as suas próprias estratégias de vida.”<sup>90</sup>

Ao longo do capítulo, empreendemos uma aproximação de noções êmicas, isto é, buscamos situar certas categorias do vocabulário das fontes e explorá-las como indícios da percepção que os próprios atores sociais nutriam a respeito das relações que mantinham. Evidentemente que estas categorias nativas não estão livres de contradições e relações de poder, mas, assim como as categorias utilizadas pelos historiadores, são “[...] o resultado de uma interpretação do mundo em redor que prevaleceu, num determinado momento, sobre outras leituras, provavelmente diferentes”<sup>91</sup>. Neste sentido, buscamos compreender o acionamento e a reiteração de noções como *amizade* e *dádiva* tendo em vista discussões sobre relações clientelares no Antigo Regime e seus desdobramentos ao longo do século XIX. Finalmente, assinalamos também algumas possibilidades de compreensão da inserção de pessoas e grupos indígenas nestas redes de interdependência.

### *2.3.1. Para fazer-se reuniões, há que se fazer despesas: a guerra como um motor social*

As correspondências emitidas pelo tenente-coronel Mello Brabo por ocasião do recrutamento para a guerra contra Oribe e Rosas (1850-1852) demonstram que, mais de uma vez, este oficial fardou, montou e forneceu víveres aos seus comandados às próprias custas, para depois reaver o valor dispendido junto aos cofres da Fazenda Nacional. Isto fica evidente, por exemplo, no trecho a seguir, relativo às reuniões de homens realizadas durante os primeiros anos da década de 1850:

Acuso o recebimento do ofício de V. Ex. com data de 26 do corrente, pelo qual me ordena V. Ex. que mande avisar todos os oficiais e praças que comandeí no lugar da reunião nos dias 2, 3 e 4 de

junho do corrente, para se fazerem pagar as praças. O que penso ser muito penoso, por que a maior parte de essas praças existem em lugares bem distantes de onde foi a reunião e outros que não tem residência fixa por serem homens que só vivem de seu trabalho pela sua grande pobreza. E essa gente que reuni para poder conseguir a ordem que tenho, foi-me preciso abonar a todos com dinheiro e fardamentos comprados em minhas custas, para serem descontados nos soldos que tinham de receber. E como tivesse ordenado V. Ex. dissolver essa reunião como cumpri, assim é que fiquei obrigado, recebendo eles os soldos, fazer eu os descontos que com eles despendi, e o restante entrego aos praças a quem pertencia. Que tencionasse fazer para o conhecimento deles, participo à V. Ex. que para fazer-se essa reunião, tem de fazer as despesas. Ficando certo V. Ex. que ficarei satisfeito com qualquer deliberação que V. Ex. tomar a este respeito.<sup>92</sup>

Com efeito, a historiografia tem demonstrado que tal procedimento era muito comum, nos interessando sublinhar justamente que essas condutas faziam parte das barganhas cotidianas entre comandantes e comandados. Não se tratava, todavia, de uma iniciativa sem riscos para os comandantes dispender recursos próprios. O ressarcimento não era garantido, de modo que o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo enfrentou várias vezes dificuldades para ser reembolsado dos investimentos que alegou ter feito.

As solicitações de provimento destes recursos constituíram um dos temas mais recorrentes nas correspondências que analisamos. Ao longo da Farroupilha, o tenente-coronel Mello Brabo reclamou principalmente da necessidade de adquirir cavalos para montar o seu corpo de cavalaria. Em correspondência datada de 14 de julho de 1841, endereçada ao então comandante-em-chefe do Exército em atuação na província de São Pedro, Conde de Rio Pardo, Mello Brabo exclamava:

[...] e não posso deixar esta ocasião sem que eu proclamasse que o meu interior salta de júbilo vendo a urna dos destinos Rio-Grandenses depositada em as mãos de V. Exa., que sabiamente chamará a nós o áureo tempo da nossa Pátria Comua, e benignamente trará o bálsamo que faz sanar as profundas chagas que homens malévolos produziram. Guio a minha marcha para o Município de Cruz Alta, a ver se bato o rebelde Portinho com 150 homens

que o acompanham e se me refaço de cavalos e outros recursos, que em vão procurei de baixo do comando do Exmo. Sr. Brigadeiro João Paulo dos Santos Barreto, pois o estado do meu corpo de cavalaria é tão deplorável que não acho palavras a explicá-lo... sem cavalos, sem armamento suficiente, sem soldos há tempo vencidos. Incrível!<sup>93</sup>

Um corpo de cavalaria precisava de um número sempre expressivo de animais para montaria. Eventualmente, se os conseguia às custas das tropilhas inimigas, pilhados em batalha ou preados nos campos de criadores partidários da causa concorrente, mas em geral era necessário adquirir. Em janeiro de 1842, enquanto lamentava ter havido um grande prejuízo nas cavalcadas do corpo sob o seu comando, Mello Brabo informa que o estado destas era o seguinte: 202 cavalos servíveis, 180 inservíveis, 120 mandados em comissão longe do acampamento e 95 de proprietários particulares, totalizando 597<sup>XX</sup> animais.<sup>94</sup>

Tanto durante a Farroupilha quanto na guerra contra Oribe e Rosas, foi comum que os oficiais encarregados de adquirir gados para o provimento dos batalhões emitissem promessas de pagamento aos criadores que, por sua vez, deveriam cobrá-las nas pagadorias públicas. Algumas vezes, no entanto, este procedimento levantava suspeitas, como informa o relatório do então presidente da província Saturnino de Souza e Oliveira, em 2 de novembro de 1842:

Na cidade do Rio Grande foi-me apresentado a despacho o requerimento que entrego a V. Exa. com dois documentos de gados, no valor de 3:813\$000, que se dizem comprados pelo tenente coronel Mello Brabo para municio das praças do corpo do seu comando: desconfiando da veracidade destes documentos mandei em 10 de setembro informar o comissário geral do exército e de sua informação verá V. Exa. que com efeito são falsos estes documentos, não obstante trazerem a assinatura de carimbo, de que usa aquele comandante, que ainda não remeteu as relações que exige dos documentos que passasse como requisitei ao Sr. general e suponho que lhe foi ordenado.<sup>95</sup>

<sup>XX</sup> Durante a guerra contra o Paraguai, por exemplo, quando a presidência da província autorizava a aquisição de 2 cavalos para cada homem em marcha, o comandante superior da Guarda Nacional de Passo Fundo afirmava que o mínimo necessário para completar a marcha seria de 3 cavalos por soldado.

Os contextos de maior agitação bélica demandavam do poder público ações imediatas. Diante disso, uma série de agentes envolvidos nas redes que movimentavam a máquina militar iam acumulando experiências que lhes permitiam jogar este jogo com mais possibilidade de extrair vantagens. Como sustentamos no capítulo anterior, os soldados tinham agência nestes conflitos. Utilizando politicamente as deserções, por exemplo, expressavam sua vontade de perfilar em uma tropa e não em outra. Certamente pesava nesta escolha o fato de estar engajado em um batalhão bem ou mal provido de carne, farda, armamento e cavalos.

Por outro lado, a escolha de fornecedores também não era absolutamente aleatória. Mello Brabo, por exemplo, acusou o tenente-coronel Vidal José do Pillar de comprar gados às custas do Império “[...] só de Farrapos conhecidos”<sup>96</sup>, isto é, colocando a lealdade do mesmo em questão. Vimos anteriormente que existiam falsificadores de documentos, sendo necessário, portanto, que se adquirisse gados de fornecedores minimamente confiáveis. Neste caso, segundo Mello Brabo, alguns dos homens de confiança do tenente-coronel Vidal seriam inimigos da causa imperial.

A relação que Antonio Joze de Mello Brabo manteve com alguns dos seus fornecedores nos permite argumentar sobre o papel destas alianças. Os indícios de quem eram estes fornecedores são escassos, mas as correspondências manuseadas nos dão algumas informações neste sentido, especialmente em relação às reuniões promovidas para o conflito contra Oribe e Rosas. Em outubro de 1853, o tenente-coronel Mello Brabo solicitava que fossem quitados os documentos por ele emitidos a negociantes durante estas reuniões:

A grande pobreza das praças que serviram debaixo do meu comando como engajadas, fez elas apresentarem-se em um tal estado de nudez que por todos os meios deviam ser socorridas, o que se verificou servindo-me para este fim de alguns amigos que prontamente me serviram até aqui.<sup>97</sup>

A única informação nominal sobre quem foram os negociantes que forneceram tais víveres ao corpo de cavalaria do tenente-coronel Mello Brabo foi aquela que mencionamos no capítulo anterior. Isto é, Jose Marques Italiano, Francisco Falkembach e Frederico Hellmann.

Francisco Falkembach provavelmente fosse Francisco Nicolau Falkembach, filho de Nicolau e Leonor Falkembach, dos quais pelo menos o patriarca era natural da Alemanha. A relação de Mello Brabo com os Falkembach parece antiga. No inventário de Nicolau, aberto em 1847, o tenente-coronel já aparece como um dos credores do casal, na importância não muito expressiva de 95 mil réis. Naquele momento, os Falkembach residiam em Rio Pardo, mas possuíam um pedaço de campo nos ditos subúrbios da Capela de Soledade, em Cima da Serra do Botucaraí<sup>98</sup>. Nos anos seguintes, esta família alcançaria certa proeminência nesta região, de modo que Francisco Nicolau chegaria a ser comandante superior da Guarda Nacional de Passo Fundo entre os anos de 1866 e 1867, e de Soledade entre 1875 e 1877.<sup>99</sup>

Já o nome de Frederico Hellmann localizamos associado ao do tenente-coronel Mello Brabo mais sistematicamente. Quando foi formalizada a aquisição da sesmaria do Depósito, por exemplo, Mello Brabo, conforme vimos, não pôde comparecer em pessoa, mas foi representado pelo tenente Antonio José Coelho Leal e por Frederico Hellmann. Coelho Leal possuía uma procuração do tenente-coronel Mello Brabo, já Frederico Hellmann efetuou o pagamento de dois contos de réis, de um total de três que a operação envolveu, ficando ele próprio fiador do pagamento restante, caso não fosse efetuado no prazo de um ano<sup>100</sup>. Não obstante, Hellmann era o principal credor no inventário da esposa do tenente-coronel Mello Brabo, falecida também em novembro de 1844. O valor justamente de 3\$000:332 réis, embora não tivesse a origem discriminada, certamente referia-se à transação firmada no cartório de Rio Pardo.<sup>101</sup>

Passados quase dez anos, o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo ingressou com uma ação de cobrança contra a casa do finado Bernardo José de Araújo, nas pessoas da sua esposa Camila Amália de Araújo e de suas filhas menores. Entre as testemunhas arroladas pelo requerente estava Frederico Hellmann, homem branco, casado, natural de Hamburgo, idade de cinquenta anos, criador e morador na capela de Soledade.<sup>102</sup>

A imersão nas fontes, desde a perspectiva egocentrada, isto é, que parte de um personagem específico para perceber as suas relações com outros indivíduos, nos permite identificar a existência de uma configuração social que podemos certamente chamar de rede. Neste sentido, o vínculo entre Mello Brabo e Hellmann

seria da ordem da relação diádica, ou seja, um laço pessoal direto marcado por “[...] ajuda mútua em caso de necessidade, troca de favores e lealdade pessoal”.<sup>103</sup>

[...] a rede possui uma série de normas e consensos internos que dependem do tipo de bens materiais e simbólicos que são trocados no seu interior. Por apresentarem relações diádicas entre indivíduos com recursos iguais e desiguais, as redes não são cadeias com ligações homogêneas, mas sim um conjunto de relações pessoais que podem envolver amigos, parentes ou indivíduos em condições desiguais.<sup>104</sup>

Mantendo a escala de observação ajustada para um nível em que se torna possível visualizar as pessoas interagindo, a coincidência dos nomes em diferentes situações no tempo e no espaço sinaliza exatamente para o papel dos vínculos pessoais como chave de leitura elementar no estudo da história do Brasil oitocentista. As guerras movimentavam também cadeias mais amplas de necessidades que, estamos argumentando, não eram apenas reguladas pela lógica impessoal das instituições e do mercado, mas por redes de pessoas que interferiam nos fluxos de recursos.

Note-se que esta relação entre Mello Brabo e imigrantes de origem germânica<sup>XXI</sup> acena para uma questão ainda não discutida pela historiografia, que é justamente sobre a presença de imigrantes não ibéricos no planalto sul-rio-grandense já na virada da primeira para a segunda metade do século XIX. Tendo em vista estudos clássicos como Roche<sup>105</sup>, Cunha<sup>106</sup> e Zarth<sup>107</sup> ou mais recentes, como Christillino<sup>108</sup> e Ortiz<sup>109</sup>, no que se refere à presença de imigrantes no planalto, afirmam que este processo ocorreu no final do século XIX.

É provável que de fato a intensificação desta presença, bem como a criação de colônias para alocação de imigrantes no planalto date, efetivamente, do final do XIX, mas desde meados do século estes sujeitos estavam se inserindo naquela sociedade, pelo menos na região de Soledade e também na de Passo Fun-

<sup>XXI</sup> Nome abreviado do italiano Giuseppe Savignone Marchi, natural da Paróquia de San Tommaso, Genova, então Reino da Sardenha. Casou em Porto Alegre em 20 de janeiro de 1831, com Florentina Ignacia de Jesus. De acordo com Francisco Antonino Xavier e Oliveira (1990, p. 268), procedente de Rio Pardo, foi um dos primeiros moradores do antigo território do município de Passo Fundo, ainda na década de 1840, da localidade do Tope, localizada na estrada que conectava no século XIX os povoados de Passo Fundo e Soledade.

do. Quando, por exemplo, em 1855, Hemeterio J. V. da Silveira encontrou o tenente-coronel Mello Brabo em uma fazenda vizinha à sesmaria do Depósito, na casa do já referido capitão Antonio Rodrigues Chaves Filho, Silveira afirmou o seguinte:

[...] acompanhamos nosso bizarro hospede [o tenente-coronel Mello Brabo] e vários amigos seus, num passeio (para não dizer viagem) até a então capela de Soledade, onde fomos recebidos pelo cidadão João Batista Rodrigues. Aí reuniram-se as pessoas mais salientes do lugar como fossem: o capitão Francisco Nicolau Falkembach, Carlos Knoff [sic], Antônio Joaquim Botica, Oliveira José Ortiz, José Gabriel da Fonseca Maria e outros. Foi o ponto predominante das conversas, a nomeação do pároco para a capela curada, criada por lei provincial de maio de 1846 e já aspirava a foros de freguesia. Como manifestássemos surpresa por já quererem vigário numa povoação de 22 casas habitadas e uma capela diminuta, responderam, que por todos os campos e recantos do distrito de Soledade, havia mais de 3.000 habitantes, muitas fazendas de criar, invernadas e engenhos de socar erva-mate, e esse distrito vasto e riquíssimo, distava 170 quilômetros de Cruz Alta, de onde era difícil e dispendiosa a vinda do pároco para batizados e casamentos ou o pessoal da justiça para fazer inventários.<sup>110</sup>

Além do arazoado sobre o distrito de Soledade, é interessante justamente perceber que, entre os seis nomes referidos como entre os *mais salientes do lugar*, dois eram de ascendência germânica<sup>xxii</sup>. É elucidativo recordar que o tenente-coronel Mello Brabo havia declarado no registro paroquial que sua propriedade se situava às margens da *Estrada de Santa Cruz*<sup>111</sup>. Isto é, uma estrada que ligava a região da freguesia de Soledade às áreas que desde 1849, pelo menos, vinham recebendo consideráveis levas de imigrantes de origem germânica, mormente à colônia provincial chamada Santa Cruz, doravante Santa Cruz do Sul, criada oficialmente em 1849<sup>112</sup>. No mapa a seguir (Figura 9, na próxima página) é possível ter uma noção aproximada desta ligação.

A historiografia tem salientado que o processo de imigração no Rio Grande do Sul promoveu uma série de transformações socioeconômicas, sobretudo

<sup>xxii</sup> Carlos Knopf era filho do alemão Valentim Knopf. AHRS. FGN. M. 90. Relação dos oficiais do 4º corpo de cavalaria da Guarda Nacional de Soledade. Passo Fundo (Soledade), 1874.

nos espaços onde se instalaram estes núcleos coloniais. Nas regiões dos vales dos rios Dos Sinos, Caí, Taquari e Pardo a imigração, durante a segunda metade do século XIX, afetou profundamente o mercado de terras. A partir desta nova conjuntura, boa parte das grandes propriedades que haviam se formado entre meados dos séculos XVIII e XIX, nesta região, foram vendidas, em um processo de valorização imobiliária acarretado pela própria especulação envolvendo as terras em lugares potencialmente visados pelas iniciativas colonizatórias.<sup>113</sup>



Figura 9. Mapa geográfico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1876). No mapa é possível visualizar a localização da Freguesia de N. S. da Soledade, bem como as estradas principais, os principais núcleos coloniais (destacados em polígonos), localização de terras devolutas e, no detalhe da estrela, a localização aproximada da Sesmaria do Depósito. Fonte: Biblioteca Digital da França. Disponível em: < <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b530987029.r=rio%20grande%20do%20sul?rk=128756;0#>>. Acesso em: 27 dez. 2021.

É possível que o tenente-coronel Mello Brabo tenha vendido parte de suas propriedades para imigrantes ou mesmo para alguns indivíduos que, atuando

como empresários neste negócio imobiliário, promoveram a imigração<sup>114</sup>. Localizamos, inclusive, algumas escrituras de compra e venda de propriedade em que Mello Brabo aparece como vendedor e um imigrante de origem germânica (ou descendente), figura como comprador.<sup>115</sup>

Não obstante, o que importa é sublinhar que, ao se vincularem, Mello Brabo e estes imigrantes passavam compartilhar alguns horizontes de interesses e algumas práticas sociais. Hellmann e Carlos Knopf, por exemplo, figuram no tabelionato de Soledade comprando e vendendo escravizados<sup>116</sup>; também aparecem tornando-se proprietários de grandes extensões territoriais, sendo referidos como criadores e fazendeiros, assim como, em alguns casos, galgando postos na hierarquia militar. É pouco provável que estas relações se limitassem a estes fragmentos que visualizamos.

Com efeito, estes sujeitos parecem ter se articulado também politicamente. Como vimos, na reunião que promoveram em 1855, organizavam-se a fim de demandar foro de freguesia à capela de Soledade. Algo que efetivamente ocorreu em 1857, ano em que também Passo Fundo emancipou-se de Cruz Alta, levando consigo a freguesia de Soledade. De acordo com Sérgio da Costa Franco, enquanto Soledade foi distrito de Cruz Alta, a aquela região não teve protagonismo político na câmara de vereadores e demais cargos públicos. Por outro lado, completa Franco, “[...] não haverá legislatura na Câmara de Passo Fundo em que não atuem vereadores soledadenses”<sup>117</sup>, dentre os quais o próprio Francisco Nicolau Falkembach, na legislatura de 1864.

### 2.3.2. *“Era seu amigo, o protegeu em seus negócios, concedendo-lhe até uma morada em sua fazenda”: a presença dos agregados*

Analisando escrituras públicas do tabelionato da freguesia de Soledade, percebemos inúmeros indícios sobre a existência de distintas formas de acesso à terra. Por exemplo, em 20 de abril de 1863, o alferes Carlos Knopf adquiriu a Benedito Domingues de Arruda “[...] um engenho de soque de erva-mate e uma pequena extensão de campo e mais benfeitorias [...], excetuando-se, porém,

dentro deste terreno a morada do capitão José Sebastião Apiahi”<sup>118</sup>, revelando-se uma configuração de propriedade impensável aos olhos do século XXI.

Outras escrituras mencionam explicitamente a presença de agregados, algumas das quais sugerindo, inclusive, que tais agregados gozassem de algum direito costumeiro ao quinhão que cultivavam em terras alheias. Em 26 de abril de 1870, Sezefredo Rodrigues da Silva e sua esposa venderam a Manoel A. da Trindade uma parte de campo situada no lugar denominado Jacuizinho. Entretanto, a venda ficou condicionada, uma vez que os vendedores haviam doado:

[...] um pedacinho deste campo com divisas marcadas a Agapito Lopes de Almeida e sua mulher durante a vida daquele casal e que por isso sempre sustentam a dita doação, tendo Agapito somente usufruto do dito pedacinho de campo durante sua vida, ficando sempre [ilegível] na venda por morte do dito doado, e por isso pertencente para o futuro comprador.<sup>119</sup>

Estas relações, contudo, nem sempre foram amistosas. A literatura é vasta no sentido de demonstrar os diferentes graus de assimetria que tais vínculos poderiam ensejar, bem como o fato de que eventualmente as populações pobres livres foram tratadas como intrusas e sofreram diversos processos de expropriação, aos quais costumavam reagir como podiam, inclusive recorrendo aos meios judiciais<sup>120</sup>. Em propriedades vizinhas às do tenente-coronel Mello Brabo, como no campo que o então coronel Abel Correia da Câmara herdou do seu cunhado João Marcos V. de Souza Pereira, estas relações com “intrusos”<sup>XXIII</sup> também ocorreram. Em dezessete de fevereiro de 1862, o coronel Abel Correia da Câmara passou ao capitão Prudente Fonseca de Castro uma procuração

[...] para cuidar dos campos e matos que possuo como herdeiro do falecido capitão João M. V. de A. Pereira no lugar denominado campo comprido [...] e expelir dos campos e matos de nossa propriedade todos os intrusos neles contidos e os posseiros anteriores

<sup>XXIII</sup> Conforme Paulo A. Zarth, “Algumas fontes denominam *intruso* ao camponês que ocupa terras públicas ou privadas sem consentimento prévio de autoridades ou proprietários” (ZARTH, 2012, p. 170). É provável, todavia, que muitos sujeitos que são tratados na documentação como intrusos, outrora tivessem acordos com os proprietários das terras que ocupam ou mesmo que fossem populações indígenas.

ao ano de 1854, procedendo criminalmente contra os que se opuserem a sua intimação, tudo em conformidade a Lei de Terras.<sup>121</sup>

Nas terras do tenente-coronel Mello Brabo não localizamos indícios de conflitos durante o século XIX. Mas isto não significa que em suas propriedades não vivessem agregados, como de fato viviam. Em 25 de setembro de 1858, ele mandou lançar no livro de notas um documento passado por Joaquim José de Oliveira, no qual o dito Joaquim reconhece que “[...] aconteceu que ele e seus agregados<sup>XXIV</sup>, por ignorância das divisas legítimas, entraram nas propriedades do tenente-coronel Antonio Jozé de Mello Brabo, botando nelas roças e fazendo plantações”<sup>122</sup>. Mello Brabo, por seu turno, concedeu a Joaquim e aos respectivos agregados licença para continuar as plantações, “[...] com a condição bem entendida que esta concessão nunca pode envolver qualquer direito de propriedade ou de benfeitorias feitas e que está na livre vontade do tenente-coronel [...] de retirar esta licença em qualquer tempo que lhe convier”.<sup>123</sup>

No mesmo dia também foi registrado outro documento de igual teor, no qual um sujeito chamado Joaquim de Souza Pedro foi quem botou roças nas terras do tenente-coronel Mello Brabo e, da mesma maneira, recebeu licença para seguir suas culturas, ciente, todavia, de também não gozar qualquer direito de propriedade<sup>124</sup>. Há, entretanto, um caso mais rico em detalhes, que se refere a Bernardo José de Araújo.

Como já aludimos algumas vezes, em agosto de 1854, o tenente-coronel Antonio Jozé de Mello Brabo ingressou com uma ação de cobrança contra a casa do falecido Bernardo, nas pessoas de sua viúva Camilla Amália de Araújo e das filhas menores do casal. A dívida cobrada, no valor de 4:332\$376, era referente a uma conta corrente que o finado e sua família tinham com o tenente-coronel,

<sup>XXIV</sup> Na definição de Zarth (2012, P. 168-169), o agregado era pessoa que “[...] morava no interior de um estabelecimento privado onde fazia sua roça [...]. Geralmente [a relação de agregação], caracterizava-se pela dependência ao proprietário que lhe concedia o direito de morar em troca de lealdade, de produtos e de prestação de serviços temporários, pelos quais poderia ser remunerado. Do ponto de vista do proprietário, o agregado servia de mão de obra para os momentos de maior demanda de trabalho, assim como os filhos do agregado poderiam se transformar, eventualmente, em peões. O agregado servia, ainda, como soldado nas constantes lutas civis que caracterizaram o Rio Grande do Sul do século XIX”. Ao longo do texto, deixaremos mais evidente nossos pontos de concordância e discordância em relação a esta definição.

cuja primeira despesa data de 14 novembro de 1842, referente a “dinheiro que me pediu na cachoeira” e segue ao longo de mais de dez anos, incluindo empréstimos em dinheiro, mais de uma dezena de vacas de corte, outra dezena de varas de fumo, alguns cavalos mansos e 36 éguas. Finalmente, a conta incluía as custas do enterro de Bernardo, bem como a quitação de dívidas que este tinha com outros negociantes da freguesia, sendo a mais avultada com o negociante Wenceslau Tavares Leiria, da praça de Rio Pardo, no valor de 1:375\$106, da qual era fiador o próprio Mello Brabo.<sup>125</sup>

Para garantir que os bens do casal seriam declarados pelo menos no tanto necessário para quitar a dívida, Mello Brabo parece ter acionado sua rede. Como curador do espólio foi nomeado o alferes Carlos Knopf, que também serviu de testemunha a favor do requerente. Além de Knopf e de outros dois sujeitos, Mello Brabo ainda indicou Frederico Hellmann como testemunha<sup>126</sup>. Todas as quatro testemunhas foram unânimes em alegar que Bernardo José de Araújo tinha negócios com Mello Brabo e que, inclusive, morava dentro de sua propriedade. Knopf afirmou saber desde 1846

[...] que o Autor [Mello Brabo] era amigo do finado Bernardo José de Araújo, o protegeu em seus negócios, concedendo-lhe até uma morada em sua fazenda, onde por muito tempo teve sua residência. Isto sabe porque naquele ano foi residir ela testemunha no distrito de Soledade [...]. Também sabe por ser visto que o autor por anos assistiu com gados ao dito Bernardo como seus familiares.<sup>127</sup>

É claro que devemos desconfiar de testemunhas com vínculos mais ou menos estreitos com a parte autora. Todavia, consultando o inventário do finado Bernardo, localizamos uma série de recibos apresentados por outros vários negociantes que também eram credores no inventário, assinados por Bernardo, com firma reconhecida pelo tabelião, que eram remetidos desde o lugar chamado Depósito. Ou seja, é bem provável que Bernardo efetivamente estivesse residindo na propriedade do tenente-coronel Mello Brabo.<sup>128</sup>

Analisando detidamente este inventário e cruzando as informações com outros documentos a respeito do referido Bernardo, infere-se que não se tratava de um sujeito paupérrimo, tampouco de um *trabalhador nacional*. Quando da

realização do seu inventário, no ano de 1854, o casal era proprietário de cinco escravizados, avaliados no total de 2:700\$000. Os bens imóveis eram pouquíssimo valiosos, sendo uma morada de casa coberta de capim situada na capela de Soledade, com duas portas na frente, avaliada por 100\$000, e uma chácara nos arrabaldes da mesma capela, com um rancho velho, avaliada pela quantia de 40\$000.<sup>129</sup>

Ademais, também foi arrolada uma grande variedade de bens móveis que claramente caracterizam o inventário de um pequeno comerciante. A saber, vários pares de calçado, rolos de chita, linhas, dezenas de caixa de botões para camisa, caixas de agulha, dezenas de novelos de linha, quatorze libras de chumbo de munição, além de doze garrafas de licor, muitas varas de fumo, dois barris de garapa e dez outros barris vazios, além de muitas outras miudezas em grande quantidade, cujo total somado perfazia a importância de 671\$949, ou seja, relativamente pouco. O fato de que muitas pessoas deviam pequenos valores ao casal – alguns militares, inclusive –, boa parte por “conta corrente”, corrobora a hipótese de que, além de alferes da Guarda Nacional<sup>XXV</sup>, Bernardo fosse um pequeno comerciante.<sup>130</sup>

Ao final do processo de partilha, em meados de 1857, dona Camilla Amalia de Araújo, natural da Província, adoeceu e acabou falecendo de diarreia crônica, aos quarenta anos. Antes disso, em 1856, a filha mais velha do casal, Maria Manoela de Araújo, contraiu matrimônio com Felipe de Oliveira Castro, natural da província e filho legítimo de Joaquim José de Oliveira e Castro e Manoela da Silva Branca, naturais o primeiro de Portugal e a segunda da província de São Pedro. Neste mesmo traslado do assento de casamento descobriu-se que Bernardo José de Araújo também era natural de Portugal.<sup>131</sup>

Finalmente, consultando-se o livro de Registros Diversos do tabelionato de Rio Pardo, localizamos uma escritura de doação datada de 1836<sup>XXVI</sup>, infor-

<sup>XXV</sup> Conforme declara em assinatura como testemunha em escrituras diversas. Cf. por exemplo: APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 5º Distrito. Livro S/N (1857-1873), Traslado de uma pro-curação que faz dona Antonia Francisca Moreira ao seu marido ten-cel Antonio Joze de Mello Brabo, p. 30-31.

<sup>XXVI</sup> Pelo que pudemos perceber na documentação cartorial, era comum que as pessoas realizassem acordos privados por escrito (ou passar papel, como diziam os envolvidos) e só anos depois levassem estes papéis no tabelionato. Este lançamento posterior poderia ocorrer por razões muito diversas. O fato é que neste caso foi o que ocorreu, o documento original data de 1836, mas só foi lançado no tabelionato alguns anos depois.

mando o dote de Camilla Amalia da Fontoura (doravante Araújo), feito por Josefa Maria Branca aos seus netos – não sabemos quem do casal era neto consanguíneo – Camila e Bernardo José de Araújo. Qual seja, um campo no valor de quatro contos de réis, “[...] assim como o fiz a Joaquim de Oliveira Castro, cuja doação de dote faço muito de minha livre vontade”<sup>132</sup>. Ou seja, tanto percebe-se que Bernardo e Camila tiveram algum problema durante a vida, que acabaram se endividando e aparentemente perdendo dinheiro, quanto que estas pessoas parecem ter tentado mitigar o impacto do desempenho do casal Camila e Bernardo, acionando uma estratégia de engenharia social baseada na endogamia, já que as famílias “Branco” e “Oliveira Castro” voltaram a se unir em matrimônio.

Isto é, estes dados nos permitem chamar atenção para a heterogeneidade das trajetórias das populações que eventualmente poderiam figurar como “agregados” nas fontes judiciais. O capitão José Sebastião Apiahi, por exemplo, possuía uma morada em um terreno que não era seu. Já Joaquim de Oliveira botou suas roças em terras do tenente-coronel Mello Brabo e foi autorizado a continuar seu cultivo, sem que sequer um acordo de arrendamento fosse mencionado. Ou seja, Joaquim estava *de favor*. Parece, contudo, improvável que o proprietário tenha feito esta mercê sem que uma contrapartida ficasse subentendida. Joaquim, por seu turno, tinha seus próprios agregados. Quero dizer, nas terras do tenente-coronel Mello Brabo viviam os agregados de Joaquim, o que nos permite questionar, afinal, quem era agregado de quem?

Finalmente, Bernardo José de Araújo se enquadra, a princípio, perfeitamente na definição de agregado oferecida por Zarth: morava de favor na propriedade de um senhor mais poderoso, que lhe fornecia uma série de auxílios. Todavia, Bernardo era proprietário de cinco escravizados, fez um casamento com um dote nada desprezível e sua família mantinha redes de parentesco com estratégias que aparentam ter se reiterado no tempo. Ou seja, estamos diante de uma realidade social bastante complexa e que não se reduz às relações de mando e dependência entre patrões e clientes.

2.3.3. *Para o conselho muitas cabeças, para a execução muitas mãos e muitos olhos, nos perigos, muitas bocas que o defendem: a noção de amizade*

[...] quem tem muitos amigos, tem para o conselho muitas cabeças; para a execução muitas mãos, muitos olhos e muitos braços, nos perigos e calúnias muitas bocas que o defendam. Bom é lograr a amizade dos homens de bem, mas nem sempre é bom estar mal com os maus [...]. Não há arte para descobrir, o que só por milagre se acha. Sendo a amizade tão rara, não há no mundo coisa mais necessária; tanto assim que na maior abundância das riquezas, não necessitando um homem de nada, necessita de um amigo [...].<sup>133</sup>

Este trecho sintetiza o vocábulo Amizade, presente no *Vocabulário Portuguez & Latino...*, de Raphael Bluteau (1732), cuja definição o autor parece buscar sobretudo na obra *Amicitia*, de Cícero. Em dicionários e vocabulários posteriores, como os de Moraes e Silva (1789)<sup>134</sup> e Silva Pinto (1832)<sup>135</sup>, o verbe Amizade já aparece cada vez mais resumido.

Tendo em vista a importância que as noções de *amor* e *amizade* jogavam na cultura política do Antigo Regime Português, a recorrência da noção de amizade na documentação que manuseamos não poderia deixar de chamar a nossa atenção. Por exemplo, quando se referiu aos comerciantes que lhe venderam cavalos, roupas e víveres para o suprimento de sua tropa, Antonio Joze de Mello Brabo não lhes chamou comerciantes, mas referiu-os como “*amigos que prontamente me serviram até aqui*”, sinalizando para uma relação reiterada no tempo.

Amizade também foi palavra utilizada pelas testemunhas no processo movido por Antonio Joze de Mello Brabo contra a *casa* de Bernardo José de Araújo, para caracterizar a relação entre o autor e o réu. Poder-se-ia contra-argumentar que se tratou de um uso sem maior significado, talvez assinalado de forma arbitrária pelo escrivão do processo. Todavia, junto ao processo de cobrança, Mello Brabo anexou uma correspondência que havia recebido do negociante Wenceslau Leiria – a quem Bernardo devia e cuja dívida estava afiançada por Mello Brabo. Wenceslau dizia o seguinte: “[...] com a última, dá-me sua senhoria a infausta notícia de ter sucumbido *o nosso amigo* o senhor Bernardo José de Araújo”.<sup>136</sup>

Como observa Fabrício Sparvoli, “[...] a amizade como objeto de estudo

nas ciências humanas é algo recente”<sup>137</sup>. Isso não significa que seja um tema pouco relevante. Pedro Cardim, analisando a importância dos conceitos de amor e amizade na cultura política mediterrânea dos séculos XVI e XVII, argumenta que “[...] durante a época moderna o amor e a amizade geraram laços sociais muito formalizados, instaurando mecanismos comportamentais que constrangiam fortemente a conduta quotidiana”<sup>138</sup>. É preciso que o historiador se atente para a alteridade que separa as visões de mundo dos sujeitos do passado daquela dos do presente.

Este tema nos faz retomar a questão já mencionada do papel que a Segunda Escolástica desempenhou na Península Ibérica e na América lusa<sup>xxvii</sup>. Não seria possível avançarmos sobre a já consagrada discussão a respeito de se e como estes princípios se reproduziram no Brasil ao longo do século XIX, em que pese as contraposições que receberam a partir do período Pombalino. Nossa análise acena na direção de que sim, estes princípios ainda faziam parte dos esquemas mentais da população que estamos analisando. Mas, nos limitaremos a aproximar os indícios que observamos de reflexões a respeito do sentido que a noção de amizade poderia assumir quando informada por outra lógica que não aquela inspirada no romantismo, que ganhou terreno durante o século XVIII, mas certamente não se tornou a forma hegemônica de subjetividade no Rio Grande do Sul rural do século XIX.<sup>xxviii</sup>

Cardim analisa uma enorme variedade e quantidade de produções literárias, artísticas, teológicas e jurídicas, de amplo consumo e difusão no mundo

<sup>xxvii</sup> “Os escritos de Tomás de Aquino, como se sabe, tiveram uma enorme repercussão no mundo ibérico dos séculos XVI e XVII, sobretudo no quadro da chamada ‘segunda-escolástica’, passando a constituir a principal referência para todos os autores que escreveram acerca do amor pelo próximo e acerca dos seus atributos: a fé, a confiança, a concórdia, a protecção, a obediência, a entre-ajuda e a reciprocidade. Todos estes atributos eram directamente dependentes da capacidade de rememoração, da memória dos benefícios feitos pelos amigos. Sem essa capacidade de recordar, o amor não podia jamais surgir”. CARDIM, *Amor e Amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII...*, 2009, p. 26.

<sup>xxviii</sup> Conforme Pedro Cardim, “[...] o conceito que actualmente possuímos de amizade e de amor corresponde, fundamentalmente, a uma «invenção» recente, remontando ao século XIX. Foi no contexto do *Romantismo* que emergiu um modelo de relacionamento amistoso essencialmente ligado à esfera privada, marcado por uma notória ausência de formalização ou de rituais públicos, e por flexibilidade na gestão desse vínculo. Uma ligação que, não obstante o facto de possuir a mesma designação, era bastante diversa daquilo que caracterizava a benevolência e a amizade no período anterior ao século XVIII”. CARDIM, *Amor e Amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII...*, 2009, p. 22.

mediterrâneo durante os séculos XVI e XVII, nas quais os temas do amor e da amizade ganharam centralidade<sup>XXIX</sup>. Isto é, o interesse pelas potências desses sentimentos era muito difundido naquele universo cultural, constituindo um importante vetor de comportamento social, não apenas de alguns nichos da população, mas da população em geral, uma vez que suas múltiplas expressões acabavam alcançando príncipes, nobres e também setores populares da comunidade<sup>139</sup>. Neste sentido, Cardim argumenta que

Gerado no âmbito teológico e jurídico, este conceito de vida afetiva [baseada na potência dos afetos] teve uma vasta influência nos demais campos da interação social. De facto, marcou o entendimento coetâneo da generalidade das relações comunitárias, configurando não só a vida no espaço familiar, mas também os relacionamentos estabelecidos fora do âmbito doméstico, condicionando, até o governo do corpo político e a linha de conduta que o rei e os seus principais ministros deviam seguir.<sup>140</sup>

Também é preciso salientar com o autor que “[...] alguma literatura da época via na aristocracia o único grupo capaz de corporizar e de manifestar devidamente tão elevado sentimento, uma virtude onde a ressonância religiosa convivía e se misturava, até, com o *ethos* cavalheiresco”<sup>141</sup>. Ou seja, “[...] muitos autores encaravam o amor pelo próximo como uma virtude só possuída pelos nobres, relacionada, talvez, com a alegada vocação natural da elite aristocrática para a chefia”<sup>142</sup>. Assim também, muito se presumia da impossibilidade que tais sentimentos fossem alcançados pelas mulheres, “[...] aliás, mais uma herança das concepções gregas sobre a *philia*”<sup>143</sup>.

Não obstante, Cardim afirma que tais laços de ordem sentimental organizavam diversos outros setores da sociedade, inclusive nas ordens profissionais. “[...] Tanto as operações comerciais como o direito de propriedade tinham implicações teológico-morais muito sérias, e sobre essas actividades também pendiam pesadas questões de índole moral”<sup>144</sup>. Princípios desta mesma ordem é que

<sup>XXIX</sup> “O universo teológico-jurídico protagonizava, assim, a produção dogmática acerca da dinâmica social. Na verdade, até tempos relativamente recentes os teólogos, a par dos juristas, foram os principais e os mais autorizados doutrinadores sobre a comunidade e o seu governo”. CLAVERO *apud* CARDIM, *Op. cit.*, p. 35.

estruturavam a relação dos súditos com o monarca, em termos que inclusive já discutimos anteriormente.<sup>xxx</sup>

Estas noções de amizade e amor, portanto, não estavam circunscritas – como em geral estão atualmente – ao domínio das relações privadas (na verdade, esta dicotomia público-privado sequer fazia muito sentido). Os sentimentos afetivos, argumenta Cardim, “[...] organizaram as relações entre pessoas que faziam parte da mesma família, mas revelaram-se igualmente capazes de estabelecer a ordem fora do universo doméstico, estruturando as relações entre grupos, e, até, entre reis e reinos”.<sup>145</sup>

Conforme Ângela B. Xavier e António M. Hespanha, uma discussão sobre o lugar da amizade nas sociedades de antigo regime, “[...] comporta obrigatoriamente uma reflexão sobre a ‘economia moral’ do dom na época moderna. Reflexão que procura desvendar os níveis menos evidentes das ‘razões da política’ [...]”<sup>146</sup>. De acordo com Hespanha, as sociedades de antigo regime eram “[...] dominadas pelos valores da magnificência e da liberalidade”<sup>147</sup> de modo que “[...] a atividade de dar (a liberalidade, a graça) integrava uma tríade de obrigações: dar-receber-retribuir [...]. Estes aspectos cimentavam a natureza das relações sociais e, a partir destas, das próprias relações políticas”<sup>148</sup>. Por outro lado, poderiam descambar para

[...] um princípio e epifania do Poder. Assim, era frequente que o prestígio político de uma pessoa estivesse estreitamente ligado à sua capacidade de dispensar benefícios, bem como à sua fiabilidade no modo de retribuir os benefícios recebidos. Fixando os níveis políticos, mas igualmente constituindo-os (já que o dom [dádiva] cria a correspondente obrigação de receber), a comunicação pelo dom introduzia o benfeitor e o beneficiado numa economia de favores.<sup>149</sup>

Embora mencione brevemente o tema das relações clientelares e discuta o papel dos afetos na dinâmica governativa, isto é, na relação do rei com o rei-

<sup>xxx</sup> No que concerne à discussão sobre o poder divino dos monarcas, Cardim assinala que “[...] os autores que estabeleceram um paralelo entre o senhorio divino e o governo régio não tinham propriamente o objectivo de divinizar a realeza, bem pelo contrário. De facto, esse paralelismo era uma forma de lembrar o monarca de que o seu desempenho devia seguir o amoroso exemplo divino e respeitar os mais fundamentais ditames morais”. *Ibid.*, p. 48.

no, Pedro Cardim não se atém ao tema da amizade desigual propriamente. Mas, António M. Hespanha explora este assunto retomando Aristóteles, cuja importância também é flagrante entre os teólogos da segunda escolástica. Para o autor, ainda que noção de amizade suponha necessariamente uma forma de igualdade, “[...] é possível existir, entretanto, um vínculo de amizade entre pessoas desiguais, como o vínculo que se estabelece entre o governante e o governado, entre pai e filho, entre marido e esposa, entre beneficente e beneficiário”.<sup>150</sup>

Sem ela [a amizade entre desiguais], tais relações confundir-se-iam com a realidade social ou com a versão eticamente degradante do poder brutal do mestre sobre o seu escravo ou do tirano sobre os seus subordinados [...]. Neste tipo de amizade, os amigos esperam uns dos outros prestações recíprocas e desiguais. É esse facto que os une, mantém a amizade e garante a possibilidade de estabelecer trocas recíprocas. As prestações mútuas supõem a existência de benefícios respectivos. O polo dominante espera obter e maximizar as contribuições do polo dominado, em função de um objectivo posto como finalidade comum. O polo dominado, em relação ao dominante, busca beneficiar-se e maximizar os benefícios obtidos do superior.<sup>151</sup>

Xavier e Hespanha consideram que esse desequilíbrio, quando associados às relações de amizade desigual, tendia a produzir vínculos clientelares que, “[...] apesar de serem informais, apareciam, pela obrigatoriedade da reciprocidade acrescentada (impossível elidir) como meio mais eficaz para concretizar não só intenções políticas individuais, como para estruturar alianças políticas socialmente mais alargadas”<sup>152</sup>. A fórmula desta relação de reciprocidade assimétrica “[...] será a da proporção entre a posição social dos dois ‘amigos’, quer no plano das prestações (em que o inferior é obrigado a prestações menos importantes), quer também, mas de modo inverso, no plano do amor (em que o inferior é obrigado a dar mais [...])”.<sup>153</sup>

Por mais que estejamos discutindo uma série de ideias cuja aderência em relação ao material empírico analisado é muito indiciária, o que pretendemos é chamar atenção para a existência de um substrato cultural cuja compreensão pode iluminar aspectos das relações de reciprocidade simétrica e assimétrica que analisamos até aqui. Em um sentido mais estrito, isso importa para sublinhar que

o vocabulário da documentação pode estar repleto de palavras que conhecemos, empregadas para designar outras coisas do que aquilo que supomos, pois, como observa Tiago Luís Gil citando Marc Bloch “[...] para grande desespero dos historiadores, os homens não têm o hábito, a cada vez que mudam de costumes, de mudar de vocabulário”.<sup>154</sup>

Em um sentido mais geral, esta discussão é importante uma vez que ainda não sabemos muito sobre os vínculos que efetivamente informavam as alianças assimétricas no Brasil Imperial. Mais exatamente, no que diz respeito aos processos de recrutamento militar no Rio Grande do Sul, as dificuldades inerentes ao estudo detido de fontes primárias, argumenta José Iran Ribeiro,

[...] fizeram com que, durante muito tempo, os cientistas sociais brasileiros usassem conceitos como mandonismo, clientelismo, patrimonialismo, coronelismo para explicar a importância e a influência de grupos sociais, geralmente proprietários de terra e/ou lideranças políticas. O uso dessas ferramentas tornou-se tão usual, que, nas palavras de José Murilo de Carvalho, “o acúmulo de pesquisas passa a ter rendimento decrescente porque as ideias começam a girar em roda, sem conseguir avançar”.<sup>155</sup>

Tratar estas relações a partir da noção de amizade não implica em eufemizá-las, escamoteando as formas de poder e opressão que podem conter ou engendrar. Ao invés disso, consiste em acionar uma categoria êmica e buscar compreender seus usos e sentidos, explorando a dimensão de alteridade que revela. Este elemento agrega um prisma de complexidade à análise das relações entre comandantes e comandados para além de automatismos ou de resultados óbvios decorrentes situações materiais muito desiguais. Ao problematizar a noção de amizade, estamos também buscando uma compreensão da racionalidade que informava estas interações mais ou menos assimétricas, inclusive tendo em vista que a existência de tais éticas associadas às relações de amizade constrangia, como vimos, não apenas a parte mais fraca da relação.

## 2.4. *Chinas e dádivas: parentesco, família e mestiçagem*<sup>XXXI</sup>

O presente tópico investe na busca – não menos indiciária do que viemos fazendo até aqui – por outros sujeitos ou grupos que faziam parte da vida de Antonio Joze de Mello Brabo. Mais exatamente, deslocamos nossa atenção para a união deste homem com uma mulher chamada Maria Conceição, cujo primeiro sinal localizamos em uma escritura pública de perfilhação, registrada em 24 de abril de 1855, no escritório de um tabelião da vila de Cruz Alta. Conforme o tabelião, o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo declarou que:

Sendo casado na Província de São Paulo, mas que há quarenta anos mais ou menos vivendo apartado de sua mulher, houvera cinco filhos, a saber Antonio de idade quatorze anos filho de Filippa Maria, mulher solteira, e Constantina de idade cinco anos, Apolinaria, idade quatro anos, Fermina, idade de dois anos e Amellia, idade de um ano, filhos de Maria Conceição, também mulher solteira que a tem tendo mantida em sua companhia, sendo os seus quatro primeiros filhos batizados na Freguesia desta vila e sua última filha de nome Amellia ainda não batizada, e que não tendo ele outorgante nenhum parentesco com as ditas mães de seus filhos é sua vontade perfilha-los/ apesar dos três primeiros terem nascido em tempo que ainda existia a mulher dele outorgante, hoje falecida/ e com efeito os perfilha para que eles possam ser seus herdeiros e gozarem de todas as honras e prerrogativas como se legítimos fossem.<sup>156</sup>

Tendo em vista a informação de que as crianças foram batizadas na freguesia da vila, investimos na busca pelos registros de batismo da Freguesia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta<sup>XXXII</sup>. O acervo da paróquia de Cruz Alta é composto

<sup>XXXI</sup> Uma versão deste subitem foi apresentada e discutida no ST 09 Cidadania e questão indígena no Brasil oitocentista: liberdade, propriedade, participação política e novas identidades, durante o IV Seminário Internacional Brasil no Século XIX, promovido pela Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos (SEO), ocorrido em outubro de 2021. Agradeço, portanto, nas pessoas do coordenador e coordenadora profs. Drs. João Paulo Peixoto Costa e Vânia Maria Losada Moreira as contribuições aportadas pelo grupo de trabalho.

<sup>XXXII</sup> As informações registradas nesta escritura não se mostram compreensíveis de todo em nossa pesquisa. Por um lado, nada sabemos de concreto a respeito deste casamento ocorrido “há quarenta anos” em São Paulo. Em 1840, Mello Brabo contraiu casamento com Anna Joaquina Soares, matrimônio realizado em São Paulo, mais exatamente na paróquia de Santo Antonio da Lapa. Anna Joaquina foi a óbito em 1844, aos trinta anos, segundo o padre que encomendou sua alma. Parece improvável que se trate da mesma pessoa, pois quarenta anos antes de 1855 – data da escritura de perfilhação – Anna seria no máximo recém-nascida.

por 4 livros de batismo e outros 4 de casamento, cobrindo o período de 1827 até 1861 (com algumas lacunas)<sup>xxxiii</sup>. Os óbitos desapareceram, assim como o livro n.º 2 de batismos, que correspondia aos anos de 1835-1843. Julga-se que tenham sido queimados, roubados ou extraviados durante a Guerra Civil Farrroupilha.

Infelizmente, conseguimos localizar apenas um dos batismos. Buscamos calibrar as datas conforme informadas na escritura e pesquisar nos livros, mas, ao que tudo indica, as idades não são exatas. A não ser no caso da inocente Amélia, que acabou sendo batizada dias depois que a escritura de perfilhação foi registrada. Todavia, mesmo neste caso, a identificação não foi simples. No dia 5 de junho de 1855, na Matriz da Vila de Cruz Alta, pôs-se os santos óleos à inocente Amélia:

[...] *china*, nascida em quatorze de junho do ano mil oitocentos e cinquenta e quatro, filha natural de Maria Conceição, solteira, natural desta Província, foram padrinhos o *Tenente Coronel João Baptista de Oliveira Mello*, e sua mulher Manoela Pereira de Mello, por procuração passada a José de Campos Bicudo e Catharina Maria de Souza.<sup>157</sup>

Note-se, portanto, que a paternidade da criança não foi informada. Tampouco foi o fato de uma *china* filha de mãe solteira ser batizada por um tenente-coronel que nos chamou mais atenção, mas o de ser este tenente-coronel especificamente. João Baptista de Oliveira Mello, como também Manoela e José, seus procuradores, eram pessoas próximas de Antonio Joze de Mello Brabo. João Baptista foi major no 10º Corpo de Cavalaria comandado por Mello Brabo durante a Farrroupilha e, já naquele momento, era homem de confiança do seu comandante. Enquanto liamos os registros de batismo, liamos também as escrituras públicas registradas nos tabelionatos que já mencionamos, e logo conseguimos confirmar que se tratava da mesma pessoa. Aos 20 dias do mês de

Entretanto, a escritura afirma que Antonio (filho), Constantina e Apolinária teriam nascido “[...] em tempo que ainda existia a mulher dele outorgante”. Para que isso fosse possível, as duas últimas teriam que ter pelo menos onze anos de idade. Em tempo, a partir da segunda metade do século XIX uma mulher chamada Antonia Francisca Moreira também passa a ser referida como esposa do tenente-coronel Mello Brabo. Ainda assim, isto não explicaria a primeira questão.

<sup>xxxiii</sup> Segundo nos informou a pessoa responsável, estes são os livros mais antigos do acervo, existindo, provavelmente livros posteriores.

julho de 1857, no tabelionato da freguesia de São Martinho, termo da vila de Cruz Alta, o tenente-coronel João Baptista de Oliveira Mello doou a quantia de quatrocentos mil réis à sua afilhada, dona Amellia Rufina de Mello “[...] filha do tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo”.<sup>158</sup>

Esta inferência ilustra uma das grandes contribuições da microanálise para o estudo que desenvolvemos. Evidentemente, esta influência estrutura toda a pesquisa, mas aqui um dos postulados básicos da metodologia se expressa de forma decisiva. Me refiro ao que Giovanni Levi chamou de tratar “[...] a pequena indicação como um paradigma científico”<sup>159</sup>. Ou seja, ao prestar atenção ao “[...] papel do particular (não, entretanto, em oposição ao social)”<sup>160</sup>, conseguimos perceber que o batizado de Amelia não aponta apenas para uma relação de clientela vertical entre uma jovem filha de mãe solteira e uma família da elite militar do planalto sul-rio-grandense. A relação de Antonio Joze de Mello Brabo com Maria Conceição e suas filhas não foi episódica, mas duradoura e complexa. Essas relações, com efeito, são o que de mais concreto conseguimos identificar na trajetória deste sujeito que possa nos informar sobre uma instituição muito significativa no Brasil oitocentista, qual seja, a família.

#### 2.4.1. *A polissêmica noção de china*

Antes de seguir adiante, consideramos importante tecer algumas considerações sobre o fato de o pároco ter designado Amélia como “china”, no registro do batismo. Esta expressão, já em desuso é verdade, ainda se faz presente no vocabulário sul-rio-grandense, sobretudo no âmbito de um nicho cultural regionalista que, ao longo do século XX, foi responsável pelo processo que Carla Menegat chamou de romantização da história do Rio Grande do Sul “[...] e sua fusão com uma visão folclórica que desemboca na criação do tradicionalismo como um movimento (em sua versão institucionalizada no MTG ou não)”<sup>161</sup>.

Conforme a autora, este movimento cultural foi muito importante na construção de uma representação sobre a mulher no passado sul-rio-grandense. Emerge, a partir daí, a figura da “prenda” que, de acordo com Menegat, “[...] não tem nenhum fundamento histórico. E seu resultado está diretamente ligado ao

contexto de sua construção, os anos 1940 e 1950, e não ao período histórico que o tradicionalismo busca remeter”<sup>162</sup>.

Aliás, para entendermos a construção da prenda, é preciso entender que *ela é a oposição da china*, a mulher popular que seguia os exércitos e que viveu num contexto considerado imoral para os padrões que o imaginário urbano estabeleceu no século XX. A prenda foi inventada para ser tudo aquilo que a china não foi: educada para entreter, contida no espaço privado, coberta por tecidos que restringem inclusive seu movimento, desprovida de sexualidade. Ao mesmo tempo em que não representa as mulheres populares do período, não pode representar as mulheres da elite, que tinham escravas para exercer as tarefas domésticas, tarefas essas tão importantes no ideário da prenda construído pelo tradicionalismo.<sup>163</sup>

Buscamos pela expressão “china” na coleção dos anais do AHRS, onde a palavra apareceu 10 vezes, 6 das quais em documentos relativos à Farrroupilha. Nos documentos produzidos no contexto da guerra civil ou referindo-se a ela, fica explícita – como se percebe nos trechos abaixo citados – uma posição subalterna das “chinas” na hierarquia socialmente reconhecida que, atualmente sabemos:

[...] quando foi derrotado Jerônimo Jacinto viu entrar esses mesmos sujeitos transidos de medo, e então, como é farrapo (porque também há negros farrapos e farrapos negros) disse na cozinha: “pois os valentões que cortavam orelhas vêm agora meter-se embaixo das camas”! Isto ouvido por uma china de D. Rosaura.<sup>164</sup> Sendo chamado por Francisco Pinto para testemunha, declarei que Onofre [Pires] tinha tirado as fazendas por ordem do seu Comandante em Chefe do Exército para vestir e este disse toda a verdade, mas Onofre já não existia e seu herdeiro era uma criança que o reconhecerão como seu filho natural e de uma china... perdeu a demanda, onde está a paridade como diz o Jornal do Comércio?<sup>165</sup>

No primeiro trecho, percebe-se o sentido de pertencimento a uma *Casa*, isto é, tratava-se de uma china “de Dona Rosaura”. Já no trecho seguinte, o autor explicita claramente que o filho de Onofre Pires não era malvisto apenas por ter sido tido fora do casamento, mas por ser filho de uma “china”.

Nos dicionários Bluteau (1728)<sup>166</sup>, Moraes Silva (1789)<sup>167</sup> e Silva Pinto (1832)<sup>168</sup>, não é possível encontrar a expressão china ou chino com a conotação que aqui nos interessa. Valéria Schwuchow e Felipe R. Echevarria<sup>169</sup> por sua vez, comparam, do ponto de vista da linguística histórica, as expressões “china” e “prenda” presentes nas obras *Vocabulário Gaúcho* (1928), da autoria de Roque Callage e *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul* (1984), de Zeno Cardoso Nunes e Rui Cardoso Nunes. Os autores percebem que estes dicionários regionalistas apresentam a distinção moralista entre china e prenda, conforme destacado por Menegat, mas também falam sobre uma característica étnica. No *Vocabulário*, organizado por Callage, encontra-se a seguinte definição de *china*: “[...] mulher de índio; mulher de cor morena carregada, mulher pública”.<sup>170</sup>

Assim como Carla Menegat<sup>171</sup>, Ana Maria Colling<sup>172</sup> argumenta que a figura da “china”, onipresente nos vestígios documentais sobre as guerras no sul do Brasil, mas cujas imagens são enclausuradas por camadas de representações sexistas e silenciamentos na historiografia, é uma chave para a pesquisa da presença e do papel das mulheres em guerras como a Farrroupilha e a do Paraguai. Não obstante, a expressão “china” aponta também para uma dimensão étnica que apenas muito recentemente tem recebido atenção da historiografia.

#### 2.4.2. “Chinas” e “chinos”: o léxico das cores e os indígenas na história do Rio Grande do Sul

Na freguesia de Cruz Alta em meados do século XIX, a noção de “china” estava carregada de evidente conteúdo étnico. O batismo de Amelia foi registrado no livro nº 5 de batismos daquela freguesia, cujo primeiro assento foi lançado pelo reverendo vigário Cônego José de Noronha Napoles Massa. Este sacerdote assumiu a paróquia de Cruz Alta em fevereiro de 1855<sup>173</sup>. Em maio daquele ano, Napoles Massa criou uma separação nos livros de batismo, reservando a partir dali um livro específico para batismos de pessoas escravizadas e outro para pessoas livres<sup>XXXIV</sup>. Esta distinção deu origem ao livro de batismo nº 5 da freguesia

<sup>XXXIV</sup> Tratando do Rio de Janeiro seiscentista, Roberto Guedes argumenta que a tendência inicial na organização dos livros foi: “[...] não se especificar livros para escravos e outros para livres. Tudo indica que livros

do Divino Espírito Santo da Cruz Alta, destinado ao lançamento dos batismos das pessoas livres daquela vila. Este livro cobre o período entre 27 de maio de 1855 e 3 de fevereiro de 1857, durante o qual 1067 pessoas receberam os santos óleos.

Ao contrário de boa parte dos seus antecessores – ainda que não de todos – o Cônego Massa esmerou-se nos registros que produziu. Todos os assentos que lançou no livro observaram a seguinte forma:

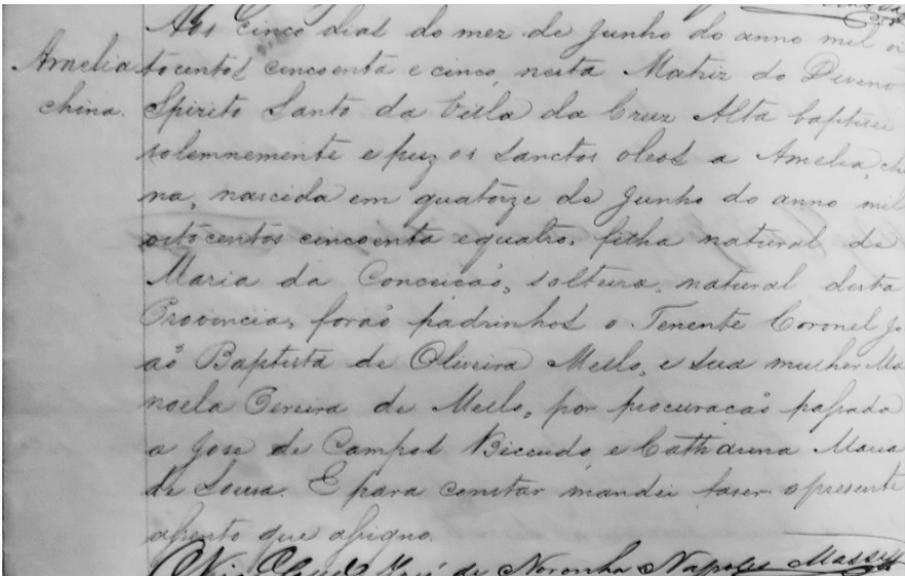


Figura 10. Fotografia do registro de batismo da inocente Amélia. Fonte: Acervo da Cúria Diocesana de Cruz Alta/RS. Livro V de Batismos da Paróquia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta, 1855, p. 4v. Fotografia de acervo pessoal do autor.

No corpo do texto, o cura preencheu o dia que foi realizado o ritual, o local, o nome do (a) inocente, sua data de nascimento, filiação, status de legitimidade e uma expressão qualificativa tal como branca (o), china (o), parda (o), cabocla (o), índia (o). Além dos pais, algumas pessoas também tiveram os nomes dos

específicos para *escravos* e outros para *brancos* e *forros* derivam, principalmente do crescimento da escravidão de origem africana [...]; e, a paulatina consolidação social e demográfica dos forros”. GUEDES, Roberto. Livros Paroquiais de batismo, escravidão e qualidades de cor (Santíssimo Sacramento da Sé, Rio de Janeiro, Séculos XVII – XVIII). In: \_\_\_\_\_. GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Juca de. (Orgs.). *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: MAUAD Editora Ltda. 2014, p. 132.

respectivos avós assinalados. Eventualmente, as patentes militares ou o designativo “dona” para o caso das mulheres foram mencionados. Os padrinhos, quando casados, via de regra, registrou-se: “fulano *e sua mulher*”. Outras vezes registrou-se o estado civil separadamente, sinalizando não se tratar de um casal. Outras variáveis foram a possibilidade de se escolher como madrinha uma santa ou, como no caso acima, o recurso à procuração para representação dos padrinhos. Finalmente, o Cônego Napoles Massa repetiu na margem de todos os assentos o nome e a *cor* do neófito.

Como nosso estudo não tem nenhuma pretensão quantitativa e demográfica, não produzimos um banco de dados massivo. Não obstante, consideramos importante transcrever uma fração desta documentação na íntegra<sup>xxxv</sup>, a fim de compreender minimamente o sentido das expressões qualificativas atribuídas nos registros. Deste modo, interpelamos o livro a partir de duas grandezas diferentes. Primeiro, quantificamos todos os registros conforme as informações assinaladas nas margens (Tabela 1). Em seguida, transcrevemos na íntegra os meses de 1º junho a 1º dezembro de 1855 (Tabela 2).

BRANCOS	CHINOS	CABOCLOS	CABRAS	ÍNDIOS	PARDOS (LIVRES)	S/ QUALIF.	TOTAL
832	183	3	4	1	23	21	1067
77,98%	17,15%	0,28%	0,37%	0,09%	2,16%	1,97%	100%

Tabela 1. Qualidades de cor assinaladas nas margens dos registros de batismo do livro n.º 5 de pessoas livres da Freguesia do Div. Esp. Santo da Cruz Alta (maio de 1855 a fevereiro de 1857).

BRANCOS	CHINOS	CABOCLOS	CABRAS	ÍNDIOS	PARDOS (LIVRES)	S/ QUALIF.	TOTAL
181	28	2	0	0	6	0	219
83,41%	12,90%	0,92%	0,00%	0,00%	2,76%	0,00%	100%

Tabela 2. Qualidades de cor assinaladas no corpo do texto dos registros de batismo do livro n.º 5 de pessoas livres da Freguesia do Div. Esp. Santo da Cruz Alta (1855 junho-dezembro).

<sup>xxxv</sup> Realizamos a transcrição em uma planilha no software Microsoft Excel 2019.

Para validar a amostragem inicial, verificamos a correspondência entre os registros de cor assinalados na margem e no corpo do texto. Dos 222<sup>XXXVI</sup> batismos registrados entre 1º de junho e 1º de dezembro de 1855, apenas 3 apresentaram alguma incongruência. A amostra de cor da Tabela 1 apresenta uma margem de erro menor do que 2%, sendo, portanto, absolutamente considerável.

Para além do fato evidente de que o qualificativo “china” compõe uma variável de “cor” utilizada pelo pároco, é necessário sublinhar que o sentido étnico da expressão se explicita também pelo fato de que foram diferenciados “chinas” e “chinos”. Ainda que sexo do batizando jamais tenha sido designado pelo pároco ou licenciado, é possível inferir este dado pelos nomes, bem como pelo artigo de gênero empregado: “branca/branco”, “filha/filho natural”. Não chegamos a insistir neste mapeamento de gênero, mas na amostragem de seis meses, por exemplo, foram batizadas 11 chinas e 17 chinos. Resta questionar quem são, afinal, estas pessoas designadas como chinas/chinos e o que esta classificação significava naquele contexto.

Não entraremos amiúde na complexa discussão a respeito do que Eduardo F. Paiva chama de léxico das mestiçagens na Ibero-América, ou seja, o processo de conformação de um vocabulário mais ou menos compartilhado em toda a América Latina, para expressar – mas também prescrever – as configurações sociais nestes territórios<sup>XXXVII</sup>. Nos parece satisfatório sublinhar com Vania M. L. Moreira, um dos aspectos centrais desta discussão, conforme debate estabelecido pela autora com Hebe Mattos de Castro:

<sup>XXXVI</sup> Excluimos estes três registros da Tabela 2.

<sup>XXXVII</sup> [...] “grandes” categorias [como *qualidade, casta, raça, nação, cor* e condição] foram empregadas em todo o mundo ibero-americano, às vezes mais em uma parte que em outra, mas, mesmo assim, indicando certa organicidade administrativa, lexical e classificatória. Retomá-las e compreendê-las, ao invés de substituí-las por categorias (re) elaboradas pelas ciências modernas, tais como classe, estamento, etnia ou diáspora, facilita a nossa aproximação com as realidades passadas aqui abordadas. Afinal, tratam-se de categorias e conceitos (re) produzidos e operados no mundo ibero-americano dos séculos XVI a XVIII, em consonância com esse contexto, com os valores e códigos que vigoravam nessas sociedades fortemente marcadas pelas dinâmicas de mestiçagem que aí se associaram precocemente às formas de trabalho, mormente à escravidão. PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. 286f. Tese (Livre docência). Programa de Pós-Graduação em História (PPGH). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo horizonte, 2012, p. 130.

[...] convém lembrar o que escreveu Hebe Mattos acerca da função social das cores atribuídas às pessoas durante o período colonial e imperial. De acordo com a autora, a cor “[...] não designava, preferencialmente, matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição [civil] estavam indissociavelmente ligadas”.<sup>174</sup>

Como argumenta Paiva, no entanto, é necessário ter cuidado com o uso de noções como raça e etnia antes da segunda metade do século XIX, uma vez que o sentido atual destas noções reporta à biologia no caso da primeira e à antropologia no caso da segunda. Antes disso, noções como raça, cor, qualidade, nação e casta tinham conteúdos próprios do universo cristão, referindo-se sobretudo a reflexões teológico-políticas sobre a natureza das diferenças entre os muitos sujeitos e grupos sociais que já existiam e também que surgiram no mundo colonial ibero-americano.<sup>175</sup>

Deste modo, estas cores faziam referência a uma ontologia<sup>xxxviii</sup> segundo a qual diferenças e hierarquias eram naturais e prescritivas, imprimindo um lugar social e uma condição jurídica a todos os sujeitos, desde o seu nascimento. De acordo com o autor, no Brasil do final do século XVIII, a noção de “qualidade” continha em si uma síntese desta concepção de sociedade:

[...] como categoria geral, passou a abranger as várias “qualidades” ou “castas”, cada uma lastreada em características físicas e resultados de cruzamentos (mas, por vezes, crenças religiosas, como mouros e judeus, e, por outras, origens, confundindo-se neste caso com “nações”, como se verá) de índios, negros, crioulos e mestiços no geral. As “qualidades”, portanto, diferenciavam, hierarquizavam e classificavam os indivíduos e os grupos sociais a partir da origem e/ou do fenótipo e/ou da ascendência deles. Elas variaram bastante de época para época, de região para região e, também, em uma mesma época e em uma mesma região e seu emprego dependeu de percepções nem sempre padronizadas por parte de autori-

<sup>xxxviii</sup> A noção de ontologia tem ganhado amplo terreno na Antropologia contemporânea, especialmente no que diz respeito às discussões sobre relativismo/universalismo e à problematização do par natureza/cultura. Em linhas absolutamente gerais, utilizamos a definição resumida por Mauro W. B. de Almeida: “[...] ontologias são o acervo de pressupostos sobre o que existe”. ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Caipora e outros conflitos ontológicos. *RAU*. V. 5, n. 1, jan-jun, 2013, p. 9.

dades e populares, além de poderem ser mudadas de acordo com conveniências e circunstâncias [...]. Desde a Nova Espanha até a região do Rio da Prata, incluindo as ilhas do Caribe e o grande território de domínio português, eram compostos por gente de todas essas “qualidades” e “condições” (escravos e trabalhadores forçados também os integraram), ainda que os grupos detivessem importâncias diferentes.<sup>176</sup>

Dito isso, a partir daqui, utilizaremos a noção de “qualidade de cor”<sup>177</sup>, proposta por Roberto Guedes<sup>XXXIX</sup>, pois, entendemos que é uma definição mais exata do que as de etnia ou raça e menos polissêmica do que “qualidade”. Por “qualidade de cor”, Guedes entende qualquer alusão à cor ou condição jurídica: “[...] (preto, pardo, branco, crioulo, etc.), condição jurídica (forro/liberto, escravo, livre), procedência africana (gentio da Guiné, de nação Angola, Moçambique, etc.) ou indígena (pardo, mulato, mameluco, da terra, etc.), cor-condição social combinadas ou não entre si”<sup>178</sup>.

Afora o estudo de Paiva, que menciona a noção de chino/china no conjunto de uma enorme quantidade de outros termos qualificativos que localizou em sua pesquisa sobre este tema<sup>179</sup>, não temos notícias de que esta expressão qualificativa tenha sido localizada até o momento em documentos sobre outras partes do Brasil que não o Rio Grande do Sul. Neste caso, os estudos atuais que têm localizado o uso desta palavra como qualidade interpretam-na como referência à ascendência indígena.<sup>180</sup>

Não é surpreendente que este termo, comum no mundo colonial hispano-americano, tenha ocorrido no Rio Grande do Sul, uma vez que a fronteira meridional da América também se caracterizava pela circulação de bens, ideias e pessoas no *espaço platino*<sup>XI</sup>. Esta influência recíproca certamente ajuda a explicar o fato de que párocos de diferentes freguesias no Rio Grande do Sul, entre os séculos XVIII e XIX, tenham adotado o classificativo “china” e, em alguns casos,

<sup>XXXIX</sup> Sabemos que há divergências importantes entre as perspectivas adotadas por Hebe Mattos e Roberto Guedes. Todavia, no que diz respeito aos usos que fazemos de ambos os autores entendemos não haver contradição.

<sup>XI</sup> Para um balanço historiográfico seguido de proposição interpretativa sobre a noção de fronteira pensada para o contexto da América meridional oitocentista: Cf. FARINATTI, Luís Augusto E.; THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio (org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009. p. 145-177.

também o equivalente masculino “chino”, como o cônego Napoles Massa, na Freguesia do Div. Esp. da Cruz Alta<sup>XLI</sup>. Em nossa revisão bibliográfica, localizamos diversos estudos que encontraram em paróquias no Rio Grande do Sul essa “qualidade de cor”.

Estudando as estratégias sociais entabuladas pelos guarani-missioneiros no Rio Grande do Sul durante as primeiras décadas do século XIX, especialmente no que diz respeito à migração de parte destes indígenas para a capela de Santa Maria da Boca do Monte, Max R. P. Ribeiro também se depara com este qualificativo<sup>181</sup>. Por um lado, o autor busca compreender a situação da “china” no imaginário sul-rio-grandense, recorrendo a um conto do folclorista João Simões Lopes Neto, a partir do qual percebe que: “A expressão *china* era usada para se referir de modo homogêneo a mulher guarani, representada na história como a concubina de um militar luso-brasileiro”<sup>182</sup>. Por outro lado, ao analisar a ocorrência do classificativo *china* nos registros de batismo da capela de Santa Maria, entre os últimos anos do séc. XVIII e as primeiras décadas do XIX, chegou a seguinte consideração:

Esta classificação é ambígua, pois foi utilizada pelos padres tanto para se referirem às índias solteiras como às índias casadas, fazendo com que não se tenha um entendimento preciso do termo. Prestando atenção nos padrinhos, nota-se que poderia haver, por parte destes, um ambiente que acolhia estas índias as quais, além de agregadas, tornaram-se também suas comadres. Estas índias, possivelmente, prestavam serviços de natureza diversa a quem as tinha como agregadas. Também amizade e vizinhança poderiam ser determinantes para o estreitamento dos laços sociais. Deste modo, a reiteração, através do batismo, de uma relação já existente (a de agregada), pode indicar a existência de laços de uma mais distinta natureza que ligavam estes indivíduos.<sup>183</sup>

Um exemplo muito ilustrativo da complexidade existente nas lógicas de classificação social das pessoas em função de suas origens no Brasil oitocentista em que a qualidade de china apresenta um dos seus sentidos mais densos se expli-

<sup>XLI</sup> Ao contrário, por exemplo, do que notou Laura Oeste em seu estudo: “Interessante pontuar que o termo não possui um equivalente masculino, em todas as fontes consultadas nesta pesquisa, a nomeação é sempre utilizada para mulheres”. OESTE, *Op. cit.*, p. 136.

cita na trajetória de João Potro, trabalhada por Farinatti e Matheus<sup>184</sup>. Em 1852, um sujeito de apelido João Potro foi capturado por um fazendeiro do município de Alegrete/RS, que alegava ser “o pardo João” um escravo seu que havia fugido durante a guerra civil Farroupilha. João, por sua vez, sustentou em frente ao juiz chamar-se “[...] João Joaquim Paes, filho de uma índia e, portanto, nascido de ventre livre, nunca tendo sido cativo”<sup>185</sup>.

Como prova dessas alegações, o curador Francisco Ribeiro juntou aos autos a certidão de batismo de João Joaquim. O assento refere que ele nascera na capela de Caçapava aos dois dias do mês de julho de 1825, “filho legítimo de Manoel Joaquim Paes, pardo, natural desta Capela, e de Barbara Luísa, *china*”<sup>186</sup>.

Finalmente, diante do exposto, resta evidente que “chino” e “china” eram algumas das expressões utilizadas na fronteira meridional da América para situar pessoas indígenas no complexo panorama de “qualidades” vigente naquela sociedade. Do ponto de vista teórico, nos parece acertado definir esta como uma categoria oriunda da mestiçagem, no sentido assinalado por Guillermo Wilde:

[...] proceso de creación de realidades y sujetos socioculturales sin pertenencia fija ni definida, tendiente a socavar los rígidos límites que había establecido la legislación indiana por medio de la clasificación y separación de grupos. Los mediadores o *passeurs* originados en el mestizaje, transformaban la entelequia del encierro sociocultural de las doctrinas em porosos espacios de interacción.<sup>187</sup>

Tratava-se, portanto, de uma categoria ambígua, que poderia ser acionada tanto para estigmatizar as pessoas em função de suas *qualidades*, quanto para estabelecer uma distância em relação ao cativo. Ao longo do trabalho retomaremos essa ideia.

### 2.4.3. “Em gratidão aos meritórios serviços prestados a ele doador”: dádivas para as chinas, dádivas de uma china

A habitação onde parei está situada no lugar que acabo de descrever; compõe-se de algumas choupanas esparsas. O proprietário goza, contudo, de certa fartura, pois tem gado, várias carroças, alguns negros, fazendo o comércio de couros, tecidos e mate, adquiridos nas Missões e vendidos nos arredores de Rio Pardo. Este homem me disse que era paulista. Quando os paulistas, principalmente os do distrito de Curitiba, cometem qualquer falta, ou querem fugir ao serviço militar, refugiam-se na Capitania do Rio Grande, onde se estabelecem, não saindo mais daí. [...]. Meu hospedeiro, que é branco, apaixonou-se, em sua terra, por uma mulata. Seu pai se opôs a esta união, mas os dois amantes fugiram e vieram se casar aqui. Depois, meu hospedeiro se enamorou por uma índia, com a qual tem filhos e, apesar de saber que ela se entrega a qualquer um, não cessa de presentear-la. Sua legítima mulher se desgostou com esse modo de vida e o abandonou. [...]. Estes não são os únicos. Todos os cultivadores da província têm nas suas casas índios que lhes servem de peões.<sup>188</sup>

Nada sugere que o anfitrião paulista referido pelo naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, que viajou pela Capitania de Rio Grande por volta de 1821, fosse Mello Brabo. Todavia, poderia bem ser. A despeito da carga de etnocentrismo e misoginia destilada pelo viajante europeu em tão poucas linhas, nas franjas do seu discurso, ou seja, naqueles elementos que não são o núcleo do argumento que esboça, mas complementam a narrativa, pode-se ter uma ideia sobre a constituição de algumas das famílias luso-brasileiras que se formavam no planalto gaúcho. A esta altura o leitor talvez esteja se perguntando o que houve para que insistíssemos em uma digressão tão demorada sobre o último ponto. Devemos recordar que Amelia, filha de Mello Brabo com Maria Conceição, foi designada como china pelo cônego Napoles Massa. Nesta sessão tentaremos demonstrar que este indício não é secundário e pode apontar para outra estratégia de arregimentação militar.

Infelizmente, o cônego Massa registrava a *qualidade de cor* dos neófitos, mas não dos pais. Deste modo, é possível apenas inferir por dedução que Amelia

tenha sido discriminada com o designativo “china” em razão da ancestralidade da mãe. O que significa dizer que Antonio Joze de Mello Brabo manteve uma relação com uma mulher de origem indígena. Mencionamos anteriormente que Mello Brabo reconheceu os filhos naturais que teve, “[...] para que eles possam ser seus herdeiros e gozarem de todas as honras e prerrogativas como se legítimos fossem”<sup>189</sup>. Efetivamente, localizamos alguns indícios sobre como estas relações de parentesco podem ser entendidas também enquanto relações familiares.

Aos vinte e oito de setembro de 1850, João Felisberto da Silva passou ao tenente-coronel Mello Brabo um documento que só foi lançado no tabelionato sete anos mais tarde. O documento iniciava assim: “Prezadíssimo compadre e amigo, tenho notícia que V. mercê está tratando com o sr. Alferes Joaquim José da Silva, de comprar dele [...] uns terrenos de campo no lugar chamado campo comprido [...], pelo preço e quantia de 1:200\$000 [...]”<sup>190</sup>, e prosseguia da seguinte forma:

[...] para dar um fraco sinal da minha estima e grande amor que inteiramente consagro a minha afilhada Apolinaria da Conceição e Mello, remeto ao meu compadre quatrocentos mil réis, de cuja quantia [...] faço doação [...]. E peço ao meu compadre que como pai e tutor natural da dita minha afilhada queira aplicar esta mesma quantia doada [...] em a compra das terras acima indicadas, ficando desta maneira propriedade da minha afilhada uma terça parte destes campos, matos e capões; e peço mais ao Compadre que isto mesmo faça constar e aclarar na escritura [...]. Nutro a firme esperança que o meu compadre não se negará a este meu pedido [...]. Me faça recomendado a toda a família que lhe pertence e a minha afilhada e para com V. Mercê. Seu compadre, amigo e criado. João Felisberto da Silva.<sup>191</sup>

Esta não foi a única escritura de teor semelhante. Identificamos diversas situações em que as quatro filhas são agraciadas com alguma doação. Das filhas, localizou-se apenas uma referência de casamento. Apolinária uniu-se em matrimônio a Domingos de Campos Camargo, sobre quem nada descobrimos. É preciso dizer que, na maior parte das escrituras que encontramos, as vendas foram feitas ou por Mello Brabo com procuração das filhas ou, no caso de Apolinária, pelo marido. Em outra escritura, datada de 31 de março de 1859, Mello Brabo e

Maria Conceição compareceram em um tabelionato da vila de Passo Fundo para registrar uma doação que o primeiro fez “às filhas de *Dona* Maria Conceição”:<sup>192</sup>

[...] morador no distrito de Lagoão, lá possui por título de compra umas terras lavradas havidas a Joaquim José da Silva e sua mulher do ano de mil oitocentos e cinquenta e sete, pela quantia de seiscentos mil reis; e da metade destas terras pela dita forma lavradas faz doação a: Constantina, Apolinaria, Firmina e Amelia, todas filhas de Dona Maria da Conceição, com a só condição de a mãe das sobreditas ser usufrutuária por toda a sua vida, ficando por isso mesmo que é usufrutuaria coibida de aliena-la gozando por consequência as supraditas suas filhas de toda plenitude do domínio depois da sua morte. Cuja doação a faz no valor de trezentos mil reis e em gratidão dos meritórios serviços prestados a ele doador pela referida Maria da Conceição e suas filhas, serviço que tem em tanta monta que ainda assim não as julga bem recompensadas [...] roga a seus herdeiros, coherdeiros e testamenteiros respeitarem esta sua dádiva espontânea.<sup>193</sup>

A fim de tentar melhor compreender o sentido destas doações, analisamos todas as demais escrituras de doação lançadas nos livros do quinto<sup>194</sup> e do sétimo<sup>195</sup> distritos de Passo Fundo, entre 1857 e 1873<sup>XLII</sup>. Foram localizadas 13 escrituras, incluindo a supracitada. Conseguimos perceber que este documento observa um certo modelo, cujas variações possivelmente são decorrentes do fato de terem sido registradas por diferentes tabeliões. Não obstante, isto não impossibilitou que determinados aspectos da relação entre doadores e beneficiários pudessem ser inferidos. Por exemplo, a motivação para a doação foi informada em 10 das 13 escrituras e, embora expressem alguns padrões, nem sempre foram motivações idênticas.

O padrão mais abrangente, que se expressa em alguma medida nas 13 escrituras, é a informação de que uma relação anterior entre as partes motivou a

<sup>XLII</sup> A partir da emancipação de Passo Fundo à Cruz Alta, em 1857, a Freguesia de Nossa Senhora da Soledade aparece como 5º distrito do município. A partir de 1858 existe também um livro relativo ao 7º distrito de Passo Fundo, no qual as escrituras lançadas eventualmente referem-se à Soledade e outras vezes à Lagoão. Pelo fato de Mello Brabo aparecer mais frequentemente nestes dois livros, selecionamo-los para análise na dissertação.

doação<sup>XLIII</sup>. Doações a filhas deixam esta relação progressiva subentendida. Nas escrituras de doação em que não foi mencionada uma relação de parentesco, consta que se fazia a graça em atenção aos *muitos e bons serviços prestados* pela parte doada à parte doadora<sup>XLIV</sup>. No caso menos esclarecedor, o doador informou que fazia a doação por ter “negócios antigos” com o doado<sup>196</sup>. Em pelo menos metade das escrituras, é possível depreender uma relação hierárquica, em que o doador se coloca como alguém em condições de fazer a doação, enquanto o beneficiário é referido como alguém com menos cabedais.

Como vimos, na escritura de doação feita por Mello Brabo à sua amásia e filhas, o doador justifica a dádiva feita em gratidão aos “[...] meritórios serviços prestados a ele doador pela referida Maria da Conceição e suas filhas, serviço que tem em tanta monta que ainda assim não as julga bem recompensadas”<sup>197</sup>. Neste caso, a assimetria entre as partes não fica explícita, inclusive o doador se coloca em condição de devedor. Mas este aspecto discutiremos em seguida. Por ora, gostaríamos de explorar um pouco mais quais poderiam ser estes “meritórios serviços”.

Em duas escrituras da amostra localizamos uma estrutura argumentativa muito parecida à que acionou Mello Brabo, mas com maior riqueza de informações sobre os serviços que estavam sendo recompensados. Aos quinze dias de janeiro de 1872, compareceram ao tabelionato da Freguesia de Nossa Senhora da Soledade, Silverio José Pedrozo e dona Maria Rita da Conceição, como doador e doado, respectivamente, de “[...] um pedaço de campo no lugar em que a doada já fez uma casa onde hoje reside [o doador] em companhia da mesma doada, cuja casa foi construída a custa da doada mas sob administração dele doador, por ser ele quem vive com ela, tendo e mantendo [...]”, cuja doação faz “[...] em remuneração aos bons serviços e muitos trabalhos com que a doada tomou a seu cargo a criação de seu filho Candinho desde recém-nascido e do outro seu filho Donato criando com todo amor e zelo”.<sup>198</sup>

A outra escritura foi registrada no tabelionato de Soledade, aos 27 de outubro de 1864, tendo como parte doadora João de Araújo Ortiz, que doou à “[...] órfã Maria Demenciana dos Santos” um pedaço de campo na sesmaria de

<sup>XLIII</sup> Conforme veremos mais adiante, este elemento de prestação de serviços se inscreve em uma relação de dons e contra-dons.

<sup>XLIV</sup> A documentação se refere ao (as) beneficiários da doação com a palavra *doado*.

Santo Thomé, que alega ter herdado de sua falecida mãe. Além do campo, João registrou fazer doação para a mesma órfã “[...] dos mais bens que me pertencem móveis, a saber, animais cavалares, mulas e vacuns [...]”<sup>XLV</sup>. João alegou que a doação não faria diferença nos seus demais bens, tampouco dos seus herdeiros, “[...] porque a minha posição até o presente momento não é ruim”<sup>199</sup>. Finalmente, chama-nos atenção as razões alegadas para a doação:

[...] por comiserção da numerosa família de sua pobre mãe, os quais moram em minhas propriedades e moradas e que ficam fazendo as minhas vezes durante a minha ausência na campanha [...], assim como faço doação a mesma órfã dos mais bens que me pertencem móveis, a saber, animais cavалares, mulas e vacus [...], dado o caso que se anteponham para o futuro circunstancias que me privem da minha volta da referida Campanha; o que não tem preço na estima pública [...], não podendo a mesma doada vender, hipotecar e dar por dívida em tempo algum os ditos bens, só que por ventura tome consórcio; é sim para a sua morada e demais fâmulos que a mesma doada para o futuro possa obter [...].<sup>200</sup>

Pela data e a descrição, João J. Ortiz devia estar marchado para o Paraguai. Estes casos nos ajudam justamente a pensar sobre as formas de colaboração e negociações entre sujeitos e famílias em situações distintas, posicionados desigualmente nas tantas formas de hierarquia que, em geral – portanto não sempre –, se sobrepunham no Brasil oitocentista.

As escrituras públicas de doação de terras receberam atenção de historiadoras ligadas ao estudo da história da propriedade no Brasil. De acordo com Maria V. Secreto e Sarita Mota, a prática de doar, especialmente envolvendo relações familiares, geralmente informa sobre uma estratégia de organização patrimonial não prevista nas disposições jurídicas luso-brasileiras a respeito de herança e sucessão<sup>XLVI</sup>. Para além desta dimensão que não teremos muito como analisar, nos chama atenção outro aspecto sublinhado pelas autoras a respeito das práticas de doação formalizadas:

<sup>XLV</sup> Esta segunda parte da doação, como se vê no trecho a seguir, foi condicionada.

<sup>XLVI</sup> Práticas semelhantes foram analisadas por Farinatti enquanto estratégias sociais de antecipação de herança. Cf. FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais...*, 2010, p. 295-346.

[...] trata-se de uma dádiva concedida em vida e, neste ato *inter vivos*, fica estabelecida a vontade do sujeito; as preferências afetivas como expressões do poder que exerce o indivíduo sobre a totalidade das suas relações sociais (e, neste sentido [...]), é um ato político).<sup>201</sup>

Esta noção de dádiva nos parece central na interpretação das relações observadas nos trechos destacados. Várias expressões utilizadas nesta documentação nos remetem a um vocabulário característico do que alguns historiadores (as) têm chamado de sociedade de Antigo Regime nos trópicos<sup>202</sup>. Isto é, uma sociedade intelectualmente informada pela cultura do antigo regime português, mas em uma versão *sui generis*, conformada em torno do escravismo como pivô estruturante e, conseqüentemente, de uma enorme quantidade de culturas africanas (e indígenas) que também imprimiram traços de suas cosmovisões e culturas políticas na conformação desta sociedade<sup>203</sup>. Este vocabulário que aciona conceitos como dádiva, caridade, comiseração, casa, família, compadre, amigo e criado, nos ajuda a pensar em como se sedimentavam vínculos ao mesmo tempo afetivos e assimétricos.<sup>XLVII</sup>

Antes de concluir, no entanto, é preciso recuperar um ponto central na discussão deste tópico, qual seja, a relação de Antonio Joze de Mello Brabo e Maria Conceição. Melhor dizendo, o que pode acrescentar para a análise o fato de Amelia ter sido designada como china? Novamente, recorremos aos registros de batismo para tentar outra forma de aproximação a esta questão. De imediato, devemos dizer que empreendemos algumas deambulações pelos batismos registrados nos demais livros da Freguesia e, ainda que não seja possível afirmar categoricamente que a presença de Antonio Joze de Mello Brabo foi muito reduzida, a impressão que temos é essa. Embora seja necessário lembrar que o livro que cobre o recorte temporal entre 1835 e 1843 está extraviado ou já não existe.

Em Rio Pardo, entre 1790 e 1835, o nome de Antonio Joze de Mello Brabo não ocorre nenhuma vez, assim como nas paróquias de Bagé, entre 1829 e 1870,

<sup>XLVII</sup> Evidentemente que se trata de uma arbitrariedade fazer uma referência tão apressada a uma discussão historiográfica de tamanha envergadura. Todavia, ao longo do trabalho estabelecemos diálogo com alguns historiadores (as) que escreveram mais ou menos influenciados por esta perspectiva como Christiane F. Pagano de Melo, Luís A. Farinatti, Tiago L. Gil e Martha Hameister e Adriano Comissoli. Não consideramos, portanto, necessário remeter aos textos básicos desta historiografia, pois não é nosso objetivo discuti-la para além do que será dito nas páginas a seguir

Alegrete, de 1818 a 1850 e São Gabriel, no mesmo período daquela última<sup>XLVIII</sup>. Onde seu nome apareceu foi na matriz da freguesia Madre de Deus de Porto Alegre. No que diz respeito aos vínculos de compadrio, o tenente-coronel Mello Brabo e sua então esposa Anna Joaquina foram padrinhos de José e Emília, ambos batizados aos cinco dias do mês de dezembro do ano de 1841. José<sup>204</sup> era filho natural de Joaquina Maria, natural da freguesia de Vacaria, e Emília<sup>205</sup> era filha natural do tenente Silverio Martins e de Maria da Conceição, naturais de Caçapava.<sup>XLIX</sup>

No livro de batismos nº 5 da freguesia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta, o nome de Mello Brabo apareceu diversas vezes, poucas, no entanto, como parte contraente dos vínculos firmados na pia batismal. Quero dizer, o principal papel desempenhado por Mello Brabo nos rituais realizados naquela freguesia, entre os anos de 1855 e 1857, foi o de anfitrião. Dito de outro modo, além de realizar sacramentos na Igreja Matriz, o pároco da Freguesia percorreu, ao longo destes dois anos, muitas localidades de seu vasto território, escolhendo em cada uma delas uma residência para realizar os sacramentos. Em Botucaraí, uma das paradas do cônego Napoles Massa foi a “casa de morada” do tenente-coronel Mello Brabo, no lugar denominado Depósito.

Nestes dois anos, o pároco parece ter se hospedado na casa do dito tenente-coronel entre os dias 27 e 30 de janeiro de 1856 e, depois, entre os dias 30 de janeiro e 3 de fevereiro do ano seguinte. Durante essas duas ocasiões, foram lançados no livro de batismos 50 assentos. Não avançaremos na discussão a respeito do significado social da realização destes rituais nas casas. Certamente havia nexos na escolha de levar os filhos para batizar na casa de uma pessoa e não de outra. É possível que um dos nexos seja territorial, relativo à vizinhança ou mesmo à agregação, mas esta não deve ser a única motivação.

Nos interessa chamar atenção para dois aspectos, um mais abstrato e outro um pouco mais objetivo. O primeiro diz respeito ao fato de que o número de

<sup>XLVIII</sup> Agradeço ao colega Leandro Rosa de Oliveira, por ter consultado os bancos de dados que tem acesso, referentes às paróquias de Rio Pardo, Bagé, Alegrete e São Gabriel. Da mesma forma, agradeço a Leandro Goya Fontella, que consultou seu banco de dados de registros paroquiais sobre a paróquia de São Borja, entre o final do século XVIII e o início do XIX, onde também não foi localizado nenhuma referência ao nome Antonio Joze de Mello Brabo.

<sup>XLIX</sup> Agradeço ao professor Dario Scott, por ter realizado a consulta no banco de dados do NACAOB, onde foram localizados os registros efetuados na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre.

chinos, chinas e índios batizados na casa do tenente-coronel Mello Brabo é um pouco superior à média do livro n.º 5. Como dissemos, neste livro aproximadamente 18% das crianças foram designadas com uma destas qualidades de cor, enquanto na casa do tenente-coronel Mello Brabo 15 dos 50 neófitos – ou seja, 30% - receberam esta designação. É claro que este número por si só diz muito pouco, pois algumas pessoas podem ser irmãs, o que elevaria a média. Mas, um dado objetivo nos indica que pode não se tratar de uma coincidência absoluta. Entre todos os 50 batismos que foram realizados na sua residência, Antonio Joze de Mello Brabo foi padrinho de apenas um inocente, a saber, Cypriano, “índio”, filho natural de Maria Manoela, de quem foi madrinha Maria Conceição, muito provavelmente a mãe das filhas de Mello Brabo<sup>206</sup>. Esse dado aponta para a constituição de alianças via parentesco espiritual com famílias indígenas que viviam ou circulavam na região. Mais do que isso, pode acenar também para a contribuição de Maria Conceição na costura desses laços.

Finalmente, um indício nos leva a crer que a relação do tenente-coronel Mello Brabo com pessoas indígenas pode ser um dos elementos constituintes do cabedal militar deste sujeito. Isto é, muitos anos após os acontecimentos que estamos aqui analisando, em uma edição do jornal *A Federação*, publicada em 24 de maio de 1911, em uma coluna temática chamada “Notas sobre os selvícolas”, escrita pelo intelectual e militar sul-rio-grandense João Cezimbra Jaques, encontra-se a seguinte afirmação:

[...] na campanha de 1851 fazia parte do corpo do coronel João Baptista de Oliveira Mello uma companhia de coroados. Fizeram eles parte desse corpo até Caçapava. Aí um dia anoiteceram e não amanheceram, fugaram para a serra. Com esses antecedentes é tradição que o bugre, ou coroadado canhanguên [sic], só faz guerra à traição [...]. A companhia de índios coroados que fazia parte do dito corpo do coronel Mello, era toda composta dos ditos índios, inclusive todos os oficiais inferiores e cabos.<sup>207</sup>

Evidentemente, trata-se de uma indicação muito vaga, atravessada por preconceitos próprios do início do século XX, mas que, todavia, diante de tudo que discutimos até aqui, não parece infundada. Devemos recordar que João Baptista de Oliveira Mello foi o já referido camarada e compadre do tenente-coronel

Mello Brabo, padrinho de Amélia. Não localizamos estudos consistentes sobre a trajetória de Oliveira Mello, mas há indicativos de que fosse filho do paulista Antonio de Mello Rego e que o estabelecimento da família na região de São Martinho da Serra reporte à chamada *conquista das missões orientais*<sup>208</sup>.

Não tivemos condições de explorar estes indícios, mas não é impossível que a partir de tais fios, que levam sistematicamente à São Paulo, seja possível avançar na compreensão das teias migratórias que trouxeram Antonio Joze de Mello Brabo para o extremo-Sul do Brasil e também das formas de sociabilidade que envolviam a formação de famílias, tropas e troços de guerra. Por outro lado, no tópico seguinte tentamos refletir sobre essas relações dialogando com a nova história indígena.

#### *2.4.4. O Brabo e a Borboleta: considerações sobre história indígena a partir do caso do planalto sul-rio-grandense*

Em julho de 1885, no município de Soledade, Eustáquio José de Mello deu entrada no processo de abertura do inventário do seu pai, o tenente-coronel honorário Antonio Joze de Mello Brabo, falecido em maio de 1882. Os bens herdados por Eustáquio, cuja análise será desenvolvida no próximo capítulo, consistiam em “[...] uma parte de campos e matos, sita no quinto distrito do termo, no campo comprido, situada entre o arroio Borboletas e um lugar denominado apertado”<sup>209</sup>, e outros dois pontões de matos, também situados no mesmo distrito, no mesmo lugar denominado campo comprido, nas imediações do potreiro.

Sabemos pouquíssimo a respeito de Eustáquio que, provavelmente, também era filho ilegítimo, mas aparece em alguns documentos, especialmente como testemunha em escrituras como as analisadas anteriormente. Eustáquio também parece ter sido quem cuidou de seu pai no leito de morte. O que nos interessa neste tópico é que existe uma tradição oral indígena que preservou a memória de Eustáquio, assim como do seu pai e de diversos personagens que mencionamos até aqui.

Conforme comentamos na introdução, quando começamos a estudar a trajetória de Antonio Joze de Mello Brabo, não foram os aspectos de sua atuação militar que nos motivaram, mas o fato de uma população indígena reivindicar a

demarcação da Fazenda das Borboletas como território indígena. Nosso estudo, todavia, tomou rumos próprios, em boa medida distantes das questões tratadas pelos antropólogos que, entre o final da década de 1980 e os primeiros anos do século XXI, estiveram entrevistando os descendentes indígenas do tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo.

No entanto, ao localizarmos o inventário do tenente-coronel Mello Brabo<sup>1</sup> – que não havia sido encontrado durante o processo de produção dos laudos antropológicos da reivindicação indígena –, e constatarmos que Eustáquio acabou herdando uma gleba às margens do arroio das Borboletas, no lugar denominado “Campo comprido”, não pudemos deixar de retomar a questão que deu o impulso inicial a esta pesquisa. Quero dizer, segundo os estudos etno-históricos produzidos por diferentes pesquisadores, os indígenas que, por volta de 1986, iniciaram formalmente a reivindicação da Fazenda das Borboletas como terra indígena, são descendentes das populações que desde o final do século XVIII vinham mantendo contatos com os luso-brasileiros na Serra do Botucarái.

Esses indígenas relatam o vínculo paradoxal que seus ancestrais estabeleceram com Antonio Joze de Mello Brabo, através dos filhos que este homem teve com uma mulher indígena, lembrada na tradição oral pelo nome Conceição de Campos Novos<sup>11</sup>. Lígia Simonian<sup>210</sup>, Rodrigo Venzon<sup>211</sup>, José O. Catafesto de Souza<sup>212</sup>, Mariana A. Soares<sup>213</sup> e Ledson K. de Almeida<sup>214</sup>, sustentaram, com base nas narrativas indígenas, que, durante a vida de Antonio Joze de Mello Brabo, as dinâmicas sociais luso-brasileira e indígena se imbricaram de modo a possibilitar a reprodução de diversos aspectos significativos do modo de vida indígena dentro da propriedade do tenente-coronel, com uma economia baseada em caça, pesca, coleta e agricultura, além da atividade de extração de erva-mate e da prestação de serviços diversos, inclusive militares.

Na comunidade indígena Borboleta, afirma José O. Catafesto de Souza, “[...] os depoimentos referem as caminhadas que Eustáquio José De Mello fazia a Porto Alegre [para] pedir satisfação do inventário de partilha da terra herdada

<sup>1</sup> Agradeço à historiadora Helen S. Ortiz a sugestão de procurar este documento no Arquivo do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, onde ele se encontra.

<sup>11</sup> É impossível precisar se esta mulher é a mesma Maria Conceição sobre quem falamos anteriormente. Mas ao que tudo indica sim, tendo em vista uma série de coincidências entre a documentação e as memórias, que não teremos, no entanto, condições de analisar.

de seu pai, quando foi assassinado [Eustáquio], dizem os autóctones, a mando da família Schmitt<sup>215</sup>. Segundo Rodrigo Venzon, seus interlocutores afirmaram que Eustáquio “[...] foi emboscado por quatro homens dentro do seu próprio rancho e degolado ‘por ser um índio sem valor’, deixando sua viúva Inocência V. Linhares e oito filhos vagando sem rumo pelas fazendas dos invasores”<sup>216</sup>. Já Mariana A. Soares afirma que “[...] a comunidade sempre se refere a Eustáquio de Melo Brabo como a primeira pessoa a tentar defender o direito sobre a posse da terra, mas que com a sua morte, nenhum outro parente teria ido procurar os seus direitos”<sup>217</sup>:

Inclusive existem relatos que narram que durante muito tempo após a morte de Eustáquio, diversas famílias iam até o local que ele estava enterrado para rezar e sempre lembrar da atitude tomada por ele na defesa da terra para os parentes que ali moravam na área da Borboleta. O certo é que com a morte de Eustáquio intensificou-se a chegada de alemães e italianos na área, o que acabou se configurando novos padrões de interdependência entre estes e a comunidade, e uma nova relação com o território, onde surgem novos espaços de acordo com a colonização que vai sendo feita.<sup>218</sup>

Quando da retomada da reivindicação, no final do século XX, pouquíssimos indígenas ainda viviam na área reivindicada, de modo que a maior parte dos descendentes das genealogias autóctones acabaram migrando para outras partes do Rio Grande do Sul, em função do agravamento da pobreza e da violência. Não obstante, essas pessoas ainda se referiam a espaços ocupados por parentes nas imediações do arroio das Borboletas, assim como mencionavam diversos espaços ritualizados, todos situados no Campo Comprido, como um cemitério onde ainda em meados do século XX realizavam-se ritos indígenas e também um lugar referido como Morro das Pedras Brancas, que os anciãos associam ao período jesuítico, narrando uma história de caráter mítico muito semelhante ao mito-lenda *A Casa de Mbororé*, coletado pelo folclorista João Simões Lopes Neto.<sup>LII</sup>

<sup>LII</sup> Conforme Simonian: “No processo de identificação das terras correspondentes à Área Indígena Borboleta, torna-se fundamental uma referência a sítios míticos e históricos. Dentre os sítios míticos destacam-se o sítio da Pedra Branca e o cemitério Capitulino. Ao sítio Pedra Branca, localizado próximo ao lajeadado [arroio] Borboleta e à sede da antiga Fazenda Borboleta, apropriada pelo tem-cel Mello Bravo [...], os atuais indígenas vinculam toda uma realidade mítico-religiosa e histórica. Esta realidade teve no passado e, continua tendo na atualidade, importância crucial para a identidade indígena local. Consta a respeito, que os jesuítas teriam erguido uma construção de pedras brancas no sítio Pedra Branca, local que teria abrigado por muitos anos

Não vamos avançar na discussão deste processo que foi amplamente analisado nos trabalhos mencionados. O fato é que estas reminiscências nos fazem pensar sobre o apagamento da história indígena no Rio Grande do Sul. Trata-se de um processo muito semelhante ao que ocorreu em boa parte do Brasil e da América de modo geral, marcado não apenas por uma dimensão material de violência e expropriação, mas também por um conjunto de narrativas sobre os indígenas que se colocaram, mais ou menos conscientemente, a serviço de um etnocídio, isto é, de tentativas de eliminação física e simbólica destas populações.<sup>LIII</sup>

Quero dizer, se olharmos para a bibliografia que se debruçou sobre a história da região de Soledade, desde Hemeterio V. da Silveira, passando por Sérgio da C. Franco e chegando em Helen S. Ortiz, o entendimento implícito ou explícito na narrativa destes autores é que a presença indígena foi sucedida pela ocupação invasora luso-brasileira. Esses autores falam – uns mais que os outros – da presença indígena durante o final do século XVIII e princípio do XIX, na Serra do Botucaraí. A partir de meados do século XIX, quando começam a tratar da ocupação luso-brasileira efetiva destes espaços, a presença indígena já não é referida.

Silveira<sup>219</sup> faz referências a camponeses pobres envolvidos no extrativismo da erva-mate e do pinhão, fruto da araucária, bem como da caça de alguns animais, como os papagaios<sup>LIV</sup>. Sérgio da C. Franco já não fala mais sobre indígenas

os “cabedais” (tesouros) escondidos pelos padres, por ocasião das fugas antes da perseguição. Os indígenas de mais idade, inclusive, se recordam das pedras e da ruína, as quais se encontram atualmente cobertas por espessa vegetação [...]. Sobre a existência dos cabedais da Pedra Branca existem vários relatos, os quais se referem a sonhos em que *visões* (mulher em traje branco nupcial) aparecem e indicam os locais. O problema, segundo estes relatos, é vencer o temor que uma cobra amarela impõe ao aparecer *in loco*, para indicar o local do cabedal anunciado em sonho”. SIMONIAN, *Sobre a extensão e sítios da área indígena Borboleta/RS...*, 1986, p. 2. Sobre a lenda-mito *A Casa de Mbororé*, Cf. NETO, João Simões Lopes. *Contos Gauchescos & Lendas do Sul*. Porto Alegre: L&PM, 2012, p. 204-205.

<sup>LIII</sup> Ver, por exemplo, a discussão de João Pacheco de Oliveira a respeito do papel de movimentos artísticos no Brasil oitocentista para a construção de representações genéricas a respeito dos povos indígenas, bem como de representações atávicas, que em nada correspondiam à realidade que buscavam representar e, em boa medida, serviram aos interesses políticos de setores anti-indígena da época. OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios*: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, p. 75-117.

<sup>LIV</sup> Não é sem importância uma alusão do cronista à relação destes camponeses com o pinheiro de araucária: “[...] seu fruto abundantíssimo, desde abril até junho, é um dos alimentos da gente pobre, que por isso conserva-o durante alguns meses; outros preparam uma massa alimentícia, que excede em força nutritiva o trigo, ao centeio e ao milho [...]. Observa-se no tempo deste fruto, extraordinária abundância de papagaios, que, ao cair da tarde, atroam os ares com grita infernal. Os camponeses os caçam e os comem”. SILVEIRA, *As Missões*

na região de Soledade após o processo de distribuição das primeiras sesmarias, a partir de 1815<sup>LV</sup>. Enquanto Helen S. Ortiz opta por utilizar o termo *caboclo* para se referir aos camponeses pobres descendentes de indígenas que seguiram existindo na região da serra de Botucaraí entre meados dos séculos XIX e XX.<sup>220</sup>

Discutindo com Maria L. Martini e sua definição de caboclo, Mariana Andrade Soares questiona a conclusão da autora, para quem os processos de mestiçagem entre indígenas e luso-brasileiros no Rio Grande do Sul teriam implicado na perda da identidade étnica dos indígenas. “Esta argumentação poderia ser considerada afirmativa”, pondera Soares, “[...] caso não surgisse o movimento reivindicatório por parte dos índios da Borboleta em relação ao reconhecimento de sua identidade diferenciada. Mesmo que durante muito tempo [...], os índios constituíram relações de interdependência com os colonos que chegaram na região”.<sup>221</sup>

Ao reafirmarem sua identidade étnica a despeito das diversas formas de vinculação que seus ancestrais mantiveram com a sociedade luso-brasileira – relações de conflito, mas também de aliança, inclusive de parentesco – os indígenas da Borboleta afrontam projetos políticos, pressupostos científicos e consensos historiográficos a respeito do porvir das populações indígenas. É necessário destacar que o estudo da História Indígena no Brasil é um campo de investigação consolidado apenas nos últimos trinta anos.

Até pelo menos meados da década de 1970, as principais instâncias de produção de regimes de verdade – inclusive a própria academia – concordavam que os indígenas que então existiam no Brasil tratavam-se de *fósseis vivos*, cujo destino era o desaparecimento<sup>222</sup>. Desde que o Brasil começou a produzir historiografia

*Orientais e seus antigos domínios...*, 1979, p. 317. Essa descrição encontra muito eco nos estudos a respeito dos hábitos alimentares dos Kaingang. Cf. BECKER, Ítala I. Basile. Alimentação dos índios Kaingang do Rio Grande do Sul. *Revista de Arqueologia*. V. 6, n. 1, 1991, p. 108-120.

<sup>LV</sup> A não ser em uma sugestiva intuição que autor revela ainda na primeira página do primeiro capítulo. Ao tentar justificar as razões pelas quais optou por tratar o passado missionário da região em sua obra, “o que se pode reputar como pré-história de Soledade”, diz Franco, “um capítulo que não deixou marcas materiais visíveis e que tem escassas referências escritas” completa. O autor anota ainda que “a presença missionária ronda o passado e o presente de Soledade. Em alguns topônimos inconfundíveis como Curuço e o rincão de São Tomé. Na tradição dos “enterros” de ouro e prata, que viraram a cabeça de muita gente ao longo do tempo. *E naqueles “terços” que velhos caboclos entoam nos cemitérios, em estropiado Latim não existirá um eco extraviado das rezas e cantorias jesuíticas?* FRANCO, *Soledade na História...*, p. 9, grifo nosso. Esses caboclos devem ser os mesmos que foram apontados nas genealogias pelos indígenas de Borboleta. Cf. VENZON, *Borboleta...*, 1993.

profissional, o discurso sobre os indígenas mudou diversas vezes, sem, contudo, reverter-se a impressão pessimista, como percebe Manuela C. da Cunha:

Os historiadores, afeitos a fontes escritas – e escritas por seus atores – hesitavam ainda [em meados da década de 1970] em pisar nas movediças areias da tradição oral ou de uma documentação sistematicamente produzida por terceiros: missionários, inquisidores, administradores, viajantes, colonos, intermediários culturais, em suma, com interesses próprios e geralmente antagônicos aos das populações descritas [...]. Com uma arqueologia ainda por fazer, com ausência de quaisquer monumentos que atestassem grandes impérios, não era tangível a existência de uma história antes de 1500. A abstenção dos antropólogos, por sua vez, provinha de várias diferentes fontes teóricas. Havia, já um tanto anacrônica, a velha doutrina evolucionista, para quem os índios não tinham passado por serem, de certa forma, o próprio passado, ponto zero de sociabilidade [...]. No período moderno, por sua vez, a reticência dos antropólogos em tratar de história indígena derivava de outras ideias: as funcionalistas e as estruturalistas. Ambas as escolas privilegiavam uma análise sistêmica e sincrônica da sociedade.<sup>223</sup>

A perspectiva começou a se modificar na medida em que os próprios indígenas passaram a questionar estes prognósticos pessimistas. Entre as principais reivindicações indígenas estavam o reconhecimento e a demarcação de territórios necessários à reprodução sociocultural de cada povo e junto com isso a noção de autoidentificação. Em termos demográficos, há muitas estimativas, baseadas nos mais diferentes indicadores, para se pensar o impacto despovoador dos primeiros contatos entre europeus e indígenas nas Américas; impactos provocados pelas guerras, escravizações, mas sobretudo por agentes patogênicos. Refletindo em torno desta questão, John M. Monteiro acenava, em meados da década de 1990, para uma retomada significativa da densidade demográfica indígena, cuja população à época era estimada em 200.000 pessoas<sup>224</sup>. Atualmente, o número certamente ultrapassa a casa de um milhão de pessoas.<sup>225</sup>

Mais do que resultado apenas do crescimento vegetativo da população indígena, este aumento reflete também – e talvez sobretudo – um novo momento histórico, inaugurado no final da década de 1970 e consolidado a partir da

constituição brasileira de 1988 quando, pela primeira vez na história do Brasil, a legislação do país reconheceu aos indígenas a cidadania brasileira e o direito a reprodução dos seus valores culturais específicos. Ou seja, quando pensamos sobre os povos indígenas no Brasil, não podemos ignorar que, até 1988, a missão institucional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) era tutelar as pessoas indígenas que viviam no país. Com efeito, se autoidentificar indígena significava, até então, não ter sequer direito de circular livremente pelo território brasileiro sem uma autorização formal, entre outras arbitrariedades e violências que marcaram também a história do indigenismo brasileiro no século XX.<sup>226</sup>

A atuação de órgãos como o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), criado em 1918 e extinto em 1967 para criação da Funai, tinha como objetivo principal transformar os povos indígenas em trabalhadores nacionais, isto é, eliminar qualquer distinção cultural entre estas pessoas e a massa de trabalhadores pobres do país<sup>227</sup>. Este projeto, por sua vez, não foi nem uma invenção do Brasil Republicano, tampouco uma singularidade deste país. De acordo com Federico Navarrete Linares, o radical processo de reflexão intelectual provocado entre os europeus pelo encontro com a alteridade indígena no *mundo novo*, no século XV, particularmente no que diz respeito às diferenças que caracterizaram as distinções ou qualidades das diferentes nações<sup>LVI</sup>,

[...] fue inseparable, en cada una de sus etapas, del proceso de imposición y consolidación de las diferentes dominaciones coloniales sobre los pueblos amerindios y, a partir del siglo XIX, de las dominaciones de los Estados-nación americanos independientes. Los conocimientos que se generaron sobre estas sociedades y sobre sus transformaciones culturales constituyeron una parte clave de las instituciones y técnicas de gobierno que se desarrollaron para dominar, controlar y administrar a estos pueblos y para explotar el trabajo de sus miembros.<sup>228</sup>

Em outras palavras, isto consiste em sublinhar que as interações entre europeus e indígenas, sobretudo do ponto de vista europeu e euroamericano, sempre

<sup>LVI</sup> Qualidades e Nações conforme o sentido discutido por Paiva e já mencionado anteriormente.

estiveram atravessadas por projetos de transformação das culturas autóctones<sup>LVII</sup>. Tendo isso em vista, é possível compreender de maneira mais complexa as configurações sociais que se entabulavam em contextos específicos, como a Serra de Botucaraí durante o século XIX.

Os guarani missioneiros, por exemplo, segundo o argumento de Leandro G. Fontella, são uma população resultante de um processo de transformação sociocultural, uma etnogênese nas palavras do autor, provocada sim pela conjuntura, mas amplamente dirigida por formas de protagonismo indígena<sup>229</sup>. Por outro lado, a expulsão dos jesuítas do Brasil e a formulação de uma política indigenista nova, durante o período Pombalino, promoveram outras formas de interação entre indígenas e não indígenas no Brasil colonial, bastante distintas das que vinham sendo realizadas pelos religiosos da Companhia de Jesus, mas não menos informadas por projetos de mudança cultural. Para Navarrete Linares, com o avanço na Europa de teorias iluministas

[...] los términos de la discusión sobre el cambio cultural en las sociedades amerindias sufrieron una importante modificación. La religión perdió su posición preeminente y fue sustituida por otras preocupaciones, centradas en las ideas ilustradas de civilización y cultura. Desde esta nueva perspectiva las supersticiones indígenas no eran ya resultado de un engaño demoníaco, sino de la ignorancia de unos pueblos apartados de la luz de la razón.<sup>230</sup>

Como tem demonstrado a historiografia sobre a história indígena no sul do Brasil, estes processos também tiveram suas expressões neste espaço. Na virada do século XVIII para o XIX, a população indígena no Rio Grande do Sul era muito expressiva. Tratando apenas de maneira muito geral, é necessário destacar que a população guarani habitante dos Sete Povos à margem esquerda do rio Uruguai perfazia aproximadamente 14.000 pessoas e um gigantesco patrimônio coletivo em terras e gado, sobre o qual “[...] a frente colonial luso-brasileira no Rio Grande de São Pedro ainda não possuía envergadura suficiente para um avanço maciço.”<sup>231</sup>

<sup>LVII</sup> Este processo, todavia, jamais foi unilateral, embora nem sempre as formas indígenas de incorporação dos estrangeiros em seus sistemas sociais tenham sido vistas como tal. Do mesmo modo, estes processos não se deram de forma linear e livre de mal-entendidos, uma vez que mesmo os indígenas *incorporados* entabulavam estratégias sociais considerando suas vinculações múltiplas e ambíguas.

Emancipando-se de Rio Pardo no ano de 1834, Cruz Alta foi, ao longo do século XIX, a principal vila luso-brasileira no planalto sul-rio-grandense. Seu território compreendia tanto territórios kaingang quanto guarani, de maneira que alguns dos principais integrantes da primeira elite luso-brasileira constituída neste lugar – como o tenente-coronel Vidal Joze do Pillar e o coronel Antonio de Mello e Albuquerque – adquiriram porções de terras ao cabildo do Povo Missioneiro de São João ainda na segunda década do século XIX<sup>232</sup>. Prática que certamente não foi exclusividade destes dois potentados, pois, segundo uma correspondência remetida ao presidente da província em 1850, pelo presidente da câmara de vereadores de Cruz Alta:

Com era mais fácil às pessoas que vinham se estabelecer neste lugar comprarem a um Cabildo o campo que precisavam, por baixo preço, que obter por Sesmaria, preferiram a este expediente, até que sendo o Comandante Geral de Missões autorizado a conceder terrenos devolutos e sendo este meio ainda mais fácil de obter terrenos a ele recorriam todos que quisessem [...].<sup>233</sup>

Por outro lado, o planalto foi o espaço onde a presença luso-brasileira no território sul-rio-grandense mais tardou a se efetivar, em boa medida em função da defesa territorial empreendida por parcialidades kaingang e xokleng. Todavia, já não parece suficiente pensar nestas interações apenas pelo ponto de vista do conflito ou da assimilação.

Diante do que discutimos até aqui, faz-se necessário também pensar sobre o papel de agentes intermediários, que operaram concretamente alianças entre indígenas e invasores. Para o caso da fronteira meridional da América, entre meados dos séculos XVIII e XIX, Elisa F. Garcia se atentou para o papel das mediações. De acordo com a autora, as experiências históricas de sujeitos como os paulistas foram fundamentais para a consolidação da presença luso-brasileira no extremo-Sul da América:

Tidos como tradicionais “inimigos” dos índios missioneiros, aos quais estes nutririam verdadeiro horror devido aos seus ataques no século anterior às reduções, pode parecer inusitado as constantes referências aos relacionamentos entre estes. Os paulistas, porém,

não eram, ou haviam sido, apenas os maiores “inimigos” dos índios, eram também os seus maiores conhecedores. Como visto, falavam a língua geral, sabiam do que os índios gostavam e como se aproximar e agradar esta população. Nos planos portugueses de atração da população missioneira, tiveram papel fundamental na condição de mediadores. Ou seja, sendo as pessoas mais próximas culturalmente dos índios na composição das forças portuguesas, eram eles os mais indicados para efetuarem as negociações.<sup>234</sup>

Garcia apontou ainda uma série de outros indícios sobre tais processos e sua relevância, destacando também o papel das relações de matrimônio entre luso-brasileiros e mulheres minuano, bem como a importância que tais alianças desempenhavam na movimentação das atividades econômicas e militares para ambas as partes envolvidas no acordo<sup>235</sup>. Também Leandro Fontella sustenta que o processo deflagrado em 1801, geralmente referido na historiografia como *conquista definitiva das missões orientais*, não se caracterizou enquanto uma campanha de sujeição militar imposta aos guarani, mas sim como uma atividade diplomática protagonizada por mediadores.<sup>236</sup>

Indivíduos como Borges do Canto, Gabriel Ribeiro de Almeida e Manoel dos Santos Pedroso, familiarizados com os códigos culturais missioneiros e luso-brasileiros, sabendo da insatisfação de boa parte dos guarani com a administração hispano-criolla, negociaram com estas lideranças indígenas um acordo de vassalagem com o soberano português. Segundo Fontella, estes mediadores acionaram tanto performances quanto discursos que indicaram aos missioneiros que o ódio luso-brasileiro era exclusivamente contra os castelhanos e que, em se firmando a aliança com o Rei Fidelíssimo, se “[...] resguardaria a estrutura econômica e sociopolítica missioneira, assim como se respeitaria as normas costumeiras de interação da cultura de contato”<sup>237</sup>. As primeiras décadas do século XIX, todavia, implicaram em graves e conhecidas agitações político-militares na região do Rio da Prata, ao que os guarani não ficaram alheios. Conforme Max R. Ribeiro:

Os guaranis deram respostas diversas ao fenômeno de avanço das fronteiras luso-brasileiras e migrar era uma entre outras tantas estratégias possíveis naquela realidade. A migração, por sua vez,

obedecia a um plano estratégico elaborado no âmbito familiar e era racionalmente pensada de acordo com as necessidades imediatas. A expulsão dos padres jesuítas não encerrou a história missioneira. Ao contrário, os guaranis procuraram interagir com a nova sociedade que se alastrava sem, contudo, perderem os elementos tradicionais de sua organização social, como a religião e a família extensa. Mesmo migrando e, passando a viver entre os luso-brasileiros, foram capazes de manejar sua própria história fazendo escolhas que, por vezes, os colocaram em situações inevitavelmente desvantajosas.<sup>238</sup>

Estas populações autóctones, como argumenta Ribeiro, não desapareceram. Entretanto, até o momento, estudos sobre a continuidade da presença guarani no Rio Grande do Sul não avançaram além das três primeiras décadas do século XIX, com exceção dos trabalhos de Karina M. R. da Silva e Melo, sobre a aldeia de São Nicolau do Rio Pardo<sup>239</sup>, e Isadora T. L. Diehl, a respeito justamente das estratégias guarani e kaingang de enfrentamento do que a autora está chamando de uma política de “invisibilização” dos povos indígenas na Província de São Pedro.<sup>240</sup>

Em paralelo, os estudos que tematizam especificamente as relações entre os kaingang e a sociedade luso-brasileira costumam investir sobre a segunda metade do século XIX, constituindo a principal referência bibliográfica para se pensar as experiências indígenas neste período. Até o momento, no entanto, tais estudos têm mobilizado fundos documentais muito semelhantes entre si, quais sejam, documentação político-administrativa e correspondências ou relatos escritos por viajantes, religiosos, burocratas, entre outras crônicas coevas ou memoria-listas<sup>241</sup>; com exceção do trabalho de Francisco, que analisou alguns inventários *post-mortem*, embora tenha explorado pouquíssimo esta fonte<sup>242</sup>. Nenhum destes estudos investigou a presença kaingang em registros paroquiais de batismo no Rio Grande do Sul, por exemplo. Os processos judiciais e arquivos dos tabelionatos, da mesma forma, ainda são pouquíssimo visitados pelos estudiosos da história kaingang no Rio Grande do Sul.

Deste modo, suas análises circunscrevem-se a alguns âmbitos destas interações, mormente às atuações das lideranças kaingang e suas estratégias de enfren-

tamento ou negociação com setores da sociedade luso-brasileira. Entretanto, percebe-se, lendo estes próprios estudos, o quanto tais interações engendraram experiências e teceram redes de relações sociais ambíguas, cuja complexidade pode ser melhor reconstituída na medida em que novas fontes e metodologias forem agregadas, tal como buscamos desenvolver, ainda que modestamente, ao longo deste capítulo. Nos parece importante destacar, conforme observa Navarrete Linares, que mesmo os grupos étnicos não são coletivos homogêneos cujos membros interagem com o mundo de maneira idêntica.

En su interior, en efecto, los grupos sociales y las culturas son heterogéneos: se dividen en clases, estamentos y colectividades con prácticas, valores e ideas diferentes que actúan de acuerdo con agendas propias no siempre compatibles entre sí. Igualmente, los sistemas de conocimientos, simbólicos y de representaciones que construyen no son siempre compatibles entre sí ni forman parte necesariamente de un conjunto coherente que los abarque a todos. Esto no significa, sin embargo, que las culturas y grupos sociales sean simplemente agregados de “rasgos culturales” o de “memes” que se reproducen de manera independiente y que forman consrelaciones esencialmente arbitrarias. Los diferentes ámbitos culturales en los que se mueve un grupo social se articulan y jerarquizan en función de la propia organización política y también de los mecanismos y prácticas de intercambio social y económico entre sus miembros. Estas redes amplias y dinámicas integran los diferentes ámbitos culturales em relaciones funcionales pero también, en ocasiones, en relaciones de contradicción o conflicto abierto.<sup>243</sup>

Dito de outro modo, não é possível tratar as relações entre indígenas e não indígenas *de modo geral*. Os grupos indígenas, em que pese o compartilhamento de horizontes culturais como as matrizes linguísticas e as experiências históricas, não agiram de forma homogênea em relação aos europeus e euro-americanos. À guisa de exemplo, um indígena kaingang natural do aldeamento de Nonoai<sup>LVIII</sup>,

<sup>LVIII</sup> A partir de meados do século XIX algumas lideranças kaingang passaram a negociar a fixação de seus aliados em frações do território anteriormente ocupado. No Rio Grande do Sul, com o passar dos anos alguns destes espaços passaram a ser identificados pelos nomes dessas lideranças e já no período republicano estes territórios foram oficialmente demarcados. Uma destas aldeias chamava-se Aldeamento Nonoai, em alusão ao cacique kaingang Nonohay ou *Nonvéin*. LAROQUE, *Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)...*, 2000.

no Rio Grande do Sul, a depender da família do pai, seria pertencente à metade clânica *kamé* ou *kairukré*<sup>LIX</sup>. Ao longo da vida, este sujeito poderia se tornar xamã ou soldado da Guarda Nacional – talvez ambos – e então acabar marchando para lutar na guerra contra o Paraguai.<sup>244</sup>

Indo para a Guerra, não era impossível que este kaingang se amiasse com uma mulher parda forra e que o casal desse um filho em batismo ao comandante militar do pai da criança. De regresso, este indígena era capaz de se empregar como peão na fazenda do novo compadre e servir de mediador para que outros kaingang fossem se arrancar naquela fazenda. Tais relações poderiam até lhe render uma patente de alferes. Isto é, o fato de nascer kaingang não esgotaria os elementos constituintes da identidade deste sujeito.

Durante a segunda metade do século XIX, em que pese um cenário cada vez mais adverso, as populações indígenas seguiram existindo e, mesmo em situações muito assimétricas, entabulavam relações e estratégias sociais que não necessariamente implicavam na ruptura definitiva de seus laços pessoais com parentelas autóctones ou de suas identidades étnicas. Max Ribeiro<sup>245</sup>, analisando as migrações guarani para Santa Maria da Boca do Monte durante as primeiras décadas do século XIX, por exemplo, argumenta que uma das estratégias utilizadas por famílias missionárias para reconstituir – mesmo que parcialmente – suas formas de sociabilidade tradicionais, foi a aliança com luso-brasileiros que haviam se tornado proprietários de frações territoriais anteriormente pertencentes às estâncias missionárias:

<sup>LIX</sup> De acordo com uma tradição etnológica que reporta a Curt Nimuendajú – mas que se desenvolveu amplamente a partir das contribuições da antropologia estruturalista – os kaingang, como outros povos pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, apresentam uma organização social dualista e idealmente exogâmica. Um dos princípios norteadores desta organização social se expressa através dos mitos de origem do povo, que narram a saga dos irmãos Kamé e Kairukré que, sobrevivendo a um dilúvio, foram responsáveis pela recriação do mundo. Conforme a mitologia, os filhos destes irmãos contraíram matrimônio com mulheres kaingang, dando origem aos clãs dos descendentes de um e outro irmão mitológico. Desta feita, toda criança kaingang é designada com a descendência clânica do pai e deve contrair matrimônio entre os descendentes do clã da mãe. Importa notar também que esta organização prescreve aspectos da subjetividade e da socialidade envolvendo características distintas atribuídas aos descendentes destes clãs, bem como comportamentos que devem ser observados na relação de convivência intra e interclânica. Com efeito, em geral, os kaingang que ainda preservam essa tradição costumam saber que pertencem ao clã dos *kamé* ou *kairukré*. VEIGA, Juracilda. *Organização social e Cosmovisão Kaingang*: uma introdução ao parentesco, casamento e nominação em uma sociedade Jê Meridional. 282f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. São Paulo, Campinas, 1994.

Possivelmente, todas aquelas famílias formavam uma comunidade indígena que mantinha alguns traços da organização social missioneira. Naturalmente, não se tratava do regime comunitário missionário, nem de uma unidade produtiva que gerava excedente. É mais provável que se tratasse de famílias espalhadas por alguns campos e estâncias de particulares, separados por algumas léguas de distância, mas que mantinham laços sociais efetivos.<sup>246</sup>

É provável que algo semelhante tenha ocorrido no planalto sul-rio-grandense, onde, segundo Paulo Zarth: “[...] por volta [do ano] de 1850, todos os campos nativos já haviam sido apropriados, sendo obtidos através do simples expediente de obter concessão das autoridades militares locais e/ou por meio da compra de vastas áreas de campo a preços irrisórios”<sup>247</sup>. Ao passo que o próprio Zarth, entre outros pesquisadores, tem demonstrado a presença nestas mesmas terras de “posseiros”, “agregados”, “intrusos” e uma série de outros grupos geralmente abarcados pela historiografia na categoria “lavradores nacionais livres”. Até o momento, nem a história agrária, tampouco a história indígena, conseguiram demonstrar claramente que parte destes “nacionais livres” eram grupos indígenas, mas os indícios disso são cada vez mais numerosos.

Para além do fato de que até muito recentemente os historiadores não se interessavam pela história indígena, também há especificidades inerentes aos processos históricos que certamente têm influído para que determinados setores destas populações não sejam percebidos em certos contextos. A nova história indígena tem demonstrado que, durante o século XIX, as representações<sup>LX</sup> que circulavam no Brasil sobre os povos indígenas funcionavam como uma atuali-

<sup>LX</sup> Aquí entendemos representações no sentido proposto por Navarrete, isto é, “[...] no significa, sin embargo, que estos conocimientos no tengan ninguna relación con la realidad a la que se refieren y que sean simplemente representaciones solipsistas construidas dentro del horizonte de la cultura occidental, como han argumentado algunos autores, pues de haber sido así no hubieran sido capaces de incidir efectivamente sobre estas sociedades y sus culturas, lo que patentemente sí lograron. Lo que significa es que fueron constituidos dentro de las redes de poder y de conocimiento que articulaban a los agentes de la dominación europea con los pueblos indígenas y, en ese sentido, no sólo describieron sino construyeron una nueva realidad de estos pueblos: la de indios o naturales sometidos a la dominación europea. Como tales, alcanzaban un mayor o un menor grado de eficacia en cuanto lograban incorporar, movilizar y modificar a estos grupos de acuerdo con sus objetivos”. NAVARRETE, *Hacia otra historia de América...*, 2015, p. 16.

zação do que John Manuel Monteiro chamou de “binômio tupi-tapuia”<sup>LXI</sup>. Nas palavras de João Pacheco de Oliveira:

A Independência [do Brasil] desencadeou um conjunto complexo de processos, associados, sobretudo, ao Segundo Reinado, que acarretaram a alteração do regime discursivo quanto aos indígenas. A atenção de políticos, legisladores e autoridades se deslocou para os “índios bravos”, que eram aqueles que impunham limites à expansão da colonização, enquanto os “mansos”, os índios coloniais, já estariam de alguma forma integrados na vida econômica e social da antiga Colônia.<sup>248</sup>

Em outras palavras, havia interesse das elites políticas brasileiras em negar a condição de indígenas daquelas pessoas que já haviam se apropriado mais efetivamente dos códigos culturais luso-brasileiros. Tratava-se, como demonstrou Manuela Carneiro da Cunha<sup>249</sup>, de uma iniciativa voltada para a expropriação territorial das aldeias coloniais. Entretanto, esta política que tendia a enfatizar que somente eram indígenas aqueles grupos belicosos que, ainda em meados do século XIX, reagiam sistematicamente ao avanço da territorialidade luso-brasileira – como parte dos kaingang e a maioria dos xokleng –, criava também uma margem de atuação para aqueles indígenas mais habituados a circular entre os não-indígenas e que nem sempre sentiam a necessidade de sublinhar sua ascendência.

Isto é, se em determinadas ocasiões era fundamental para as pessoas indígenas se diferenciarem, por exemplo, daquelas juridicamente escravizadas, não podemos esquecer, contudo, que a hierarquia social no Brasil oitocentista posicionava no topo aquelas pessoas consideradas “brancas”. Esta classificação, infor-

<sup>LXI</sup> De acordo com Monteiro, durante as primeiras décadas da presença portuguesa na costa brasileira, as crônicas e representações luso-brasileiras produzidas a fim de esquadriñar minimamente a complexa paisagem étnica do território brasileiro foram informadas por narrativas fornecidas por grupos tupi-guarani com quem os portugueses conviveram mais sistematicamente. Neste sentido, o termo “tapuia”, utilizado pelos tupi-guarani para descrever grupos não-tupi, foi se generalizando como um paradigma descritivo maniqueísta, em que os valores considerados positivos são associados aos Tupi e os negativos aos Tapuia. No século XIX, tal dicotomia foi atualizada também no campo intelectual. O historiador do IHGB Francisco A. Varnhagen, por exemplo, tomou a oposição Tupi-Tapuia para sustentar politicamente que os Tupi àquela altura já haviam todos perecido em guerras como aliados dos portugueses ou se misturado à população luso-brasileira, enquanto os indígenas que, durante o século XIX, se opunham às sistemáticas invasões dos seus territórios foram chamados de Tapuia pelo historiador. MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. 235f. Tese (Livre docência). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2001.

mada por um vocabulário cromático, não designava níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição civil estavam indissociavelmente ligadas.<sup>250</sup>

Estes lugares sociais eram resultado também de arranjos e configurações locais, de maneira que, a depender da circunstância, à mesma pessoa poderiam ser atribuídas classificações distintas. É provável, portanto, que diversas pessoas indígenas tenham ido aos tabelionatos comprar, vender, doar ou receber algum bem ou tenham enfrentado o sistema judiciário brasileiro, sem que suas ascendências indígenas fossem assinaladas, como vimos nos casos de João Potro, Maria Conceição e Amélia.

## 2.5. *À guisa de arremate II*

Ainda que, do ponto de vista metodológico, neste capítulo tenhamos nos orientado pelos mesmos princípios do anterior, no que diz respeito às perguntas que fizemos às fontes a operação foi praticamente inversa. Isto é, se no capítulo inicial buscamos discutir a dimensão militar da sociedade em que Mello Brabo se inseriu, tendo em vista exatamente as evidências disso que sua trajetória permitiu analisar; neste segundo capítulo, interrogou-se as fontes sobre a dimensão social da vida de um militar.

Em um primeiro momento, tentamos situar o leitor em relação ao espaço geográfico a respeito do qual estaríamos tratando mais diretamente. Enfatizamos a dimensão de conquista do território aos povos indígenas, pois consideramos que este processo é esclarecedor da formação da sociedade luso-brasileira. Formação essa que, na serra de Botucaraí, desenrolou-se em contexto relativamente tardio, assim como em outras áreas que até então pertenciam às antigas estâncias missioneiras. Inferimos que Antonio José de Mello Brabo se estabeleceu efetivamente neste lugar já num contexto posterior à conquista, de modo que sua ascensão como militar e como *estancieiro* ocorreu quase simultaneamente, acenando para a necessidade de se insistir na investigação da formação social do planalto sul-rio-grandense, ainda muito marcada na historiografia por uma naturalização do processo de conquista e da figura do militar-estancieiro.

Em seguida, buscamos explorar uma variedade de vínculos sociais nutridos por Antonio Joze de Mello Brabo durante as décadas intermediárias do século XIX, que também foram anos em que as instituições militares brasileiras passaram por importante processo de transformação. Ainda que sem condições de demonstrar efetivamente que tais vínculos constituíam o núcleo do seu cabedal militar, acreditamos ter apresentado indícios significativos neste sentido. Isto é, embora a sua margem de atuação em relação ao recrutamento militar estivesse sempre constringida por outros sujeitos melhor situados na hierarquia político-militar do planalto sul-rio-grandense, argumentamos que, quando dos episódios de guerra, sua autonomia aumentava significativamente.

Deste modo, enquanto tenente-coronel honorário do Exército e da Guarda Nacional, diante de um contexto sistematicamente marcado por conflitos militares, o principal capital social de Antonio Joze de Mello Brabo nos parece ter vertido das armas. É provável que quem com este sujeito se relacionava cotidianamente estivesse atento a isto. Nesta esteira, é claro que em alguma medida estas relações que analisamos são da ordem do que Richard Graham chamou de relações clientelistas<sup>LXII</sup>: “A partir da própria família, membros da casa, meeiros, negociantes das pequenas cidades que dependiam de seu comércio varejista, e seguidores de todo o tipo, um fazendeiro ou estancieiro reunia aqueles que dependiam dele e ofereciam, em troca, lealdade”<sup>251</sup>. Por outro lado, como argumenta Miqueias H. Mugge,

Essa *massa* de seguidores de mandões locais *não* era facilmente cooptada, como às vezes se supõe. O emprego da violência, acredito, era a todo modo evitado, já que gerava grande eco nas correspondências que chegavam ao centro do poder. As coisas, destarte, não aconteciam automaticamente. Considerá-los apenas *homo economicus*, que almejavam somente fins materiais, dotados de uma racionalidade econômica específica, é também tornar invisível a complexidade das relações humanas de reciprocidade. O modo incessante pelo qual as elites locais, que rivalizavam entre

<sup>LXII</sup> Ainda que não se aprofunde nessa discussão, Richard Graham tangencia a questão do substrato cultural que informava as relações sociais no Brasil imperial, especialmente no mundo rural. Sua atenção aos conceitos de *casa e família* enquanto categorias émicas fundamentais para aquela sociedade aponta neste sentido. Cf. GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p. 27-65.

si e tentavam manter “subordinados” ao seu lado [...], e a cotidianidade das relações que levavam à solidificação dos laços que formavam redes, são um sinal do que aqui afirmo. Ao considerar os comandantes homens de Estado, é necessário lembrar que estes laços conformavam o modo com o qual o Império chegava àquelas paragens.<sup>252</sup>

Em vista disso, tentamos mirar os sujeitos com quem Mello Brabo interagiu considerando-os, como sugere Imizcoz, desde um ponto de vista “global”, isto é, ciente de que: “[...] los individuos tienen unos atributos y unos valores – de economia, cultura, creencias, capacitación, posición en una escala social, etc., [...], los individuos actúan con sus atributos y con su cultura”<sup>253</sup>. O passado, todavia, é uma alteridade radical<sup>254</sup>. Ao invés de tentar domesticar esta alteridade, procuramos em expressões êmicas como “amigo”, “china” e “dádiva” acessar alguns vestígios dos esquemas mentais que informavam as ações daquelas pessoas.

Aqui nos parece válido retomar o debate que iniciamos no tópico final do capítulo anterior, a respeito da persistência de práticas sociais com raízes costumeiras antigas, como a ponderação de Farinatti a respeito do funcionamento de uma “economia moral do dom” durante as expedições militares luso-brasileiras que precederam e sucederam a guerra da Cisplatina. O autor observa que, a despeito de ter se transformado durante o século XVIII, particularmente durante o Período Pombalino,

No período tratado aqui, as primeiras décadas do Oitocentos, no contexto da conquista e apropriação das áreas extremas das Fronteiras de Rio Pardo e Rio Grande, havia elementos daquela cultura política e econômica que seguiam sendo reiterados. É certo que novos conceitos começavam a enraizar-se na gramática ideológica dos tempos das independências, mas eles não se estenderam sobre o vazio, nem tiveram a capacidade de substituir de modo rápido, completo e mecânico as formas tradicionais de organizar a sociedade, a economia e o poder.<sup>255</sup>

José Iran Ribeiro demonstrou que, embora em diversas províncias do Império a repressão às revoltas do período regencial tenha jogado a favor do processo de fortalecimento do estado monárquico, na província de São Pedro – o nervo

militar do Império, como a chamou Wilma P. Costa<sup>256</sup> – não foi o que ocorreu<sup>257</sup>. Miqueias Mugge, por sua vez, evidenciou que, nesta província, a Guarda Nacional foi o *locus* de negociação privilegiado entre as elites sul-rio-grandenses e os agentes do poder central.<sup>LXIII</sup>

Desta feita, os cabedais militares continuaram sendo recursos sociais de extrema importância, já que no Rio Grande do Sul, como argumentou Mugge, “[...] a Guerra do Paraguai foi o ápice da influência do ‘sistema miliciano’”<sup>258</sup>. Isto é, este sistema de recrutamento militar baseado em lealdades pessoais e profundamente dependente da capacidade de mobilização militar dos senhores da guerra.

Lembrando o cerne da noção de cabedal militar, tratava-se de uma “capacidade de negociar para baixo com o subalternos e para os lados, com os aliados”, que “tornava os potentados locais importantes para o Império, e dotava-os de mais recursos para negociar para cima”<sup>259</sup>. Buscamos demonstrar neste capítulo que boa parte da atividade social de Antonio Joze de Mello Brabo, durante o período que analisamos, envolveu negociações neste sentido.

Na mesma esteira, percebemos também que estas negociações estavam claramente informadas por uma economia do dom. É verdade que já não se tratava de uma realidade de conquista territorial, como no início do século XIX, mas esta memória da conquista ainda existia e muitos sujeitos, como o próprio Mello Brabo, certamente as nutriam.

Com efeito, a lógica da reciprocidade assimétrica, profundamente sedimentada na cultura política da sociedade colonial luso-brasileira, se expressava tanto em situações cotidianas como os vínculos de agregação e relações de parentesco, quanto em eventos dramáticos como os recrutamentos para a guerra. Dito isso, nos parece importante questionar agora os parâmetros a partir dos quais podemos minimamente comparar as trajetórias de sujeitos ao mesmo tempo tão semelhantes e tão diferentes como foram os senhores da guerra sul-rio-grandenses.

<sup>LXIII</sup> Aqui não se pretende enfatizar uma dicotomia centro-periferia, mas os processos de mediação que tais relações envolvem.

## NOTAS DE FIM

- <sup>1</sup> GODBOUT, Jacques T. *O espírito da Dívida*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 162.
- <sup>2</sup> LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da História: Novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 140.
- <sup>3</sup> AHRS, *FGN*. Caixa 7. Maço 15. Ofício do Comandante Superior da Guarda Nacional da Passo Fundo cel. Antonio Mascarenhas Camello Júnior ao presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Passo Fundo/RS, 9 abr. de 1865.
- <sup>4</sup> AHRS, *FGN*. Caixa 7. Maço 15. Ofício do Comandante Superior da Guarda Nacional da Passo Fundo cel. Antonio Mascarenhas Camello Júnior ao presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Passo Fundo/RS, 9 abr. de 1865.
- <sup>5</sup> AHRS, *FGN*. Caixa 7. Maço 15. Ofício do Comandante Superior da Guarda Nacional da Passo Fundo cel. Antonio Mascarenhas Camello Júnior ao presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Passo Fundo/RS, 12 jun. 1865.
- <sup>6</sup> AHRS, *FGN*. Caixa 7. Maço 15. Ofício do Comandante Superior da Guarda Nacional da Passo Fundo cel. Antonio Mascarenhas Camello Júnior ao presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Passo Fundo/RS, 12 jun. 1865.
- <sup>7</sup> AHRS. *FGN*. Caixa 5. Maço 5. Ofício do tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo ao presidente da província. Soledade/RS, 12 jun. 1865.
- <sup>8</sup> IMIZCOZ, *Redes sociales y correspondencia epistolar...*, 2011, s.p.
- <sup>9</sup> CV-10.217, 18 jul. 1842. In: AHRS, Anais. Vol. 24, 2020, p. 191.
- <sup>10</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto Gaúcho (1850 – 1920)*. Rio Grande do Sul, Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997.
- <sup>11</sup> ZARTH, Paulo A. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.
- <sup>12</sup> ZARTH, *História agrária do Planalto Gaúcho (1850 – 1920)...*, 1997; ZARTH, *Do arcaico ao moderno...*, 2012.
- <sup>13</sup> OSÓRIO, *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro...*, 1990.
- <sup>14</sup> *Ibid.*, p. 215-216.
- <sup>15</sup> *Ibid.*, p. 218.
- <sup>16</sup> FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Baptista Santiago. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre/RS: Editora Globo, 1963, p. 56.
- <sup>17</sup> ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade...*, 2008, p. 34.
- <sup>18</sup> *Ibid.*, p. 29.
- <sup>19</sup> LOPES, Vicente Zeferino Dias. *Comentário Eclesiástico do Rio Grande de São Pedro do Sul desde 1737*. IHGRS. Cópia datilografada. Versão Original: 1891.
- <sup>20</sup> LOPES, *Op. Cit.*, 1891, p. 105.
- <sup>21</sup> RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: Época Imperial (1822-1889)*. V. 2. Porto Alegre: Edipucrs, 1998, p. 101.
- <sup>22</sup> SILVEIRA, *As missões orientais e seus antigos domínios...*, 1979, p. 273.
- <sup>23</sup> *Ibid.*, p. 274.
- <sup>24</sup> Cf. RIBEIRO, Max R. P. *Estratégias Indígenas na Fronteira Meridional: a situação dos guaranis após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)*. 2013. 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, RS, 2013; FONTELLA, *As Missões Guaraníticas num contexto de Cultura de Contato...*, 2017.
- <sup>25</sup> LAROQUE, Luís Fernando da Silva. *Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)*. Pesquisas. *Antropologia*. nº 56. São Leopoldo: Instituto Anchieta de pesquisas/Unisinus, 2000, p. 43-75.
- <sup>26</sup> MOTA, Lúcio Tadeu. *As Guerras dos Índios Kaingang: A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: Educm, 2008.
- <sup>27</sup> *Ibid.*, p. 130.
- <sup>28</sup> *Ibid.*, p. 145.

- <sup>29</sup> DURAT, Cristiano Augusto. *Terras de aldeamento em disputa: Francisco Gacom e “Uma” História sobre os Kaingang do Paraná (Século XIX)*. 438f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2019.
- <sup>30</sup> *Ibid.*, p. 57.
- <sup>31</sup> LAROQUE, *Lideranças Kaingang...*, 2000.
- <sup>32</sup> DURAT, *Op. cit.*, p. 64.
- <sup>33</sup> *Ibid.*, p. 73.
- <sup>34</sup> *Ibid.*, p. 82.
- <sup>35</sup> FRANCISCO, Aline R. *Kaingáng: Uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Brasil Meridional*. 2013. 358f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS, Porto Alegre, 2013.
- <sup>36</sup> *Ibid.*, p. 119.
- <sup>37</sup> LEVI, Giovanni. *O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar*. Revista Tempo. V.20, 2014, p. 1.
- <sup>38</sup> ORTIZ, Helen Scorsatto. *O banquete dos ausentes: a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade – 1850-1889)*. 2006. 213f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação História. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006, p. 95.
- <sup>39</sup> FARINATTI, Luís Augusto Ebling. A espada e a capela: relações de compadrio dos oficiais de milícia na fronteira meridional do Brasil (1816-1835). *História Unisinos*. V. 16, n.º 3, set-dez, 2012, p. 295.
- <sup>40</sup> *Ibid.*, p. 295.
- <sup>41</sup> APERS. Comarca de Missões. Inventário post-mortem de Anna Joaquina de Mello. Cruz Alta, proc. Nº 26, 1844, p. 9v.
- <sup>42</sup> APERS. Tabelionato de Rio Pardo. 1º Tabelionato. Transmissão/Notas. Livro 8 (1832-1845), Escritura pública de venda de uma sesmaria que faz D. Úrsula Correia da Camara ao Ten. Cel. Antonio Joze de Mello Brabo, Rio Pardo, 1844, p. 175-182v.
- <sup>43</sup> AHRS. Fundo: Sesmarias. Caixa: 8, Requerimento de sesmaria feito por João Maria Xavier de Brito. N.º: 401, ano: 1813.
- <sup>44</sup> FRANCO, *Soledade na história...*, 1975.
- <sup>45</sup> *Ibid.*, p. 23.
- <sup>46</sup> *Ibid.*, p. 9-18.
- <sup>47</sup> *Ibid.*, p. 13-18.
- <sup>48</sup> *Ibid.*, p. 18-22.
- <sup>49</sup> *Ibid.*, p. 19.
- <sup>50</sup> OSÓRIO, *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro...*, 1990, p. 189-190.
- <sup>51</sup> FRANCO, *Op. cit.*, p. 19-22.
- <sup>52</sup> SILVEIRA apud FRANCO, *Op. cit.*, 1975, p. 19.
- <sup>53</sup> FRANCO, *Op. cit.*, 1975, p. 20-21.
- <sup>54</sup> ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2006, p. 224.
- <sup>55</sup> *Ibid.*, p. 226.
- <sup>56</sup> LANGFUR, Hal. Canibalismo e a legitimidade da guerra justa na época da Independência. *Rev. Bras. Hist.* 2017, vol.37, n.75, pp.119-143.
- <sup>57</sup> BONPLAND apud VENZON, Rodrigo. Serra Grande: as Terras Indígenas e a colonização europeia da região de Santa Cruz. In: *Expropriação e lutas*. As Terras Indígenas no Rio Grande do Sul. PET/ANAÍ – RS, 1993, p. 165.
- <sup>58</sup> *Ibid.*, p. 165.
- <sup>59</sup> PORTO, Aurélio. Os Corrêas da Camara: notas genealógicas, biográficas e históricas. In: BRANDÃO, Mario de Pimentel. *Anais do Itamarati*. Ano II, vol. II e III. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do Archivo Nacional, 1937-1938, p. LXXXI.
- <sup>60</sup> Por exemplo: AHU. *Conselho Ultramarino*. Rio de Janeiro (1614-1830). Caixa: 248. Requerimento do negociante da Praça do Porto, João Marcos Vieira De Araújo Pereira, filho do Capitão João Marcos Vieira ao Príncipe Regente [D. João].

- <sup>61</sup> MONTAGNER, Clara Luiza. *No meio do caminho havia uma serra: Picada Botucaraí & História Regional*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2017.
- <sup>62</sup> CV- 7258. RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. Uma República contra o Império (1835/1845). *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHR)*. V. 16. Porto Alegre: AHR; EDIPUCRS, 2009, p. 178-179.
- <sup>63</sup> CV- 7258, Ofício encaminhado por João Marcos V. de Araújo Pereira à Bento Correia da Câmara. Rio Pardo, 3 jul. 1838. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. Uma República contra o Império (1835/1845). *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHR)*. Vol. 16. Porto Alegre: AHR; EDIPUCRS, 2009, p. 179.
- <sup>64</sup> ORTIZ, *O banquete dos ausentes...*, 2006
- <sup>65</sup> *Ibid.*, p. 93-111.
- <sup>66</sup> CHRISTILLINO, *Litígios ao sul do Império...*, 2010, p. 213-287.
- <sup>67</sup> MONTAGNER, *Op. cit.*, 2017.
- <sup>68</sup> APERS. Livro de registro de terras da Paróquia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta. Registro N.º 6. Cruz Alta, 20 abr. 1855.
- <sup>69</sup> APERS. Livro de registro de terras da Paróquia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta. Registro N.º 637. Cruz Alta, 31 jul. 1856.
- <sup>70</sup> APERS. Livro de registro de terras da Paróquia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta. Registro N.º 638. Cruz Alta, 31 jul. 1856.
- <sup>71</sup> APERS. Livro de registro de terras da Paróquia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta. Registro N.º 642. Cruz Alta, 31 jul. 1856.
- <sup>72</sup> APERS. Tabelionato de Passo Fundo. Transmissão e Notas (5º Distrito). Livro S/Nº (1857-1873).
- <sup>73</sup> APERS. Comarca de Missões. Inventário *post-mortem* de Anna Joaquina de Mello. Cruz Alta, proc. Nº 26, 1844.
- <sup>74</sup> APERS. Comarca de Missões. Inventário *post-mortem* de Anna Joaquina de Mello. Cruz Alta, proc. Nº 26, 1844.
- <sup>75</sup> APERS. Libelo cível. Cartório Cível e Crime de Cruz Alta, proc. Nº 703 de 1854.
- <sup>76</sup> AHR. *FAM*. Ofício do tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo ao vice-presidente da província, Luís A. Leite de Oliveira Bello. Porto Alegre, 20 mai. 1852.
- <sup>77</sup> ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade...*, 2008, p. 37.
- <sup>78</sup> *Ibid.*, p. 38.
- <sup>79</sup> *Ibid.*, p. 40.
- <sup>80</sup> *Ibid.*, p. 42.
- <sup>81</sup> *Ibid.*, p. 43.
- <sup>82</sup> *Ibid.*, *Loc. cit.*
- <sup>83</sup> APERS. Libelo cível. Cartório Cível e Crime de Cruz Alta, proc. Nº 703, M. 20, E. 62, de 1854.
- <sup>84</sup> FARINATTI, *Confins Meridionais...*, 2010, p. 140.
- <sup>85</sup> APERS. Cartório Cível e Crime de Cruz Alta. Libelo cível, proc. Nº 703, de 1854.
- <sup>86</sup> APERS. Tabelionato de Passo Fundo. Transmissão e Notas (5º Distrito). Livro S/Nº (1857-1873). Documento que manda lançar o sr. João Borges da Silva. Soledade, 3 fev. 1871, p. 224.
- <sup>87</sup> APERS. Tabelionato de Passo Fundo. Transmissão e Notas (5º Distrito). Livro S/Nº (1857-1873).
- <sup>88</sup> MUGEE, *Senhores da guerra...*, 2016, p. 103.
- <sup>89</sup> FRAGOSO, *Afogando em nomes...*, 2002, p. 47.
- <sup>90</sup> *Ibid.*, *Loc. cit.*
- <sup>91</sup> CERUTTI, *Processo e experiência...*, 1998, p. 182
- <sup>92</sup> APERS. *FAM*. Maço 164. Ofício do tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo ao presidente da província. Porto Alegre, 29 mai. 1853.
- <sup>93</sup> CV-2732. Ofício do tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo ao Conde de Rio Pardo, comandan-

te-em-chefe do Exército em operações na província de São Pedro. Acampamento volante na serra de São Xavier. 14 jul. 1841. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. *Anais*. Vol. 4, Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980, p. 447-448.

<sup>94</sup> CV-2738. Ofício do tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo ao Conde de Rio Pardo, comandante-em-chefe do Exército em operações na província de São Pedro. Acampamento no Vaí, 7 jan. 1842. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. *Anais*. Vol. 4. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980, p. 454.

<sup>95</sup> CV-6839. Ofício do ex-presidente da província Saturnino de Souza e Oliveira ao então presidente e comandante em chefe do Exército em operação, Barão de Caxias. Porto Alegre, 9 nov. 1842. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. *Anais*, vol. 15. Porto Alegre: EST Edições, 2006, p. 149-150.

<sup>96</sup> CV-2738. Ofício do tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo ao Conde de Rio Pardo, comandante-em-chefe do Exército em operações na província de São Pedro. Acampamento no Vaí, 7 jan. 1842. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. *Anais*. Vol. 4. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980, p. 454.

<sup>97</sup> AHRS. *FAM*. Maço 164. Ofício do tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo ao presidente da província. Quartel na Fazenda do Depósito, 15 out. 1853.

<sup>98</sup> APERS. Comarca de Rio Pardo. Cartório de Órfãos e ausentes. Inventario *post-mortem* de Nicolau Falkembach. Rio Pardo, proc. N.º 526,1847.

<sup>99</sup> Cf. AHRS, *FGN*, M. 15, 16, 19.

<sup>100</sup> APERS. Tabelionato de Rio Pardo. 1º Tabelionato. Transmissão/Notas. Livro 8 (1832-1845), Escritura pública de venda de uma sesmaria que faz D. Úrsula Correia da Camara ao Ten. Cel. Antonio Joze de Mello Brabo, Rio Pardo, 1844, p. 175-182v.

<sup>101</sup> Inventário *post-mortem* de Anna Joaquina de Mello. APERS. Comarca de Missões. N.º 26 de 1844.

<sup>102</sup> APERS. Cartório Cível e Crime de Cruz Alta. Libelo cível, proc. N.º 703, de 1854.

<sup>103</sup> LANDÉ *apud* VARGAS, *Entre a paróquia e a Corte...*, 2010, p. 35.

<sup>104</sup> VARGAS, *Entre a paróquia e a Corte...*, 2010, p. 35.

<sup>105</sup> ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, v. 1.

<sup>106</sup> CUNHA, Jorge Luis. Imigração e colonização alemã. In: BOEIRA, Nelson, GOLIN, Tau. **RS**: Colônia (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). Passo Fundo: Méritos, v2. 2006. p. 279-300.

<sup>107</sup> ZARTH, Paulo A. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

<sup>108</sup> CHRISTILLINO, *Litígios ao sul do Império...*, 2010.

<sup>109</sup> ORTIZ, *O banquete dos ausentes...*, 2006.

<sup>110</sup> SILIVEIRA, *As missões orientais e seus antigos domínios...*, 1979, p. 309-310.

<sup>111</sup> APERS. Livro de registro de terras da Paróquia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta. Registro N.º 6. Cruz Alta, 20 abr. 1855.

<sup>112</sup> CUNHA, Jorge Luís Da. *Os colonos alemães de Santa Cruz do Sul e a fumicultura*. 1988. 196f. Dissertação (mestrado em História do Brasil) – CHLA, UFPR, Curitiba, PR, 1988.

<sup>113</sup> Cf. por exemplo: CHRISTILLINO, *Op. cit.*; GREGORY, Júlia Leite. *Uma história social da colonização privada: empresários, imigrantes e o negócio da terra (Vale do Taquari/RS, segunda metade do século XIX)*. Porto Alegre/RS: Editora Fi, 2021.

<sup>114</sup> Sobre a atuação de empresas privadas de colonização. Cf. GREGORY, *Op. cit.*

<sup>115</sup> APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 5º Distrito. Livro S/N (1857-1873), Escritura pública de venda, p. 30-31v.

<sup>116</sup> Cf. APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 5º Distrito. Livro S/N (1857-1873).

<sup>117</sup> FRANCO, *Soledade na história...*, 1975, p. 56.

<sup>118</sup> APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 5º Distrito. Livro S/N (1857-1873), Escritura pública de venda, p. 93.

<sup>119</sup> APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 5º Distrito. Livro S/N (1857-1873), Escritura pública de venda, p. 238.

- <sup>120</sup> Cf. ZARTH. Do arcaico ao moderno..., 2012; CHRISTILLINO, *Litígios ao sul do Império...*, 2010; ORTIZ, *Costumes e conflitos...*, 2014.
- <sup>121</sup> APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 5º Distrito. Livro S/N (1857-1873), Pro-curação bastante, p. 96v.
- <sup>122</sup> APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 5º Distrito. Livro S/N (1857-1873), Lançamento de um documento particular, p. 32.
- <sup>123</sup> APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 5º Distrito. Livro S/N (1857-1873), Lançamento de um documento particular, p. 32.
- <sup>124</sup> APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 5º Distrito. Livro S/N (1857-1873), Lançamento de um documento particular, p. 32v.
- <sup>125</sup> APERS. Cartório Cível e Crime de Cruz Alta. Libelo cível, proc. Nº 703, de 1854.
- <sup>126</sup> APERS. Cartório Cível e Crime de Cruz Alta. Libelo cível, proc. Nº 703, de 1854.
- <sup>127</sup> APERS. Cartório Cível e Crime de Cruz Alta. Libelo cível, proc. Nº 703, de 1854.
- <sup>128</sup> APERS. Comarca de São Borja. Inventário *post-mortem* de Bernardo José de Araújo, proc. Nº 48 de 1854.
- <sup>129</sup> APERS. Comarca de São Borja. Inventário *post-mortem* de Bernardo José de Araújo, proc. Nº 48 de 1854.
- <sup>130</sup> APERS. Comarca de São Borja. Inventário *post-mortem* de Bernardo José de Araújo, proc. Nº 48 de 1854.
- <sup>131</sup> APERS. Comarca de São Borja. Inventário *post-mortem* de Bernardo José de Araújo, proc. Nº 48 de 1854. É possível que fosse açoriano, mas sobre isso não podemos inferir.
- <sup>132</sup> APERS. 2º Tabelionato do Município de Rio Pardo. Registros Diversos. Livro n.º 13. Rio Pardo/RS, Papel de doação, 22 mai. 1843, p. 11.
- <sup>133</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino*: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 07 fev. 2022.
- <sup>134</sup> MORAES SILVA, Antonio. *Dicionário da lingua portugueza* - recompilado dos vocabularios impresos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: < <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>>. Acesso em: 06 fev. 2021.
- <sup>135</sup> PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: < <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/3>>. Acesso em: 06 fev. 2021.
- <sup>136</sup> APERS. Cartório Cível e Crime de Cruz Alta. Libelo cível, proc. Nº 703, de 1854.
- <sup>137</sup> SPARVOLI, Fabrício. A ‘amicitia’ romana entre a invenção e a normalização: um estudo de antropologia histórica. *Enfoques*. Vol. 18, n.º 2, 2021, p. 203-225.
- <sup>138</sup> CARDIM, *Amor e Amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII...*, 2009, p. 22.
- <sup>139</sup> *Ibid.*, p. 23-34.
- <sup>140</sup> *Ibid.*, p. 39.
- <sup>141</sup> *Ibid.*, p. 41.
- <sup>142</sup> *Ibid.*, p. 40.
- <sup>143</sup> *Ibid.*, p. 42.
- <sup>144</sup> *Ibid.*, p. 43.
- <sup>145</sup> *Ibid.*, p. 56.
- <sup>146</sup> XAVIER E HESPANHA, *As redes clientelares...*, 1993, p. 339.
- <sup>147</sup> HESPANHA, *A política perdida...*, p. 89.
- <sup>148</sup> XAVIER E HESPANHA, *Op. cit.*, p. 340.
- <sup>149</sup> *Ibid.*, p. 340.
- <sup>150</sup> HESPANHA, *Op. cit.*, p. 90.

- <sup>151</sup> ARISTÓTELES *apud* HESPANHA, *Op. cit.*, p. 90-91.
- <sup>152</sup> XAVIER E HESPANHA, *Op. cit.*, p. 340.
- <sup>153</sup> *Ibid.*, p. 343.
- <sup>154</sup> BLOCH *apud* GIL, Tiago L. *Coisas do caminho: crédito, confiança e informação na economia do comércio de gado entre Viamão e Sorocaba (1780-1810)*. Brasília: Editora UNB, 2020, p. 87.
- <sup>155</sup> RIBEIRO, *As "Surpresas" de Chico Pedro, as astúcias de Moringue...*, 2021, p. 47.
- <sup>156</sup> APERS, Tabelionato de Cruz Alta, Transmissão e Notas. Livro 8 (1853-1857), Escritura Pública de Perfilhação que faz o Ten. Cel. Antonio José de Mello Brabo, Cruz Alta, 1855, p. 65-65v.
- <sup>157</sup> CRUZ ALTA, Livro de Batismos da Paróquia do Divino Espírito Santo da. *Livro V*. Registro de batismo de Amelia. Igreja Matriz, 05 jun. 1855, p. 4v.
- <sup>158</sup> APERS. 1º Tabelionato de Júlio de Castilhos Distrito do termo da vila de Cruz Alta/RS. Transmissão e Notas. Livro 1 (1855-1859), Escritura pública de doação que faz o tenente-coronel João Baptista de Oliveira Mello, Cruz Alta, 1857, p. 242v.-243.
- <sup>159</sup> LEVI, *Sobre a micro-história...*, 1992, p. 159.
- <sup>160</sup> *Loc. cit.*
- <sup>161</sup> MENEGAT, Carla. Para uma agenda de pesquisa da Guerra dos Farrapos a partir das mulheres. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do; FERNANDES; Ananda Simões; MOREIRA, Paulo R. Staudt; CARDOSO, Raul R. Schefer. (Orgs.). "Sua Majestade o Imperador, ordenou o esquecimento do passado": Coleção Varela – documentos sobre a Guerra Civil Farroupilha (1835-1845). *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHR)*. Vol. 24. São Leopoldo: Oikos, 2020, p. 33.
- <sup>162</sup> *Ibid.*
- <sup>163</sup> *Ibid.*, p. 33-34.
- <sup>164</sup> CV-2157. Correspondência encaminhada por José Mariano de Matos à Domingos José de Almeida, documento sem data, mas que se refere a um episódio da Farroupilha. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. *Anais*, vol. 3. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978, p. 608.
- <sup>165</sup> CV-7180. Correspondência encaminhada por Luiz Joze da Fontoura Palmeiro à Domingos José de Almeida, tratando de desdobramentos dos esbulhos de propriedade praticados durante a guerra civil. Porto Alegre, 12 abr. 1860. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. Uma República contra o Império (1835/1845). *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHR)*. Vol. 16. Porto Alegre: AHR; EDIPUCRS, 2009, p. 109.
- <sup>166</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>. Acesso em: 06 fev. 2021.
- <sup>167</sup> SILVA, Antonio Moraes. *Dicionario da lingua portugueza* - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: < <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>>. Acesso em: 06 fev. 2021.
- <sup>168</sup> PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: < <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/3>>. Acesso em: 06 fev. 2021.
- <sup>169</sup> SCHWUCHOW, Valéria; ECHEVARRIA, Felipe R. Chinás e prendas: imagens da mulher gaúcha no discurso de dois dicionários regionalistas. *Caderno de Letras*. N.º 27, jul-dez, 2016, p. 199-214.
- <sup>170</sup> CALLAGE *apud* SCHWUCHOW; ECHEVARRIA, *Chinas e prendas...*, 2016, p. 209.
- <sup>171</sup> MENEGAT, *Para uma agenda de pesquisa da Guerra dos Farrapos a partir das mulheres...*, 2020.
- <sup>172</sup> COLLING, Ana M. As chinás gaúchas: a invisibilidade do feminino na Guerra do Paraguai. In: *Anais*. XII Encontro Estadual de História – ANPUH/RS. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2014.
- <sup>173</sup> RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: Época Imperial (1822-1889)*. V. 2. Porto Alegre: Edipucrs, 1998, p. 103.
- <sup>174</sup> MATTOS *apud* MOREIRA, Vania M. Losada. Casamentos indígenas, casamentos mistos e política na

América portuguesa: amizade, negociação, capitulação e assimilação social. *Topoi (RJ)*. V. 19, N. 39, (set-dez), p. 29-52, 2018, p. 45.

<sup>175</sup> PAIVA, *Dar nome ao novo...*, 2012, p. 130-143.

<sup>176</sup> PAIVA, *Op. cit.*, p. 21-22.

<sup>177</sup> GUEDES, *Livros Paroquiais de batismo, escravidão e qualidades de cor...*, 2014, p. 127-128.

<sup>178</sup> *Ibid.*, p. 27-28.

<sup>179</sup> Paiva, na realidade, identificou a difusão da noção de *chino* em alguns lugares do mundo colonial hispano-americano. O autor afirma que *chino* provém da palavra *china* que, na língua quéchua, significa criada ou serviçal. GARCÍA SAÍZ *apud* PAIVA, *Dar nome ao novo...*, 2012, p. 39.

<sup>180</sup> Cf. MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. *A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo: histórias vividas por índios Guaranis (Séculos XVIII-XIX)*. 2011. 167f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, 2011, p. 50-54; OESTE, Laura. *Mulheres indígenas e fronteiras platinas (século XVIII): invisibilidade, famílias e alteridades*. 190f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2020; FONTELLA, Leandro G. Alguns contornos do trabalho livre num espaço de economia agropastoril (Região das Missões, Rio Grande de São Pedro, meados do século XIX). *Aedos*. Porto Alegre, v.7, n. 17, p. 365-386, jun/dez. 2015; VOLKMER, Márcia Solange. *Compatriotas franceses ocupam a fronteira: Imigração e Comércio na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (segunda metade do século XIX)*. 282f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013; UBERTI, Hermes. *Abençoando neófitos, tecendo redes socio-familiares na freguesia de São Vicente (Vale do Jaguari – RS, 1854-1912)*. 266f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2016; DIEHL, Isadora Talita. Experiências indígenas em ambiente urbano: os índios em Porto Alegre na segunda metade do século XIX. XIV Encontro Estadual de História – ANPUH/RS: Democracia, Liberdades, Utopias. *Anais*. 2018, p. 1-18.

<sup>181</sup> RIBEIRO, Max R. P. *Estratégias Indígenas na Fronteira Meridional...*, 2013.

<sup>182</sup> *Ibid.*, p. 98.

<sup>183</sup> *Ibid.*, p. 107.

<sup>184</sup> FARINATTI, Luís A. Ebling; MATHEUS, Marcelo Santos. A história de João Potro: Trajetória e relações de reciprocidade de uma família subalterna no sul do Brasil (1820-1855). *Vária História*. V. 33, n. 63, p. 707-743, (set/dez), 2017.

<sup>185</sup> FARINATTI; MATHEUS, *Ibid.*, p. 709, grifo nosso.

<sup>186</sup> *Ibid.*, p. 713.

<sup>187</sup> WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires/ARG: Sb Editorial, 2009, p. 291.

<sup>188</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2002, p. 391-392.

<sup>189</sup> APERS, Tabelionato de Cruz Alta, Transmissão e Notas. Livro 8 (1853-1857), Escritura Pública de Perfilhação que faz o Ten. Cel. Antonio José de Mello Brabo, Cruz Alta, 1855, p. 65-65v.

<sup>190</sup> APERS. Tabelionato de Passo Fundo. Transmissão e Notas. 7º Distrito (Soledade), Livro n.º 1. Lançamento de uma carta de doação. Passo Fundo, 20 ago. 1858, p. 131v-132.

<sup>191</sup> APERS. Tabelionato de Passo Fundo. Transmissão e Notas. 7º Distrito (Soledade), Livro n.º 1. Lançamento de uma carta de doação. Passo Fundo, 20 ago. 1858, p. 131v-132.

<sup>192</sup> APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. Livro 1 (1857-1859). Escritura pública de doação. p. 124-125.

<sup>193</sup> APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. Livro 1 (1857-1859). Escritura pública de doação. p. 124-125.

<sup>194</sup> APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 5º Distrito. Livro S/N (1857-1873).

<sup>195</sup> APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 7º Distrito. Livro n.º 1 (1858-1865).

<sup>196</sup> APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 5º Distrito. Livro S/N (1857-1873). Es-

critura pública de doação, p. 218.

<sup>197</sup> APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. Livro 1 (1857-1859), Escritura pública de doação, p. 124-125.

<sup>198</sup> APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 5º Distrito. Livro S/N (1857-1873), Escritura pública de doação, p. 265-265v.

<sup>199</sup> APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 7º Distrito. Livro 1 (1858-1865), Escritura pública de doação, p. 59v-61.

<sup>200</sup> APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 7º Distrito. Livro 1 (1858-1865), p. 59v-61.

<sup>201</sup> SECRETO, Maria V.; MOTA, Sarita. Escritura de doação de terras. In: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione. (Orgs.). *Propriedade e disputas: fontes para a história do Oitocentos*. Guarapuava: Unicentro/ Niterói: EDUFF, 2011, p. 45.

<sup>202</sup> FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria de F.; *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>203</sup> MATTOS, Hebe M. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria de F.; *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 141-162; FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: *Na trama das redes: política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 243-294.

<sup>204</sup> PORTO ALEGRE, Paróquia de Madre de Deus de. Registro de batismo de José, *Livro XII de Batismos*. 5 dez. 1841, p. 98. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F83G-ZT?i=102&cc=2177295&cat=391247>>. Acesso em: 08/12/2021.

<sup>205</sup> PORTO ALEGRE, Paróquia de Madre de Deus de. Registro de batismo de Emília, *Livro XII de Batismos*. 5 dez. 1841, p. 98. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F83G-ZT?i=102&cc=2177295&cat=391247>>. Acesso em: 08/12/2021.

<sup>206</sup> CRUZ ALTA, Livro de Batismos da Paróquia do Divino Espírito Santo da. *Livro V*. Registro de batismo de Cypriano, Residência do Tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo, na localidade chamada Depósito, 2 fev. 1857, p. 196v.

<sup>207</sup> A FEDERAÇÃO: orgam do Partido Republicano. Porto Alegre. Ano XXVIII. N.º 118. Quarta-feira, 24 mai. 1911. NOTAS sobre os selvícolas. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=24090>. Acesso em: 07 dez. 2021.

<sup>208</sup> MACHADO, Neli T. G. *Entre guardas e casarões: um pouco da história do interior do RS – Uma perspectiva arqueológica*. 225f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2004.

<sup>209</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul. Comarca de Soledade, Brasil, Caixa 127. Inventário *post-mortem* de Antônio José de Mello Brabo, 1885.

<sup>210</sup> SIMONIAN, *A descendência dos índios da Borboleta e problemas de Terras Indígenas...*, 1986.

<sup>211</sup> VENZON, *Borboleta...*, 1993.

<sup>212</sup> SOUZA, *“Aos Fantasmas das Brenhas”...*, 1998.

<sup>213</sup> SOARES, *A lição da Borboleta...*, 2001.

<sup>214</sup> ALMEIDA, *Direito e Antropologia nas Definições de Territórios e Grupos Indígenas no Brasil...*, 2007.

<sup>215</sup> SOUZA, *Op. cit.*, p. 361.

<sup>216</sup> VENZON, *Op. cit.*, 1993, p. 159.

<sup>217</sup> SOARES, *Op. cit.*, 2001, p. 54.

<sup>218</sup> *Loc. cit.*

<sup>219</sup> SILVEIRA, *As Missões Orientais e seus antigos domínios...*, 1979, p. 307-321.

<sup>220</sup> ORTIZ, *O banquete dos ausentes...*, 2006.

<sup>221</sup> SOARES, *Op. cit.*, 2001, p. 45.

- <sup>222</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com Aspas*. Rio de Janeiro: Cosac e Naify, 2009.
- <sup>223</sup> *Ibid.*, p. 125-126.
- <sup>224</sup> MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRU-PIONI, Luís Donisete Benzi. (Orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. P. 221-236.
- <sup>225</sup> Cf. AZEVEDO, Marta M. O Censo 2010 e os Povos Indígenas. *Povos Indígenas no Brasil (PIB Socioambiental)*. Agosto de 2011. Disponível em: < [https://pib.socioambiental.org/pt/O\\_Censo\\_2010\\_e\\_os\\_Povos\\_Ind%C3%ADgenas](https://pib.socioambiental.org/pt/O_Censo_2010_e_os_Povos_Ind%C3%ADgenas)>. Acesso em: 07 fev. 2022.
- <sup>226</sup> BRINGUENTI, Clóvis Antônio. Movimento Indígena o Brasil. In: WITTMANN, Luísa Tombini. (Org.). *Ensino d(e) História Indígena no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2015, p. 143-176.
- <sup>227</sup> NOTZÖLD, Ana L. V; BRINGMANN, Sandor F. O Serviço de Proteção aos Índios e os projetos de desenvolvimento dos Postos Indígenas: o Programa Pecuário e a Campanha do Trigo entre os Kaingang da IR7. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Vol. 5 Nº 10, dez. 2013, p. 147-166.
- <sup>228</sup> NAVARRETE, *Hacia otra historia de América...*, 2015, p. 15-16.
- <sup>229</sup> FONTELLA, *As Missões Guaraníticas num contexto de Cultura de Contato...*, 2017, 43-185.
- <sup>230</sup> NAVARRETE, *Op. cit.*, p. 24.
- <sup>231</sup> FONTELLA, *Op. cit.*, p. 271.
- <sup>232</sup> MUGGE, *Senhores da guerra...*, 2016, p. 230; CAVALARI, *A gênese de Cruz Alta...*, 2004, p. 61.
- <sup>233</sup> AHRS. *Autoridades Municipais*. Maço 60. Cx. 1. Correspondência encaminhada pela câmara municipal de Cruz Alta/RS ao Presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1850).
- <sup>234</sup> GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. 320f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2007, p. 51.
- <sup>235</sup> *Ibid.*, p. 216-259.
- <sup>236</sup> FONTELLA, *Op. cit.*, p. 244-272; FONTELLA, “*Isto fê-los tomar a resolução de se unir conosco*”..., 2021.
- <sup>237</sup> FONTELLA, *As Missões Guaraníticas num contexto de Cultura de Contato...*, 2017, p. 271.
- <sup>238</sup> RIBEIRO, *Estratégias Indígenas na Fronteira Meridional...*, p. 128.
- <sup>239</sup> MELO, *A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo...*, 2011.
- <sup>240</sup> DIEHL, *Criando fronteiras...*, 2023.
- <sup>241</sup> Cf. LAROQUE, *Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)*..., 2000; BRINGMANN, Sandor F. *Índios, colonos e fazendeiros: conflitos interculturais e resistência Kaingang nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (1829-1860)*. 219f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010; DORNELLES, Soraia Sales. *De Coroados a Kaingang: as experiências vividas no contexto de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX*. 134f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2011.
- <sup>242</sup> FRANCISCO, *Kaingâng...*, 2013.
- <sup>243</sup> NAVARRETE, *Op. cit.*, p. 44-45.
- <sup>244</sup> Sobre a participação de indígenas na guerra dos Farrapos e do Paraguai, ver, respectivamente: NEU-MANN, Eduardo Santos. “Um só não escapa de pegar em armas”: as populações indígenas na guerra do Farrapos. *Rev. His. (São Paulo)*. N. 171, jul-dez, 2014, p. 83-109; MELO, *A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo...*, 2011, p. 121-154.
- <sup>245</sup> RIBEIRO, Max R. P. Reminiscências Missioneiras: análise sobre a formação de Comunidades Guaranis no sul do Brasil (Capela de Santa Maria, 1804-1834). *Anos 90*. V. 27, 2020, p. 1-20.
- <sup>246</sup> *Ibid.*, p. 14.
- <sup>247</sup> ZARTH *apud* ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade...*, 2008, p. 30.
- <sup>248</sup> OLIVEIRA, *O nascimento do Brasil e outros ensaios...*, 2016, p. 83.
- <sup>249</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1992, p. 133-154.

- <sup>250</sup> MATTOS *apud* MOREIRA, *Casamentos indígenas, casamentos mistos e política na América portuguesa...*, 2018, p. 45.
- <sup>251</sup> GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. *Diálogos*. V. 5, n. 1, 2001, p. 11-47.
- <sup>252</sup> MUGGE, *Senhores da guerra...*, 2016, p. 102.
- <sup>253</sup> IMIZCOZ, *Actores, redes, processos...*, 2004, p. 125.
- <sup>254</sup> Sobre a noção de História como heterologia (saber sobre o Outro), Cf. OHARA, João R. M. *A história como heterologia: do conceito de História em Michel de Certeau*. 81f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade Federal do Paraná (UFPR). Londrina, 2013.
- <sup>255</sup> FARINATTI, *Cabedais militares...*, 2010, p. 87.
- <sup>256</sup> COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. Campinas: UCITEC, 1996.
- <sup>257</sup> RIBEIRO, *O fortalecimento do Estado Imperial através do recrutamento militar no contexto da Guerra dos Farrapos...*, 2011.
- <sup>258</sup> MUGGE, *Op. cit.*, p. 182.
- <sup>259</sup> FARINATTI, *Op. cit.*, p. 89.

## CAPÍTULO III

Antonio Joze de Mello Brabo e a elite  
guerreira da Província de São Pedro:

*exercícios de comparação*





Em julho de 1885, no município de Soledade, Eustáquio José de Mello deu entrada no processo de inventário do seu falecido pai, o tenente-coronel honorário Antonio Joze de Mello Brabo. Segundo o capitão Cypriano Rodrigues da Silva, inventariante e curador da herança, o dito tenente-coronel teria falecido no dia dois de maio de mil oitocentos e oitenta e dois, sem fazer testamento, deixando apenas um herdeiro conhecido, a saber, Jesuíno José de Mello, de aproximadamente 50 anos, mas que há mais de 24 residia em lugar incerto e não sabido. Os bens arrolados foram uma parte de campo e matos situada no 5º distrito do termo, avaliada em 180\$000 e dois pontões de mato, situados no mesmo distrito, avaliados por 60\$000 cada, perfazendo, portanto, o total de 300\$000<sup>1</sup>. Para se ter uma ideia do quão pouco esse valor significava, convertemo-lo em libras esterlinas, a fim de comparar com os dados apresentados por Ortiz.<sup>2</sup>

Analisando uma série composta por 94 processos de inventários *post-mortem* realizados na freguesia e depois município de Soledade entre os anos de 1861 e 1920, a autora considerou seis distintas faixas de riqueza em que, na mais alta, figuram os inventários cuja fortuna fosse acima de £3.000 e, na faixa mais baixa, os inventários cujo monte mor não superasse £500. Esta faixa menor constitui a maioria dos inventários da amostra da autora, incluindo 67 dos 94 processos, sendo que o total médio dos montes mor desta faixa foi de £214,47<sup>3</sup>. O valor dos bens do tenente-coronel Mello Brabo, conforme a cotação do ano de 1886, era £23,27. Ou seja, deste ponto de vista, trata-se de um valor muito abaixo da média das mais módicas fortunas de Soledade.<sup>1</sup>

Vinte e cinco anos antes, no entanto, quando foi realizado um conselho de qualificação no comando superior da Guarda Nacional de Cruz Alta – com-

<sup>1</sup> Nunca é desnecessário recordar que os setores paupérrimos da população não são contemplados em geral por estudos de inventário, justamente por não realizarem este processo.

preendendo as freguesias de Cruz Alta, Passo Fundo e Soledade – Mello Brabo figurava com destaque como um dos oficiais mais tarimbados entre todos os 4.303 guardas qualificados naquele ano, somando-se os do serviço ativo e os da reserva<sup>4</sup>. Em todo este território, apenas um homem foi qualificado com patente de coronel, justamente o comandante superior de Cruz Alta, o já mencionado Antonio de Mello e Albuquerque ou “Mello Manso”. Imediatamente abaixo na hierarquia militar, foram qualificados, em todo o território daquele superior comando, apenas 4 tenentes-coronéis, a saber, Diniz Dias e Thomas Bandeira na paróquia de Cruz Alta<sup>5</sup>, Manoel Francisco de Oliveira na de Passo Fundo<sup>6</sup> e Antonio Joze de Mello Brabo em Soledade.<sup>7</sup>

Difícilmente algum destes tenentes-coronéis tivesse mais experiência do que Mello Brabo. Nenhum dos outros três tinha cinquenta anos de idade, enquanto este último declarou 68 anos na ocasião. Não avançaremos uma análise serial destas listas, mas, tendo em vista apenas a freguesia de Soledade, naquele conselho de qualificação Mello Brabo foi um dos 57 guardas que declararam uma renda anual igual ou superior a 1:000\$000, pertencendo, portanto, ao seleto grupo de apenas 3,56% do total de 1597 qualificados na ativa e na reserva<sup>8</sup> que alcançavam tal rendimento.

A fim de refletir a respeito destas questões, neste capítulo buscaremos situar a trajetória de Antonio Joze de Mello Brabo em relação a aspectos biográficos de outros personagens minimamente semelhantes. O leitor não encontrará comparações simétricas e exaustivas, menos ainda um esboço prosopográfico. Nossa pretensão é fazer com que a justaposição de alguns aspectos destas trajetórias possa iluminá-las reciprocamente.

Com efeito, refletindo sobre estudos de trajetória e biografia em História, Vendrame e Karsburg sublinham alguns cuidados metodológicos necessários para que não se incorra no que Pierre Bourdieu chamou de “ilusão biográfica”. Um dos principais cuidados, segundo os autores, consiste em notar que, embora toda vida seja singular e que as ações individuais claramente pesem sobre o destino de cada um, “[...] uma vida só faz sentido se confrontada a outras, preferencialmente de pessoas parecidas no tempo e no espaço e colocadas diante dos mesmos horizontes de possibilidades”<sup>9</sup>.

Os sujeitos com os quais estabelecemos reflexões comparativas foram escolhidos pelo fato de terem recebido atenção da historiografia recente, tanto em estudos de trajetórias semelhantes ao nosso, tais como os que empreenderam Leandro R. de Oliveira, José Iran Ribeiro e Jonas M. Vargas sobre as trajetórias de João da Silva Tavares (Visconde do Serro Alegre)<sup>10</sup>, Francisco Pedro de Abreu (Barão de Jacuí)<sup>11</sup> e do brigadeiro David Canabarro<sup>12</sup>, respectivamente. Quanto em estudos mais amplos, no interior dos quais é possível identificar pequenas biografias ou considerações importantes sobre trajetórias de militares que atuaram nos mesmos processos que Antonio Joze de Mello Brabo, como foi o caso de Bento Manoel Ribeiro, Vidal José do Pillar, Antonio de Mello e Albuquerque e Antonio de Mascarenhas Camello Júnior. Em alguns casos, utilizamos também informações que localizamos em fontes primárias ou estudos genealógicos.

### *3.1. Ascensão dos oficiais “bonitos e bem-falantes”, declínio dos “rudes, mas leais e experimentados”?*

Nos anos imediatamente posteriores à pacificação da província, a Guarda Nacional foi organizada por comarcas divididas em legiões municipais, comandadas por um coronel chefe de legião. Em Cruz Alta, pertencente à comarca de Missões, foi organizado o 6º corpo de cavalaria, vinculado à legião de São Borja. Sublinhamos no primeiro capítulo a recalcitrância dos presidentes da província em desmobilizar os guardas nacionais durante o primeiro quinquênio após o fim da guerra civil. Com efeito, em 26 de agosto 1846, durante a realização do inventário de sua falecida esposa, o procurador do dito tenente-coronel afirmou que o viúvo não pôde prestar o juramento de inventariante por andar a serviço da Nação.<sup>13</sup>

Na prática, vamos localiza-lo apenas em 1851, já nas correspondências relativas às reuniões de gente para o conflito contra Oribe e Rosas. Findo o conflito, em 1852, Mello Brabo segue ainda mais dois anos – pelo menos – comunicando-se com o presidente da província a respeito de sua atuação na perseguição e captura de desertores na jurisdição de Cruz Alta. Através das correspondências que encaminhou ao presidente da província entre 1852 e 1854, infere-se que

para este serviço estava atuando com uma força de guarda nacional em destacamento, força que foi dispensada entre finais de 1853 e o início do ano seguinte.<sup>14</sup>

Durante estes anos, a Guarda Nacional estava passando por processos de reorganização. Logo após o fim da guerra civil Farroupilha se seguiram uma série de negociações entre as elites políticas da Corte e as elites militares sul-rio-grandenses, tendo em vista a necessidade do Império recuperar a lealdade dos chefes farroupilhas, sem melindrar os tantos legalistas que se mantiveram leais ao Imperador<sup>15</sup>. Este campo de negociação tinha no horizonte a instabilidade política das repúblicas na região do rio da Prata e uma possível necessidade do Império de intervenção nestes conflitos – como de fato acabou ocorrendo<sup>16</sup>. Foi neste contexto que ocorreram as primeiras tentativas de reorganização da milícia. “A lei de 19 de setembro de 1850 que deu nova organização à Guarda Nacional, de cunho centralizador, modificou a ordem das forças que influenciavam na administração miliciana”<sup>17</sup>.

[...] Agora o presidente de província detinha as prerrogativas de demitir oficiais, suspender e reorganizar quaisquer comandos superiores. Os comandos superiores, aliás, deixavam de ser organizados por municípios e passaram a abranger áreas mais extensas. Em nível local, a figura máxima era o coronel comandante superior [...]. A nomeação do comandante superior partia do presidente de província, que enviava uma proposta ao ministério da Justiça, para, então, ser aprovada. Não só o oficial comandante, mas os subalternos (oficiais superiores, tenentes-coronéis, majores e capitães) passaram a ser nomeados pelo ministério, dando a conhecer a exata dimensão do cunho centralizador da reforma.<sup>18</sup>

Ainda que este movimento centralizador possa ser lido desde seu caráter de cooptação política, na medida em que a Guarda Nacional, nas figuras de seus oficiais superiores – nomeados pelo governo imperial – representava o próprio governo alcançando os lugares mais recônditos do território imperial, também é necessário ter em vista que “[...] os agentes do poder central atuavam com ambiguidade, explorando as fissuras do sistema normativo conforme lhes convinha. Agrupá-los como um núcleo que emanava a centralização *a priori* é contestável”<sup>19</sup>. Ao longo da década de 1850, acomodar as redes pessoais dos

chefes militares a partir da nomeação de comandantes superiores e até mesmo da reorganização territorial dos comandos, mostrou-se ponto nodal deste processo de reorganização.<sup>20</sup>

Por uma anotação à lápis feita em uma correspondência encaminhada por Mello Brabo ao presidente da província em 1853, é possível supor que neste momento tal oficial estivesse subordinado ao comando superior de Missões, sob o encargo do coronel Manuel dos Santos Loureiro<sup>21</sup>. Em 1856, quando este comando superior foi dividido em dois – São Borja e Cruz Alta<sup>22</sup> - Mello Brabo deve ter ficado pertencendo a este último, pois, em 1860, foi qualificado na freguesia de Soledade, pertencente ao município de Passo Fundo e, até então, ao comando superior de Cruz Alta.

A execução das medidas centralizadoras de reorganização da Guarda Nacional no Rio Grande do Sul, ao longo da década de 1850, não foi simples nem rápida, de modo que em 18 de novembro de 1857 um novo decreto alterou a organização da Guarda mais uma vez, especificamente, no entanto, nas províncias do Império que fizessem divisa com outras nações. O novo decreto implicou tanto em mudanças no processo de qualificação dos guardas, quanto na própria distribuição de comandos superiores.

Em 1859 eles dividiam a província em 13 comandos; em 1860, 14; em 1861, 15. A partir de 1862 o número se manteve em 16 comandos até 1866 [...]. Os requisitos para ser um guarda nacional ativo também se tornaram mais flexíveis e quase idênticos aos estabelecidos para os votantes: 100 mil-réis de rendas líquidas anuais (para as províncias fronteiriças), ter entre 18 e 60 anos. Esses homens deveriam apresentar-se frente a um Conselho de Qualificação, composto por três oficiais escolhidos pelo presidente da província; as reuniões aconteciam nas igrejas ou nas câmaras municipais. A distribuição era distrital.<sup>23</sup>

A realização periódica de um Conselho de Qualificação em cada paróquia funcionava como um ritual significativo da vida pública das comunidades. “[...] Cada cidadão do Império deveria apresentar-se, anualmente, a uma mesa composta por três oficiais de milícia, que colocavam seu nome e demais informações em uma lista produzida naquele momento, que passava, posteriormente,

por uma revisão [...]”<sup>24</sup>. Este ritual público envolvia as pessoas mais influentes de cada localidade, mas interessava a população em geral, pois todos os homens livres em idade entre 18 e 60 anos que não pudessem figurar na lista de qualificação, estariam expostos ao risco de acabarem recrutados para a 1ª linha. Por outro lado, o conselho de qualificação também avaliava se o cidadão guarda nacional estava no caso de ser qualificado para o serviço ativo ou da reserva, nesta última condição isentando-se – pelo menos em situações ordinárias – de atividades como destacamento para serviços policiais ou para guarnição das fronteiras.

Após tramitarem as listas com o nome, idade, profissão, renda anual, patente e alguma outra observação a respeito da condição do cidadão qualificado (como estado de saúde, por exemplo), eram homologadas as matrículas dos guardas nacionais. Recentemente Mugge<sup>25</sup> e também Jonas M. Vargas<sup>26</sup> analisaram estas listas tratando-as como resultado de processos de realização e legitimação de arranjos pessoais e das hierarquias socialmente reconhecidas em cada localidade:

Ser transferido para um corpo da reserva poderia ser muito interessante quando a guerra se avizinhava e o único desejo era se manter “nas delícias da paz”. Fazer parte do serviço ativo também pode ter sido estratégico: marchar ao lado de um poderoso local provavelmente renderia bons frutos no futuro, mesmo tendo que lidar com as incertezas do campo de batalha. Ser hierarquizado e qualificado era também demonstrar de que lado se estava – junto de Fulano ou Ciclano, de luzias ou saquaremas, do lado da ordem ou da desordem.<sup>27</sup>

Não obstante, segundo os autores, a análise das listas revela a visão de mundo que informava os sujeitos responsáveis pela produção daquela documentação. O processo de qualificação, portanto, evidencia o valor distinto atribuído às diferentes ocupações como fazendeiro, criador, jornalista, peão, lavrador, etc., bem como uma correlação entre as diferentes variáveis, de modo que, segundo Vargas, na região de Santana do Livramento, as listas acenam para avaliações sociais complexas em que faixa de renda, ocupação, patente militar e idade articulavam-se do ponto de vista dos oficiais responsáveis. A lista, argumenta o autor, “[...] refletia e materializava formas cotidianas de se conceber prestígio e posição

social<sup>28</sup>. Não significa dizer que houvesse um padrão no qual as categorias de maior prestígio devessem necessariamente se combinar, mas “[...] essas variáveis interagiam de forma interdependente, contribuindo para a configuração das hierarquias sociais anteriormente mencionadas [...]”<sup>29</sup>.

[...] Tais dinâmicas socioculturais de hierarquização interna, típicas daquela sociedade fronteiriça, combinavam-se com categorias de classificação definidas pela burocracia central (fazendeiros, criadores, indústrias e outros), numa relação complexa, na qual os critérios informais e os legais se influenciavam. Tudo isso conferia certa singularidade a essa elite e saber se locomover no interior dessa complexa sociedade e conectá-la com o governo central talvez exigisse uma boa relação de reciprocidade com as classes subalternas locais, pois eram elas que compunham a maior parte das milícias que defendiam aquela fronteira.<sup>30</sup>

No ano de 1860, foram realizados conselhos de qualificação em Cruz Alta, Passo Fundo e Soledade. Embora não tenhamos feito análise serializada das listas produzidas, buscamos, a partir desta documentação, refletir sobre a posição de Mello Brabo em relação a outros oficiais. Na ocasião do referido Conselho, o comando superior de Passo Fundo ainda não havia sido criado, de modo que Passo Fundo e Soledade faziam parte do comando superior de Cruz Alta, cujo comandante era Antonio de Mello e Albuquerque, o único coronel qualificado em todo o comando superior: homem casado, com 55 anos de idade, criador, percebendo um rendimento anual de 3:000\$000.<sup>31</sup>

Em termos de patente militar, abaixo deste coronel havia na paróquia de Cruz Alta os tenentes-coronéis Diniz Dias, criador, casado, 34 anos, com rendimento anual declarado de 2:000\$000, comandante do 40º corpo de cavalaria e Thomas Bandeira, solteiro, negociante de 47 anos, cujo rendimento declarado era de 1:000\$000<sup>32</sup>. Já na paróquia de Passo Fundo, o único tenente-coronel qualificado foi Manoel Francisco de Oliveira, fazendeiro, casado, com 43 anos de idade e rendimento anual de 1:000\$000, comandante do 5º corpo de cavalaria<sup>33</sup>. Finalmente, na paróquia de Soledade, o tenente-coronel honorário Antonio Joze de Mello Brabo foi o único oficial qualificado com esta patente<sup>II</sup>,

<sup>II</sup> Incluindo soldados e oficiais da ativa e da reserva, o total de guardas nacionais qualificados em 1860 foi de

na ocasião foi descrito como criador, com 68 anos, casado e percebendo rendimento anual também na casa de 1:000\$000.<sup>34</sup>

Inferir sobre o que se pode chamar de trajetórias bem ou malsucedidas talvez seja um dos tópicos mais complexos – e controversos – do estudo de trajetórias individuais. Como demonstrou Maurizio Gribaudo analisando trajetórias – ou percursos individuais, como prefere o autor – de quatro operários que viveram na França durante o século XIX, por mais que os indivíduos pareçam compartilhar certos atributos como origem – seja local ou social – ramo de atividade profissional, ideologia política, grupo geracional, etc., “a sociedade não é unidimensional”<sup>35</sup>, portanto:

Um recurso, um fato histórico, um discurso, uma relação, um salário ou ainda um acontecimento demográfico, não têm em si nenhum significado. Assumem um significado unicamente no horizonte concreto e preciso da experiência individual. Por outro lado, é igualmente evidente que tais configurações se formam e se mantêm também porque articulam grupos de experiências e de práticas sociais análogas, ou ao menos convergentes em relação ao modo como utilizam certos recursos mais do que outros, como propõe certos tipos de relação mais do que outros, como imaginam e como constroem as hierarquias sociais, como concebem, fabricam e põem em funcionamento as cosmografias sociais.<sup>36</sup>

Dialogando com Johann W. von Goethe, Gribaudo sugere que se queremos pensar em termos de vida bem-sucedida, “[...] é necessário fazê-lo, sobretudo, no sentido goethiano do termo, pela capacidade que um indivíduo possui de administrar os próprios limites e as próprias possibilidades, alcançando um desenvolvimento harmônico do seu conjunto estrutural”<sup>37</sup>. Quero dizer, em 1860, quando foi realizado um conselho de qualificação de guardas nacionais nas paróquias de Cruz Alta, Passo Fundo e Soledade, o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo parecia desfrutar de uma posição bastante destacada.

Todavia, quando em dezembro do mesmo ano de 1860, foi criado o Comando Superior de Passo Fundo, cuja força era composta pelos cidadãos residentes nos 7 distritos do município homônimo – quatro na freguesia de Passo

1.914 em Cruz Alta, 792 em Passo Fundo e 1.597 em Soledade.

Fundo e três na de Soledade – quem foi nomeado comandante foi o recém-feito coronel Antonio de Mascarenhas Camello Júnior<sup>38</sup>. Logo após esta nomeação, também foi promovido por decreto à tenente-coronel comandante do 42º corpo de cavalaria de Soledade o então capitão Irenio José Topásio<sup>39</sup>. Possivelmente tenham sido promovidos à tenentes-coronéis, também neste ínterim entre a criação do comando superior de Passo Fundo e o ano de 1864, João de Freitas Noronha<sup>III</sup> e Francisco Barros de Miranda<sup>IV</sup>, que não figuravam como tenentes-coronéis em nenhuma das listas realizadas em 1860. Sob o comando de Mascarenhas Camello Jr., e coadjuvação destes outros três novos tenentes-coronéis, o Comando Superior de Passo Fundo promoverá as primeiras reuniões em seu território para os movimentos bélicos da guerra contra o Paraguai.

Não temos informações sobre qual foi a reação de Antonio Joze de Mello Brabo quando da nomeação de Camello Júnior, tampouco nos é claro se Mello Brabo nutria expectativa de ocupar tal posição. No entanto, quando se iniciam as reuniões para envio de tropas de Passo Fundo e Soledade para a guerra contra o Paraguai, a tensão entre estes dois oficiais se explicita.<sup>V</sup>

Em um ofício avulso remetido de Soledade à presidência da província em 8 de abril de 1865, um sujeito chamado Francisco Jacob – sobre quem nada sabemos – se apresentava como capitão agregado do 4º corpo de cavalaria da Guarda Nacional de Passo Fundo e afirmava que apesar do “[...] ostracismo a que se ordenou há [ilegível] anos”, encontrava-se “[...] dominado por sentimentos patrióticos em vista da atualidade desta Província e mesmo do Império todo”<sup>40</sup>. Segue o autor da missiva:

[...] atualmente vem dizer a V. Exa. que com a publicação do decreto de 7 de janeiro deste ano, de número 3371, a mocidade dos 5º, 6º e 7º distritos da Soledade com avidéz e entusiástico afã tem procurado um chefe que os reúna em torno de si para os conduzir

<sup>III</sup> Conforme Francisco A. Xavier e Oliveira, João de Freitas Noronha foi qualificado guarda nacional em 1847, promovido a tenente em 1850, capitão em 1857 e a tenente-coronel em 1860. XAVIER E OLIVEIRA, Francisco A. *Anaes do município de Passo Fundo*. Vol. II. Passo Fundo: UPF, 1990, p. 104.

<sup>IV</sup> Também de acordo com Xavier e Oliveira, Barros Miranda foi promovido a 2º sargento em 9 de setembro de 1848, tenente em 1854, capitão em 22 de agosto de 1855 e tenente-coronel em 27 de novembro de 1863, por decreto. XAVIER E OLIVEIRA, *Anaes do município de Passo Fundo...*, 1990, p. 105-106.

<sup>V</sup> Sobre aspectos mais gerais das reuniões promovidas neste contexto em Passo Fundo ver o capítulo 1.

a partilhar os perigos e glórias de nosso Exército [...]. Mocidade esta que não tem com a G.N. compromisso algum por que o mais crescido número não está qualificado. Os desertores, que não por falta de patriotismo, mas por desarmonia com seus oficiais se aglomeraram nestes distritos igualmente reclamam quem os reúna como Voluntários da Pátria.<sup>41</sup>

Este ofício foi enviado pelo já mencionado Jacob, mas poderia tê-lo sido pelo tenente-coronel honorário Antonio Joze de Mello Brabo. É provável que o conteúdo de três ofícios encaminhados por Mello Brabo ao presidente da província, entre fevereiro e maio do mesmo ano, fosse muito semelhante. Apesar de não nos ter sido possível acessá-los, seus resumos são os seguintes: “*Carta ao presidente da província do Rio Grande do Sul solicitando ordens e instruções, em vista da instabilidade que ameaça a província*”<sup>42</sup>, “*Ofício a [Francisco Pereira] informando que Antônio de Mello Bravo se ofereceu para servir na guerra e para organizar um corpo de voluntários*”<sup>43</sup> e “*Ofício a Ângelo Muniz da Silva Ferraz encaminhando ofício do presidente da província do Rio Grande do Sul, o qual se refere ao pedido feito pelo tenente-coronel honorário Antônio de Mello Bravo, para organizar um corpo de voluntários da pátria*”.<sup>44</sup>

Não obtendo resposta do poder executivo, Mello Brabo escreveu novamente, desta vez no mês de julho daquele mesmo ano, relatando o episódio que já aludimos no capítulo anterior, em que apaniguados seus acabaram alvejando um guarda nacional e detendo outro. Nesta missiva, claramente ofendido por estar sendo preterido, o autor afirma ter se sentido na obrigação de escrever para outros oficiais do mais alto escalão da província, quais sejam, “[...] o Exmo. Sr. General Gabriel de Araújo e Silva, a cujo mando já servi [...], e ao Exmo. Sr. General David Canabarro, que me conhece cabalmente, apesar de termos batalhado na guerra civil nesta Província em fileiras opostas [...]”<sup>45</sup>, apontando as razões pelas quais acreditava ser tão grande a deserção nos corpos e companhias que marchavam de Passo Fundo ao teatro da guerra e colocando-se à disposição destes oficiais para sanar o problema.

Dizia mais, que as deserções eram causadas pela “[...] falta de equidade na reunião da G.N. destas paragens que já fez com que tenha havido suicídios da parte dos reunidos, [pelo] patronato sem reboço [e, pela] imoral substituição dos

filhotes pelos miseráveis e desvalidos”<sup>46</sup>. A correspondência contém ainda alguns indícios que podemos utilizar para pensar sobre como este oficial percebeu a reorganização da Guarda Nacional e o lugar que lhe foi atribuído neste processo.

Elevado eu ao posto de Oficial Superior e Honorário do Quadro do Exército à custa do meu sangue, fiz depois a triste experiência de que a gratidão de alguns Principais e de alguns Governos se assemelhe às promessas de certos doentes, que são muito sinceras apenas porquanto o mal aperte. Por isso, a minha posição militar neste Município devia tornar-se um tanto singular numa época que o Governo do meu País precisa mais dos oficiais bonitos e bem-falantes do que dos rudes, mas leais e experimentados soldados das épocas passadas. E, logo assim, de há anos abstive-me de todo o contato com os oficiais de G.N. deste município, por quanto os não fossem velhos companheiros de armas.<sup>47</sup>

Seu descontentamento se relacionava diretamente com o fato de ter sido duplamente preterido, tanto por ter ocorrido que homens como José I. Topásio, Francisco de Barros Miranda e João de Freitas Noronha – cujas carreiras militares eram muito menores do que a sua – se tornaram comandantes de corpos de cavalaria na G.N de Passo Fundo, quanto por ficar em situação de ter que coadjuvar a estes e especialmente ao coronel Camello Júnior nas reuniões; leia-se, subordinando-se a estes. Com efeito, o desentendimento tomou grandes proporções quando, segundo Mello Brabo, chegou-lhe em mãos uma portaria emitida pelo Comando Superior de Passo Fundo, “[...] concebida mais ou menos nos termos seguintes: *‘Está dispensado da marcha o GN Fulano de Tal, por ter ‘pegado’ outro em seu lugar etc.’*, como se um GN fosse um cavalo réu, que se possa pegar e soltar segundo as exigências do serviço”<sup>48</sup>. Fulano de tal, pelo que fica subentendido, referia-se ao próprio Mello Brabo, que protestou: “[...] não oculte o meu desgosto acerca da dispensa da marcha, possibilitada pelo sacrifício de 5 onças de ouro, achei fato escandaloso e será por isso que se procurou insultar-me ou talvez assassinar-me”<sup>49</sup>.

A partir deste ponto, o autor passa a sugerir que os guardas nacionais que tentaram recrutar um peão de sua fazenda, ocasionando o drama de sangue já mencionado, estavam na verdade premeditando “lhe insultar ou talvez lhe assas-

sinar”, com anuência – senão ordem – do coronel Camello Júnior, ironicamente descrito por Mello Brabo como “[...] moço de maneiras delicadas, de bastante urbanidade e de estimáveis qualidades pessoais, segundo me contam os que o conhecem, oficial cuja rapidíssima carreira militar tem feito falar de si nesta Província”<sup>50</sup>. Por outro lado, como já foi discutido na capítulo anterior, o comando superior de Passo Fundo alegava que Mello Brabo obstava o recrutamento e acolhia desertores em sua fazenda<sup>51</sup>. Na prática, após ter se esgotado a capacidade de recrutamento destes homens que estavam encarregados oficialmente das reuniões e, por ocasião da formação do 3º Corpo do Exército – entre o final de 1866 e início de 1867 –, Mello Brabo acabou sendo encarregado de chefiar reuniões em Soledade, por ordem emitida pelo Marques do Herval, com aval do presidente da província, então recém-empossado Francisco I. M. Homem de Mello.<sup>52</sup>

Nos parece que estes episódios têm algo a ver com as (des) acomodações à nível local de interesses entre facções da elite sul-rio-grandense. Mascarenhas Camello Jr., ao que tudo indica, era ligado ao Dr. Pinheiro Machado. Assim como este, era natural de Sorocaba e tomou partido pelos revoltosos na chamada Revolução Liberal de 1842. Segundo Geraldo Rodrigues, Camello Júnior, nascido em 1820, era filho do tenente-coronel Antônio de Mascarenhas Camello e de d. Delfina Maurícia de Sá Martins. Em 1846, foi nomeado capitão do Esquadrão de Cavalaria da Guarda Nacional de Sorocaba<sup>VI</sup> e em 1856 já residia no Rio Grande do Sul. Tendo participado ativamente da emancipação de Passo Fundo e elegendo-se vereador já no primeiro pleito<sup>53</sup> foi, segundo Xavier e Oliveira, o principal líder do Partido Liberal no município, até marchar para a guerra contra o Paraguai.<sup>54</sup>

Quando Camello Júnior nasceu, Mello Brabo provavelmente já fazia parte de alguma força militar luso-brasileira. Mesmo que hipoteticamente não fosse seu desejo tornar-se comandante superior da Guarda Nacional, subordinar-se a um oficial cuja experiência militar era muito menor certamente não correspondia às suas expectativas e, inclusive, poderia colocar em questão a sua legitimidade diante de alguns dos homens sobre quem gozava de influência e prestígio.

<sup>VI</sup> De acordo com Francisco Antonio Xavier e Oliveira, embora não mencione a fonte destas informações, Antonio de Mascarenhas Camello Júnior foi qualificado guarda nacional em 1840 e no ano seguinte promovido a alferes, em 1844 tornou-se capitão e reformou-se na patente de Major.

Evidência disso é que, segundo ele mesmo alegou, a pior ofensa que lhe proferiu a patrulha de guardas nacionais no episódio ocorrido em sua fazenda – em que acabou preso um guarda e baleado outro – foi o fato de o cabo de esquadra, “com a espada desembainhada” e a “pistola engatilhada nas mãos”, dizer-lhe que “[...] não respeitava a Tenentes-coronéis e seus galões, mas sim cumpria ordens do seu comandante”<sup>55</sup>. “Graças a Deus”, finalizava Mello Brabo, “[...] apesar dos meus setenta e tantos anos de idade, ainda me assistem as forças físicas para eu despeçar a cabeça de um atrevido que queira insultar-me”.<sup>56</sup>

Ou seja, as medidas de centralização empreendidas ao longo da década de 1850 e início da seguinte, como afirma Miqueias Mugge, foram metabolizadas de maneiras muito distintas em cada região da província. Mello Brabo, que teve divergências significativas com a família da esposa do coronel Mello e Albuquerque, até chegou a se aproximar do Doutor Pinheiro Machado, pois localizamos uma procuração assinada por aquele tenente-coronel para que este bacharel em direito lhe representasse na já referida causa movida contra Bernardo José de Araújo<sup>57</sup>. Esta aliança, todavia, em 1858 já deixava indícios de não ter se efetivado. Em um pronunciamento na assembleia legislativa provincial, ao questionar os métodos de captura de desertores na paróquia de Soledade, Pinheiro Machado cita ações de Mello Brabo como exemplo das arbitrariedades que buscava denunciar<sup>58</sup>. Finalmente, em 1860, Mello Brabo acaba ficando em segundo plano tanto em Cruz Alta, quanto em Passo Fundo.

Todavia, não são as idiosincrasias deste personagem o objeto do nosso interesse, como já dissemos. Deste modo, cabe questionar razões pelas quais este sujeito, militar experimentado em tantas guerras, não se tornou comandante superior da Guarda Nacional. Evidentemente não nos arrogamos a pretensão de resolver essa questão de maneira taxativa, mas apontaremos alguns elementos que podem auxiliar na reflexão, exercitando justamente a comparação com outros oficiais que tiveram trajetórias destacadas na província de São Pedro entre a guerra civil e a guerra contra o Paraguai.

### 3.2. *Entre estancieiros militares e militares estancieiros*

“Apesar da multiplicação de estudos sobre a Revolução Farroupilha”, afirma Miqueias Mugge, “[...] há espaços vazios no que diz respeito às trajetórias dos antigos rebeldes”<sup>59</sup>. O autor assinala também que seria um erro “[...] tratar o grupo rebelde sul-rio-grandense como um bloco homogêneo”. Ainda que, nos últimos anos, esse quadro tenha começado – timidamente – a se reverter, ambas afirmações podem ser estendidas também para o caso dos militares legalistas.

Pensem inicialmente nas trajetórias de dois paulistas radicados no planalto sul-rio-grandense que tiveram algum destaque entre os oficiais legalistas daquela vila, a saber, Mello Brabo e Vidal José do Pillar. No ano de 1841, ambos foram agraciados com hábitos de cavaleiros da Ordem do Cruzeiro, pelos serviços prestados contra os farroupilhas. A relação entre estes não era nada boa, como foi visto no primeiro capítulo. Mas, além de suas intrigas, outros aspectos também lhes afastavam.

Pillar nasceu em 1780, na vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhas de Curitiba. Era sobrinho materno dos irmãos João José de Barros e Antônio José de Barros, tropeiros antigos, João, inclusive, mencionado por Araújo como “[...] um dos primeiros tropeiros a descer de São Paulo na primeira metade do oitocentos para ocupar as terras do planalto rio-grandense”<sup>60</sup>. Antes de avançarem em direção aos campos do planalto, os irmãos Barros parecem ter residido em outras vilas no caminho das tropas<sup>VII</sup>. Por volta de 1796 – ano em que assentou praça de soldado no Regimento de Dragões do Rio Pardo – Vidal José do Pillar residia com os ditos tios na freguesia de Santo Amaro, situada às margens do rio Jacuí<sup>VIII</sup>. Poucos anos depois, em 1801, após desertar, reincorporou-se ao Exérci-

<sup>VII</sup> Conforme Tiago Luís Gil, “A rota das tropas interligava uma vasta área dentro do continente americano, no Atlântico Sul Ocidental. Ela se iniciava numa grande área de produção, que se estendia da localidade de Cerro Largo, então sob domínio da Coroa de Castela, até o Viamão, nos territórios portugueses. O caminho seguia por uma região de serra até um planalto de cerca de 900 metros de altura, passando por alguns povoados, como São Francisco de Paula, Vacaria e Lages, até chegar à região da Lapa e de Curitiba, passando por Castro e outras pequenas povoações até a Vila de Sorocaba, de onde os animais eram redistribuídos para diversas regiões”. GIL, *Coisas do caminho...*, 2020, p. 41.

<sup>VIII</sup> Também de acordo Gil, “Santo Amaro tinha uma produção pecuária que ultrapassava as 60 mil cabeças em 1784. Os animais produzidos eram bovinos, equinos e asininos. A produção de mulas ocupava um lugar fantástico, com um rebanho asinino (machos) superior a 1.800 cabeças”. GIL, *Coisas do caminho...*, 2020, p. 46.

to de Sua Majestade em uma companhia da freguesia de Vacaria, também situada na rota dos tropeiros. Para não fugir à regra, em 1810 casou-se em Triunfo, uma das freguesias mais pujantes em termos de criação de vacuns nos chamados campos de Viamão.<sup>IX</sup>

Conforme Cláudio N. Pereira, Vidal era filho de Luís José de Oliveira, natural do arcebispado de Braga e Ana Maria da Trindade, natural de Curitiba. Seu avós paternos também eram naturais do arcebispado de Braga, enquanto seu avô materno era oriundo do bispado do Porto e sua avó materna nascida em Curitiba. Ou seja, seus ancestrais foram casando-se com mulheres de ascendência nas antigas famílias da Colônia. Algo semelhante ao que fez o próprio Vidal ao casar-se com Gertrudes Baptista de Almeida, cujos pais eram o capitão João Batista de Almeida e Raquel F. Menezes, naturais de Triunfo. Ainda que boa parte dos ancestrais de Gertrudes tenham migrado de Portugal para o Brasil em meados do século XVIII, sua avó materna, Gertrudes Barbosa de Meneses<sup>X</sup>, era filha de Jerônimo de Ornelas.

Não temos condições de seguir esta investigação da trama parental em que Vidal José do Pillar estava enredado e ajudava a constituir. É certo, todavia, que a família foi um elemento-chave em sua vida: nos primeiros anos, para sua inserção no complexo universo de circulação de bens, pessoas e informações do tropeirismo. No seu casamento, em uma família com ascendência na Capitania.

<sup>IX</sup> A freguesia de Triunfo, argumenta Gil, “[...] foi fundada em 1756, a partir do núcleo de povoamento que se inaugurou com a chegada de algumas famílias vindas da Freguesia do Viamão. Em 1760, tinha pouco mais de 600 habitantes, contando, em 1780, com 1.200, duplicando a sua população em meio à conquista da fronteira agrária, com o estabelecimento e a expansão de diversas unidades de criação animal [...]. O rebanho total de Triunfo era certamente o maior em comparação com Rio Pardo, Rio Grande e Viamão. Ao todo, contava com mais de 100 mil cabeças, das quais mais da metade era composta de bovinos, seguidos por um expressivo número de equinos. Em comparação com outras regiões, o rebanho asinino e muar era igualmente impressionante. GIL, *Coisas do caminho...*, 2020, p. 48.

<sup>X</sup> Cláudio Nunes Pereira apresenta esta genealogia de Vidal José do Pillar, sem, contudo, explicitar claramente as fontes que utiliza. De acordo com este pesquisador, Gertrudes Batista de Almeida (posteriormente assinava Gertrudes Magna de Almeida) era neta materna do casal Luís Vicente Pacheco de Miranda e Gertrudes Barbosa de Meneses, o primeiro natural do Porto e a segunda de Viamão. PEREIRA, Cláudio Nunes. (Org.). *Genealogia tropeira (Cruz Alta e imediações)*. Rio Grande do Sul, séculos XIX e XX. Vol. 4, 2008. Conforme Fábio Kuhn, por sua vez, este casal eram genro e filha, respectivamente, de Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos, um dos mais antigos e bem-sucedidos estancieiros dos campos de Viamão. KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – Século XVIII*. 479f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2006, p. 220.

Finalmente, para a sua consolidação enquanto potentado no planalto sul-rio-grandense, ao tornar-se cabeça do seu próprio ramo familiar.

Além de ter sido um dos artífices da constituição da vila de Cruz Alta, onde passou a residir e se tornou o principal ator político do lugar durante a primeira metade do século XIX, Vidal Pillar casou suas filhas com sujeitos que também se destacaram, como o já referido coronel Antonio de Mello e Albuquerque “Manso”, que desposou Maria Lúcia do Pillar. Os filhos de Vidal também ocuparam cargos importantes na política e na Guarda Nacional. Em 1867, João Batista Vidal de Almeida Pillar consta como coronel comandante superior da Guarda Nacional de Cruz Alta, enquanto no mesmo ano, o major Vicente Ferreira de Almeida Pillar ocupou interinamente este mesmo comando. Ambos eram filhos de Vidal e Gertrudes.

Se contrastamos estas informações com as que dispomos a respeito de Antonio Joze de Mello Brabo, nos deparamos com uma ausência quase absoluta de dados sobre este último. Ao contrário daqueles membros da primeira elite cruz-altense sobre quem falou-se há pouco, não há qualquer estudo sobre a genealogia ascendente de Mello Brabo, de modo que podemos no máximo discorrer sobre o seu local de nascimento: Itapeva da Faxina.

De acordo com Carlos A. P. Bacellar, São Paulo desde o século XVI até o início do XIX foi uma região de economia modesta, “[...] baseada em uma população rarefeita, lastreada na escravidão indígena e especializada em produzir alimentos”<sup>61</sup>, tanto que entre 1748 e 1765 perdeu inclusive o status de capitania. Itapeva da Faxina foi uma das povoações criadas durante a administração de D. Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, o já mencionado Morgado de Mateus, nomeado em 1765 para o governo da então recriada capitania. Imbuído da missão de alavancar a região,

O Morgado chega, assim, a São Paulo em 1765 com uma profusão de propostas reformistas: promover a agricultura, povoar, reunir os habitantes em vilas, organizar as milícias, atentar para o perigo dos castelhanos, dentre outras. Criar vilas foi uma de suas prioridades, que perseguiria com afinco, conforme as orientações emanadas de Lisboa. Ele buscou reunir possíveis povoadores para tais iniciativas, instalando-os em

pontos do território que julgava estratégicos para o desenvolvimento da capitania.<sup>62</sup>

Itapeva era diferente da vila onde nascera Vidal José do Pillar. Em Curitiba, que “[...] havia sido feita vila na última década do século XVII e contava com aproximadamente 1.500 moradores na época da abertura do caminho das tropas, por volta de 1730”<sup>63</sup>, existia, desde 1732, um Registro, “[...] instituição que controlaria a cobrança dos impostos de circulação de animais naquele novo caminho”<sup>64</sup>. Essa vila era um ponto estratégico no caminho das tropas e, ao longo de todo o século XVIII, manteve sua proeminência neste sentido.

Situada ao norte Curitiba, Itapeva também se localizava no caminho dos tropeiros, “[...] próxima à Estrada Geral que vem do Rio Grande de São Pedro do Sul, por onde passam os negociantes que de lá vêm”<sup>65</sup>. Ainda, de acordo com Caio J. Guedes, em 1769, o núcleo central de Itapeva da Faxina contava com uma igreja e 20 casas<sup>66</sup>. Dora S. Corrêa argumenta que, além de alguma agricultura para subsistência e abastecimento, entre Itapeva e Itapetininga existiam muitas fazendas para pouso e invernada de gado<sup>67</sup>. Tratava-se, portanto, de uma povoação muito modesta se comparada às principais vilas da rota tropeira, como Curitiba e Sorocaba.

Em que pese não ter analisado o caso de Itapeva, Bacellar investigou as características sociodemográficas de três regiões abrangidas pelas iniciativas do Morgado de Mateus, quais sejam, São Luiz do Paraitinga, Piracicaba e o Caminho de Goiás. O autor destaca que

[...] populações indígenas, cada vez menos declaradas enquanto tais nas fontes coevas, eram parte fundamental de algumas das iniciativas povoadoras do Morgado de Mateus. Por outro lado, os indícios são consistentes no sentido de que tais experiências não incluíam o fácil acesso à terra. Os desclassificados de antigos núcleos de povoamento eram transferidos forçados e sob a mesma condição [...]. [A população paulista] tornou-se alvo de constantes recrutas, com vistas a formar tropas para os conflitos contra os castelhanos, e foi alvo de fortes demandas por povoadores, em sua maioria forçada, levada para ermos e por vezes insalubres sertões para povoar cada uma das 15 iniciativas promovidas pelo governador [...]. As áreas assim

inseridas no domínio efetivo luso serviram de apoio para as pretensões portuguesas por ocasião do tratado de Santo Ildefonso, em 1777, quando o Morgado já havia partido de São Paulo. Usou, tal como seus sucessores, as reservas humanas de São Paulo para satisfazer as demandas da Coroa.<sup>68</sup>

Itapeva, no século XVIII, situava-se em uma área muito próxima aos territórios kaingang de Guarapuava, sobre os quais falamos no capítulo inicial. “O estabelecimento de Itapeva da Faxina, em 1769, e a invasão dos Campos de Guarapuava, no início da década seguinte, marcaram ofensivas do Estado colonial sobre terras indígenas”<sup>69</sup>. Essas relações envolviam entre invasores e indígenas envolviam, evidentemente, consideráveis doses de violência, mas não era apenas através da guerra que as interações entre indígenas e conquistadores se entabulavam. “Os soldados e sertanistas”, afirma Corrêa, “[...] dispunham sempre de alguma coisa pronta para ser permutada, embora às vezes à força, com os índios contatados. Essas trocas visavam tanto a atração de grupos “mansos” como a aquisição de um determinado bem”.<sup>70</sup>

Antonio Joze de Mello Brabo, se não participou de nenhuma destas incursões aos campos dos sertões de Itapeva, certamente não estranhava a presença indígena, fossem os indígenas “forros”<sup>XI</sup>, agregados nas propriedades e cada vez menos descritos em sua alteridade, dos quais falou Bacellar, fossem os habitantes dos sertões. Por volta do início do século XIX, no entanto, Mello Brabo já circulava pelo Continente do Rio Grande de São Pedro. É bem provável mesmo que já estivesse vinculado a uma força militar, tanto pelo exposto no capítulo inicial, quanto pelo fato de que em correspondência que encaminhou ao presidente da província de São Pedro, no ano de 1865, Mello Brabo referiu a si mesmo como “[...] soldado que por mais de 50 anos serviu com dedicação e lealdade à Pátria e ao Monarca”<sup>71</sup>

A bibliografia salienta também o caráter militar das iniciativas povoadoras do Morgado de Mateus<sup>72</sup>. “Para enfrentar as ameaças castelhanas no Sul”, afir-

<sup>XI</sup> A condição de índio forro aparece nos maços de população analisados por Bacellar, sinalizando para a longa duração das políticas de escravização de indígenas na região de São Paulo, especialmente sob a insígnia da administração particular. Sobre isso, cf. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

mam, Silva et. al., o governo buscou tornar mais rigoroso o recrutamento militar, “[...] elaborando pela primeira vez mapas de população das vilas e da cidade, a fim de saber em que domicílios havia jovens suscetíveis a pegar em armas”<sup>73</sup>. Logo nos primeiros anos do governo de D. Luís Antônio de S. Botelho Mourão, foram criados novos regimentos e buscou-se prestigiar as Tropas de Auxiliares com privilégios que visavam equiparar seu status ao dos oficiais de Primeira Linha, estimulando assim o serviço militar.

[...] A Carta Régia de 22 de março de 1766 determinava o alistamento de todos os moradores, sem exceção: nobres, plebeus, brancos, mestiços, negros forros. Com eles se formariam os Terços de Auxiliares e Ordenanças, assim de Cavalaria como de Infantaria, ficando abolidos os privilégios concedidos a alguns grupos da população no que dizia respeito ao serviço militar.<sup>74</sup>

Pagano de Mello argumenta que, do ponto de vista da organização militar, este processo consistia na tentativa de transformação de uma concepção de defesa territorial granular, derivada de uma sociedade corporativa e caracterizada pela “[...] fragmentação do poder pelos diversos centros político-territoriais – as comunidades locais”<sup>75</sup>; em um sistema voluntarista, que, segundo a autora, concebe o território enquanto estrutura contínua, “[...] considerando como condição necessária para a boa administração e defesa territorial uma ordem baseada em um poder único, que se imponha sobre as relações comunitárias e seja superior às diferenças regionais”<sup>76</sup>.

Este processo não parece ter sido nada linear e não se deve depreender que ele tenha se desdobrado numa ruptura geral com as lógicas pessoais e hierárquicas de recrutamento e promoção na carreira militar. O que houve, efetivamente, foi uma grande extração de soldados enviados para o extremo-Sul, não sem que as populações das capitânicas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – as mais diretamente afetadas por este processo – protestassem e resistissem de diversas formas. A militarização da capitania de São Paulo, segundo Silva et. al., abrandou após o fim do Período Pombalino, entretanto, a necessidade de contingentes militares no extremo-Sul não cessou.

Em 1809 houve um recrutamento que provocou as queixas de algumas vilas, como a Atibaia e Novo Bragança [...]. Pelos livros de assento das praças da 4ª Cia. do 2º Bat. da Legião de Tropas Ligeiras da capitania, em 1811 se constata a baixa idade com que os moços eram recrutados. Havia alguns de doze e treze anos [...]. Segundo dados coletados por Pizzaro e Araújo em 1822, a já então denominada Província de São Paulo dispunha de 4.042 efetivos na Tropa de Linha e de 8.212 na Tropa Milicianiana. Além de onze Regimentos de Milícias [...], tinham sido criados em 1817 dois corpos de milicianos voluntários, destinados a reforçar o exército do sul. Aliás, este autor reconhecia que a população de São Paulo podia ser muito mais numerosa, 'se a guerra do sul não tivesse consumido grande parte dos homens, e não houvesse desertado por essa causa número considerável de habitantes.'<sup>77</sup>

É possível que Mello Brabo tenha integrado um dos regimentos de segunda linha que marcharam neste período para o sul. Mais do que isso, pelo que vimos e ainda veremos, é plausível que este sujeito não proviesse das camadas superiores da sociedade. Se, por um lado, não conseguimos inferir sobre a condição socioeconômica da qual Antonio Joze de Mello Brabo era proveniente, por outro, com o falecimento no ano de 1844 daquela que parece ter sido sua primeira esposa, Anna Joaquina de Mello, conseguimos ter ao menos uma ideia da situação patrimonial do casal naquele momento.

Vidal José do Pillar, por sua vez, faleceu em 1847, três anos após Anna Joaquina. Embora não tenhamos analisado o seu inventário, é possível estabelecer alguns parâmetros a partir de aspectos que localizamos em outros estudos. Não sabemos ao certo quais eram as principais atividades econômicas de Vidal. Pelos indícios que mencionamos anteriormente, é provável que estivesse diretamente envolvido com atividade pecuária. Mas, a quantidade escravizados que Vidal José do Pillar legou em seu inventário nos permite lançar algumas hipóteses sobre este sujeito.<sup>78</sup>

De acordo com Thiago L. de Araújo, entre os anos de 1834 e 1849, foram localizados 30 inventários no município de Cruz Alta que apresentaram escravizados entre os bens. A grande maioria destes senhores – isto é, 16, ou 53,3% – possuíam entre 1 e 4 cativos. Havia uma segunda faixa, composta por 7 pes-

soas proprietárias de até 9 escravizados. Apenas 6 escravistas abastados possuíam entre 10 e 19 cativos. Neste recorte entre 1834 e 1849, somente um indivíduo possuía mais do que 19 escravizados, a saber, Vidal José do Pillar<sup>XII</sup>, que era dono de uma escravaria composta por nada menos que 54 cativos.<sup>79</sup>

É verdade que este dado, embora indique claramente que Vidal estava no topo da hierarquia socioeconômica do planalto rio-grandense, não pode ser absolutizado. Segundo Cristiano L. Christillino, a partir da segunda metade do século XIX, os comerciantes assumiram a dianteira da elite econômica no planalto gaúcho, de modo que muitos grandes criadores lhes deviam somas significativas. Como era o caso de um dos filhos de Vidal, João Baptista Vidal de Almeida Pillar, que devia por hipoteca “[...] mais de 21 contos de réis a Maria Rodrigues Veau e seus filhos em 1864”<sup>80</sup>. A Casa Veau havia sido encabeçada pelo ora falecido João José Veau, abastado comerciante radicado em Cruz Alta.

Christillino argumenta que João Batista Pillar possivelmente estivesse enfrentando alguma dificuldade financeira, pois “[...] saldou o seu compromisso, mas o alto valor da dívida, em relação às suas posses, mostra que ele, provavelmente, tenha sido obrigado a contrair novos empréstimos”<sup>81</sup>. Isto é, como não analisamos o inventário de Vidal José do Pillar, não podemos depreender que sua numerosa escravaria – para os padrões cruz-altenses – significasse automaticamente que o sujeito fosse o mais abastado proprietário do lugar.

A situação econômica de Anna Joaquina e Mello Brabo, no entanto, era bem diferente. Somando-se os bens e as dívidas ativas e subtraindo-se as dívidas passivas, o casal apresentaria uma situação econômica ruim. O total de ativos alcançaria o valor de 6:956\$720, enquanto as dívidas somavam 8:070\$404, excedendo-os, portanto, em 1:113\$684 mil réis.<sup>82</sup>

Não se pode perder de vista que o fim original dos processos de inventário diz respeito à partilha dos bens de alguém falecido, observando as dinâmicas de

<sup>XII</sup> A distribuição de cativos entre faixas sublinha a desigual distribuição de poder econômico que, vida de regra, se manifestava nas principais vilas do Brasil Imperial. De acordo com Araújo, a maioria de pequenos escravistas senhores de até 4 cativos possuía uma fatia de apenas 13% dos trabalhadores escravizados que existiam em Cruz Alta. Os 7 senhores proprietários de no máximo 9 escravizados possuíam 21%. A maioria dos escravizados estavam distribuídos nos inventários dos 7 maiores plantéis. 40,5% pertenciam aos 6 proprietários de até 19 cativos e Vidal José do Pillar era proprietário de 24% dos cativos que existiam em Cruz Alta, ou seja, quase o dobro da fatia pertencente aos pequenos escravistas. ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade...*, 2008, p. 70.

herança legalmente instituídas, assim como a quitação de dívidas e outros procedimentos associados a este domínio da sociedade<sup>83</sup>. Esta documentação fornece ao historiador, portanto, algo como uma fotografia da situação patrimonial do falecido ou do casal.

Fotografia no sentido de que a configuração patrimonial situacional não dá conta de todos os momentos da vida das pessoas envolvidas, mas também fotografia porque se trata de uma composição sempre manipulada que, por mais que revele certas dimensões do real, esconde ou maquia algumas e evidencia determinados aspectos em detrimento de outros. Fotografia inclusive porque que fala não somente de quem aparece, mas também do contexto histórico em que foi registrada

Anna Joaquina e Mello Brabo não possuíam herdeiros, neste caso a legítima caberia à mãe da falecida. Entretanto, na medida em que as dívidas à pagar excederam os bens do casal, não havia o que partir. Caso, todavia, Mello Brabo não houvesse tomado um empréstimo ao seu amigo Frederico Hellmann, no valor de 3:000\$000, para adquirir efetivamente a sesmaria do Depósito poucos meses antes de Anna Joaquina falecer, o quadro patrimonial seria distinto. Também é preciso considerar que o inventário foi realizado durante o ano de 1846, imediatamente um ano após o fim da guerra civil. Mello Brabo ainda se encontrava em destacamento, inclusive. Quero dizer, a sua propriedade pode ter sofrido alguns achques durante os conflitos. A despeito disso, partindo do que foi listado entre os bens semoventes do inventário<sup>XIII</sup> e, tendo em vista dos dados analisados por Tiago L. de Araújo sobre Cruz Alta, a propriedade do casal corresponderia aproximadamente à de um pequeno criador.<sup>84</sup>

Araújo estabeleceu alguns parâmetros de correlação entre tamanhos médios de rebanhos e tamanhos médios de plantéis de trabalhadores escravizados, mas selecionou apenas inventários que apresentassem gado *vacum*, o quê – como o próprio autor destaca – prejudica a análise<sup>XIV</sup>, uma vez que inventários como o de Anna Joaquina e Mello Brabo não seriam computados. Deste modo, a partir

<sup>XIII</sup> A saber, 4 escravizados (Joaquim, João, José e Benedita avaliados por 580\$000, 550\$000, 500\$000 e 500\$000 mil réis respectivamente), 100 éguas (3 mil réis cada), 2 burros (10 mil réis cada), 12 potros (5 mil réis cada), 36 cavalos mansos (10 mil réis cada), 150 ovelhas (640 réis cada) e 6 bestas mansas (10 mil réis cada).

<sup>XIV</sup> Segundo o autor, “Isto ocorreu em razão do debate sobre o universo agrário da província estar colocado sobre estas bases, ou seja, o número de reses possuídas pelos criadores”. ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade...*, 2008, p. 41.

dos 125 inventários em que apareceu gado vacum, Araújo estabeleceu 4 faixas de tamanhos dos rebanhos vacuns: até 100 reses, de 101 até 500, de 500 a 1000 e mais de 1000 cabeças.<sup>XV</sup>

Destes 125 processos, 70 (ou 56%) apresentaram até 100 reses. Entre os proprietários nesta faixa, 51 eram senhores de escravos, possuindo em média 5 cativos<sup>XVI</sup>. 40 inventariados possuíam entre 101 e 500 cabeças de gado vacum e seus plantéis apresentavam em média 8 escravizados. Apenas 7 proprietários possuíam rebanhos que variavam entre 501 e 1000 cabeças, em cujas senzalas se costumava se encontrar em média 13 cativos. Os 8 criadores mais abastados, cujos rebanhos excediam 1000 cabeças de gado vacum, eram proprietários de uma média de 18 trabalhadores cativos.<sup>XVII</sup>

É claro que estas inferências são sempre flexíveis e importam sobretudo como base para que se possa refletir a respeito de alguns indicadores socioeconômicos. Como vimos, o inventário de Anna Joaquina coloca várias questões para essa série, pois embora não arrole vacuns, apresenta um rebanho total mais próximo de 500 cabeças do que de 100, ao passo que o número de escravizados fica abaixo da média inclusive para os menores criadores.

Mesmo assim, a aproximação da situação patrimonial do casal Anna Joaquina e Mello Brabo a este quadro mais amplo parece indicar que, embora estivesse em plena ascensão na carreira militar, Mello Brabo estava distante do topo da hierarquia econômica de Cruz Alta. Quero dizer, em relação ao número de cativos, a propriedade do casal equivaleria à propriedade de agricultores-pastores, isto é, indivíduos cujo número de reses vacuns não lhes permitiria tirar o sustento exclusivamente da pecuária, devendo complementar a renda na agricultura. Já no que diz respeito ao tamanho do rebanho – desde que se considere todos os tipos de animais –, a sesmaria do Depósito, em 1844, corresponderia a uma propriedade de “pequenos criadores” que “[...] possuíam entre 101 e 500 reses”.<sup>85</sup>

É claro que, ao adquirir uma sesmaria medindo 3 léguas de comprimento

<sup>XV</sup> Respectivamente: agricultores-pastores, pequenos criadores, médios criadores e grandes criadores. ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade...*, 2008, p. 42.

<sup>XVI</sup> Tomei a liberdade de arredondar os números para não tratar de uma quantia decimal de pessoas.

<sup>XVII</sup> O autor sublinha também que, quando se somam a estes números os demais animais de cada inventário, as médias dos rebanhos sobem bastante.

por uma légua de largura (13.068 hectares de terra)<sup>86</sup>, Mello Brabo se colocava em uma posição no mínimo privilegiada em relação à grande maioria da população cruz-altense. Analisando as declarações paroquiais de terra de Cruz Alta, Christillino percebeu que, embora 52,23% dos declarantes não tenham informado a extensão de suas áreas de terra, entre os que informaram, apenas 23 (ou 2,77%) alegaram possuir mais de 10.000 hectares<sup>87</sup>, como seria o caso da sesmaria do Depósito.

Mas, se retomarmos a comparação com Vidal Pillar, este sujeito aparece em documentos comprando e vendendo terras desde a primeira década do século XIX. Conforme levantamentos documentais de Cláudio N. Pereira, “[...] o Governo provisório da Província concedeu-lhe no ano de 1823 uma sesmaria de campos (de 1 légua do largura por 3 de comprimento) na ‘fronteira de Rio Pardo’ [...]”<sup>88</sup>. Ademais, Christillino reparou que este indivíduo vendeu, no município de Cruz Alta, “[...] uma área equivalente a 7 sesmarias de campo a Salvador Martins França”<sup>89</sup>.

Recordemo-nos novamente de que, em 1841, o coronel Mello e Albuquerque, genro de Vidal José do Pillar, foi desligado do comando do principal corpo de cavalaria existente em Cruz Alta, para o qual foi nomeado comandante o recém-promovido tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo. Lembremos também as acintosas tensões que se seguiram entre Mello Brabo e Vidal Pillar, este último nomeado comandante militar do município de Cruz Alta.

Seria esta discrepância na correlação entre a posição militar de Mello Brabo e Vidal José do Pillar e seus respectivos patrimônios um indicativo de que a carreira militar pudesse promover uma ruptura de certas diferenças sociais? Talvez. Mas, com efeito, após a guerra civil a ascensão de Antonio Joze de Mello Brabo foi obstada e não demorou para que o outrora malvisto “Mello Manso” recuperasse sua posição como principal chefe militar do planalto sul-rio-grandense.

### *3.3. Guerra e mobilidade social entre a Farroupilha e o Paraguai*

Antonio Joze de Mello Brabo, por óbvio, não foi o único sujeito que durante a Farroupilha pôde elevar-se militar e economicamente. Este também parece

ter sido o caso de homens como João da Silva Tavares, doravante Visconde de Serro Alegre e Francisco Pedro de Abreu, que terminaria a guerra como barão de Jacuí, entre tantos outros sobre quem há menos pesquisas e, portanto, menores possibilidades de comparação. Silva Tavares e Francisco Pedro certamente não poderiam ser considerados pobres nem de nascimento, tampouco quando eclodiu a guerra civil Farroupilha. Todavia, a ascensão social e econômica que experimentaram em decorrência de suas atuações neste conflito é flagrante.

Em pesquisa recente, Leandro Rosa de Oliveira estudou a trajetória do Visconde de Serro Alegre. Natural de Rio Grande, Tavares radicou-se com seus pais na região vizinha de São João Batista do Herval, para onde se dirigia a frente de expansão luso-brasileira na fronteira meridional. Em 1822, já casado e com três filhos, João da Silva Tavares aparece na documentação como alferes de Milícias. O autor do estudo pondera que, possivelmente, Tavares tenha iniciado sua atividade militar aos 19 anos, engajando-se nas tropas do chamado Exército Pacificador (1811). Fato é que em 1823 era alferes do 2º regimento de cavalaria miliciana da fronteira de Rio Grande e em 1825, já tenente, assume o cargo de comandante militar do distrito de Herval, pertencente à Rio Grande. Em 1829 aparece como Juiz de Paz e, com efeito, neste momento sua atuação como liderança local no povoado de Herval se consolida.<sup>90</sup>

De acordo com Oliveira, João da S. Tavares vai assumir um papel social como mediador de demandas do povoado de Herval, levando-as inicialmente à sede da comarca – Rio Grande – e também lançando-se como candidato ao Conselho Geral da Província, ainda que na primeira tentativa não tenha logrado êxito<sup>91</sup>. No ano que estoura a guerra civil Farroupilha, aos 43 anos, já feito major da Guarda Nacional, João da Silva Tavares “[...] recebe ordens diretas do Presidente da província de São Pedro – uma das autoridades às quais a Guarda Nacional estava subordinada nesse período – para efetuar a prisão de emigrados uruguaios, dentre os quais é citado o militar oriental Juan Antonio Lavalleja”<sup>92</sup>. A partir daí as relações de Tavares com o então presidente da província Antonio R. Fernandes Braga se estreitam, de modo que Tavares é nomeado Comandante de Armas da Província e comandante de departamento do comando da fronteira de Rio Grande, em um processo que tinha como consequência alijar destes postos ninguém menos do que Bento Gonçalves da Silva.

Entre 1834 e 1835, Tavares também acabou se elegendendo para a Assembleia Provincial e ainda em 35 alcançou a patente de tenente-coronel da Guarda Nacional. Tomando parte da causa Imperial, Tavares arregimentou um número expressivo de parentes seus no princípio da luta, essa família extensa trazia para as fileiras legalistas outros sujeitos como amigos, parentes dos parentes, agregados e talvez até escravizados.<sup>93</sup>

Em 1836, o prestígio de Tavares com o presidente da província e com autoridades militares lhe rendeu a nomeação ao cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional na província. Em 1841, pelo desempenho na Farroupilha, o já coronel Silva Tavares foi agraciado pelo Imperador com a comenda da Ordem de Cristo, evidenciando uma ascensão extremamente rápida na carreira militar, devida a uma combinação de competências e boas relações: estava no lugar certo (o espaço da fronteira entre a província de São Pedro e o Uruguai), na hora certa (quando o Império não tinha condições de se impor pela força naquela fronteira sem a colaboração dos potentados locais) e se inseriu na rede de relações sociais certa (o canal de comunicação imediato com o presidente da província).<sup>94</sup>

Evidentemente que sua trajetória não foi marcada apenas por sucessos. Ainda em 1836, obrigou-se a se exilar na Banda Oriental e, ao retornar, entrou em atrito com autoridades militares atuantes na província, como o marechal Antonio Elzeário que, em suas deliberações como comandante-em-chefe do Exército Imperial, acabou reorganizando o papel da Guarda Nacional e das forças de cavalaria na província, deslocando Tavares de seu lugar de protagonista. Embora tenha sido elogiado por Caxias, em 1845 Tavares foi demitido do posto de comandante superior da Guarda Nacional. Ainda que não seja possível concluir as razões desta demissão, Oliveira aventava que alguns episódios de insubordinação e a suspeita levantada desde a presidência da província a respeito da lisura das aquisições de gado praticadas por Tavares às custas dos cofres da Nação, podem ter pesado neste sentido.<sup>95</sup>

Segundo Oliveira, o período entre o fim da Farroupilha e meados da década seguinte é mais escasso em informações sobre o Silva Tavares. O autor localizou alguns indícios de que o então Comendador Silva Tavares tenha perdido parte do seu patrimônio econômico durante a Farroupilha, possivelmente por obra de pilhagens. É provável também, segundo o mesmo historiador, que Tavares tenha

participado dos movimentos para a guerra contra Oribe e Rosas. Oliveira acredita que, posicionando-se contrariamente às medidas conciliatórias do Império em relação aos antigos rebeldes, Silva Tavares tenha vivido certo ostracismo político nesta primeira década após a pacificação da província.<sup>96</sup>

Neste mesmo período, todavia, buscou refazer-se economicamente e também empreendeu com sua família nova migração, agora para a região de Bagé. Após alguns anos de pouca evidência, em 1857, Silva Tavares volta a ser eleito membro da Assembleia Provincial, consolidando-se como mediador político entre o povoado de Bagé, o centro da província e a Corte. Oliveira credita à aliança do Comendador Tavares com homens como o presidente da província e doravante Ministro-Conselheiro, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, a titulação de Barão do Serro Alegre, obtida em 1859<sup>97</sup>, menos de um mês após Silva Ferraz ter sido nomeado para o Conselho.<sup>XVIII</sup>

Enfocando a trajetória deste mesmo personagem, Miqueias Mugge demonstrou como, durante a guerra contra o Paraguai, Silva Tavares voltou a se fazer extremamente útil ao Império, acionando redes de informantes em diferentes paragens de ambos os lados da fronteira entre a província de São Pedro e a República do Uruguai. Com efeito, durante o conflito, a margem de atuação deste senhor da guerra alcançou enormes proporções, perseguindo opositores e inclusive comandando incursões pelo território uruguaio, com vistas a capturar desertores do exército brasileiro, fazendo com que a sua autoridade naquela fronteira se tornasse pouco discutível. Não por acaso, em 1871, o Barão de Serro Alegre foi agraciado com o título de Visconde com grandeza. Quando faleceu, em 1872, Silva Tavares encontrava-se no topo da elite econômica de Bagé.<sup>98</sup>

Outro Sul-rio-grandense que se destacou muito neste mesmo processo histórico foi Francisco Pedro de Abreu, o Barão de Jacuí, cuja biografia foi objeto de investigação, também muito recentemente, de José I. Ribeiro<sup>99</sup>. Provenientes de

<sup>XVIII</sup> Evidentemente, não se trata nem da parte de Oliveira, tampouco da nossa, de reificar as relações sociais e concebê-las como o fim último da experiência social. Como demonstrou Mugge (2016, p. 261-291), por exemplo, tratando do mesmo Silva Tavares, estas configurações sociais eram todas marcadas por elementos cerimoniais, práticas de distinção ritualizadas, festejos e uma grande variedade de componentes socioculturais que não devem ser desconsiderados, pois, são aspectos que permitem reconstituir aquela sociedade em sua densidade simbólica. Como estamos percorrendo muito brevemente estas trajetórias, mencionamos apenas alguns aspectos que serão mais acionadas do ponto de vista da comparação.

uma família com alguns recursos, mas ligada ao comércio e ao mundo da administração, Francisco Pedro e alguns irmãos seus tomaram partido na causa legalista desde a primeira hora<sup>100</sup>. Em 1836, Chico Pedro liderava um pequeno grupo de dez homens, “[...] dedicados ao combate de partidas republicanas, à reunião de cavalos e gentes, ao abastecimento da capital da província, Porto Alegre”.<sup>101</sup>

Sem vinculação ao Exército, em 1836, Moringue – como também era conhecido – tornou-se tenente da Guarda Nacional e capitão no ano seguinte, quanto também assumiu o lugar do seu irmão, João Pedro de Abreu, no comando do chamado Esquadrão da Barra. Segundo Iran Ribeiro, tendo em vista que “[...] a lei de criação da Guarda Nacional, de 1831, previa que os oficiais deveriam ser eleitos por votação dos membros da instituição. Isso indica que Chico Pedro tinha prestígio entre seus camaradas”.<sup>102</sup>

Desde novembro de 1837, os comandantes passaram a ser nomeados pelo presidente da província, a partir da indicação de outros oficiais superiores. Mesmo assim, Chico Pedro seguiu uma ascensão muito rápida, destacando-se em um momento durante o qual o Império ainda enfrentava muitas dificuldades para conter a guerra civil Farroupilha. Em 1838, Moringue foi promovido à major e em 39 à tenente-coronel comandante do 5º corpo de cavalaria da Guarda Nacional. Francisco Pedro de Abreu “[...] alcançou a patente máxima possível da Guarda Nacional ao tornar-se coronel-chefe de legião em 1844, tendo sido agraciado, em 1842, com a insígnia de cavaleiro da ordem do Cruzeiro”.<sup>103</sup>

Em 1845, Francisco Pedro alcançou o seletivo grupo dos nobres sul-rio-grandenses, ao ser titulado Barão de Jacuí. De acordo com Iran Ribeiro, naquele momento, Moringue somava as principais características de um membro da elite sul-rio-grandense, sendo dono de uma das maiores fortunas da província, graduado nas mais altas patentes militares existentes, casado em uma das famílias tradicionais da terra, nobre e, em 1847, eleito deputado na Assembleia Legislativa Provincial.

Todavia, o quinquênio após o término da Farroupilha marcou significativamente a trajetória do Barão de Jacuí. Tendo investido em propriedades rurais em diversos espaços na região da campanha, inclusive no Uruguai, Chico Pedro, como já discutimos no capítulo inicial, entrou em rota de colisão com a política imperial ao agir de forma contundente contra medidas adotadas pelo governo

uruguaio que prejudicavam os brasileiros proprietários naquele país. O Barão de Jacuí chegou a ser preso por ordens do governo Imperial, mas acabou sendo libertado em um ataque clandestino à escolta que o conduzia.<sup>104</sup>

Iran Ribeiro argumenta que a intransigência de Chico Pedro nestas ações lhe custou caro. O Barão de Jacuí, de ascensão meteórica na década de 1840, na seguinte, devido às ações que realizou ao longo de mais ou menos cinco anos, “[...] deixou de ser alguém da confiança das autoridades imperiais e foi colocado no ostracismo político”<sup>105</sup>. Mesmo quando o Império voltou a precisar de homens com as competências de Chico Pedro, na guerra contra o país de Solano López, seus préstimos militares não foram valorizados da mesma maneira, algo que o próprio Barão deixou registrado em um texto autobiográfico, com a pena afinada em rancor, contra “[...] toda a casta de traidores, não só os seus patrícios brasileiros, como o mesmo Imperador”.<sup>106</sup>

### 3.4. *Distinguindo cabedais: norma e exceção a partir da trajetória de Antonio Joze de Mello Brabo*

O historiador Edoardo Grendi observou certa vez que, em conjuntos de séries documentais geralmente padronizadas, podem surgir documentos *excepcionais*, isto é, que revelam um aspecto *normal* – ou normatizado – da sociedade onde emergiram, mas que raramente é mencionado nos documentos<sup>107</sup>. Ginzburg e Poni reconhecem no oxímoro excepcional-normal ou outro sentido ainda. Dizem eles que, quando “[...] as fontes silenciam e/ou distorcem sistematicamente a realidade social das classes subalternas, um documento que seja realmente excepcional (e, portanto, estatisticamente não-frequente) pode ser muito mais revelador do que mil documentos estereotipados”<sup>108</sup>. Alexandre Karsburg, por sua vez, refletindo sobre estratégias metodológicas para a comparação entre trajetórias e biografias distintas, tomou de empréstimo a ideia do excepcional-normal para discutir em que medida um indivíduo pode ou não estar completamente alheio às características dos seus contemporâneos. Analisando a trajetória do eremita italiano João Maria Agostini, Karsburg considerou relevante compará-lo com religiosos da ordem dos capuchinhos que, assim como João Maria, realizaram pregações itinerantes no Brasil Imperial.<sup>109</sup>

O autor selecionou diversas características que considerou significativas na trajetória do seu biografado e buscou verificar em que medida eram traços comuns aos capuchos ou singularidades de João Maria. Isto é, Karsburg buscou situar o eremita em um quadro baseado na lógica excepcional-normal, deste modo, ao identificar semelhanças e diferenças, pôde perceber que, assim como os casos mais extraordinários podem iluminar aspectos pouco conhecidos de uma realidade social, indivíduo nenhum está completamente desassociado de características de outros indivíduos do seu tempo.<sup>110</sup>

Inspirando-nos nesta abordagem, nos tópicos a seguir buscamos analisar aspectos da trajetória de Antonio Joze de Mello Brabo que entendemos aproximar-lhe de todos os demais indivíduos com quem lhe comparamos, e também discutir outros elementos que nos parecem distancia-lo dos demais. Como argumenta Karsburg, processos de comparação nesta direção visam “[...] escapar de certas armadilhas, como a de acreditar que nossos sujeitos podem ser explicados pelo contexto ou, ao contrário, que eles exemplifiquem-no”<sup>111</sup>.

#### *3.4.1. Nem tanto à terra: reciprocidade e assimetria*

Como José I. Ribeiro sublinhou, a trajetória de Francisco Pedro de Abreu não se enquadra no perfil geralmente associado aos chefes militares do Rio Grande do Sul Imperial. Este sujeito nasceu e viveu em uma das regiões mais urbanas existentes na Província de São Pedro durante a primeira metade do século XIX, oriundo de uma família de comerciantes, Chico Pedro só foi se tornar estancieiro na vida adulta.<sup>112</sup>

Por outro lado, Bento Manoel Ribeiro, Vidal José do Pillar e Antonio Joze de Mello Brabo, nasceram os três na década de 1780, em vilas paulistas situadas no caminho das tropas. Ainda muito cedo migraram para o extremo-Sul da América, envolvendo-se sistematicamente com a vida militar desta fronteira. Suas trajetórias se cruzaram em determinados momentos. Vidal e Bento Manoel foram compadres, mas, durante a guerra civil, acabaram rompendo a aliança firmada na pia batismal<sup>113</sup>. Por outro lado, se Bento Manoel não conheceu Mello Brabo pessoalmente, com certeza sabia de quem se tratava. Ainda em

1840, quando da batalha de Curitiba, foi Bento Manoel – então de parte na causa revolucionária – quem informou Domingos José de Almeida sobre as baixas causadas pelos republicanos nas forças Imperiais: “[...] contando de perda entre o número de seus mortos, o Tenente Coronel Antunes de Mello, Capitão Hippolyto. Padilha de São Martinho e Mello Brabo com um braço fraturado, e três prisioneiros”<sup>114</sup>. Os três, entretanto, tiveram trajetórias bastante distintas.

Neste tópico nos concentramos em torno da seguinte questão: no que diz respeito ao desempenho militar, o que há de comum nas trajetórias de todos estes indivíduos? Certamente não trataremos da única característica comum entre esses sujeitos, mas é sobre esta que nos deteremos: os vínculos de reciprocidade assimétrica. Não temos a pretensão de responder objetivamente à pergunta que lançamos, mas a partir dela exploramos elementos que nos pareceram pertinentes. Em autores como Gil, Farinatti, Comissoli, Ribeiro e Mugge, este tema é objetivamente explorado. Consideramos pertinente, portanto, sublinhar este elemento como um traço cultural significativo da organização social em análise.

Contextos como o que foi estudado por Tiago L. Gil, durante a conquista luso-brasileira de territórios no extremo-Sul, permitem notar mais explicitamente os recursos que circulavam e as formas de apropriação e circulação pessoalizada destes recursos. O autor analisou as estratégias acionadas por Rafael Pinto Bandeira para se consolidar como o principal líder político-militar da primeira elite luso-brasileira formada no Rio Grande do Sul durante a segunda metade do século XVIII. Rafael era chefe de um bando, isto é, “[...] uma organização de pessoas de diferentes estratos sociais, associados através de diversos vínculos, especialmente parentais e de reciprocidade [...]. Uma organização vertical dentro da sociedade, englobando desde escravos até os chefes das melhores famílias da terra”<sup>115</sup>.

Identificamos, *grosso modo*, três formas de cooptação de sujeitos para dentro do bando: as alianças matrimoniais, a coerção extra-econômica (violência física) e os laços de reciprocidade. Esta última forma foi dividida, para efeito de análise, em três segmentos, a saber: as contrapartidas de guerra, as concessões de terras e a “proteção” que os Pinto Bandeira garantiam a determinados indivíduos.<sup>116</sup>

Luís A. Farinatti assinalou a reprodução de lógica semelhante no extremo-Sul da fronteira meridional ao longo das três primeiras décadas do século XIX. Em uma conjuntura de conquista militar daquele espaço, “[...] a concessão de terras e a redistribuição de presas de guerra, especialmente de animais vacuns e cavalares, servia como um estímulo a que os homens fossem à guerra”<sup>117</sup>. O autor demonstra ainda como os comandantes militares influíam decisivamente para a distribuição destes butins e também de frações territoriais, sendo seus testemunhos a comprovação necessária para legitimar as posses dos ocupantes. Analisando a atuação de Bento Manoel Ribeiro como comandante desta fronteira, Farinatti identificou claramente o sentido que tais práticas assumiam na cultura política daquela população.<sup>XIX</sup>

Certa feita, quando em 1824 o presidente da província questionou Bento Manoel por supostamente ter distribuído terras que já haviam sido concedidas em sesmarias anteriormente, o então comandante da fronteira de Alegrete replicou que recorreu aos ditos expedientes para influir os habitantes da fronteira na defesa daquele território, “[...] e por essas e outras maneiras políticas”, argumentava Bento Manoel ao presidente da província, “[...] pude apresentar ao Exmo. Sr. General das Armas no passo do Arapeí seiscentos homens reunidos nesse ponto, em ocasião em que ninguém podia reunir tropa porque as deserções eram inevitáveis”<sup>118</sup>.

Farinatti sustenta que esse tipo de interação entre comandantes e comandados revela “[...] uma relação de reciprocidade desigual, de dom e contra-dom [...]”<sup>119</sup>. Forma de sociabilidade que fez parte da constituição das relações sociais e da viabilização da política e da economia durante o período colonial, a economia das dádivas “[...] seguia sendo importante após a independência. Nesse caso, ela viabilizava a guerra e reproduzia o poder dos comandantes militares na Fronteira Meridional”<sup>120</sup>.

Ainda que, durante a primeira metade do século XIX, o poder dos chefes militares tenha sido objeto de restrição por parte das autoridades civis e do go-

<sup>XIX</sup> Em outro texto, Farinatti analisou também como o compadrio e o comadrio (enquanto estratégia familiar) também contribuíram decisivamente para a reprodução de relações de reciprocidade horizontal e vertical na Alegrete oitocentista de modo geral e entre os militares em particular. Cf. FARINATTI, *Cabedais militares...*, 2010, p. 90-97.

verno Imperial de maneira geral, a eclosão de uma série de rebeliões no território brasileiro ao longo da década de 1830 manteve espaços abertos para a atuação destes senhores da guerra. As trajetórias de Antonio Joze de Mello Brabo e Francisco Pedro de Abreu acenam justamente para o peso de práticas de reciprocidade assimétrica em suas estratégias de ascensão militar.

No primeiro capítulo, argumentamos que durante o período em que Mello Brabo foi comandante do 10º corpo de cavalaria de Cruz Alta, suas alusões aos comandados revelaram uma *política da vida cotidiana* em contexto de guerra. Interpretamos atos como propostas para promoções, solicitações de dispensa, pedidos de perdão de deserções ou mesmo a conivência com alguns desertores, enquanto dádivas inscritas em um sistema pessoalizado de reciprocidade assimétrica.

Já no capítulo dois, argumentamos que os vínculos sociais mais sistemáticos em que localizamos Mello Brabo diretamente envolvido estavam atravessados por formas de reciprocidade simétrica e assimétrica. Com seus aliados imigrantes é provável que tais relações fossem mais equilibradas. Já com os agregados, indígenas e desertores, todavia, é possível que a relação fosse da ordem da amizade desigual, cuja fórmula, como destacou Hespanha, era *effectus* por *affectus*, “[...] prestações materiais contra submissões políticas”<sup>121</sup>. As relações de parentesco também entravam neste raciocínio. Ou seja, estas interações faziam parte de uma prática de circulação de bens, serviços e afetos que mantinha seus envolvidos constantemente obrigados a retribuir. Nesta economia, a retribuição nunca é imediata, tampouco acordada claramente, fica implícita, como uma dívida de gratidão.

O estudo de Iran Ribeiro a respeito da trajetória do barão de Jacuí acena em sentido semelhante. A perspicácia de suas ações militares e sua capacidade de liderar foram algumas das razões pelas quais Moringue foi capaz de acumular um sólido cabedal militar, mas apenas essas habilidades não lhe fariam barão de coisa alguma. Chico Pedro contou com apoio e a lealdade de irmãos e familiares, recurso também acionado por Silva Tavares<sup>XX</sup>. Deve ter se valido ainda da divisão de butins e saques para estimular outros homens a lhe acompanharem. Todavia, Ribeiro entende que estes elementos fazem parte de uma cultura com

<sup>XX</sup> Não significa dizer que todos os familiares fossem aliados, mas que alguns o eram. Isto parece ter sido fundamental na consolidação de potentados militares no extremo-sul do Brasil oitocentista.

traços de antigo regime, em que a ascensão de um chefe militar sobre os seus comandados se correlaciona com as expectativas destes últimos:

[...] além de estarem sob o comando de um oficial cada vez mais reconhecido por suas capacidades, sob o comando de Francisco contavam com a prerrogativa de maior liberdade de ação, por exemplo cruzando localidades sem dar satisfação às autoridades locais. E ainda, se publicamente lutavam pela defesa da autoridade da monarquia e contra os ideais republicanos, também esperavam ser retribuídos pelos serviços prestados na forma de promoções, de reconhecimento social e de acesso a lugares melhor situados na sociedade da época. Essas condições permitiam lucros mais interessantes, como por exemplo superfaturar o preço dos gêneros para o abastecimento dos efetivos, desviar parte da cavalaria para a remonta das tropas, valer-se da autoridade dos postos militares para coagir adversários políticos ou concorrentes, etc. Essas eram as retribuições esperadas por muitos homens dedicados ao serviço das armas do Império.<sup>122</sup>

Além destas prática cotidianas, Francisco Pedro também buscou ofertar graças a indivíduos subalternos, alargando assim sua rede de lealdades assimétricas. “Chico Pedro algumas vezes usava sua influência para livrar alguns homens, inclusive índios, da prisão e incorporá-los a seu comando”<sup>123</sup>. Moringue também engajava ex-farrapos em suas tropas, havendo indícios de que alguns tenham sido promovidos ao oficialato sob o comando de Chico Pedro, após desertarem das forças republicanas<sup>124</sup>. Durante as *califórnicas*, o barão de Jacuí utilizou práticas semelhantes para reforçar os laços de lealdade que lhe uniam aos seus camaradas e comandados. Não se tratava apenas disso, pois havia interesses múltiplos entre os envolvidos nestas empreitadas, mas as tentativas de intervenção do barão de Jacuí junto ao presidente da província de São Pedro em favor do capitão Hipólito Girio Cardozo, tido como “[...] um dos mais reconhecidamente influentes nas reuniões turbulentas que se praticam na fronteira do Quaraí”, acena neste sentido.<sup>125</sup>

Com efeito, essas lógicas de atuação militar baseadas em práticas de reciprocidade assimétrica não foram suplantadas na província de São Pedro, pelo menos não até o fim da guerra contra o Paraguai. De acordo com José I. Ribeiro,

muitas das rebeliões do período regencial favoreceram a centralização do Estado Imperial brasileiro, particularmente nas províncias onde as rebeliões deram indícios de que poderiam confluir em revoluções populares, ameaçando a ordem escravista. Mas, onde as elites locais mantiveram as agitações sob controle, “[...] a influência do Estado central manteve-se limitada, mesmo depois das medidas do regresso e das vitórias militares imperiais. Pernambuco e Rio Grande do Sul são os casos mais evidentes disso.”<sup>126</sup>

Nesta direção, Miqueias H. Mugge analisou a consolidação da elite da guerra no sul do Brasil durante o Segundo Reinado, estudando a Guarda Nacional na província mais austral do Império. O autor considera que, nessa província em guerra endêmica, o recrutamento e envio de homens para o serviços militares foi “[...] formador de um sistema de negociação em que as trocas de favores e as reciprocidades foram basilares”<sup>127</sup>.

Entre outros aspectos estruturais do funcionamento da milícia cidadã, como também ficou conhecida a Guarda Nacional, Mugge sublinhou a força dos vínculos de reciprocidade assimétrica entretidos entre comandantes e comandados. Um caso emblemático dos que o autor analisa se evidencia no episódio do assassinato do comendador Vicente da Fontoura. Diretamente associado às disputas políticas no município de Cachoeira – mormente entre os liberais chefiados pelo brigadeiro José Gomes Portinho e os conservadores, cuja liderança principal era o coronel Hilário Pereira Fortes –, a análise do episódio permitiu ao autor descortinar, entre outros aspectos daquele tecido social, o grau de densidade das relações pessoais que sustentavam a legitimidade dos potentados. Dialogando com Andreas Wimmer, Mugge defende que as relações de troca, “[...] baseadas em consensos e compromissos são muito importantes, já que não se trata de transações eventuais, mas de eventos repetidos, que geravam relações de confiança, levando parceiros, mesmo que ligados verticalmente, a identificar-se um com o outro.”<sup>128</sup>

Outro comandante superior da Guarda Nacional que, segundo Mugge, ancorava sua legitimidade em diversas formas de reciprocidade vertical com os setores subalternos da população era o coronel Antonio Fernandes Lima, do comando superior de São Borja. A família Fernandes Lima assumia a tutela de órfãos, “[...] mormente filhos de chinas, escravas libertas e ‘mulheres de repu-

tação duvidosa’ [...]”<sup>129</sup>. Sua família extensa parece ter sido um dos elementos que contribuiu para a construção de redes de reciprocidade, mas Mugge enfatiza também a aliança do coronel Lima com setores indígenas população de São Borja, onde havia em torno de 300 deles – provavelmente guaranis – qualificados na Guarda Nacional e dispostos, segundo vozes populares, a se sublevarem sob as ordens do coronel.<sup>130</sup>

Já o coronel Mello Manso, da Cruz Alta, além de fazer parte das famílias *principais* daquela terra, era militar tarimbado. Sua forma de negociar reciprocidades assimétricas era também aquela dos chefes militares que faziam elevar à mais alta apreciação os nomes dos seus comandados que se destacassem. Após as mobilizações da Farroupilha, Mello Manso “[...] atuou como solicitador de causas nas instâncias judiciárias locais, também representando analfabetos em registros cartoriais”<sup>131</sup>. Alguns destes sujeitos poderiam ser também seus agregados, como os membros da família Lemes da Silva, guardas nacionais qualificados que moravam nas terras do dito coronel quando, lá pelas tantas, três homens da família foram condenados à prisão e despejo por colocarem roças em terras supostamente ocupadas por Bernardo José Fagundes.<sup>132</sup>

Mugge identificou que os condenados receberam perdão de Sua Majestade. “Desconheço os motivos, para além da ação de *fraternal coração*, a partir dos quais o Imperador decidiu perdoar os Lemes da Silva dos crimes que cometeram”<sup>133</sup>, informa Mugge. Todavia, continua o autor, “[...] essa certamente era uma decisão mediada, já que, de alguma forma, a notícia da existência de famílias de posseiros pobres e de seus crimes chegaram à Corte, e, em especial, aos olhos de D. Pedro II. É possível supor que o Coronel Mello “Manso” decidiu agir em favor de seus agregados”<sup>134</sup>.

É importante frisar que esta forma de sociabilidade estruturada sobre vínculos mais ou menos desiguais não era uma prática exclusiva dos chefes militares. Tratava-se do mundo em que se nascia, um mundo no qual boa parte da população sabia – mesmo que talvez não concordasse – que o lugar de cada um estava dado desde o berço. Portanto, “[...] essa gente oitocentista valorizava muito suas redes de relações. Desde a escolha dos padrinhos de batismo dos filhos até as testemunhas escolhidas para suas defesas frente aos eventuais tribunais aos quais se apresentavam”<sup>135</sup>.

Diante do exposto, pensamos que o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo, como outros chefes militares, ancorava sua legitimidade nessa cultura. Como vimos em mais de um exemplo, os compromissos com os setores subalternos da população não eram absolutamente instrumentais, havia ocasiões em que os chefes precisavam se pôr ao lado dos seus apaniguados. Não obstante, trajetórias como a de Mello Brabo revelam que certas lealdades assimétricas eram sedimentadas pelo parentesco consanguíneo, em vínculos que não eram necessariamente efêmeros, como atesta seu relacionamento duradouro com Maria Conceição.

### 3.4.2. *Nem tanto ao mar: questões de política, questões de família*

Se a prática de alimentar diferentes formas de reciprocidade assimétrica pode ser entendida como estratégia social que contribuiu para a ascensão militar de Antonio Joze de Mello Brabo, uma vez que tais práticas parecem ter sido componente sem o qual um chefe militar – especialmente nas milícias – não se afirmaria no Brasil oitocentista, há outros elementos da trajetória de Mello Brabo que destoam dos padrões da elite militar sul-rio-grandense do mesmo período. Destes, sublinhamos dois que nos parecem significativos e que não se excluem entre si: as relações familiares e participação política.

#### 3.4.2.1. *“Como se legítimos fossem”: reputação e família*

Atentando para os mesmos textos que nos auxiliaram na análise anterior, pode-se perceber que além de militares bem-sucedidos, a maioria daqueles indivíduos também estavam inseridos em algumas das principais famílias da província, com relações pessoais capazes de alcançar a Corte. É importante destacar este aspecto, pois como a historiografia vem demonstrando ao longo dos últimos anos, tratando-se do Brasil oitocentista, a noção de indivíduo ainda não estava bem formulada, ao passo que o centro da sociabilidade e a própria inscrição da identidade estavam diretamente associadas à família.<sup>136</sup>

Mas a família de que se trata é uma família alargada, uma “[...] rede paren-

tal [que] se estendia para além dos limites da co-residência. Ela também não se restringia aos vínculos de sangue, pois podia englobar os parentes criados por alianças e relações fictícias, tais como o casamento e o compadrio”<sup>137</sup>. No caso das sociedades de matriz luso-brasileira, o casamento, por exemplo, “[...] significa mais uma aliança entre duas famílias, do que a transferência de uma filha ou de um filho, de uma [família] para a outra”<sup>138</sup>.

Farinatti demonstrou como as relações de parentesco foram importantes na trajetória bem-sucedida de Bento Manoel Ribeiro como militar e também como estancieiro. O casal Bento Manoel e dona Maria Mância teve 7 rebentos, quatro homens e três mulheres. Um dos filhos tornou-se bacharel em direito, mas faleceu ainda jovem e solteiro. Os outros três varões da família “[...] seguiram o caminho paterno, tornando-se grandes criadores de gado em Alegrete e no município vizinho, Uruguaiana, além de ocupar comandos militares”<sup>139</sup>. Seus casamentos foram entre as principais famílias da região, com filhas de ricos estancieiros que não eram militares. “[...] A filha mais velha de Bento Manoel, Dona Ana Dorotéa, casou-se com um parente de sua mãe, importante estancieiro no município de Caçapava. Já as outras duas filhas casaram-se com oficiais militares das forças de primeira linha”<sup>140</sup>.

[...] se tomadas em conta as atividades do pai, dos filhos, dos genros e das famílias às quais pertenciam os genros e as noras, vemos que estavam presentes a produção pecuária em larga escala, as carreiras militares com ambições ao mando sobre as questões da guerra e da fronteira, uma profissão liberal com aspirações políticas e, finalmente, o prestamismo. Certamente, ter um filho casado com a filha de um comandante militar ou de um importante prestamista local não era o mesmo que desempenhar por si próprio essas atividades, mas significava uma inserção naqueles campos, através da presença nele de um dos ramos de sua rede parental. Ampliando o espectro das alianças parentais, os casamentos permitiam, assim, que a família solidificasse sua atuação em um determinado campo e estendesse sua presença para outros.<sup>141</sup>

Isto é, a família funcionava como uma instituição profundamente significativa do ponto de vista da consolidação de seus membros enquanto agentes fortes na sociedade local, uma vez que ocupavam posições em campos de atuação

que “[...] se influenciavam, reciprocamente, de maneira intensa, apresentando-se verdadeiramente imbricados”<sup>142</sup>. A pecuária, a política e as armas, como já discutimos amplamente, eram os pilares da sociedade luso-brasileira na província de São Pedro. A presença em nível familiar em todas essas atividades possibilitava, como demonstrou Farinatti, uma atuação consistente e duradoura.

Já tratamos das relações familiares que ligavam Vidal Pillar a Antonio de Mello e Albuquerque, cujas estratégias matrimoniais incorporaram famílias como a Veríssimo e a Annes, consolidando o grupo familiar mais poderoso do planalto até pelo menos a segunda metade do século XIX. Conforme Miqueias Mugge, “[...] a irmã de Vidal José do Pillar, Maria Luísa, casou-se com Antonio de Mello e Albuquerque [...]”<sup>143</sup>.

Seu irmão, Vidal Batista, casou-se com Senhorinha Perpétua, irmã de Mello e Albuquerque. A primeira filha de “Mello Manso”, Dona Maria Marciana, contraiu núpcias com seu tio, irmão de Maria Luísa, de Vidal José e de Vidal Batista. A caçula de “Mello Manso” casou-se com Franklin Veríssimo da Fonseca, fruto da união dos Fonseca com os Anes, também duas das primeiras famílias a chegarem à região. João Lucas Anes, por sua vez, uniu-se em matrimônio com Gertrudes Pillar, filha de Vidal Pillar. Ou seja, as posições de mando foram ocupadas de forma sistemática pelas famílias pioneiras, cuja resistência em assimilar outros forasteiros era notável, preferindo casamentos entre membros do mesmo grupo, em uma interessante engenharia familiar que visava criar uma camada de “elite da terra”, medida pela antiguidade, a quem o Império devia a presença naqueles domínios após a conquista dos Sete Povos das Missões em 1801.<sup>144</sup>

A importância das relações familiares também foi demonstrada por Leandro Oliveira em sua análise da trajetória do Visconde de Serro Alegre. João da Silva Tavares nasceu em 1792, sua mãe era natural de Rio Grande, proveniente de uma família que já havia se estabelecido há alguns anos no lugar, enquanto seu pai foi um açoriano que migrou para aquela vila, possivelmente como militar adido a um batalhão de açorianos que lá existia. João foi o filho caçula dos cinco que o casal teve, cujos padrinhos em grande maioria foram familiares da mãe, acenando para uma inserção em redes de sociabilidade tecidas há mais tempo.<sup>145</sup>

No início do século XIX, João acompanhou seus pais em uma migração para a região de São João Batista do Herval, na conjuntura de um movimento demográfico associado a expansão luso-brasileira no extremo-Sul da fronteira. Seus pais já se destacavam minimamente no povoado, ainda que não estivessem no topo da elite econômica, foram proprietários de uma pequena estância agropastoril, possuindo 7 escravizados em 1813, quando foi realizado o inventário do seu pai. Além disso, desde o estabelecimento da povoação de Herval tiveram participação na incipiente vida política local.<sup>146</sup>

João da Silva Tavares casou-se em 1817, com Umbelina Bernarda da Assunção Nunes, filha de Bonifácio José Nunes, criador radicado no região de Rio Grande que também havia migrado para a região de Herval, onde dispunha de um plantel significativo de cativos em sua fazenda, além de ocupar cargos como o de Comandante de Distrito<sup>XXI</sup>. Leandro Oliveira acredita que a ascendência do sogro sobre a população de Herval “[...] tenha influenciado positivamente na trajetória de ascensão social e política de seu genro”<sup>147</sup> que, em 1825, lhe sucedeu na função de comandante do distrito. No ano de 1829, João da Silva Tavares aparece como Juiz de Paz da localidade de Herval, consolidando-se como mediador de demandas da população entre o distrito de Herval e a sede da comarca, Rio Grande.

No ano que estouraria a guerra civil, aos 43 anos, Silva Tavares era “[...] patriarca de uma família com amplos investimentos rurais, além de um homem de considerável prestígio regional, algo que conquistara através do mundo das armas e também do enveredar-se às estruturas civis criadas em função da construção do Estado Imperial Brasileiro”<sup>148</sup>. Com efeito, Oliveira sublinha também a importância de suas relações familiares durante a Farroupilha. De acordo com o autor, “[...] além de seu filho mais velho João Nunes da Silva Tavares (conhecido como Joca Tavares), o qual contava apenas 17 anos no início do conflito”, pelo menos 7 cunhados e 17 primos do então tenente-coronel Silva Tavares – alguns

<sup>XXI</sup> “O Comandante de Distrito era nomeado pelo Governador das Armas da Província, sendo subordinado tanto ao Presidente da província quanto ao Comandante de Fronteira da qual seu distrito fizesse parte. Eram responsáveis, na esfera local, pelos recrutamentos e pela elaboração de listas de indivíduos que deveriam servir nas Milícias ou nas Ordenanças, sendo sua capacidade de arregimentar homens para a guerra uma das formas através da qual esses Comandantes ‘construíam seu prestígio junto às autoridades imperiais’, algo que passava também por sua eficiência em conseguir recursos e por seu sucesso nos campos de batalha”. FARLIAN-TTI *apud* OLIVEIRA, *Nas veredas do Império...*, 2016, p. 52.

dos quais oficiais, inclusive – colaboraram desde a primeira hora da contenda, sem contar que estes parentes próximos também arregimentaram outros parentes, além de sujeitos sobre quem gozavam de influência, como amigos e agregados<sup>149</sup>. Finalmente, seus filhos também compuseram com a família.

Todos os filhos de Silva Tavares, conforme Leandro Oliveira, acompanharam a migração da família para Bagé, em meados do século XIX. Nesta nova paragem, onde, embora tenha demorada um pouco, a família consolidou-se como parte da fina flor da sociedade, os filhos do barão de Serro de Alegre “[...] atuaram de diferentes maneiras, seja na esfera local, através de cargos políticos ou administrativos, seja nas atividades bélicas relativas à fronteira, seja em seus negócios, dos quais o principal fora, ao longo de sua vida, a pecuária”.<sup>150</sup>

Com o passar dos anos, estes filhos trilharam caminhos que haviam sido pavimentados pela família. Alguns se envolveram com a atividade charqueadora, Francisco foi estudar Direito em São Paulo e Joca foi agraciado com o título de barão de Itaquí, pouco antes de suceder o pai no comando superior da Guarda Nacional de Bagé. Além de ocuparem cargos no oficialato da Guarda, alguns de seus filhos avançaram na carreira política, como José Facundo e Francisco, que em 1871 elegeram-se para vereador e deputado, respectivamente.

Para além de seu patrimônio material, o Visconde de Serro Alegre deixaria para seus filhos, quando do seu falecimento em 1872, um legado ainda mais importante: ensinara-os a trilhar as veredas do Império do Brasil, através das quais os Silva Tavares projetariam o nome de sua família durante o restante do século XIX, atuando tanto nas esferas locais quanto nas provinciais e conectando-se ao mundo da Corte não só através das titulações de Joca e Joaquim, que seria agraciado com o título de Barão de Santa Tecla, mas principalmente através da presença de Francisco naquela esfera, enquanto Deputado Geral.<sup>151</sup>

Poderíamos seguir à exaustão salientando a importância das estratégias familiares para as elites militares sul-rio-grandenses, algo que, no entanto, já foi feito por diversos historiadores. Evidentemente não pretendemos sugerir que se tratassem de grupos puritanos, não estamos entrando neste mérito. Tampouco queremos passar a impressão de que estas famílias fossem todas indissolúveis ou

conduzidas com mão de ferro pelo seu patriarca<sup>XXII</sup>. Estas famílias eventualmente cindiam-se, os vínculos de parentesco poderiam não se reiterar ao longo da vida, outras formas de lealdade poderiam se sobrepor ao sentimento familiar, etc. Mas, efetivamente, uma boa estratégia de reprodução familiar fazia parte das expectativas e dos projetos da elite sul-rio-grandense durante o século XIX, para quem a guerra era uma atividade essencial.

Como já mencionamos algumas vezes, encontramos poucos indícios sobre as origens familiares de Antonio Joze de Mello Brabo. Embora não seja possível precisar se estava em seu primeiro casamento quando em 1840 contraiu núpcias com Dona Anna Joaquina Soares<sup>152</sup>, este é o primeiro registro concreto que conseguimos identificar<sup>XXIII</sup>. O matrimônio, realizado aos 9 dias do mês de junho daquele ano, ocorreu no oratório particular do tenente-coronel honorário Joaquim Pereira de Almeida Proença, na freguesia de Santo Antonio da Lapa. Infelizmente, o assento de casamento é suscinto, de modo que nos permite saber apenas que Anna Joaquina Soares era nascida na mesma freguesia, filha legítima de José Soares e Perpetua Maria e, pelo pronome de tratamento utilizado pelo pároco, possivelmente gozasse de alguma distinção social.<sup>XXIV</sup>

Em novembro de 1844, aos trinta anos de idade, Anna Joaquina de Mello – como passou a se chamar – foi a óbito, vitimada por uma inflamação<sup>153</sup>. Conforme o inventário, o casal não deixou nenhum filho herdeiro, mas Mello Brabo, como vimos, teve vários filhos e filhas, todos naturais. O primogênito parece ter sido aquele que recebeu o nome do pai, passando a assinar Antonio Joze de Mello Brabo Filho. Sobre sua mãe, Felippa Maria, nada conseguimos descobrir. Tampouco é exata a informação sobre a data de nascimento deste primeiro filho<sup>XXV</sup>.

<sup>XXII</sup> Para uma discussão sobre o rendimento do conceito de patriarcalismo para o mundo rural oitocentista sul-rio-grandense, Cf. FARINATTI, *Confins Meridionais...*, 2010, p. 259-268.

<sup>XXIII</sup> O casamento ocorreu no período em que Mello Brabo estava adido com a brigada cruz-altense à Divisão Paulista.

<sup>XXIV</sup> Tendo sido registrado seu óbito na freguesia de Madre de Deus de Porto Alegre, em 1844, o padre afirmou que Anna tinha 30 anos quando faleceu, acenando para o ano de 1814 como data de nascimento. Buscamos nos livros de registro de batismos 2 e 3 da paróquia de Santo Antonio da Lapa, cobrindo o recorte de 1810 a 1820 e não conseguimos localizá-la. Isto apenas atesta a dificuldade que certas buscas onomásticas neste formato podem impor.

<sup>XXV</sup> Houve uma filha chamada Joaquina que faleceu em 1842 aos 19 anos, filha de mãe incógnita. PORTO ALEGRE, Arquivo da Cúria Metropolitana de. *Livro IV de Óbitos (1821-1858)* da Freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus (Porto Alegre). Registro de óbito de Joaquina. Acesso por meio da plataforma online

Conforme a escritura de perfilhação realizada por Mello Brabo, Antonio tinha 14 anos em 1855<sup>154</sup>. Por outro lado, sua baixa do serviço militar, emitida no 5º Regimento de Cavalaria Ligeira de Bagé, em 9 de novembro de 1859, dizia que

[...] por ter concluído o tempo de voluntário marcado na Lei, o praça abaixo declarado Primeira Companhia, Primeiro Cadete, 2º Sargento nº 164 Antonio José de Mello Brabo Filho [filho] do tenente-coronel honorário Antonio José de Mello Brabo, natural de Cruz Alta na Província de São Pedro do Sul, nasceu em 1838, altura cinquenta e quatro polegadas, olhos pardos, ofício nenhum, estado solteiro, assentou praça voluntário no segundo Regimento de Cavalaria Ligeira, nos termos do decreto nº 562 de 18 de novembro de 1848, em 21 de maio de 1852, no 2º Regimento, do qual teve passagem para este, onde concluiu seu tempo de serviço.<sup>155</sup>

Seja como for, Antonio parece ter sido concebido durante a guerra civil, e ingressado na vida militar ainda muito jovem<sup>xxvi</sup>. Sendo filho de um tenente-coronel honorário, pôde gozar os privilégios de primeiro cadete. Isto é, de acordo com José I. Ribeiro, “[...] no final do século XVIII o título militar de cadete era conferido aos moços fidalgos da Casa Real, aos filhos de militares e aos que provassem ter notável nobreza”<sup>156</sup>. Entretanto, durante as primeiras décadas do século XIX, a legislação ampliou o ingresso como cadetes para os filhos de oficiais inferiores, das Milícias, das Ordenanças e doravante da Guarda Nacional. Contudo, argumenta o autor, “[...] a diferenciação foi mantida, os que tinham a condição de nobreza eram designados primeiros-cadetes, e os demais, segundo-cadete”<sup>157</sup>, de modo que os primeiros-cadetes tinham maiores facilidades para alcançar promoções, podiam servir em batalhões onde seus pais gozassem de ascendência, além de estarem menos sujeitos a punições vexatórias, entre outras regalias.

Ao que parece, neste contexto, o ingresso como primeiro-cadete também era possível para “[...] pessoas que fossem oriundas de famílias com tradição militar e cujos ascendentes ocupavam as patentes mais altas”<sup>158</sup>, como era o caso

<familysearch.org>. Filme nº 004635555. Microfilme 472.

<sup>xxvi</sup> Ribeiro argumenta que os primeiros-cadetes ingressavam normalmente muito jovens na vida militar. O primeiro-cadete que incorporou mais velho, segundo o autor, tinha 22 anos, apenas. Enquanto o mais jovem tinha 3 anos de idade. RIBEIRO, *O Império e as revoltas...*, 2011, p. 59.

do filho do tenente-coronel honorário Antonio Joze de Mello Brabo, cavaleiro das ordens de Cristo e do Cruzeiro. Com efeito, enviar um filho para a carreira militar na condição de primeiro-cadete também pode ser visto como estratégia familiar, pois os custos para se tornar primeiro-cadete não eram pequenos, embora não fossem tão altos quanto para frequentar uma das escolas de direito.<sup>159</sup>

Na lista de qualificação da Guarda Nacional da freguesia de Soledade, realizada em 1860, o nome de Mello Brabo Filho foi o segundo nome arrolado no 1º quarteirão do distrito de Lagoão, logo baixo do nome do seu pai. Na ocasião, foi anotado que tinha 29 anos, era solteiro, lavrador e que havia sido dispensado do serviço, percebendo um rendimento anual de 200\$000, condição que lhe colocava, deste ponto de vista, muito próximo da camada menos abastada entre os guardas nacionais.<sup>160</sup>

Pela sua atuação na guerra contra o Paraguai, para onde deve ter marchado na companhia do pai, foi promovido à tenente honorário e agraciado com o hábito de cavaleiro da Ordem da Rosa<sup>161</sup>. Todavia, após retornar da guerra, Mello Brabo Filho acabou se envolvendo em alguns incidentes. Primeiro localizamos uma queixa policial movida contra ele pela justiça de Cruz Alta.<sup>162</sup> De acordo com os depoimentos recolhidos no processo, em uma noite dos idos de 1871, Antonio José de Mello Brabo Filho encontrava-se embriagado e fazendo desordens na casa das meretrizes “Merencia e sua companheira”, que chamaram a polícia. Contou-se mais, que Antonio “andava atrás das mulheres para mata-las, tendo uma espada e uma pistola”.<sup>163</sup>

No caminho até o local onde estavam ocorrendo as confusões, os policiais encontraram o tenente Antonio Brabo Filho em uma praça, com a espada desembainhada, e lhe deram voz de prisão. Ainda segundo os presentes, houve um confronto do qual tanto Antonio quanto os dois policiais saíram levemente feridos. Chama a atenção que, conforme uma testemunha jurada, Antonio teria dito “[...] que não se entregava a prisão a eles, que só se entregaria ao Delegado ou ao Comandante da Polícia visto que era Tenente Honorário do Exército”.<sup>164</sup>

Cinco anos mais tarde, Brabo Filho arrumou uma confusão mais grave. Aos trinta de junho de 1876, no terceiro distrito do termo de Soledade, foi aberto um inquérito policial no qual Antonio José de Mello Brabo Filho foi acusado de assassinar Bernardino Moreira Soares. De acordo com as testemunhas,

na noite de 28 de junho daquele ano, houve um baile – ou divertimento como alguns disseram – na casa do tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo, no Depósito, localidade de Campo Comprido. Na sala da casa, onde algumas pessoas dançavam, Mello Filho e Bernardino se estranharam, de modo que o filho do anfitrião chegou a sacar uma pistola, mas foi dissuadido e contido.<sup>165</sup>

Uma das testemunhas acrescentou que, quando foi apartar a briga, levou seu facão na mão “[...] por conhecer que o tenente Mello é de costume agredir aos que o querem apartar de atos destes”<sup>166</sup>. Alegou ainda essa testemunha que, após apartada a contenda na sala, sugeriu a Bernardino que se retirasse à sua casa, entretanto, instantes depois “[...] ouviu vozes de que estavam outra vez em desordem e, saindo para onde se dizia estarem Bernardino e Mello, viu o pai deste último, o tenente-coronel Mello, oferecer a faca a seu filho, e este tomando-a seguiu sobre Bernardino”<sup>167</sup>.

A terceira testemunha, Theodoro Ignacio Pereira, de 26 anos, lavrador, casado e natural do Paraná, deu alguns detalhes do evento. Disse Theodoro que “[...] estando Bernardino dançando, o tenente Mello Filho tomou-lhe a senhora com quem dançava”<sup>168</sup>, tendo Bernardino protestado com palavras, “[...] Mello abandonou a senhora que tomara de Bernardino e tomando uma espada deu uma pranchada em Bernardino, que defendeu-se com uma faca ou facão, até que foram desarmados”<sup>169</sup>. Disse mais a testemunha que temia a reação de Mello Filho, “[...] por lhe terem avisado que era homem turbulento e perigoso na sua ira”<sup>170</sup>. Dito e feito, ato contínuo, já estando do lado de fora da casa, Theodoro alega ter ouvido “[...] Mello Filho gritar com voz alterosa e insultante perguntando por Bernardino”<sup>171</sup>. Pelo que disseram as testemunhas, Bernardino replicou e então Mello Filho partiu para a briga, esfaqueando-o. Segundo o exame de corpo de delito, o ferimento de faca acarretou a morte do tal Bernardino.

Narrativa muito semelhante foi a de outra testemunha, Eustáquio José de Mello Filho, que disse ser irmão natural do réu<sup>172</sup>. Eustáquio confirma praticamente tudo que foi dito, mencionando que também estava presente no baile que ocorria em casa do seu pai, o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo. Entretanto, em sua versão, não foi o pai quem alcançou a faca ao agressor, mas que a faca houvera sido arrancada à força por Mello Filho da cintura de seu pai, “[...] pois que o assassino é homem de caráter indomável e gênio violento [...]”.

O tenente-coronel Mello Brabo, querendo evitar essa desordem e desacato do seu filho esse desatendeu e no acesso de planchar Bernardino o tenente-coronel recebeu uma pranchada [...]”<sup>173</sup> Diante do exposto, acabou o tenente Antonio José de Mello Brabo Filho sendo condenado, embora não tenha sido possível saber se foi preso.

Ainda que tais comportamentos não fossem estranhos às populações da época, os testemunhos contra o filho de Mello Brabo parecem sugerir que a comunidade já não pretendia tolerar seus hábitos violentos, pois o próprio irmão fez questão de sublinhar isso no processo. O fato de ser solteiro e muito turbulento possivelmente jogava contra a imagem daquele indivíduo, que havia sido escolhido por Mello Brabo para herdar seu legado imaterial. Além do mais, era de conhecimento público que se tratava de um filho ilegítimo. Entre as testemunhas presentes quando da realização da escritura pública de perfilhação estava ninguém menos que o coronel Mello e Albuquerque<sup>174</sup>. Não é de se duvidar inclusive que Felippa Maria – sua mãe – tivesse alguma qualidade de cor.

É interessante notar que em 1877, o agrimensor alemão Maximiliano Beschoren passou pelas imediações da fazenda do tenente-coronel Mello Brabo, embora não o mencione. Em uma viagem que empreendeu a cavalo entre a colônia de Santa Cruz e o extremo-norte do planalto sul-rio-grandense, o agrimensor registrou algumas impressões sobre o lugar. Além de descrever uma paisagem que já mencionamos, composta por entremeados de campo e floresta, caracterizada pela presença de frondosas araucárias e ricos ervais e de fazer proselitismo étnico em favor dos seus conterrâneos, Beschoren afirmou que o município de Soledade “[...] tem má fama em toda a região montanhosa. Talvez com razão: o povo é deveras brutal e gosta da lei: ‘O direito é do mais forte’. Por isso, a vida de uma pessoa não é levada muito em conta”<sup>175</sup>

Naquele mesmo ano, quando estava retornando de sua jornada pelo norte da província, o agrimensor alemão passou pelo Campo Comprido e, carregando sua pena em tom aventureiro, emitiu o seguinte juízo sobre o lugar: “[...] a região mais perigosa que eu conheci, e na qual quando se arruma o acampamento sob o céu aberto, com prudência, antes de deitar-se, deve-se colocar fulminadores novos na pistola e esta não pode ser colocada embaixo do travesseiro”<sup>176</sup>. Talvez Beschoren tenha passado por ali em uma noite de baile! Pilhérias à parte, dez

anos antes, em 1867, durante o recrutamento para a guerra contra o Paraguai, o então tenente-coronel João de Freitas Noronha, comandante superior interino da Guarda Nacional de Passo Fundo, afirmou o seguinte ao presidente da província:

Na paróquia da Soledade, deste município, foi incumbido das reuniões o tenente-coronel honorário Antonio Joze de Mello Brabo: ali o arbítrio, a confusão e a desordem hão suplantado o império da lei e da razão. Passa este comando a entender-se diretamente com o referido tenente-coronel, e tem esperanças de alcançar que o mesmo se cinja a senda da legalidade, para que nos limites do justo se conclua a patriótica reunião.<sup>177</sup>

Possivelmente existisse uma certa moralidade pública ou pelo menos a expectativa em torno de uma performance dos aspirantes a membro das elites, que não colocassem em risco a ordem e as hierarquias sociais. Jonas M. Vargas, tratando da paróquia de Santana do Livramento, observa que a racionalidade que informava os membros da elite local conhecia um conceito de moralidade pública, sendo que o autor utiliza a noção de *reputação social* para defini-lo<sup>178</sup>. Analisando as listas de qualificação da Guarda Nacional daquela localidade, o autor percebe que qualificar alguém como *fazendeiro*, por exemplo, não significava apenas tratar da sua atividade profissional, mas falar de indivíduos que pertenciam a “[...] um grupo de homens abastados, idosos, que haviam passado por muitas guerras e tinham famílias bem estabelecidas, nas quais as uniões eram abençoadas pela Igreja.”<sup>179</sup>

Este conceito público fazia parte da identidade daquela camada da população, que também se considerava digna de governar, pois acalentavam alguns valores superiores como a honestidade e a decência. Segundo o autor, considerar que a elite local buscava definir seus membros a partir destas características não significa que na prática os fazendeiros fossem sujeitos de moral ilibada e absolutamente honestos, mas que “[...] essa parece ter sido uma das formas como pretendiam ser vistos publicamente e sua distinção para com os grupos sociais mais pobres também passava por esses critérios.”<sup>180</sup>

Vimos anteriormente que Firmina, Apolinária, Constantina e Amélia também eram filhas ilegítimas, tidas com outra mulher, qual seja, Maria Conceição,

uma *china* que eventualmente era tratada como *Dona* nos tabelionatos locais, onde frequentemente comparecia na presença de seu ilustre amásio. Além delas, Mello Brabo teve pelo menos mais dois filhos, a saber, Eustáquio e Jesuíno. Entre esses últimos, apenas Jesuíno fora apontado por Cypriano como herdeiro legítimo do tenente-coronel, embora aparentemente tenha migrado para um lugar distante da paróquia de Soledade, já que no inventário foi dito que seu paradeiro era desconhecido há mais de 20 anos. Não sabemos quem foi a mãe destes dois filhos, mas por ter sido mencionado como herdeiro legítimo, talvez a mãe de Jesuíno fosse Antonia Francisca Moreira, com quem Antonio Joze de Mello Brabo parece ter se unido no início da década 1850, conforme escrituras e procurações em que ambos são mencionados como cônjuges.<sup>xxvii</sup>

Pelo menos é isso que indica uma procuração passada no cartório da capela de Soledade, no dia 19 de julho de 1852, por dona Antonia Francisca Moreira “[...] ao seu marido, o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo”<sup>181</sup>. Talvez essa união pública, fosse ela sacramentada pela Igreja ou não, possa ter feito emergir a necessidade de reconhecimento jurídico dos filhos tidos anteriormente, até mesmo para não abalar a dinâmica de lealdades assimétricas.

É difícil mensurar o quanto essa configuração familiar pode ter implicado na dispersão dos bens do tenente-coronel Mello Brabo. Conforme já mencionamos, localizamos algumas doações de terras e de uma escravizada<sup>182</sup> feitas por Mello Brabo às filhas que teve com Maria Conceição. Além disso, outros dois elementos nos ajudam a refletir sobre o fato do inventário do tenente-coronel Mello Brabo apresentar tão poucos bens. Por um lado, considerando somente as transações firmadas no tabelionato de Passo Fundo entre 1863 e 1875, localizamos 8 escrituras em que Mello Brabo e Antonia Francisca Moreira figuram como vendedores de pedaços de campo, pontões de campo e matos, áreas de terra e matos de cultura, totalizando o valor de 7:850\$000. Neste mesmo período, não há nenhum indício de que tenham adquirido outros lotes.<sup>183</sup>

<sup>xxvii</sup> Em uma escritura de venda datada de 1873 que fizeram o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo e sua mulher Antonia Francisca Moreira, com procuração que passou para o marido, consta uma nota no mínimo intrigante. Embora muitas escrituras semelhantes tenham sido feitas sem constar nada semelhante, nesta registrou-se no canto inferior da página: “Ficou esta escritura sem valor por ter dito a outorgante que não era casada”. APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 7º Distrito. Livro 1 (1858-1865), Escritura pública de compra e venda, p. 129v-131.

Por último, merece atenção também o fato de ter sido Eustáquio que acabou herdando a última fração remanescente da fazenda das Borboletas, embora a sede provavelmente tenha sido vendida também, já que entre os bens não consta benfeitoria. Quero dizer, na realidade nem é possível tratar essa operação como herança, uma vez que, na prática, Eustáquio conseguiu a adjudicação dos bens do seu falecido pai, justamente por ter comprovado ser o principal credor do inventário. As dívidas que seu pai tinha consigo, todavia, nos levam a pensar que talvez existisse algum acordo informal entre pai e filho, pois como comprovam os recibos apresentados por Eustáquio, foi ele quem cuidou do pai no leito de morte.<sup>184</sup>

Diante do exposto, parece claro que a configuração familiar de Antonio Joze de Mello Brabo destoa daquela dominante – senão pelo menos idealmente almejada – entre os membros da elite rural no Rio Grande do Sul oitocentista. Nos parece também, no entanto, que as várias uniões afetivas mantidas por Mello Brabo ao longo da vida promoveram, por um lado, alianças importantes com setores subalternos da população, como indígenas e escravizados. Por outro lado, essa multiplicidade de compromissos pode ter implicado em uma fragmentação do patrimônio.

Não obstante, ao invés de tratar essas informações como evidência clara de um empobrecimento, talvez seja mais proveitoso compreender as dinâmicas de transmissão patrimonial nos termos dessa teia de parentesco e circulação de prestações e contraprestações. É possível que a questão resida na racionalidade que informava tais dinâmicas e que não pode ser facilmente deduzida. Com efeito, no caso de Antonio Joze de Mello Brabo, a conversão de capitais relacionais em capital econômico e político parece ter sido bem limitada.

#### 3.4.2.2. *A mediação política ausente?*

Finalmente, o último aspecto que gostaríamos de destacar que – até onde nos foi possível pesquisar – distingue Mello Brabo de chefes militares que alcançaram projeção máxima na carreira miliciana, diz respeito ao mundo da política. Isto é, embora não tenhamos tido acesso a fundos documentais que permitiriam inferências precisas e objetivas sobre o envolvimento (ou não-envolvimento) de

Antonio Joze de Mello Brabo em atividades na burocracia civil e na política eleitoral, toda a documentação e a bibliografia que consultamos nos leva a crer que Mello Brabo de fato não tenha atuado – pelo menos não com protagonismo – na política local, menos ainda provincial.

Sérgio da Costa Franco, que investigou diversos aspectos históricos a respeito do município de Soledade, afirmou que, enquanto a região da serra de Botucaraí foi distrito de Cruz Alta, a afluência dos seus moradores às urnas foi quase insignificante<sup>185</sup>. Entre os juízes de paz do distrito, o nome de Mello Brabo também não aparece. Os moradores do distrito de Botucaraí só lograram votar próximo às suas casas a partir de 1857, quando a capela de Soledade foi elevada à freguesia, compreendida no território do recém-criado município de Passo Fundo.<sup>186</sup> A partir desta nova configuração, a população de Soledade passou a desempenhar protagonismo nas esferas civis, “[...] antes de tudo porque a elevação da capela à condição de paróquia trazia como imediata consequência a realização de eleições no próprio distrito, sem necessidade de deslocamento dos eleitores à sede municipal”.<sup>187</sup>

Desta feita, afirma Franco, “[...] não haverá legislatura na Câmara de Passo Fundo em que não atuem vereadores soledadenses”<sup>188</sup>. Mesmo assim, Antonio Joze de Mello Brabo jamais figurou como vereador, tampouco como Juiz de Paz<sup>189</sup>. É verdade que, como dissemos, alguns dos *amigos* do tenente-coronel Mello Brabo ocuparam funções destas. Também não podemos perder de vista que a não ocupação de um cargo não necessariamente significa ausência de influência no jogo político. Entretanto, quando nos atentamos para as trajetórias dos membros da elite militar sul-rio-grandense que mencionamos ao longo deste capítulo, todos ocuparam cargos na burocracia civil e/ou nas instâncias de representação política, com a possível exceção (que confirma a regra) do brigadeiro David Canabarro. Apensar de – a princípio – não ter ocupado cargos políticos ou burocráticos além do de comandante superior da Guarda Nacional, Canabarro foi a principal liderança liberal em Santana do Livramento até o seu falecimento, em 1867.<sup>190</sup>

É significativo tratar deste tema pois, conforme Jonas M. Vargas, o Brasil Monárquico foi marcado concomitantemente por dois processos fundamentais do ponto de vista político-administrativo, quais sejam, o gradual crescimento da

burocracia estatal e a implantação de um sistema parlamentar que buscava instituir o ordenamento legal do Império e seduzir a lealdade das elites provinciais como avalistas da unidade do Estado.

O primeiro aspecto apontado tinha na magistratura, nos presidentes de província, nos militares, nos comandantes superiores da Guarda Nacional, nos padres, nos chefes de polícia e nos demais empregados públicos seus principais agentes. O provimento destes e de outros cargos dependiam exclusivamente dos ministros de Estado, o que por si só revela o enorme poder que os mesmos possuíam. O segundo era protagonizado pelos deputados gerais e senadores que, após serem escolhidos por meio de um processo eleitoral em suas províncias, possuíam o privilégio de interferirem na política da Corte, defendendo, geralmente, os interesses de suas regiões de origem.<sup>191</sup>

Os chefes militares construía seus cabedais primordialmente a partir de uma intensa atividade de mediação, negociando com seus comandados o atendimento de demandas diversas. O fato de que a maioria dos personagens que fizemos transitar pelas páginas deste capítulo tenham se projetado das fileiras militares para as câmaras de vereadores ou assembleias parlamentares, parece indicar que este caminho possibilitava uma nova instância de mediação, isto é, um espaço onde as demandas dos seus aliados poderiam ser reivindicadas desde outros canais, sustentado e ampliando assim aquelas lealdades que efetivamente constituía o principal capital daqueles indivíduos.<sup>192</sup>

Essa lógica de ocupação de cargos também poderia ser contemplada através das estratégias familiares. Não conseguimos explorar mais a fundo os vínculos parentais que Mello Brabo mantinha horizontalmente, por exemplo, com João Baptista de Oliveira Mello, homem de prestígio na região de São Martinho da Serra que, após ter sido major do 10º corpo de cavalaria de Cruz Alta e homem de confiança do tenente-coronel Mello Brabo durante a Farroupilha, alcançou a patente de coronel e ocupou inclusive o posto de comandante superior da Guarda Nacional de Cruz Alta por um breve período entre a pacificação da província e a reorganização da Guarda, em 1850.<sup>193</sup>

Também não temos maiores informações sobre os maridos das filhas do te-

nente-coronel Mello Brabo. Até onde conseguimos apurar, em 1875 – ano da última referência documental que localizamos a respeito destas filhas – apenas Apolinária Conceição e Mello havia se casado, com um sujeito chamado Domingos de Campos Camargo, sobre quem nada descobrimos. Diante do que foi exposto, todavia, nos parece que a ausência de Antonio Joze de Mello Brabo nesses espaços de atuação pode ajudar a compreender os limites que a sua ascensão conheceu.

### 3.5. *À guisa de arremate III: uma configuração individual*

Nossa hipótese é que Antonio Joze de Mello Brabo não provinha dos estratos superiores da população, talvez nem mesmo tenha sido voluntário quando do seu primeiro engajamento, já que a vila onde nasceu situava-se em um espaço onde os recrutamentos forçados foram muito comuns entre o final do século XVIII e o início do XIX. Seja como for, Mello Brabo adestrou-se na arma de cavalaria, o que lhe facultou tornar-se comandante de um corpo desta que foi a principal arma nas guerras praticadas na América meridional.

O fato de ter nascido em uma vila onde a presença indígena era constante possivelmente lhe conferiu o traquejo necessário para interagir com essas populações. Ao passo que ter crescido às margens do caminho das tropas lhe oportunizou conhecer essas estradas e seus meandros, viabilizando seu estabelecimento no planalto gaúcho e uma provável participação no comércio muar.

A análise das correspondências que Antonio Joze de Mello Brabo emitiu durante a Farrroupilha revela uma combinação de discursos e práticas associados à disciplina e à subordinação com discursos e práticas característicos de uma sociedade de Antigo Regime. No epistolário da Coleção Varela pode-se encontrar, por um lado, enunciados como: “[...] a disciplina militar que unicamente deve imperar em todos os Corpos militares e que só deve presidir as operações militares acha-se, bem contra minha vontade eu o confesso, principalmente da oficialidade [...]”<sup>194</sup>; ou, “[...] como sempre tenho observado, observo e observarei uma completa subordinação aos Srs. meus superiores, calei-me [...]”<sup>195</sup> ao passo que, de fato, recebeu dos seus superiores o elogio de ser “[...] muito valente e muito subordinado”.<sup>196</sup>

Por outro lado, para sustentar os vínculos de reciprocidade vertical com seus comandados, Mello Brabo afirmava que “[...] é dever do homem de bem e sobretudo do comandante de uma força legal de promover por todos os meios lícios e justos o bem-ser e o adiantamento dos seus companheiros”<sup>197</sup>, na esteira da mensagem em que solicitava o perdão da deserção do seu *cliente* alferes José Xavier. Isto é, neste contexto Mello Brabo não parecia perceber contradição entre valores e práticas que correspondem a distintas culturas políticas.

Com o passar dos anos, os efeitos das dinâmicas centralizadoras foram sendo sentidos por este sujeito que talvez não tivesse total clareza, no entanto, do corolário administrativo que se ia construindo a fim de burocratizar atividades que em outros momentos haviam sido reguladas de outra maneira. Por exemplo, já nos anos finais da guerra civil começaram a aparecer evidências desse desencontro entre a regulação imposta pelas autoridades e as práticas do cotidiano de guerra.<sup>XXVIII</sup>

Na Ordem do Dia n.º 9, emitida pelo então presidente da província e comandante-em-chefe do Exército Imperial Barão de Caxias, no dia 24 de dezembro de 1842, constava entre outras coisas uma orientação nominal aos tenentes-coronéis Vidal José do Pillar e Antonio Joze de Mello Brabo, para que “[...] quanto antes enviem as supraditas relações a fim de poder ter andamento na contadoria do Comissariado a liquidação do fornecimento feito em cima da serra de Botucaraí”<sup>198</sup>. Caxias se referia à diretriz estabelecida segundo a qual os comandantes das forças destacadas do Exército “[...] onde não houver encarre-

<sup>XXVIII</sup> As palavras centralização e burocratização foram utilizadas por José Iran Ribeiro para se referir à uma dimensão importante da atuação do Barão de Caxias à frente da província e do Exército no combate aos Farroupilhas. Dialogando com o estudo de Adriana Barreto de Souza sobre Caxias, Ribeiro argumenta que a conjuntura em que Lima e Silva assumiu a presidência da província e o comando do Exército – quando os ministros do Império haviam decidido que se deveria acabar de vez com a revolta – conferiu-lhe muito maior legitimidade do que tiveram os seus antecessores para implementar medidas rigorosas de controle das forças militares imperiais. “Baseado naquela rede de sustentação, criada em função do estado de pacificação da maior parte do Brasil e da coalização instaurada pelos conservadores instalados na direção do Império, o barão pôde, com alguma liberdade, estabelecer novos parâmetros para o funcionamento das operações no Rio Grande do Sul, reorganizando as forças e estabelecendo um rígido sistema disciplinar”. Entre outros aspectos destas medidas, Iran Ribeiro menciona que “[...] Caxias determinou que os corpos do Exército produzissem relatórios semanais dos efetivos, mensais dos materiais e semestrais da disciplina”. Evidentemente essas medidas não foram simplesmente impostas de maneira unilateral pelo Barão, pois sua efetividade dependia da habilidade de negociação de Caxias com algumas das principais lideranças militares imperiais na província, como o brigadeiro Bento Manoel Ribeiro. RIBEIRO, *O Império e as revoltas...*, 2013, p. 237 e p. 239, respectivamente.

gados do comissariado, enviem mensalmente à presidência da província relações circunstanciadas dos documentos que passarem aos fazendeiros ou comerciantes dos artigos de fornecimento feito à semelhantes forças”<sup>199</sup>. Dizia mais o barão de Caxias que, tal medida, objetivava verificar a legalidade dos documentos que estavam sendo apresentados por comerciantes nas pagadorias da província. Caxias finalizava reprimendo que alguns oficiais não estavam enviando as ditas relações, “[...] resultando dessa omissão o descrédito das próprias firmas constantes dos citados documentos, graves inconvenientes aos proprietários e até pondo em risco os dinheiros públicos”<sup>200</sup>.

Não sabemos o final dessa questão, mas uma de suas causas certamente foi aquele alerta feito pelo então presidente da província Saturnino de S. e Oliveira ao Barão de Caxias pouco mais de um mês antes da publicação desta ordem do dia. Isto é, sobre os dois documentos de gados no valor total de 3:813\$000 que haviam sido cobrados por negociantes alegando terem sido passados pelo tenente-coronel Mello Brabo. Com efeito, os documentos haviam sido falsificados, segundo concluiu Saturnino.<sup>201</sup>

Alguns anos mais tarde, quando das reuniões feitas para a guerra contra Oribe e Rosas, esse problema se repetiu. Em maio de 1852, Mello Brabo escrevia ao então presidente da província Luiz A. L. de Oliveira Bello, desculpando-se por não poder atender a ordem que deste recebera para enviar uma relação dos indivíduos de quem havia adquirido gado para o fornecimento das praças sob o seu comando. Dizia que “[...] não me é possível satisfazer a exigência de V. Exa. em consequência de não ter agora presente os nomes de todos e por ficarem no meu acampamento diferentes papéis onde tinha esses assentamentos que julgava tê-los trazido”<sup>202</sup>. No início do ano seguinte a situação persistia, de modo que Mello Brabo pondera com Oliveira Bello sobre dúvidas levantadas pela tesouraria da província a respeito de outros documentos passados pelo tenente-coronel de cavalos que havia comprado para a montaria das praças reunidas.

Tendo feito esses contratos por julgar que marcharia para fronteira, assim foi que tive de cumprir a minha palavra, ficando inteligenciado V. Exa. que *há muito sirvo o governo de S.M.* e por vezes encarregado de comprar cavalladas como posso provar por documentos que existem em meu poder e nesses tempos jamais

encontraram-se dúvidas como apresenta a 4ª sessão, que até se explica em sua informação ter sido roubado o meu carimbo e é de se considerar que muito pouco favor faz a meu respeito.<sup>203</sup>

Estas correspondências não indicam que o avanço da burocracia causasse incômodo, ainda que gerasse transtornos para o tenente-coronel Mello Brabo. Ao invés disso, é a falta de reciprocidade dos representantes de Sua Majestade o aspecto discursivo que mais aparece nestas manifestações. Quase quinze anos depois, durante as reuniões para a guerra contra o Paraguai, os sentimentos de insatisfação do tenente-coronel Mello Brabo voltaram a ser externados em correspondências ao presidente da província, como já demonstramos.

Vale sublinhar justamente a persistência de um discurso ancorado na percepção de que “[...] a gratidão de alguns Principais e de alguns Governos se assemelhe às promessas de certos doentes, que são muito sinceras apenas porquanto o mal aperte”<sup>204</sup>. Conforme suas palavras que já citamos, mas convém repetir, a conjuntura lhe sugeria que o país precisava mais dos “[...] oficiais bonitos e bem-falantes do que dos rudes, mas leais e experimentados soldados das épocas passadas”<sup>205</sup>. Por esse motivo, Mello Brabo sustentava ter ele próprio se abtido “[...] de todo o contato com oficiais de G.N. deste município [Passo Fundo] por quanto os não fossem velhos companheiros de armas”<sup>206</sup>. Não deixa de ser significativo também que, ao tratar das deserções, Mello Brabo acusasse entre outras causas “[...] a falta de equidade na reunião da G.N”, e a “[...] imoral substituição dos filhotes pelos miseráveis e desvalidos”<sup>207</sup>.

Ou seja, um certo ângulo de observação a respeito da trajetória de Mello Brabo nos permite inferir que suas práticas e estratégias sociais foram apenas parcialmente suficientes para garantir ascensão social e econômica. Outra perspectiva pode ser depreendida, no entanto, se levarmos em conta esses indícios sobre o ponto de vista do próprio indivíduo a respeito da conjuntura que enfrentava. Nos parece que, aos seus olhos, foi a degeneração da ordem social que lhe fez optar pelo afastamento da carreira. Quero dizer, levanto a hipótese de que essa frustração pessoal sistemática com a ingratidão de que considerava ser vítima, poderia estar sendo lida como um indicativo da transformação para pior da ordem social.

É claro que se trata apenas de uma hipótese que precisa ser mais discutida. Mas esse esforço de reflexão vai ao encontro da discussão proposta por Gribaudi a respeito da necessidade de se pensar “[...] a evolução dos indivíduos como indissociável da evolução de seus contextos”<sup>208</sup>. Gribaudi encontra na filosofia de Wilhelm Dilthey a proposição de que o indivíduo é um organismo psicofísico, que tanto é determinado pelo contexto em que vive quanto, a partir de suas reações, imprime marcas neste contexto.<sup>209</sup>

Enquanto for viva, essa unidade não é, portanto, estável nem definida nos seus limites, mas pulsa, é parte integrante da história e a sua identidade não é concebível se não como uma sequência de estados de consciência dentro dos quais experiências do real, necessariamente diferentes, estão coligadas “*através da consciência da identidade pessoal*”. Essa “consciência” de identidade pessoal, é portanto, o único elemento estável que permite interpretar, organizar e conectar a variedade de experiências dos atores sociais, contribuindo para formar o que Dilthey definiu como o *conjunto estrutural* de cada indivíduo<sup>210</sup>

A partir da noção de conjunto estrutural, Gribaudi propõe a ideia de configuração individual, isto é, “[...] um conjunto sincrético de fatos, recordações, recursos e eventos diversos, que se consolidou no horizonte de um indivíduo ao longo da sua experiência específica, do espaço e da prática social”<sup>211</sup>. Cada experiência é, portanto, submetida às configurações existentes, ao mesmo tempo que acrescenta novos elementos, de modo que “[...] acontecimentos comuns a muitos indivíduos, conjugam-se, portanto, de formas diversas no horizonte individual”<sup>212</sup>. Deste ponto de vista, é possível compreender de que maneira um mesmo processo histórico pode ser percebido de modos tão distintos pelos diferentes protagonistas.

O peso dos acontecimentos e o significado que assumem para cada indivíduo, argumenta Gribaudi, “[...] são modulados de formas muito diferentes, de acordo com a natureza dos elementos presentes na configuração específica de símbolos, recursos e referências na qual está inscrita”<sup>213</sup>. Assim, ao buscar reconstruir os diferentes contextos em que uma trajetória se inscreve, estamos tratando, por um lado, de pensar sobre como eventos tais as guerras podem

ter sido lidos de maneiras muito distintas, sem constituir uma representação homogênea compartilhada por integrantes de supostos grupos sociais como *os militares* ou *os estancieiros*.

Por outro lado, a partir da trajetória do barão de Jacuí, José Iran Ribeiro observou que “[...] a guerra permitiu o surgimento de lideranças que talvez não tivessem surgido em outros contextos [...]. Mas as mudanças das conjunturas resultaram no fim da necessidade de lideranças com personalidades antes tão imprescindíveis”<sup>214</sup>. Analisando um relato autobiográfico atribuído a Francisco Pedro de Abreu, Ribeiro percebe que o barão do Jacuí carregou suas tintas em rancor, pois sentia que havia sido preterido por outros oficiais que, do seu ponto de vista, não tinham uma ficha de serviços prestados ao Império comparável à sua.

Em um trecho da autobiografia, possivelmente escrito já nos anos finais de sua vida, discorrendo sobre os acontecimentos das chamadas *califórnicas*, o barão de Jacuí – referindo-se à si mesmo na terceira pessoa do singular – chega a dizer que: “[...] descobriu o barão, toda a casta de traidores não só os seus patrícios brasileiros, como o mesmo Imperador”<sup>XXIX</sup>. Note-se, portanto, que a despeito das diferenças que separavam Mello Brabo e Francisco Pedro de Abreu, a configuração das experiências sociais de ambos parece ter confluído para uma percepção de que o acordo que sedimentava sua lealdade com o monarca, outrora tão valorizado, havia sido descumprido.

<sup>XXIX</sup> RIBEIRO, *As “Surpresas” de Chico Pedro, as astúcias de Moringue...*, 2021, p. 112.

## NOTAS DE FIM

- <sup>1</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul. Comarca de Soledade, Brasil, Caixa 127. Inventário *post-mortem* de Antônio José de Mello Brabo, 1885.
- <sup>2</sup> ORTIZ, Helen Scorsatto. *Costumes e conflitos: a luta pela terra no norte do Rio Grande do Sul* (Soledade, 1857-1927). 261f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 2014.
- <sup>3</sup> *Ibid.*, p. 58.
- <sup>4</sup> AHRS. *FGN*. Comandos Superiores e Conselho de Qualificação. Maço 86. Soledade (serviço ativo, 1860).
- <sup>5</sup> AHRS. *FGN*. Comandos Superiores e Conselho de Qualificação. Maço 70. Cruz Alta (1860).
- <sup>6</sup> AHRS. *FGN*. Comandos Superiores e Conselho de Qualificação. Maço 75. Passo Fundo (serviço ativo, 1860).
- <sup>7</sup> AHRS. *FGN*. Comandos Superiores e Conselho de Qualificação. Maço 86. Soledade (serviço ativo, 1860).
- <sup>8</sup> AHRS. *FGN*. Comandos Superiores e Conselho de Qualificação. Maço 86. Soledade (serviço ativo, 1860).
- <sup>9</sup> BOURDIEU *apud* VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre. Investigação e formalização na perspectiva da Micro-História. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. (Orgs.). *Ensaio de Micro-História, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 105-105.
- <sup>10</sup> OLIVEIRA, *Nas veredas do Império...*, 2016.
- <sup>11</sup> RIBEIRO, José Iran. *As "Surpresas" Chico Pedro, as astúcias de Moringue...*, 2021.
- <sup>12</sup> VARGAS, *"Nos caminhos de São Gregório..."*, 2021.
- <sup>13</sup> APERS. Comarca de Missões. Inventário *post-mortem* de Anna Joaquina de Mello, proc. N° 26 de 1844.
- <sup>14</sup> AHRS. Fundo: *AM*. Ofício do tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo ao Presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Freguesia de Soledade/RS. 30 abr. 1853.
- <sup>15</sup> MUGGE, *Senhores da guerra...*, 2016, p. 36-64.
- <sup>16</sup> COSTA, *A espada de Dâmoques...*, 1996; MUGGE, *Senhores da guerra...*, 2016.
- <sup>17</sup> MUGGE, *Op. cit.*, p. 49.
- <sup>18</sup> *Ibid.*, p. 50.
- <sup>19</sup> *Ibid.*, p. 50
- <sup>20</sup> *Ibid.*, p. 36-97.
- <sup>21</sup> AHRS. Fundo: *AM*. Ofício do tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo ao Presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Freguesia de Soledade/RS. 30 abr. 1853.
- <sup>22</sup> MUGGE, *Op. cit.*, p. 57.
- <sup>23</sup> *Ibid.*, p. 59.
- <sup>24</sup> *Ibid.*, p. 107.
- <sup>25</sup> *Ibid.*, p. 98-141.
- <sup>26</sup> VARGAS, *"Nos caminhos de São Gregório..."*, 2021.
- <sup>27</sup> MUGGE, *Op. cit.*, p. 108.
- <sup>28</sup> VARGAS, *Op. cit.*, p. 28.
- <sup>29</sup> *Ibid.*, 2021, p. 31.
- <sup>30</sup> *Loc. cit.*
- <sup>31</sup> AHRS. *FGN*. Comandos Superiores e Conselho de Qualificação. Maço 70. Cruz Alta (1860).
- <sup>32</sup> AHRS. *FGN*. Comandos Superiores e Conselho de Qualificação. Maço 70. Cruz Alta (1860).
- <sup>33</sup> AHRS. *FGN*. Comandos Superiores e Conselho de Qualificação. Maço 75. Passo Fundo (serviço ativo, 1860).
- <sup>34</sup> AHRS. *FGN*. Comandos Superiores e Conselho de Qualificação. Maço 86. Soledade (serviço ativo, 1860).
- <sup>35</sup> GRIBAUDI, Maurício. Percursos individuais e evolução histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Máira Ines. (Orgs.). *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021, p. 179.
- <sup>36</sup> *Ibid.*, p. 180.

- <sup>37</sup> GRIBAUDI, Maurizio. Percursos individuais e evolução histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Máira Ines. (Orgs.). *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021, p. 179.
- <sup>38</sup> AHRS. *FGN*. Comando Superior de Passo Fundo. Maço 15. Ofício do coronel Antonio de Mascarenhas Camello Júnior ao presidente da província. Passo Fundo, 15 dez. 1860.
- <sup>39</sup> AHRS. *FGN*. Comando Superior de Passo Fundo. Maço 15. Ofício do coronel Antonio de Mascarenhas Camello Júnior ao presidente da província. Passo Fundo, 24 dez. 1860.
- <sup>40</sup> AHRS. *FGN*. Comando Superior de Passo Fundo. Maço 15. Ofício do capitão Francisco Jacob ao presidente da província. Soledade, 8 mai. 1865.
- <sup>41</sup> AHRS. *FGN*. Comando Superior de Passo Fundo. Maço 15. Ofício do capitão Francisco Jacob ao presidente da província. Soledade, 8 mai. 1865.
- <sup>42</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. Fundo: *Coleção Mário Barreto*. Carta do tenente-coronel honorário Antonio Joze de Mello Bravo ao presidente da província do Rio Grande do Sul solicitando ordens e instruções, em vista da instabilidade que ameaça a província. Vila do Passo Fundo: [s.n.], 25/02/1865. 2 p., Cópia.
- <sup>43</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. Fundo: *Coleção Mário Barreto*. Ofício a [Francisco Pereira] informando que Antônio de Mello Bravo se ofereceu para servir na guerra e para organizar um corpo de voluntários. Rio Grande do Sul: [s.n.], 06/05/1865. 2 p., Cópia.
- <sup>44</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. Fundo: *Coleção Mário Barreto*. Ofício a Ângelo Muniz da Silva Ferraz encaminhando ofício do presidente da província do Rio Grande do Sul, o qual se refere ao pedido feito pelo tenente-coronel honorário Antônio de Mello Bravo, para organizar um corpo de voluntários da pátria. Rio de Janeiro: [s.n.], 16/05/1865. 3 p., Orig.
- <sup>45</sup> AHRS. *FGN*. Comando Superior de Passo Fundo. Maço 15. Ofício do tenente-coronel honorário Antonio Joze de Mello Brabo ao presidente da província. Soledade, 12 jun. 1865.
- <sup>46</sup> AHRS. *FGN*. Comando Superior de Passo Fundo. Maço 15. Ofício do tenente-coronel honorário Antonio Joze de Mello Brabo ao presidente da província. Soledade, 12 jun. 1865.
- <sup>47</sup> AHRS. *FGN*. Comando Superior de Passo Fundo. Maço 15. Ofício do tenente-coronel honorário Antonio Joze de Mello Brabo ao presidente da província. Soledade, 12 jun. 1865.
- <sup>48</sup> AHRS. *FGN*. Comando Superior de Passo Fundo. Maço 15. Ofício do tenente-coronel honorário Antonio Joze de Mello Brabo ao presidente da província. Soledade, 12 jun. 1865.
- <sup>49</sup> AHRS. *FGN*. Comando Superior de Passo Fundo. Maço 15. Ofício do tenente-coronel honorário Antonio Joze de Mello Brabo ao presidente da província. Soledade, 12 jun. 1865.
- <sup>50</sup> AHRS. *FGN*. Comando Superior de Passo Fundo. Maço 15. Ofício do tenente-coronel honorário Antonio Joze de Mello Brabo ao presidente da província. Soledade, 12 jun. 1865.
- <sup>51</sup> AHRS. *FGN*. Comando Superior de Passo Fundo. Maço 15. Ofício do tenente-coronel honorário Antonio Joze de Mello Brabo ao presidente da província. Soledade, 12 jun. 1865.
- <sup>52</sup> AHRS. *FGN*. Caixa 7. Maço 15. Ofício do Comandante Superior Interino da Guarda Nacional de Passo Fundo ao Presidente da província. Passo Fundo/RS, 30 de abril de 1867.
- <sup>53</sup> RODRIGUES, Geraldo. *Araçoiaba da Serra*: esconderijo do sol. São Paulo: Noovha América, 2007, p. 35.
- <sup>54</sup> XAVIER E OLIVEIRA *apud* MIGLIORANZA, Cristiane I. Vernes. *O coronel e os prelos*: relações entre imprensa e poder em Passo Fundo. 128f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2008, p. 54.
- <sup>55</sup> AHRS. *FGN*. Comando Superior de Passo Fundo. Maço 15. Ofício do tenente-coronel honorário Antonio Joze de Mello Brabo ao presidente da província. Soledade, 12 jun. 1865.
- <sup>56</sup> AHRS. *FGN*. Comando Superior de Passo Fundo. Maço 15. Ofício do tenente-coronel honorário Antonio Joze de Mello Brabo ao presidente da província. Soledade, 12 jun. 1865.
- <sup>57</sup> APERS. Cartório Cível e Crime de Cruz Alta. Procuração bastante que faz o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo ao doutor Antonio Gomes Pinheiro Machado. In: Libelo cível, proc. N° 703, de 1854.
- <sup>58</sup> CORREIO DO SUL. Ano VII. Porto Alegre, quinta-feira, 25 dez. 1858. N° 279, p. 1. Disponível em: < <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/DesktopModules/alrsPesquisaDocumental/VisualizarDocumento.aspx?nrNaLista=2&Tab=2>>. Acesso em: 27 mar. 2022.

- <sup>59</sup> MUGGE, *Senhores da guerra...*, 2016, p. 35.
- <sup>60</sup> ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade...*, 2008, p. 206.
- <sup>61</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. As famílias de povoadores em áreas de fronteira da capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. *Rev. Bras. de Estudos de População*. V. 13, n. 3, set-dez, 2017, p. 551.
- <sup>62</sup> BELLOTO *apud* BACELLAR, *Op. cit.*, p. 551
- <sup>63</sup> GIL, *Coisas do caminho...*, 2020, p. 42.
- <sup>64</sup> *Ibid.*, p. 25.
- <sup>65</sup> GUEDES, Caio Júlio. *A ideia de cidade: A fundação da vila de Sorocaba e seus primeiros desmembramentos no século XVIII*, Itapeva, Itapetininga e Apiaí. 155f. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Programa de Pós-graduação em Urbanismo. Campinas/SP, 2018, p. 117.
- <sup>66</sup> *Ibid.*
- <sup>67</sup> CORRÊA, Dora Shellard. Paisagens sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930). Livro digital. Londrina/PR: Eduel, 2015.
- <sup>68</sup> BACELLAR, *As famílias de povoadores em áreas de fronteira da capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII...*, 2017, p. 562.
- <sup>69</sup> CORRÊA, *Op. cit.*, p. 89.
- <sup>70</sup> *Ibid.*, p. 95.
- <sup>71</sup> AHRS. FGN. Comando Superior de Passo Fundo. Maço 15. Ofício do tenente-coronel honorário Antonio Joze de Mello Brabo ao presidente da província. Soledade, 12 jun. 1865.
- <sup>72</sup> SILVA, Maria B. N. da. (Org.); BACELLAR, Carlos de A. P.; GOLDSCHMIDT, Eliana R.; NEVES, Lúcia M. B. P. *História de São Paulo Colonial*. São Paulo/SP: Editora Unesp, 2009, p. 240.
- <sup>73</sup> *Ibid.*, p. 241
- <sup>74</sup> *Loc. cit.*
- <sup>75</sup> MELLO, Christiane F. Pagano de. As áreas de guerra aberta e as de prevenção militar. O centro-sul e o norte da América Portuguesa (segunda metade do século XVIII). *Revista de História Comparada*. V. 10, N.º 1, 2016, p. 67.
- <sup>76</sup> *Loc. cit.*
- <sup>77</sup> SILVA, et. al. *Op. cit.*, p. 244.
- <sup>78</sup> ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade...*, 2008, p. 129.
- <sup>79</sup> *Ibid.*, p. 129.
- <sup>80</sup> CHRISTILLINO, *Litígios ao sul do Império...*, 2010, p. 81.
- <sup>81</sup> *Ibid.*, p. 81.
- <sup>82</sup> APERS. Comarca de Missões. Inventário *post-mortem* de Anna Joaquina de Mello. Cruz Alta, proc. Nº 26, 1844.
- <sup>83</sup> NUNES, Francivaldo A. Inventários e Partilhas. In: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione. (Orgs.). *Propriedade e disputas: fontes para a história do Oitocentos*. Guarapuava: Unicentro/ Niterói: EDUFF, 2011, p. 57-60.
- <sup>84</sup> APERS. Comarca de Missões. Inventário *post-mortem* de Anna Joaquina de Mello. Cruz Alta, proc. Nº 26, 1844.
- <sup>85</sup> ARAÚJO, *Op. cit.*, p. 52
- <sup>86</sup> Medida informada por: OSÓRIO, *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino...*, 1990, p. 46.
- <sup>87</sup> CHRISTILLINO, *Op. cit.*, p. 125.
- <sup>88</sup> PEREIRA, *Genealogia tropeira (Cruz Alta e imediações) ...*, 2008, p. 141.
- <sup>89</sup> CHRISTILLINO, *Op. cit.*, p. 127.
- <sup>90</sup> OLIVEIRA, *Nas veredas do Império...*, 2016, p. 18-42.
- <sup>91</sup> OLIVEIRA, *Ibid.*, p. 54.

- <sup>92</sup> OLIVEIRA, *Nas veredas do Império...*, 2016, p. p. 62.
- <sup>93</sup> *Ibid.*, p. 66-68.
- <sup>94</sup> *Ibid.*, p. 78.
- <sup>95</sup> *Ibid.*, p. 81-82.
- <sup>96</sup> *Ibid.*, p. 102-105.
- <sup>97</sup> *Ibid.*, p. 111.
- <sup>98</sup> *Ibid.*, p. 132
- <sup>99</sup> RIBEIRO, *As “Sorpresa” de Chico Pedro, as astúcias de Moringue...*, 2021.
- <sup>100</sup> *Ibid.*, p. 37-40.
- <sup>101</sup> *Ibid.*, p. 34.
- <sup>102</sup> *Loc. cit.*
- <sup>103</sup> RIBEIRO, *Ibid.*, p. 35.
- <sup>104</sup> *Ibid.*, p. 75.
- <sup>105</sup> *Ibid.*, p. 78.
- <sup>106</sup> *Ibid.*, p. 112.
- <sup>107</sup> GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (Orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2009, p. 26-27.
- <sup>108</sup> GINZBURG; PONI, *O nome e o como...*, 1989, p. 177.
- <sup>109</sup> VENDRAME; KARSBURG, *Investigação e formalização na perspectiva da Micro-História...*, 2016, p. 104-107.
- <sup>110</sup> *Loc. cit.*
- <sup>111</sup> *Ibid.*, p. 107.
- <sup>112</sup> RIBEIRO, *Op. cit.*, p. 17.
- <sup>113</sup> Sobre o compadrio entre ambos, cf: MUGGE, *Senhores da guerra...*, 2016, p. 231. A respeito da ruptura na aliança, cf: CV-7302. Proclamação dirigida pelo presidente da câmara municipal de Cruz Alta, Vidal José do Pillar, aos cidadãos da vila. Cruz Alta, 3 abr. 1837. RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. Uma República contra o Império (1835/1845). *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs)*. Vol. 16. Porto Alegre: AHRs; EDIPUCRS, 2009, p. 222-223.
- <sup>114</sup> CV-7757. Correspondência encaminhada por Bento Manoel Ribeiro à Domingos José de Almeida. Cruz Alta, 26 jan. 1840. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico. *Os Segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farroupilha/Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Vol. 18. Porto Alegre: AHRs; EDIPUCRS, 2009, p. 53-54.
- <sup>115</sup> GIL, *Infêis transgressores...*, 2002, p. 123.
- <sup>116</sup> *Ibid.*, p. 127.
- <sup>117</sup> FARINATTI, *Confins Meridionais...*, 2010, p. 212.
- <sup>118</sup> *Ibid.*, 216.
- <sup>119</sup> MAUSS *apud* FARINATTI, *Op. cit.*, p. 217; GODELIER *apud* FARINATTI, *Op. cit.*, p. 217.
- <sup>120</sup> FARINATTI, *Op. cit.*, 2010, p. 217.
- <sup>121</sup> HESPANHA, **A política perdida...**, 2010, p. 91.
- <sup>122</sup> RIBEIRO, *Op. cit.*, p. 52.
- <sup>123</sup> *Ibid.*, p. 55.
- <sup>124</sup> *Ibid.*, p. 55.
- <sup>125</sup> *Ibid.*, p. 69.
- <sup>126</sup> RIBEIRO, **O fortalecimento do Estado Imperial através do recrutamento militar da Guerra dos Farrapos...**, 2011, p. 265.
- <sup>127</sup> MUGGE, **Senhores da guerra...**, 2016, p. 16.
- <sup>128</sup> MUGGE, Miquicias H. “Apareceram na véspera da eleição, como que se oferecendo”: as vozes e lealdades no assassinato do Comendador. In: MOREIRA, Paulo R. S.; RIBEIRO, José I.; MUGGE, Miquicias H. *A*

- morte do Comendador: Eleições, Crimes Políticos e Honra* (Antonio Vicente da Fontoura, Cachoeira, RS, 1860). São Leopoldo: Oikos Editora; Editora da Unisinos, 2016, p. 49.
- <sup>129</sup> FOLLETO *apud* MUGGE, *Senhores da Guerra...*, 2016, p. 124.
- <sup>130</sup> MUGGE, *Senhores da guerra...*, 2016, p. 125
- <sup>131</sup> *Ibid.*, p. 235.
- <sup>132</sup> *Ibid.*, p. 255-256.
- <sup>133</sup> *Ibid.*, p. 257.
- <sup>134</sup> *Ibid.*, p. 258.
- <sup>135</sup> *Ibid.*, p. 253.
- <sup>136</sup> FARINATTI, *Cabedais Militares...*, 2010, p. 91
- <sup>137</sup> LEVI *apud* FARINATTI, *Confins Meridionais...*, 2010, p. 255
- <sup>138</sup> LEWIN *apud* FARINATTI, *Op. cit.*, 2010, p. 257.
- <sup>139</sup> FARINATTI, *Op. cit.*, p. 272.
- <sup>140</sup> *Ibid.*, p. 272-273.
- <sup>141</sup> *Ibid.*, p. 273.
- <sup>142</sup> *Loc. cit.*
- <sup>143</sup> MUGGE, *Op. cit.*, p. 232.
- <sup>144</sup> *Loc. cit.*
- <sup>145</sup> OLIVEIRA, *Nas veredas do Império...*, 2016, p. 21-23.
- <sup>146</sup> *Ibid.*, p. 30-31.
- <sup>147</sup> *Ibid.*
- <sup>148</sup> *Ibid.*
- <sup>149</sup> *Ibid.*
- <sup>150</sup> *Ibid.*
- <sup>151</sup> *Ibid.*, p. 148.
- <sup>152</sup> CURITIBA, Arquivo Arquidiocesano de Vila do Príncipe (Balsa Nova/Lapa). Livro de casamentos nº 2, Registro de casamento entre o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo e Anna Joaquina Soares, p. 179. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XNGX-Q6K>. Acesso em: 31 jan. 2022.
- <sup>153</sup> PORTO ALEGRE, Arquivo da Cúria Metropolitana de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre. Livro de óbito de pessoas livres (1844-1859). Registro de óbito de Anna Joaquina de Mello, p. 4. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-W89M-B2?i=450&cc=2177295&cat=395848>. Acesso em: 08 fev. 2022.
- <sup>154</sup> APERS, Tabelionato de Cruz Alta, Transmissão e Notas. Livro 8 (1853-1857), Escritura Pública de Perfilhação que faz o Ten. Cel. Antonio José de Mello Brabo, Cruz Alta, 1855, p. 65-65v.
- <sup>155</sup> APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 7º Distrito. Livro 1 (1858-1865). Lançamento de uma baixa de primeira linha, p. 59v-60v.
- <sup>156</sup> RIBEIRO, *O Império e as revoltas...*, 2011, p. 58.
- <sup>157</sup> *Ibid.*, p. 59.
- <sup>158</sup> BARRETO DE SOUZA *apud* SILVA, Camila Borges da. *As ordens honoríficas e a Independência do Brasil: o papel das condecorações na construção do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. 448f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura. Rio de Janeiro/RS, 2014, p. 262.
- <sup>159</sup> RIBEIRO, *Op. cit.*, p. 60.
- <sup>160</sup> AHRS. FGN. Comandos Superiores e Conselho de Qualificação. Maço 86. Soledade (serviço ativo, 1860).
- <sup>161</sup> ANRJ. Fundo: *Ordens Honoríficas*. Decreto agraciando com o grau cavaleiro da Ordem da Rosa a Antonio José de Mello Brabo Filho entre outros. Rio de Janeiro, s/d. BR RJANRIO 69.CAI.ORO.7891190; DIARIO do Rio de Janeiro. Ano 53. Rio de Janeiro, 25 set. 1870, p. 2.

- <sup>162</sup> APERS. Cartório Cível de Cruz Alta. Processo-Crime Nº 86 de 1872.
- <sup>163</sup> APERS. Cartório Cível de Cruz Alta. Processo-Crime Nº 86 de 1872.
- <sup>164</sup> APERS. Cartório Cível de Cruz Alta. Processo-Crime Nº 86 de 1872.
- <sup>165</sup> APERS. Cível e Crime. Inquérito policial contra Antonio José de Mello Filho. Soledade, proc. n.º 236, 1876.
- <sup>166</sup> APERS. Cível e Crime. Inquérito policial contra Antonio José de Mello Filho. Soledade, proc. n.º 236, 1876, p. 9.
- <sup>167</sup> APERS. Cível e Crime. Inquérito policial contra Antonio José de Mello Filho. Soledade, proc. n.º 236, 1876, p. 9.
- <sup>168</sup> APERS. Cível e Crime. Inquérito policial contra Antonio José de Mello Filho. Soledade, proc. n.º 236, 1876, p. 9v.
- <sup>169</sup> APERS. Cível e Crime. Inquérito policial contra Antonio José de Mello Filho. Soledade, proc. n.º 236, 1876, p. 10.
- <sup>170</sup> APERS. Cível e Crime. Inquérito policial contra Antonio José de Mello Filho. Soledade, proc. n.º 236, 1876, p.
- <sup>171</sup> APERS. Cível e Crime. Inquérito policial contra Antonio José de Mello Filho. Soledade, proc. n.º 236, 1876, p. 10.
- <sup>172</sup> APERS. Cível e Crime. Inquérito policial contra Antonio José de Mello Filho. Soledade, proc. n.º 236, 1876, p. 28.
- <sup>173</sup> APERS. Cível e Crime. Inquérito policial contra Antonio José de Mello Filho. Soledade, proc. n.º 236, 1876, p. 28v.
- <sup>174</sup> APERS, Tabelionato de Cruz Alta, Transmissão e Notas. Livro 8 (1853-1857), Escritura Pública de Perfilhação que faz o Ten. Cel. Antonio José de Mello Brabo, Cruz Alta, 1855, p. 65-65v.
- <sup>175</sup> BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de Viagem na Província do Rio Grande do Sul (1875-1887)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989, p. 31.
- <sup>176</sup> *Ibid.*, p. 96.
- <sup>177</sup> AHRs, FGN. Caixa 7. Maço 15. Ofício do Comandante Superior Interino da Guarda Nacional de Passo Fundo ao Presidente da província. Passo Fundo/RS, 22 fev. de 1867.
- <sup>178</sup> VARGAS, “*Nos caminhos de São Gregório*” ..., 2021.
- <sup>179</sup> *Ibid.*, p. 29.
- <sup>180</sup> *Ibid.*, p. 30.
- <sup>181</sup> APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 5º Distrito. Livro S/N (1857-1873), Traslado de uma procuração que faz dona Antonia Francisca Moreira ao seu marido ten-cel Antonio Joze de Mello Brabo, p. 30-31.
- <sup>182</sup> APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. Livro de Testamentos, Registro de Doação, p. 1-1v.
- <sup>183</sup> APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 5º Distrito. Livro S/N (1857-1873); APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 7º Distrito. Livro 1 (1858-1865).
- <sup>184</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul. Comarca de Soledade, Brasil, Caixa 127. Inventário *post-mortem* de Antônio José de Mello Brabo, 1885.
- <sup>185</sup> FRANCO, *Soledade na história...*, 1975, p. 41.
- <sup>186</sup> *Ibid.*
- <sup>187</sup> *Loc. cit.*
- <sup>188</sup> *Loc. cit.*
- <sup>189</sup> GEHM, Delma. *Passo Fundo através do tempo: fatos, usos, costumes e valores*. Vol. 2. Passo Fundo/RS: Projeto Passo Fundo, 2016, p. 308-310.
- <sup>190</sup> VARGAS, *Op. cit.*
- <sup>191</sup> VARGAS, Jonas M. *Entre a paróquia e a Corte: Os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010, p. 19-20.

- <sup>192</sup> *Ibid.*
- <sup>193</sup> RPPRS, 1850.
- <sup>194</sup> CV – 2737. *Ofício do tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo...*, 4 set. 1841. In: AHRS. *Anais*. Vol. 4. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980, p. 451.
- <sup>195</sup> 2738. *Ofício do tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo...*, 7 jan. 1842. In: AHRS. *Anais*, Vol. 4., 1980, p. 452.
- <sup>196</sup> Relação dos Oficiais da Guarda Nacional merecedores de prêmios e distinções/ Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1841). In: OSÓRIO; OSÓRIO, *História do General Osório...*, 1915, p.382-383.
- <sup>197</sup> CV-2729. *Ofício do tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo...*, 17 jan. 1841. In: AHRS. *Anais*. Vol. 4, 1980, p. 445.
- <sup>198</sup> CAXIAS, Barão de. Ordem do dia n.º 9. Quartel general do comando-em-chefe do Exército, Porto Alegre, 24 dez. 1842. In: GARCIA, Rodolfo. (Dir.). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. LXIII. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/Imprensa Nacional, 1941, p. 23-24.
- <sup>199</sup> CAXIAS, Barão de. *Ordem do dia n.º 9*. 24 dez. 1842. In: GARCIA, Rodolfo. (Dir.). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. LXIII., 1941, p. 22.
- <sup>200</sup> CAXIAS, Barão de. *Ordem do dia n.º 9*. 24 dez. 1842. In: GARCIA, Rodolfo. (Dir.). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. LXIII., 1941, p. 22.
- <sup>201</sup> CV-6839. *Ofício do ex-presidente da província Saturnino de Souza e Oliveira...*, 9 nov. 1842. In: AHRS. *Anais*, vol. 15. 2006, p. 140-150.
- <sup>202</sup> AHRS. *FAM*. *Ofício do tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo ao vice-presidente da província, Luís A. Leite de Oliveira Bello*. Porto Alegre, 20 mai. 1852.
- <sup>203</sup> AHRS. *FAM*. *Ofício do tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo ao Exmo. Sr. Dr. Luís A. Leite de Oliveira Bello*. Porto Alegre, 21 mai. 1853.
- <sup>204</sup> AHRS. *FGN*. Caixa 7. Maço 15. Comando Superior de Passo Fundo. *Ofício do tenente-coronel honorário Antonio Joze de Mello Brabo ao presidente da província*. Soledade, 12 jun. 1865.
- <sup>205</sup> AHRS. *FGN*. Caixa 7. Maço 15. Comando Superior de Passo Fundo. *Ofício do tenente-coronel honorário Antonio Joze de Mello Brabo ao presidente da província*. Soledade, 12 jun. 1865.
- <sup>206</sup> AHRS. *FGN*. Caixa 7. Maço 15. Comando Superior de Passo Fundo. *Ofício do tenente-coronel honorário Antonio Joze de Mello Brabo ao presidente da província*. Soledade, 12 jun. 1865.
- <sup>207</sup> AHRS. *FGN*. Caixa 7. Maço 15. Comando Superior de Passo Fundo. *Ofício do tenente-coronel honorário Antonio Joze de Mello Brabo ao presidente da província*. Soledade, 12 jun. 1865.
- <sup>208</sup> GRIBAUDI, *Percursos individuais e evolução histórica...*, 2021, p. 162.
- <sup>209</sup> *Ibid.*, p. 166.
- <sup>210</sup> *Loc. cit.*
- <sup>211</sup> *Ibid.*, p. 165.
- <sup>212</sup> *Ibid.*, p. 167.
- <sup>213</sup> *Loc. cit.*
- <sup>214</sup> RIBEIRO, *As "Surpresas" de Chico Pedro, as astúcias de Moringue...*, 2021, p. 96.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos últimos anos, no bojo de uma ampla renovação historiográfica, associada ao diálogo interdisciplinar e ao refinamento das metodologias de pesquisa, as histórias do Brasil como um todo e do Rio Grande do Sul em particular têm sido recontadas com um grau de complexidade promissor. Nesse sentido, personagens até então desconhecidos ou invisibilizados como os subalternos de modo geral, mas especificamente as mulheres, as diferentes sociedades indígenas, os escravizados, os diversos africanos e afroamericanos livres, forros e aqui-lombados, bem como os múltiplos grupos mestiços constituídos na América, têm aparecido enquanto agentes sociais sem os quais não é possível compreender o Brasil. Na mesma medida, os estudos sobre as elites mostram-se atualmente oxigenados por grandes esforços empíricos, combinados a métodos e teorias inovadores. Com efeito, enveredamos por campos historiográficos e abordagens particularmente revigorados no curso destas transformações, a saber, a história militar e a biografia histórica.

Mesmo que atualmente tais estudos estejam arejados, ainda são poucas as pesquisas que investem na investigação das trajetórias dos militares que lutaram nas sucessivas guerras ao Sul do Império. Ao fazê-lo, acreditamos ter demonstrado o quanto ainda há para ser compreendido a partir destas investigações.

A partir da trajetória de Antonio Joze de Mello Brabo, tocamos em temas que têm sido pouco visitados pela historiografia sobre o Rio Grande do Sul – talvez por se acreditar que já não haja mais o que ser dito sobre eles – como a formação da primeira elite luso-brasileira no planalto sul-rio-grandense. Ao invés

de sublinhar a naturalização da ocupação militar e da formação do latifúndio, chamamos atenção para uma infinidade de temas e contextos pouco estudados, como os processos de conquista deste território aos povos indígenas, para além do binômio resistência-assimilação.

Investindo em um estudo de trajetória inspirado na micro-história, enfrentamos e discutimos as potencialidades e também os limites e vicissitudes de pesquisas baseadas na investigação onomástica. Demonstramos, não obstante, que a redução da escala de observação revela aspectos da realidade histórica que não podem ser negligenciados, pois não são menores ou secundários. Efetivamente, se não tivéssemos empreendido confrontações exaustivas entre diferentes fontes, jamais teríamos percebido os vínculos mantidos entre Antonio Joze de Mello Brabo e Maria Conceição, constatação que transforma completamente o entendimento a respeito das vidas dessas pessoas.

Ao insistir na compreensão mais rigorosa do que sejam os classificativos “china” e “chino” assinalados pelo pároco de Cruz Alta, percebemos um manancial de questões associadas à história indígena no Rio Grande do Sul, especialmente durante a segunda metade do século XIX, que ainda não receberam a devida atenção da historiografia. Isto é, se aproximadamente 17% dos neófitos (equivalente a 183 crianças) batizados entre maio de 1855 e fevereiro de 1857, foram adscritos com uma qualidade associada à origem indígena, logo há uma dimensão da história indígena do planalto sul-rio-grandense ainda não investigada. Talvez essa invisibilização se deva à aceitação dos discursos políticos do século XIX, que propalavam que muitos dos indígenas existentes na província – e no Brasil em geral – se encontravam miscigenados, “confusos aos demais habitantes do Império”, sugerindo, com isso, que houvessem deixado de ser indígenas<sup>1</sup>. Atualmente se sabe, entretanto, que a interação estreita entre grupos étnicos não implica necessariamente no desaparecimento das fronteiras étnicas.<sup>2</sup>

Outro aspecto do processo de organização da sociedade luso-brasileira no planalto que tem sido apenas mencionado *en passant* e que acreditamos ter demonstrado ser muito mais complexo do que a historiografia sugere, diz respeito às estratégias de ocupação de tais espaços engendradas a partir do caminho das tropas. Isto é, ao contrário de uma movimentação direta das vilas paulistas para o planalto, homens como Vidal José do Pillar circularam por diversas das vilas

tropeiras salpicadas pelo litoral sul-rio-grandense, inseridos em redes sólidas de parentesco e amizade que também ajudaram a reproduzir.

Atentando-nos para as relações entretidas entre Vidal José do Pillar e Antonio Joze de Mello Brabo durante a guerra civil Farroupilha, conseguimos demonstrar claramente que, embora ambos tenham sido, durante alguns anos, os dois principais bastiões da legalidade na região do planalto, tratava-se de sujeitos situados em posições muito distintas na hierarquia social. Ao longo do estudo, buscamos demonstrar que tais diferenças são indissociáveis dos seus percursos individuais, isto é, das oportunidades que receberam desde o nascimento, das redes de parentesco em que estiveram inseridos, das posições e cargos que ocuparam, dos recursos, enfim, materiais e simbólicos, que herdaram e/ou conseguiram granjear.

Em que pese nossa dificuldade para precisar a origem social de Antonio Joze de Mello Brabo, seu patrimônio aparentemente reduzido, somado ao fato de não termos localizado qualquer indício a respeito de que tenha ocupado cargos no aparato burocrático ou eleitoral, parece sinalizar para uma procedência social pouco abastada. Por outro lado, percebemos claramente o seu investimento em uma carreira na guerra. Segundo Thiago N. Krause, ao longo do século XVIII, essa atividade ainda era “[...] ‘uma das principais vias de ascensão social legitimada, reconhecida e reforçada pelo centro político’ do Império português, especialmente se os solicitantes vivessem nos lugares onde ocorreram mobilizações para a defesa do território”<sup>3</sup>. No extremo-Sul do Brasil, durante as primeiras décadas do século XIX, essa carreira apresentava algumas vantagens significativas para os que conseguissem superar as muitas dificuldades sociais e materiais que ela impunha.

Tendo nascido por volta de 1787, em uma vila fundada no bojo do projeto social conduzido pelo Morgado de Mateus, Antonio Joze de Mello Brabo assentou praça durante as primeiras décadas do século XIX, em uma conjuntura na qual as forças militares luso-brasileiras na fronteira meridional estavam em constante transformação e expansão. Analisando correspondências que escreveu durante décadas, todas tratando de questões militares, percebemos uma visão sobre o ser militar que combinava elementos de uma concepção modernizadora das forças militares – como os anseios de disciplina, subordinação e espírito corpo-

rativo –, com traços característicos de uma cultura de Antigo Regime, informada por vínculos pessoais e por uma economia de dádivas, centrada na expectativa generalizada de reciprocidade, não necessariamente simétrica.

Analisando as correspondências da Coleção Varela, percebemos claramente que a rápida ascensão de Mello Brabo na carreira militar, durante os primeiros anos da guerra civil Farroupilha, decorreu do seu desempenho em batalha, mas especialmente da capacidade para arrematar homens em armas. Tratava-se de um contexto em que o Estado Imperial brasileiro não possuía mecanismos para promover o recrutamento de forma compulsória, especialmente dos corpos da Guarda Nacional.

Por meio das correspondências de guerra emitidas pelo tenente-coronel Mello Brabo, percebemos diversos indícios de que o recrutamento e a não-deserção dependiam de relações pessoais e acordos cotidianos entre comandantes e comandados, conformando uma verdadeira política da vida cotidiana em contexto de guerra. Os Sul-rio-grandenses estavam habituados à guerra, sabiam dos riscos, mas também dos possíveis ganhos que a prestação de serviços militares representava.

Durante os períodos de maior agitação bélica, os oficiais comandantes representavam verdadeiros mediadores entre os seus comandados e as autoridades do Império. Através de uma correspondência encaminhada pelo comandante de um batalhão ao presidente da província e/ou ao comandante-em-chefe do Exército, um soldado poderia alcançar uma graça significativa, como o perdão por uma deserção, a dispensa do serviço ou a promoção para uma patente de oficial. Foi isso que mais percebemos analisando as interações cotidianas entre Antonio Joze de Mello Brabo e os homens que comandou durante a guerra civil.

Também buscamos compreender quem possivelmente eram os sujeitos leais ao tenente-coronel Mello Brabo, isto é, com quem ele poderia contar quando houvesse a necessidade de se obter homens armados, fardados e bem montados para servir sob o seu comando. Isto não significa que todos fossem necessariamente recrutas, mas membros de uma miríade de indivíduos possuidores de recursos específicos, que eram importantes nesse processo.

Analisando a reiteração de vínculos que manteve com criadores e negociantes radicados nas imediações de Soledade, especialmente imigrantes euro-

peus não-ibéricos, percebemos que Mello Brabo ocupava um lugar em uma rede de solidariedades. Essa rede era acionada por razões bastante diversas, por exemplo, quando da necessidade de se obter recursos financeiros, afiançar negócios, arrolar testemunhos judiciais e, possivelmente, em muitas outras ocasiões, como quando se pretendia isentar alguém do serviço militar ou, ao invés disso, causar embaraços na vida de algum desafeto. Nessa toada, percebemos claramente que, durante as guerras, a posição de Antonio Joze de Mello Brabo nesta rede assumia destaque, isto é, seu prestígio aumentava na mesma medida em que se alargava a sua margem de atuação.

Além das relações mais horizontais, identificamos também uma série de vínculos evidentemente assimétricos, tais quais os que este sujeito mantinha com pessoas que viviam de favor em suas terras. Investigando mais profundamente, no entanto, a vida de Bernardo José de Araújo – um destes agregados – conseguimos perceber que não se tratava de um sujeito paupérrimo, mas de um alferes da Guarda Nacional, proprietário de escravizados que, ao que tudo indica, mantinha um pequeno armazém dentro da propriedade do seu agregador. Este, por sua vez, também fornecia alguns dos gêneros vendidos no armazém e afiançava as contas correntes que Bernardo mantinha com comerciantes de maior envergadura na praça de Rio Pardo.

Na tentativa de compreender estas relações de um ponto de vista menos anacrônico, buscamos na categoria êmica *amizade* uma possível explicação para tais vínculos. Sustentando que a definição de amizade presente nas fontes se aproximava mais daquela recuperada pelos filósofos escolásticos nas obras de Aristóteles, Cícero e Tomás de Aquino, do que da conceituação contemporânea, derivada do romantismo, levantamos a hipótese de que tais vínculos podem ser melhor compreendidos se pensados em termos de amizades iguais e amizades desiguais.

Operação analítica semelhante realizamos no que diz respeito às relações mantidas por Antonio Joze de Mello Brabo com Maria Conceição, mulher de provável ascendência indígena. Retomando o contexto de agravamento das violências praticadas contra as populações indígenas no planalto rio-grandense, ao longo do século XIX, sugerimos que a união entre essas pessoas pode ter representado uma aliança entre este paulista e uma parentela indígena. Aliança

que permitiu que Maria Conceição e suas filhas experimentassem uma ascensão social significativa, mas que não parece ter se circunscrito apenas a esta mulher, já que o único inocente apadrinhado por Antonio Joze de Mello Brabo entre maio de 1855 e fevereiro de 1857, foi justamente uma criança indígena, cuja madrinha foi a própria Maria Conceição.

Procuramos na discussão em torno da noção de *dádiva* alguns elementos para refletir a respeito das diferentes contraprestações trocadas entre Mello Brabo e Maria Conceição. Por um lado, para essa mulher e talvez alguns parentes seus, a aliança com um invasor poderia representar uma estratégia de sobrevivência e inserção naquela sociedade cada vez mais hostil às populações indígenas resistentes. Por outro, para Mello Brabo, esse vínculo poderia reduzir os riscos de ataques indígenas às suas propriedades, assim como possivelmente fizesse com que alguns indígenas perfilassem nas suas tropas.

Por último, ao empreender esforços de comparação com trajetórias análogas, buscamos situar a biografia estudada em um contexto mais amplo, no qual diversos indivíduos se destacaram na carreira militar. Deste modo, conseguimos mapear minimamente aspectos que aproximam e outros que distanciam a trajetória de Antonio Joze de Mello Brabo daqueles de homens que alcançaram o topo da elite militar sul-rio-grandense.

Argumentamos que Mello Brabo performava alguns aspectos importantes para a constituição de cabedais militares, particularmente a habilidade militar e a capacidade de negociar com diversos setores subalternos da população local. Por outro lado, sugerimos que suas relações familiares muito diversas do ideal praticado pela elite rural sul-rio-grandense e a falta de uma estratégia de conversão de capital militar em capital político, parecem ter pesado para que este sujeito não tenha alcançado os mais altos postos da carreira militar.

Não obstante, dialogando com a noção de *configuração individual*, proposta por Gribaudi, sustentamos que esta não necessariamente fosse a leitura que o velho Mello Brabo, veterano de inúmeras guerras, fazia de si mesmo. Pelo contrário, nos parece que, em seu modo de perceber os acontecimentos, a causa de a sua trajetória militar não ter sido mais bem-sucedida não era outra que a ingratidão de “alguns principais e de alguns governos”. Sentimento esse que não era apenas seu, mas compartilhado por outros indivíduos que também acredita-

vam ter feito mais sacrifícios pelo Império do que lhes houvera sido reconhecido, como foi o caso do barão de Jacuí.

Finalmente, restou claro que o cabedal militar de Antonio Joze de Mello Brabo não tinha a envergadura que tinha o de homens como Bento Manoel Ribeiro, David Canabarro ou Manoel Luís Osório. Ainda assim, aos 70 e tantos anos de idade, este sujeito foi capaz de reunir quase duas centenas de homens e marchar ao Paraguai, quando o recrutamento em Soledade e Passo Fundo já era dado como tarefa impossível. Este estudo buscou lançar algum subsídio para a compreensão deste fenômeno que, aos olhos de Sérgio da Costa Franco, parecia inexplicável.<sup>4</sup>

## NOTAS DE FIM

- <sup>1</sup> CUNHA, *História dos índios no Brasil...*, 1992, p. 133-154.
- <sup>2</sup> BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: BARTH, Frederik. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000, p. 25-68.
- <sup>3</sup> KRAUSE apud RIBEIRO, *As "Surpresas" de Chico Pedro, as astúcias de Moringue...*, 2021, p. 59.
- <sup>4</sup> FRANCO, *Soledade na História...*, 1975, p. 66-67.

## REFERÊNCIAS

### 5.1 FONTES

*Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS).*

AHRS. *Fundo Sesmarias*. Caixa 10. Auto de justificação de Sesmaria. N.º 444. Ano 1814. Antônio José de Melo.

AHRS. *FAM*. Ofício do tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo ao vice-presidente da província, Luís A. Leite de Oliveira Bello. Capela de Soledade, 20 dez. 1851.

AHRS. *FAM*. Ofício do tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo ao vice-presidente da província, Luís A. Leite de Oliveira Bello. Porto Alegre, 20 mai. 1852.

AHRS. *FAM*. Ofício do tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo ao Exmo. Sr. Dr. Luís A. Leite de Oliveira Bello. Porto Alegre, 21 mai. 1853.

AHRS. *FAM*. Maço 164. Ofício do tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo ao presidente da província. Quartel na Fazenda do Depósito, 15 out. 1853.

AHRS. *FGN*. Comandos Superiores e Conselho de Qualificação. Maço 70. Cruz Alta (1860).

AHRS. *FGN*. Comandos Superiores e Conselho de Qualificação. Maço 75. Passo Fundo (serviço ativo, 1860).

AHRS. *FGN*. Comandos Superiores e Conselho de Qualificação. Maço 86. Soledade (serviço ativo, 1860).

AHRS. *FGN*. Comandos Superiores e Conselho de Qualificação. Maço 86. Soledade (serviço ativo, 1860).

AHRS. *FGN*. Comandos Superiores e Conselho de Qualificação. Maço 86. Soledade (serviço ativo, 1860).

AHRS, *FGN*. Caixa 7. Maço 15. Ofício do Comandante Superior da Guarda Nacional da Passo Fundo cel. Antonio Mascarenhas Camello Júnior ao presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Passo Fundo/RS, 9 abr. de 1865.

AHRS. *FGN*. Comando Superior de Passo Fundo. Maço 15. Ofício do capitão Francisco Jacob ao presidente da província. Soledade, 8 mai. 1865.

AHRS, *FGN*. Caixa 7. Maço 15. Ofício do Comandante Superior da Guarda Nacional da Passo Fundo cel. Antonio Mascarenhas Camello Júnior ao presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Passo Fundo/RS, 12 jun. 1865.

AHRS. *FGN*. Caixa 7. Maço 15. Comando Superior de Passo Fundo. Ofício do tenente-coronel honorário Antonio Joze de Mello Brabo ao presidente da província. Soledade, 12 jun. 1865.

AHRS, *FGN*. Caixa 7. Maço 15. Ofício do Ten. Cel. Antonio José de Mello Brabo ao Presidente da província. Passo Fundo/RS, 10 fev. de 1867.

AHRS, *FGN*. Caixa 7. Maço 15. Ofício do Comandante Superior Interino da Guarda Nacional de Passo Fundo ao Presidente da província. Passo Fundo/RS, 22 fev. de 1867.

AHRS. *FGN*. Caixa 7. Maço 15. Ofício do Comandante Superior Interino da Guarda Nacional de Passo Fundo ao Presidente da província. 2 de abril de 1867.

AHRS, *FGN*. Caixa 7. Maço 15. Ofício do Comandante Superior Interino da Guarda Nacional de Passo Fundo ao Presidente da província. Passo Fundo/RS, 30 de abril de 1867.

AHRS. *Fundo Coleção Varela*. Caixa 4. Maço 13. CV – 2732. Ofício do tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo ao Conde de Rio Pardo, comandante-em-chefe do Exército. Acampamento volante na Serra de São Xavier, 14 jul. 1841.

AHRS. *Fundo Coleção Varela*. Caixa 4. Maço 13. CV-2737. Ofício encaminhado pelo tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo ao comandante-em-chefe do Exército, Sr. Conde de Rio Pardo. Acampamento junto à Cruz Alta, 4 set. 1841.

AHRS. *Fundo Autoridades Municipais*, maço 59, caixa 27. Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 17 fev. 1835.

AHRS, *Fundo Autoridades Municipais*, maço 59, caixa 27. Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 25 jun. 1835.

AHRS. *Fundo Autoridades Municipais*, maço 59, caixa 27. Correspondências da Câmara Municipal de Cruz Alta, expedidas entre 1835-1847.

AHRS. *Fundo Autoridades Municipais*. Maço 60. Cx. 1. Correspondência encaminhada pela câmara municipal de Cruz Alta/RS ao Presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1850).

*Anais Publicados do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS)*

CV – 106. Ofício avulso. RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. *Anais*, vol. 2. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978, p. 95.

CV-2157. Correspondência encaminhada por José Mariano de Matos à Domingos José de Almeida, documento sem data, mas que se refere a um episódio da Farrou-pilha. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. *Anais*, vol. 3. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978, p. 608.

CV-2729. Ofício do tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo ao Brig. João Paulo dos Santos Barreto, comandante-em-chefe do Exército em operações na província de São Pedro. Acampamento no Jacuí, 17 jan. 1841. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. *Anais*. Vol. 4, Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980, p. 445.

CV-2732. Ofício do tenente-coronel Antonio Jozé de Mello Brabo ao Conde de Rio Pardo, comandante-em-chefe do Exército em operações na província de São Pedro. Acampamento volante na serra de São Xavier. 14 jul. 1841. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. *Anais*. Vol. 4, Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980, p. 447-448.

CV-2734. Ofício do tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo ao brig. João Paulo dos Santos Barreto, comandante-em-chefe do Exército em operações na província de São Pedro. Acampamento volante em Batu, 2 ago. 1841. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. *Anais*. Vol. 4. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980, p. 448-449.

CV – 2737. Ofício do tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo ao Conde de Rio Pardo, comandante-em-chefe do Exército em operações na província de São Pedro. Acampamento junto a Cruz Alta, 4 set. 1841. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. *Anais*. Vol. 4. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980, p. 451.

CV-2738. Ofício do tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo ao Conde de Rio Pardo, comandante-em-chefe do Exército em operações na província de São Pedro. Acampamento no Vaí, 7 jan. 1842. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. *Anais*. Vol. 4. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980, p. 451-455.

CV- 2744. Ofício do tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo ao brig. José Maria da Silva Bittencourt, comandante-em-chefe do Exército em operações na província de São Pedro. Acampamento no Depósito de Botucarai, 24 ago. 1842. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. *Anais*. Vol. 4. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980, p. 460.

CV-5359. Ofício do general Pierre Labatut ao general João Paulo dos Santos Barreto, comandante-em-chefe do Exército em operação na Província de São Pedro. Quartel-general do comando da Divisão Paulista, no Ouro Fino. 27 dez. 1840. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. *Anais*. Vol. 10. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1991, p. 26-27.

CV – 5624. Cópia de ofício encaminhado pelo general Pierre Labatut ao presidente da província Sr. Francisco Álvares Machado. Por Alegre, 9 jan. 1841. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. *Anais*. Vol. 10. Porto Alegre: AHRS, 1991, p. 184-185.

CV-6839. Ofício do ex-presidente da província Saturnino de Souza e Oliveira ao então presidente e comandante em chefe do Exército em operação, Barão de Caxias. Porto Alegre, 9 nov. 1842. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. *Anais*, vol. 15. Porto Alegre: EST Edições, 2006, p. 140-150.

CV-7180. Correspondência encaminhada por Luiz Joze da Fontoura Palmeiro à Domingos José de Almeida, tratando de desdobramentos dos esbulhos de propriedade praticados durante a guerra civil. Porto Alegre, 12 abr. 1860. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. Uma República contra o Império (1835/1845). *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS)*. Vol. 16. Porto Alegre: AHRS; EDIPUCRS, 2009, p. 109.

CV- 7258, Ofício encaminhado por João Marcos V. de Araújo Pereira à Bento Correia da Câmara. Rio Pardo, 3 jul. 1838. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. Uma República contra o Império (1835/1845). *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS)*. Vol. 16. Porto Alegre: AHRS; EDIPUCRS, 2009, p. 178-179.

CV-7302. Proclamação dirigida pelo presidente da câmara municipal de Cruz Alta, Vidal José do Pillar, aos cidadãos da vila. Cruz Alta, 3 abr. 1837. RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. Uma República contra o Império (1835/1845). *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS)*. Vol. 16. Porto Alegre: AHRS; EDIPUCRS, 2009, p. 222-223.

CV-7305. Ofício do tenente-coronel Vidal José do Pillar marechal Conde de Rio Pardo, comandante-em-chefe do Exército em operações na província de São Pedro. Fazenda do Bahú no município da vila de Cruz Alta. 2 ago. 1841. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. Uma República contra o Império

(1835/1845). *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHR)*. Vol. 16. Porto Alegre: AHR; EDIPUCRS, 2009., p. 225-226.

CV-7757. Correspondência encaminhada por Bento Manoel Ribeiro à Domingos José de Almeida. Cruz Alta, 26 jan. 1840. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico. *Os Segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farroupilha/Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Vol. 18. Porto Alegre: AHR; EDIPUCRS, 2009, p. 53-54.

CV- 10.217. 18 jul. 1842. RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do; FERNANDES; Ananda Simões; MOREIRA, Paulo R. Staudt; CARDOSO, Raul R. Schefer. (Orgs.). “Sua Majestade o Imperador, ordenou o esquecimento do passado”: Coleção Varela – documentos sobre a Guerra Civil Farroupilha (1835-1845). *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHR)*. Vol. 24. São Leopoldo: Oikos, 2020, p.191.

*Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)*

APERS. Comarca de Missões. Inventário *post-mortem* de Anna Joaquina de Mello. Cruz Alta, proc. N° 26, 1844.

APERS. Comarca de Rio Pardo. Cartório de Órfãos e ausentes. Inventário *post-mortem* de Nicolau Falkembach. Rio Pardo, proc. N.º 526, 1847.

APERS. Comarca de São Borja. Inventário *post-mortem* de Bernardo José de Araújo, proc. N° 48 de 1854.

APERS. Cível e Crime. Ação de Libelo. Cruz Alta, proc. N.º 699, 1855.

APERS. Cível e Crime. Inquérito policial contra Antonio José de Mello Filho. Soledade, proc. n.º 236, 1876.

APERS. Cartório Cível. Processo-Crime N° 86. Cruz Alta, 1872.

APERS. Cartório Cível e Crime de Cruz Alta. Libelo cível, proc. N° 703, de 1854.

APERS. Livro de registro de terras da Paróquia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta. Registro N.º 6. Cruz Alta, 20 abr. 1855.

APERS. Livro de registro de terras da Paróquia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta. Registro N.º 637. Cruz Alta, 31 jul. 1856.

APERS. Livro de registro de terras da Paróquia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta. Registro N.º 638. Cruz Alta, 31 jul. 1856.

APERS. Livro de registro de terras da Paróquia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta. Registro N.º 642. Cruz Alta, 31 jul. 1856.

*Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs) (Consultado através da plataforma digital FamilySearch.org)*

APERs. 2º Tabelionato de Rio Pardo. Registros Diversos. Livro nº 12 (1834-1843). Registro de um documento do Capitão Manoel Antonio de Camargo, Rio Pardo, 1841, p. 67-67v.

APERs. Tabelionato de Rio Pardo. 1º Tabelionato. Transmissão/Notas. Livro 8 (1832-1845), Escritura pública de venda de uma sesmaria que faz D. Úrsula Correia da Camara ao Ten. Cel. Antonio Joze de Mello Brabo, Rio Pardo, 1844, p. 175-182v.

APERs. 2º Tabelionato do Município de Rio Pardo. Registros Diversos. Livro n.º 13. Rio Pardo/RS, Papel de doação, 22 mai. 1843, p. 11.

APERs, Tabelionato de Cruz Alta, Transmissão e Notas. Livro 8 (1853-1857), Escritura Pública de Perfilhação que faz o Ten. Cel. Antonio José de Mello Brabo, Cruz Alta, 1855, p. 65-65v.

APERs. 1º Tabelionato de Júlio de Castilhos Distrito do termo da vila de Cruz Alta/RS. Transmissão e Notas. Livro 1 (1855-1859), Escritura pública de doação que faz o tenente-coronel João Baptista de Oliveira Mello, Cruz Alta, 1857, p. 242v.-243.

APERs. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 5º Distrito. Livro S/N (1857-1873), Escritura pública de venda, p. 30-31v.

APERs. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 5º Distrito. Livro S/N (1857-1873), Escritura pública de venda, p. 93.

APERs. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 5º Distrito. Livro S/N (1857-1873), Escritura pública de venda, p. 238.

APERs. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 5º Distrito. Livro S/N (1857-1873), Procuração bastante, p. 96v.

APERs. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 5º Distrito. Livro S/N (1857-1873), Lançamento de um documento particular, p. 32.

APERs. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 5º Distrito. Livro S/N (1857-1873), Lançamento de um documento particular, p. 32v.

APERs. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 5º Distrito. Livro S/N (1857-1873), Escritura pública de doação, p. 265-265v.

APERs. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 5º Distrito. Livro S/N (1857-1873), Traslado de uma procuração que faz dona Antonia Francisca Moreira ao seu marido ten-cel Antonio Joze de Mello Brabo, p. 30-31.

APERS. Tabelionato de Passo Fundo. Transmissão e Notas. 7º Distrito (Soledade), Livro n.º 1. Lançamento de uma carta de doação. Passo Fundo, 20 ago. 1858, p. 131v-132.

APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 7º Distrito. Livro 1 (1858-1865), Escritura pública de doação, p. 59v-61.

APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 7º Distrito. Livro 1 (1858-1865), Escritura pública de compra e venda, p. 129v-131.

APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 7º Distrito. Livro 1 (1858-1865). Lançamento de uma baixa de primeira linha, p. 59v-60v.

APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. Livro de Testamentos, Registro de Doação, p. 1-1v.

APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. Livro 1 (1857-1859). Escritura pública de doação. p. 124-125.

### *Arquivo do Poder Judiciário RS*

Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul. Comarca de Soledade, Brasil, Caixa 127. Inventário *post-mortem* de Antônio José de Mello Brabo, 1885.

### *Legislação*

BRASIL, *Decreto n.º 3.371, de 7 de janeiro de 1865*. Cria Corpos para o serviço de guerra em circunstâncias extraordinárias com a denominação de “Voluntários da Pátria”. Coleção de Leis do Império do Brasil - 7/1/1865, parte I, p. 5, vol. 1. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html> >. Acesso em: 28 jan. 2022.

### *Relatórios de Presidentes de Província*

RPPRS. CAXIAS, Conde de. *Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, o Conde de Caxias na abertura de primeira sessão ordinária da segunda legislatura da Província em 1º de março de 1846. Porto Alegre: Typographia de I. J. Lopes, 1846.

RPPRS. GALVÃO, Manoel Antonio. *Relatório do presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, o senador conselheiro Manoel Antonio Galvão na aber-

tura da Assembleia Legislativa Provincial em 5 de outubro de 1847, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1847 a 1848. Porto Alegre: Typographia do Argos, de J.C. Barreto, 1847.

RPPRS. ANDREA, Francisco Joze de Souza Soares de. *Relatório do presidente da provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul*, o tenente-general Francisco Joze de Souza Soares de Andrea na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 1º de junho de 1849, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1849-1850. Porto Alegre: Typographia do Porto-alegrense, 1849.

RPPRS. BUENO, José Antonio Pimenta. *Relatório do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no 1º de outubro de 1850; acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1851. Porto Alegre: Typographia de F. Pomatelli, 1850.

### *Paróquia Cruz Alta*

CRUZ ALTA, Livro de Batismos de Pessoas Livres da Paróquia do Divino Espírito Santo da. *Livro V*. Cruz Alta/RS, 1855-1857.

CRUZ ALTA, Livro de Batismos da Paróquia do Divino Espírito Santo da. *Livro V*. Registro de batismo de Amelia. Igreja Matriz, 05 jun. 1855, p. 4v.

CRUZ ALTA, Livro de Batismos da Paróquia do Divino Espírito Santo da. *Livro V*. Registro de batismo de Francisco. Igreja Matriz, 15 jun. 1855, p. 8.

CRUZ ALTA, Livro de Batismos da Paróquia do Divino Espírito Santo da. *Livro V*. Registro de batismo de Idalina. Igreja Matriz, 16 jun. 1855, p. 8.

CRUZ ALTA, Livro de Batismos da Paróquia do Divino Espírito Santo da. *Livro V*. Registro de batismo de Rosa. Igreja Matriz, 3 mar. 1855, p. 14.

CRUZ ALTA, Livro de Batismos da Paróquia do Divino Espírito Santo da. *Livro V*. Registro de batismo de Cypriano, Residência do Tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo, na localidade chamada Depósito, 2 fev. 1857, p. 196v.

### *Outros Registros Paroquiais (Consultados no acervo digital FamilySearch)*

CURITIBA, Arquivo Arquidiocesano de Vila do Príncipe (Balsa Nova/Lapa). Livro de casamentos nº 2, Registro de casamento entre o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo e Anna Joaquina Soares, p. 179. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XNGX-Q6K>. Acesso em: 31 jan. 2022.

PORTO ALEGRE, Arquivo da Cúria Metropolitana de. *Livro IV de Óbitos* (1821-1858) da Freguesia de Nossa Senhor Madre de Deus (Porto Alegre). Registro de óbito de Joaquina. Acesso por meio da plataforma online <familysearch.org>. Filme nº 004635555. Microfilme 472.

TRIUNFO, Paróquia de. Registro de casamento entre Vidal José do Pillar e Gertrudes Baptista de Almeida. Casamentos (1805-1835/1841-1865). Microfilme nº 004637171. Imagem 43/924. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-HL95-3H?mode=g&cat=402786>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

PORTO ALEGRE, Paróquia de Madre de Deus de. Registro de batismo de José, *Livro XII de Batismos*. 5 dez. 1841, p. 98. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F83G-ZT?i=102&cc=2177295&cat=391247>>. Acesso em: 08/12/2021.

PORTO ALEGRE, Arquivo da Cúria Metropolitana de. Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre. *Livro de óbito de pessoas livres* (1844-1859). Registro de óbito de Anna Joaquina de Mello, p. 4. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-W89M-B2?i=450&cc=2177295&cat=395848>>. Acesso em: 08 fev. 2022.

PORTO ALEGRE, Paróquia de Madre de Deus de. Registro de batismo de Emília, *Livro XII de Batismos*. 5 dez. 1841, p. 98. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F83G-ZT?i=102&cc=2177295&cat=391247>>. Acesso em: 08/12/2021.

### *Biblioteca Nacional*

BIBLIOTECA NACIONAL. Fundo: *Coleção Mário Barreto*. Carta do tenente-coronel honorário Antonio Joze de Mello Bravo ao presidente da província do Rio Grande do Sul solicitando ordens e instruções, em vista da instabilidade que ameaça a província. Vila do Passo Fundo: [s.n.], 25/02/1865. 2 p., Cópia.

BIBLIOTECA NACIONAL. Fundo: *Coleção Mário Barreto*. Ofício a [Francisco Pereira] informando que Antônio de Mello Bravo se ofereceu para servir na guerra e para organizar um corpo de voluntários. Rio Grande do Sul: [s.n.], 06/05/1865. 2 p., Cópia.

BIBLIOTECA NACIONAL. Fundo: *Coleção Mário Barreto*. Ofício a Ângelo Muniz da Silva Ferraz encaminhando ofício do presidente da província do Rio Grande do Sul, o qual se refere ao pedido feito pelo tenente-coronel honorário Antônio de Mello Bravo, para organizar um corpo de voluntários da pátria. Rio de Janeiro: [s.n.], 16/05/1865. 3 p., Orig.

*Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*

CORREIO MERCANTIL e instrutivo político universal (RJ). Ano VII. Rio de Janeiro, segunda-feira, 25 mar. 1850. N.º 82, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20185&pagfis=3219>. Acesso em: 01 fev. 2022.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. N. 162. Rio de Janeiro, terça feira 23 de jul. 1839, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_01&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20183&pagfis=21917](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20183&pagfis=21917). Acesso em: 01 fev. 2022.

JORNAL DO COMMERCIO. N.º 239, Rio de Janeiro, domingo de 19 set. 1841, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_03&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20184&pagfis=2331](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_03&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20184&pagfis=2331)>. Acesso em: 01 fev. 2022.

PUBLICAÇÕES a pedido. Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ano 43. Edição 208. Sexta-feira, 31 de julho de 1862, p. 2. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_02&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20186&pagfis=17402](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20186&pagfis=17402)>. Acesso em: 01 fev. de 2022.

O DESPERTADOR comercial e político. Rio de Janeiro, n.º 558, 5 fev. 1840, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706701x&Pesq=%22mello%20bravo%22&pagfis=2315>. Acesso em: 01 fev. 2022.

A FEDERAÇÃO: orgam do Partido Republicano. Porto Alegre. Ano XXVIII. N.º 118. Quarta-feira, 24 mai. 1911. NOTAS sobre os selvícolas. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=24090>. Acesso em: 07 dez. 2021.

*Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul*

CORREIO DO SUL. Ano VII. Porto Alegre, quinta-feira, 25 dez. 1858. N.º 279, p. 1. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/DesktopModules/Alrs-PesquisaDocumental/VisualizarDocumento.aspx?nrNaLista=2&Tab=2>>. Acesso em: 27 mar. 2022.

*Anais da Biblioteca Nacional*

CAXIAS, Barão de. Ordem do dia n.º 9. Quartel general do comando-em-chefe do Exército, Porto Alegre, 24 dez. 1842. In: GARCIA, Rodolfo. (Dir.). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. LXIII. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/Imprensa Nacional, 1941.

### *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*

ANRJ. Fundo: *Ordens Honoríficas*. Decreto agraciando com o grau de hábito a Antonio Joze de Mello Brabo entre outros. Rio de Janeiro, 2 dez. 1841. BR RJANRIO 69.CAI.ORO.7890049.

ANJR. *Fundo Marquês de Barbacena*. Relação nominal das praças da 6ª Companhia do Regimento nº 26 de Cavalaria Ligeira da 2ª Linha do Exército com as alterações desde 15 de janeiro até 20 de março de 1827. Relações nominais das praças do Estado Maior e Menor do Exército Nacional Imperial.

ANRJ. Fundo: *Ordens Honoríficas*. Decreto agraciando com o grau cavaleiro da Ordem da Rosa a Antonio José de Mello Brabo Filho entre outros. Rio de Janeiro, s/d. BR RJANRIO 69.CAI.ORO.7891190

### *Dicionários*

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 06 fev. 2021.

BOSSLE, Batista. *Dicionário Gaúcho Brasileiro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2003.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: < <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>>. Acesso em: 06 fev. 2021.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: < <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/3>>. Acesso em: 06 fev. 2021.

### *Memórias*

BONBLAND, Aimé. *Journal Voyage de Sn. Borja a La Cierra y a Porto Alegre*. Porto Alegre/RS: Instituto de Biociencias da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1978.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2006.

LOPES, Vicente Zeferino Dias. *Comentário Eclesiástico do Rio Grande de São Pedro do Sul desde 1737*. IHGRS. Cópia datilografada. Versão Original: 1891.

OSÓRIO, Joaquim Luis; OSÓRIO, Fernando Luis. *História do General Osório*. Volume II. Pelotas: Typografia do Diário Popular. 1915.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2002.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As missões orientais e seus antigos domínios*. 2 Ed. Porto Alegre: ERUS, 1979.

### *Leis Canônicas*

DA VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

### *Atlas Digital FGV*

Atlas Histórico do Brasil – Da colônia ao Reino (1008-1822): Guerras de Expansão Portuguesa. Disponível em: < <https://atlas.fgv.br/marcos/de-colonia-reino-unido/mapas/guerras-de-expansao-portuguesas>>. Acesso em: 29 nov. 2021.

### *Estudos Genealógicos*

PEREIRA, Cláudio Nunes. (Org.). *Genealogia tropeira (Cruz Alta e imediações)*. Rio Grande do Sul, séculos XIX e XX. Vol. 4, 2008.

PORTO, Aurélio. Os Corrêas da Camara: notas genealógicas, biográficas e históricas. In: BRANDÃO, Mario de Pimentel. *Anais do Itamarati*. Ano II, vol. II e III. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do Archivo Nacional, 1937-1938, p. LXXXI.

## 5. 2 BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Ledson Kurtz de. Direito e Antropologia nas Definições de Territórios e Grupos Indígenas no Brasil: da Comunidade Indígena da Borboleta. *Cadernos LEPAARQ*. V.4, N. 7/8. Ago-Dez, 2007, p. 61-79.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Caipora e outros conflitos ontológicos. *RAU*.

V. 5, n. 1, jan-jun, 2013, p. 7-28.

ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. 333f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2008.

AZEVEDO, Marta M. O Censo 2010 e os Povos Indígenas. *Povos Indígenas no Brasil (PIB Socioambiental)*. Agosto de 2011. Disponível em: < [https://pib.socioambiental.org/pt/O\\_Censo\\_2010\\_e\\_os\\_Povos\\_Ind%C3%ADgenas](https://pib.socioambiental.org/pt/O_Censo_2010_e_os_Povos_Ind%C3%ADgenas)>. Acesso em: 07 fev. 2022.

BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: BARTH, Frederik. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000, p. 25-68.

BASTOS NETO, Ernesto Pereira. *A mãe é Guarani, o pai é Kaingang: História, Cultura e Identidade a partir da Terra Indígena Kaingang Jamã Tÿ Tãnh*. 134f. Monografia (Graduação), Curso de Licenciatura em História, Universidade do Vale do Taquari – Univates, Lajeado/RS, 2019.

BASTOS NETO, E. P.; LAROQUE, L. F. da S. “Eles dizem que nós não somos mais índios”: reflexões sobre as trajetórias históricas das comunidades kaingang Jamã Tÿ Tãnh e Borboleta, Rio Grande do Sul. *Faces da História*, v. 7, 2020, p. 116-140.

BECKER, Ítala I. Basile. Alimentação dos índios Kaingáng do Rio Grande do Sul. *Revista de Arqueologia*. V. 6, n. 1, 1991, p. 108-120.

BRINGMANN, Sandor F. *Índios, colonos e fazendeiros: conflitos interculturais e resistência Kaingang nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (1829-1860)*. 219f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BRINGUENTI, Clóvis Antônio. Movimento Indígena o Brasil. In: WITTMANN, Luísa Tombini. (Org.). *Ensino d(e) História Indígena no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2015, p. 143-176.

BRITO, João R. M. N. V. de Oliveira. *Tunas-RS: 116 anos de fundação, 3 décadas de autonomia*. Soledade/RS: Vitri Solutions gráficas, 2019.

CARATTI, Jônatas Marques. *O solo da liberdade: As trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos de processo abolicionista uruguaio (1842-1862)*. 313f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2010.

CARDIM, Pedro. Amor e Amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII. *Lusitania Sacra*. Série 2, v. 11, 2009, p. 21-57.

- CAVALARI, Rossano V. *A gênese de Cruz Alta*. Cruz Alta/RS: Unicruz, 2004
- CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 173-202.
- \_\_\_\_\_. Simona. Microstoria: relações sociais versus modelos culturais? Algumas reflexões sobre estereótipos e práticas históricas. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Maíra Ines. (Orgs.). *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021, p. 39-58.
- CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. 353 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2010.
- COLLING, Ana M. As chinas gaúchas: a invisibilidade do feminino na Guerra do Paraguai. In: *Anais*. XII Encontro Estadual de História – ANPUH/RS. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2014.
- COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. 390f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2011.
- \_\_\_\_\_. Adriano. *Ajudado por homens que lhe obedecem de boa vontade: considerações sobre laços de confiança entre comandantes e comandados nas forças militares luso-brasileiras no início do oitocentos*. In: MUGGE, Miqueias H.; COMISSOLI, Adriano. *Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil. Século XIX*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2ª ed. 2013
- \_\_\_\_\_. Adriano. Espadas e penas: o papel dos comandantes de fronteira nos circuitos de comunicação política da capitania do Rio Grande de São Pedro (século XIX). *Revista Postais*. N.º, jul-dez, 2014.
- CORRÊA, Dora Shellard. *Paisagens sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930)*. Londrina/PR: Eduel, 2015.
- COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. Campinas: UCITEC, 1996.
- CUNHA, Alexandre Mendes. Patronagem, Clientelismo e Redes Clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira. *História*. V. 25, n.1. 2006, p. 226-247.
- CUNHA, Jorge Luís Da. *Os colonos alemães de Santa Cruz do Sul e a fumicultura*. 1988. 196f. Dissertação (mestrado em História do Brasil) – CHLA, UFPR, Curitiba, PR, 1988.

CUNHA, Jorge Luis. Imigração e colonização alemã. In: BOEIRA, Nelson, GOLIN, Tau. *RS: Colônia* (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). Passo Fundo: Méritos, v2. 2006. p. 279-300.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. Manuela Carneiro da. *Cultura com Aspas*. Rio de Janeiro: Cosac e Naify, 2009.

DAVIS, Natalie Zemon. *León el Africano: un viajero entre dos mundos*. Espanha: Publicaciones de la Universitat de València, 2008.

DIEHL, Isadora Talita. Experiências indígenas em ambiente urbano: os índios em Porto Alegre na segunda metade do século XIX. XIV Encontro Estadual de História – ANPUH/RS: Democracia, Liberdades, Utopias. *Anais*. 2018, p. 1-18.

DIEHL, Isadora Talita. *Criando fronteiras: Guaranis e Kaingangs diante dos processos de invisibilização pelo Estado* (Rio Grande do Sul, Século XIX). 411f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2023.

DORNELLES, Soraia Sales. *De Coroados a Kaingang: as experiências vividas no contexto de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX*. 134f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2011.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2015.

DURAT, Cristiano Augusto. *Terras de aldeamento em disputa: Francisco Gacom e “Uma” História sobre os Kaingang do Paraná (Século XIX)*. 438f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2019.

FARGE, Arlette. *Lugares para a História*. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FARINATTI, Luís Augusto E.; THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio (org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009. p. 145-177.

\_\_\_\_\_. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

\_\_\_\_\_. Luís A. Ebling. Cabedais militares: os recursos sociais dos potentados da fronteira meridional (1801-1845). In: POSSAMAI, Paulo César. (Org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPel, 2010, p. 81-98.

\_\_\_\_\_. Panos, moedas e prazeres. Notas sobre os meios de pagamento dos peões da pecuária na fronteira meridional do Brasil (1840-1860). *História: Debates e tendências*. V. 9, n. 1, jan-jun, 2010, p. 98-110.

\_\_\_\_\_. A espada e a capela: relações de compadrio dos oficiais de milícia na fronteira meridional do Brasil (1816-1835). *História Unisinos*. V. 16, n.º 3, set-dez, 2012, p. 294-306.

FARINATTI, Luís A. E.; VARGAS, Jonas Moreira. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c. 1816- c. 1844). *Topoi*. V. 15, n. 29, jul-dez, 2014, p. 389-413.

FARINATTI, Luís A. Ebling; MATHEUS, Marcelo Santos. A história de João Potro: Trajetória e relações de reciprocidade de uma família subalterna no sul do Brasil (1820-1855). *Varia História*. V. 33, n. 63, p. 707-743, (set/dez), 2017.

FONTELLA, Leandro Goya. *As Missões Guaraníticas num contexto de Cultura de Contato uma interpretação sobre as interações entre sociedades indígenas e euro-americanas (c.1730 – c.1830)*. 418f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2017.

\_\_\_\_\_. Alguns contornos do trabalho livre num espaço de economia agropastoril (Região das Missões, Rio Grande de São Pedro, meados do século XIX). *Aedos*. Porto Alegre, v.7, n. 17, p. 365-386, jun/dez. 2015.

\_\_\_\_\_. “Isto fê-los tomar a resolução de se unir conosco”: a incorporação das Sete Missões Guaraníticas ao Império português num contexto de Cultura de Contato (1801). *Acervo*. V. 34, n.º 2, mai-ago, 2021, p. 1-26.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Baptista Santiago. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre/RS: Editora Globo, 1963.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria de F. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi*. v. 3, n. 5, Jul-Dez, 2002, p. 41-70.

\_\_\_\_\_. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: *Na trama das redes: política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 243-294.

FRANCISCO, Aline R. *Kaingáng: Uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Brasil Meridional*. 2013. 358f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS, Porto Alegre, 2013.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na História*. Porto Alegre: CORAG, 1975.

GARCIA, Elisa Frühau. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. 320f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2007.

GEHM, Delma. *Passo Fundo através do tempo: fatos, usos, costumes e valores*. Vol. 2. Passo Fundo/RS: Projeto Passo Fundo, 2016.

GIL, Tiago Luís. *Infêis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. 224f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. *Coisas do caminho: crédito, confiança e informação na economia do comércio de gado entre Viamão e Sorocaba (1780-1810)*. Brasília: Editora UNB, 2020.

GINZBURG, Carlo. O nome e o Como: Troca desigual e mercado Historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, p. 169-178.

\_\_\_\_\_. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GODBOUT, Jacques T. *O espírito da Dádiva*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GREGORY, Júlia Leite. *Uma história social da colonização privada: empresários, imigrantes e o negócio da terra (Vale do Taquari/RS, segunda metade do século XIX)*. Porto Alegre/RS: Editora Fi, 2021.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (Orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2009, p. 19-39.

GRIBAUDI, Maurizio. “Percurso individuais e evolução histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX”. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Maíra Ines. (Orgs.). *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021, p. 160-197.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

\_\_\_\_\_. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. *Diálogos*. V. 5, n. 1, 2001, p. 11-47.

GUEDES, Roberto. Livros Paroquiais de batismo, escravidão e qualidades de cor (Santíssimo Sacramento da Sé, Rio de Janeiro, Séculos XVII – XVIII). In: \_\_\_\_\_.

GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Juca de. (Orgs.). *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: MAUAD Editora Ltda. 2014.

GUEDES, Caio Júlio. *A ideia de cidade: A fundação da vila de Sorocaba e seus primeiros desmembramentos no século XVIII, Itapeva, Itapetininga e Apiaí*. 155f. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Programa de Pós-graduação em Urbanismo. Campinas/SP, 2018.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)*. 2006. 474p. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

HAMEISTER; Martha Daisson; GIL, Tiago Luís. Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente de São Pedro do Rio Grande do Sul (século XVIII). In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (Orgs.). *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 265-310.

HESPANHA, António M. *A política perdida: Ordem e Governo antes da Modernidade*. Curitiba: Juruá Editora, 2010.

IMÍZCOZ, José María Beunza. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. *Revista da Faculdade de Letras: História*. S. 3. V. 5, 2004, p. 115-140.

\_\_\_\_\_. Redes sociales y correspondencia epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas. *REDES*. V. 21. Dez, 2011.

KARSBURG, Alexandre. *O Eremita do Novo Mundo: A trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX (1838-1869)*. 480f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARI-NATTI, Luís Augusto. (Orgs.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo, Oikos, 2015, p. 32-52.

KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – Século XVIII*. 479f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2006.

\_\_\_\_\_. *Gente da fronteira: Família e Poder no Continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720-1800)*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2014.

LANGFUR, Hal. Canibalismo e a legitimidade da guerra justa na época da Inde-

pendência. *Rev. Bras. Hist.* 2017, vol.37, n.75, pp.119-143.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). Pesquisas. *Antropologia*. nº 56. São Leopoldo: Instituto Anchieta de pesquisas/Unisinus, 2000, p. 43-75.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da História: Novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 133-162.

\_\_\_\_\_. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. *Revista Tempo*. V.20, 2014, p. 1-14.

\_\_\_\_\_. 30 anos depois: repensando a micro-história. In: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. (Orgs.). *Ensaio de Micro-História, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 18-31.

LUFT, Marcos Vinícios. “*Essa guerra desgraçada*”: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828). 238f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.

MACHADO, Neli T. G. *Entre guardas e casarões: um pouco da história do interior do RS – Uma perspectiva arqueológica*. 225f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2004.

MATTOS, Hebe M. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria de F.; *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 141-162.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003; [1925], p. 183-314.

MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. *A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo: histórias vividas por índios Guaranis (Séculos XVIII-XIX)*. 2011. 167f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, 2011.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. As áreas de guerra aberta e as de prevenção militar. O centro-sul e o norte da América Portuguesa (segunda metade do século XVIII). *Revista de História Comparada*. V. 10, N.º 1, 2016, p. 58-82.

MIGLIORANZA, Cristiane I. Vernes. *O coronel e os prelos: relações entre imprensa e poder em Passo Fundo*. 128f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação

em História. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2008.

MIRANDA, Marcia E. A Revolução Farroupilha e a República Rio-grandense o arquivo, as coleções e os anais. *Acervo*. V. 29, n. 1, jan-jun, 2016, p. 162-177.

MONTAGNER, Clara Luiza. *No meio do caminho havia uma serra*: Picada Botuca-raí & História Regional. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2017.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Orgs.). *A temática indígena na escola*: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. P. 221-236.

\_\_\_\_\_. *Negros da Terra*: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. *Tupis, Tapuias e Historiadores*: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. 235f. Tese (Livre docência). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2001.

MOREIRA, Luiz G. S.; LOUREIRO, Marcello J. G. A *Nova História militar* e a América Portuguesa: balanço historiográfico. In: POSSAMAI, Paulo. (Org.). **Conquistar e defender**: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 105-118.

MOREIRA, Vania M. Losada. Casamentos indígenas, casamentos mistos e política na América portuguesa: amizade, negociação, capitulação e assimilação social. *Topoi (RJ)*. V. 19, N. 39, (set-dez), 2018, p. 29-52.

MOTA, Lúcio Tadeu. *As Guerras dos Índios Kaingang*: A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: Eduem, 2008.

MUGGE, Miqueias H.; COMISSOLI, Adriano. (Orgs.). *Homens e Armas*: recrutamento militar no Brasil. Século XIX. São Leopoldo: Oikos Editora, 2ª ed. 2013.

MUGGE, Miqueias Henrique. *Senhores da Guerra*: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873). 315f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2016.

MUGGE, Miqueias H. “Apareceram na véspera da eleição, como que se oferecendo”: as vozes e lealdades no assassinato do Comendador. In: MOREIRA, Paulo R. S.; RIBEIRO, José I.; MUGGE, Miqueias H. *A morte do Comendador*: Eleições, Crimes Políticos e Honra (Antonio Vicente da Fontoura, Cachoeira, RS, 1860). São Leopoldo: Oikos Editora; Editora da Unisinos, 2016, p. 39-64.

NAVARRETE, Federico Linares. *Hacia otra historia de América*: nuevas miradas sobre el cambio cultural y las relaciones interétnicas. México: Universidade Nacional Autónoma de México – Instituto de Investigaciones Históricas, 2015.

NETO, João Simões Lopes. *Contos Gauchescos & Lendas do Sul*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

NEUMANN, Eduardo Santos. “Um só não escapa de pegar em armas”: as populações indígenas na guerra do Farrapos. *Rev. His. (São Paulo)*. N. 171, jul-dez, 2014, p. 83-109; MELO, *A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo...*, 2011, p. 121-154.

NOTZÖLD, Ana L. V; BRINGMANN, Sandor F. O Serviço de Proteção aos Índios e os projetos de desenvolvimento dos Postos Indígenas: o Programa Pecuário e a Campanha do Trigo entre os Kaingang da IR7. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais* Vol. 5 Nº 10, Dezembro de 2013, p. 147-166.

NUNES, Francivaldo A. Inventários e Partilhas. In: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione. (Orgs.). *Propriedade e disputas: fontes para a história do Oitocentos*. Guarapuava: Unicentro/ Niterói: EDUFF, 2011, p. 57-60.

OESTE, Laura. *Mulheres indígenas e fronteiras platinas (século XVIII): invisibilidade, famílias e alteridades*. 190f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2020.

OHARA, João R. M. *A história como heterologia: do conceito de História em Michel de Certeau*. 81f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade Federal do Paraná (UFPR). Londrina, 2013.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVEIRA, Leandro Rosa de. *Nas veredas do Império: guerra, política e mobilidades através da trajetória do Visconde do Serro Alegre (Rio Grande do Sul, c. 1790-c. 1870)*. 156f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 2016.

ORTIZ, Helen Scorsatto. *O banquete dos ausentes: a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade – 1850-1889)*. 2006. 213f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação História. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

\_\_\_\_\_. *Costumes e conflitos: a luta pela terra no norte do Rio Grande do Sul (Soledade, 1857-1927)*. 261f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 2014.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. 248f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 1990.

PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas por-*

tuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho). 286f. Tese (Livre docência). Programa de Pós-Graduação em História (PPGH). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2012.

PAZ, Marcelo de Oliveira. *Companhia da Pescaria de Baleias nas Costas do Brasil (1765-1801): a caça ao Leviatã dos mares*. 297f. Dissertação (Mestrado em estudos brasileiros). Universidade de Lisboa (Faculdade de Letras/Instituto de Ciências Sociais). Lisboa, 2015.

POSSAMAI, Paulo César. (Org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPel, 2010.

POSSAMAI, Paulo. (Org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil*. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012.

RESENDE, Fernanda Mendes; FARIA FILHO, Luciano Mendes. História da política educacional em Minas Gerais no século XIX: os relatórios de presidente de província. *Revista Brasileira de História da Educação*. N.º 2, jul-dez, 2001, p. 79-115.

REVEL, Jacques. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: Os Milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845)*. 288f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2001.

\_\_\_\_\_. “Tudo isto é indiada coronilha (...) não é como essa cuscada lá da Corte”: o serviço militar na cavalaria e a afirmação da identidade rio-grandense durante a Guerra dos Farrapos. In: POSSAMAI, Paulo César. (Org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPel, 2010, p. 111-128.

\_\_\_\_\_. O fortalecimento do Estado Imperial através do recrutamento militar no contexto da Guerra dos Farrapos. *Revista Brasileira de História*. V. 31, n.º 62, 2011, p. 251-271.

\_\_\_\_\_. Apresentar armas! Considerações historiográficas, metodológicas e empíricas sobre a redução de escala na pesquisa em História Militar. In: MARTINS, Maria C. Bohn; MOREIRA, Paulo R. Staudt. (Orgs.). *Uma história em escalas: a microanálise e a historiografia latino-americana*. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 151-180.

\_\_\_\_\_. *O Império e as revoltas: Estado e nação nas trajetórias dos militares do exército imperial no contexto da Guerra do Farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

\_\_\_\_\_. “Traziam vozes de mandos nas suas bocas cerradas e aparecendo nos pon-

chos pontas de adagas afiadas”: clientelismo e violência nas disputas políticas no interior da província do Rio Grande do Sul. In: MOREIRA, Paulo R. S.; RIBEIRO, José I.; MUGGE, Miqueias H. *A morte do Comendador: Eleições, Crimes Políticos e Honra* (Antonio Vicente da Fontoura, Cachoeira, RS, 1860). São Leopoldo: Oikos Editora; Editora da Unisinos, 2016, p. 17-38.

\_\_\_\_\_. *As “Surpresas” de Chico Pedro, as astúcias de Moringue*: Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí. São Leopoldo: Oikos Editora. [2ª ed. Ebook], 2021.

RIBEIRO, José. I.; FARINATTI, Luís A. E. Interesses em disputa: a criação da Guarda Nacional numa localidade de fronteira (Alegrete, Rio Grande do Sul). In: MUGGE, Miqueias H.; COMISSOLI, Adriano. *Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil. Século XIX*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2ª ed. 2013, p. 95-112.

RIBEIRO, Max R. P. *Estratégias Indígenas na Fronteira Meridional: a situação dos guaranis após a conquista lusitana* (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834). 2013. 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, RS, 2013.

\_\_\_\_\_. Reminiscências Missioneiras: análise sobre a formação de Comunidades Guaranis no sul do Brasil (Capela de Santa Maria, 1804-1834). *Anos 90*. V. 27, 2020, p. 1-20.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, v. 1.

RODRIGUES, Geraldo. *Araçoiaba da Serra: esconderijo do sol*. São Paulo: Noo-va América, 2007.

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: Época Imperial* (1822-1889). V. 2. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

SCHMIDT, Benito Bisso. “História e biografia”. In: CARDOSO, Ciro F.; VANIFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 187-205.

SCHNEIDER, Fernanda. *Poder, Transformação e Permanência: a dinâmica de ocupação Guarani na bacia do Taquari-Antas, Rio Grande do Sul, Brasil*. 385f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), Lajeado, 2019.

SCHWUCHOW, Valéria; ECHEVARRIA, Felipe R. Chinas e prendas: imagens da mulher gaúcha no discurso de dois dicionários regionalistas. *Caderno de Letras*. N.º 27, jul-dez, 2016, p. 199-214.

SECRETO, Maria V.; MOTA, Sarita. Escritura de doação de terras. In: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione. (Orgs.). *Propriedade e disputas: fontes para a história do Oitocentos*. Guarapuava: Unicentro/ Niterói: EDUFF, 2011, p. 43-49.

SILVA, Matheus da. *Trajetória e atuação política de Antônio de Souza Netto (1835-1866)*. 111f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2012.

SILVA, Camila. *Arquivo, História e Memória: O processo de constituição e patrimonialização de um acervo privado (A Coleção Varela – AHRs, 1858/1936)*. 264f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2019.

SILVA, Maria B. N. da. (Org.); BACELLAR, Carlos de A. P.; GOLDSCHMIDT, Eliana R.; NEVES, Lúcia M. B. P. *História de São Paulo Colonial*. São Paulo/SP: Editora Unesp, 2009.

SILVA, Camila Borges da. *As ordens honoríficas e a Independência do Brasil: o papel das condecorações na construção do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. 448f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura. Rio de Janeiro/RS, 2014.

SIMONIAN, Lígia Teresinha de F. A descendência dos índios da Borboleta e problemas de Terras Indígenas. *Informação Técnica n.171*. Brasília: Ministério da Agricultura (MIRAD), 1986.

\_\_\_\_\_. Sobre a extensão e sítios da área indígena Borboleta/RS. *Informação Técnica n. 185*. Coord. De Terras Indígenas/MIRAD, 1986.

SOARES, Mariana de Andrade. *“A Lição da Borboleta”*: o processo de (re) construção da etnicidade indígena na região de Alto Jacuí/RS. 120f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2001.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório. *Topoi*. V. 10, n.º 19, jul-dez, 2009, p. 90-111.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. *“Aos Fantasmas das Brenhas”*: etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias no sul do Brasil (Rio Grande do Sul). 1998. 492 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - PPGAS, UFRGS, Porto Alegre, RS, 1998.

SPARVOLI, Fabrício. A ‘amicitia’ romana entre a invenção e a normalização: um estudo de antropologia histórica. *Enfoques*. Vol. 18, n.º 2, 2021, p. 203-225.

THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Antonio L.; SILVA, Sergio. (Orgs.). *As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001; [1977], p. 227-268.

UBERTI, Hermes. *Abençoando neófitos, tecendo redes socio-familiares na freguesia de São Vicente (Vale do Jaguari – RS, 1854-1912)*. 266f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2016.

VARGAS, Jonas M. *Entre a paróquia e a Corte: Os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

\_\_\_\_\_. “Nos caminhos de São Gregório”: As hierarquias sociais na Fronteira do Brasil com o Uruguai e o comando regional do Brigadeiro David Canabarro (c. 1831-1865). *Almanack*, [S. l.], n. 27, p. 1–50, 2021.

VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre. Investigação e formalização na perspectiva da Micro-História. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. (Orgs.). *Ensaio de Micro-História, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 86-113.

VENZON, Rodrigo. Borboleta: Sobrevivência indígena frente ao latifúndio. In: *Expropriação e lutas*. As Terras Indígenas no Rio Grande do Sul. PET/ANAÍ – RS, 1993. p. 155-162.

\_\_\_\_\_. Serra Grande: as Terras Indígenas e a colonização europeia da região de Santa Cruz. In: *Expropriação e lutas*. As Terras Indígenas no Rio Grande do Sul. PET/ANAÍ – RS, 1993.

VERÍSSIMO, Érico. *O tempo e o vento [parte 1]: O Continente*. Vol.2. 21ª reimp. Rio de Janeiro: Cia. Das Letras, 2004 [1949].

VILLAGRA NETO, Deomar. *A atuação política de Pinheiro Machado: o senador da conciliação do federalismo com a centralização na República Velha*. 116f (Dissertação), Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Pelotas, 2012.

VOLKMER, Márcia Solange. *Compatriotas franceses ocupam a fronteira: Imigração e Comércio na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (segunda metade do século XIX)*. 282f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. As Redes Clientelares. In: António Manuel HESPANHA (coord.), *História de Portugal – vol.4*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

XAVIER E OLIVEIRA, Francisco A. *Annaes do município de Passo Fundo*. Vol. II. Passo Fundo: UPF, 1990.

WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires/ ARG: Sb Editorial, 2009.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto Gaúcho (1850 – 1920)*. Rio Grande do Sul, Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997.

\_\_\_\_\_. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

## SOBRE O AUTOR

Ernesto Pereira Bastos Neto é Graduado em História pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), autor da monografia *A mãe é Guarani, o pai é Kaingang: História, Cultura e Identidade a partir da Terra Indígena Jamã Tj Tãnh*, além de artigos e capítulos de livro a respeito de temas ligados à história indígena, história militar, do Brasil Imperial e do planalto sul-rio-grandense. Atualmente cursa doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), com pesquisa sobre a formação da sociedade luso-brasileira em Cruz Alta/RS, com ênfase para as relações interétnicas envolvendo indígenas Guarani e Kaingang.

**E**studos como este nos mostram como ainda precisamos investigar os diversificados e complexos contextos que estão longe dos centros. Muitos padrões são comuns em diversas regiões brasileiras: a escravidão, o patriarcado, a estruturação de poderes locais e regionais como mediadores políticos, a concentração de riqueza e poder, a conquista muitas vezes violenta de territórios e populações indígenas, o soerguimento e a reiteração de uma estrutura de marcante desigualdade. Contudo, as formas como essas questões se apresentam são variadas e o estudo de cada uma delas traz ensinamentos imprescindíveis sobre esses fenômenos como um todo.

*Luís Augusto Farinatti,  
trecho do Prefácio.*

